Antonio de Ruggiero (Org.)

# A voz do Imigrante

## Memória e oralidade nos estudos históricos das migrações

*Preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns.*

Núncia Santoro de Constantino

9 788556 962980

CC BY SA

editora fi
www.editorafi.org

# *A voz do imigrante*

Série Historicus

## Comitê Editorial


**CAROLINE TECCHIO**
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DANIELE BROCARDO**
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DOUGLAS SOUZA ANGELI**
Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**EVERTON FERNANDO PIMENTA**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**GUILHERME FRANCO DE ANDRADE**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI**
Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

**LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS**
Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LUIZ ALBERTO GRIJÓ**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL GANSTER**
Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL HANSEN QUINSANI**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL SARAIVA LAPUENTE**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**TIAGO ARCANJO ORBEN**
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL**
Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ


## Comitê Científico


**ANTONIO DE RUGGIERO**
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**CLAUDIA MUSA FAY**
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**ALBERTO BARAUSSE**
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**MAÍRA INES VENDRAME**
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**Antonio de Ruggiero**
**(Org.)**

# *A voz do imigrante*

## Memória e oralidade nos estudos históricos das migrações

**Autores:**
Antonio de Ruggiero
Ana María Sosa González
Maíra Ines Vendrame
Méri Frotscher
Leonardo de Oliveira Conedera
Egiselda Brum Charão
Vicente Dalla Chiesa
Biane Peverada Jaques
Martha Lemieszek
Ana Maria Greff Buae
Júlio C. Bittencourt Francisco

editora fi

**Direção editorial:** Rafael Saraiva Lapuente; Tiago Arcanjo Orben; Rafael Ganster
**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves
**Capa:** Lucas Fontella Margoni

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Série Historicus - 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DE RUGGIERO, Antonio (Org.)

A voz do imigrante: memória e oralidade nos estudos históricos das migrações [recurso eletrônico] / Antonio de Ruggiero (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

261 p.

ISBN - 978-85-5696-298-0

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. História, 2. Historiografia, 3. História cultural, 4. Pesquisa. I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

# Sumário

**Apresentação** ..... **9**

**1** ..... **11**
**O Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS e a oralidade como perspectiva nos estudos imigratórios**
Antonio de Ruggiero

**2** ..... **29**
**Migraciones contemporáneas e historia oral: experiencias de inmigrantes uruguayos en Brasil**
Ana María Sosa González

**3** ..... **63**
**Memórias de imigrantes: fontes para o estudo da imigração italiana no sul do Brasil**
Maíra Ines Vendrame

**4** ..... **89**
**Migrantes, refugiados, deportados, retornados: experiências, possibilidades e desafios da História Oral**
Méri Frotscher

**5** ..... **115**
**Entre Itália e Brasil: a trajetória de um alfaiate calabrês em Porto Alegre**
Leonardo de Oliveira Conedera

**6** ..... **143**
**Comerciantes italianos em Porto Alegre na memória das mulheres imigrantes**
Egiselda Brum Charão

**7 .....171**
**A Igreja Metodista e a Maçonaria em Bento Gonçalves/RS (1889-1910)**
Vicente Dalla Chiesa

**8 ..... 191**
**Um estudo de imigração portuguesa na primeira parte do século xx através das narrativas orais e das escritas autobiográficas**
Biane Peverada Jaques

**9 ..... 211**
**Uma francesa presidente de uma fábrica de champanhe no Brasil: sua trajetória**
Martha Lemieszek; Ana Maria Greff Buaes

**10 ..... 227**
**Do gueto à glória: a trajetória de inserção e integração dos sírios e libaneses em Porto Alegre (1890-1940)**
Júlio C. Bittencourt Francisco

# Apresentação

> *"Preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns"*[1]

Os textos que compõem este livro resultam de estudos desenvolvidos por pesquisadores que se relacionaram e apoiaram nos últimos tempos as atividades do Laboratório de Pesquisa em História Oral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (LAPHO-PUCRS). Coordenado hoje pela professora Claudia Musa Fay, o Laboratório completa vinte anos de existência. Em duas décadas, a preservação acurada e a contínua produção de novas entrevistas orais em relação a múltiplas áreas de estudo, proporcionaram o desenvolvimento de numerosas pesquisas, até mesmo internacionais, que resultaram em interessantes dissertações e teses defendidas em vários cursos da universidade.

A específica temática dos estudos históricos sobre as migrações, que caracteriza a escolha do assunto deste volume, é apenas um dentre os diversos campos disciplinares "fortes" relacionados às atividades do Laboratório, mas efetivamente aquele mais emblemático e característico. Isto se deve também ao fato que

[1] CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. *Revista Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, 2006. p. 65-66.

por mais de 15 anos o LAPHO foi coordenado pela professora Núncia Santoro de Constantino, idealizadora e fundadora do mesmo espaço de pesquisa. Reconhecida estudiosa dos processos migratórios no Brasil, falecida prematuramente em 2014, foi defensora em inúmeros ensaios da utilidade da metodologia da história oral no seu campo de estudo. Os trabalhos de Núncia influenciaram, direta ou indiretamente, os estudos de todos os autores que apresentam as contribuições nessa coletânea. O livro é dedicado à sua memória.

*Antonio de Ruggiero*
Porto Alegre, dezembro de 2017.

**1**

# O Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS e a oralidade como perspectiva nos estudos imigratórios[1]

*Antonio de Ruggiero* [2]

Através deste breve capítulo pretendo apresentar a atividade desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em História Oral do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que desde a sua criação vinte anos atrás, representa uma referência e um apoio ao trabalho de pesquisadores de toda a universidade. Será enfatizada a importância de alguns projetos e de algumas pesquisas realizados a partir da metodologia da história oral e relacionados à atividade plurianual do laboratório. Em particular, serão enfatizadas questões relativas à utilização da oralidade para os estudos da imigração na América Latina, e os resultados que tal espaço propiciou neste sentido.

Tanto a criação em 1997, como os eventos sucessivos relativos ao Laboratório de Pesquisa em História Oral (LAPHO) da Pontifícia

[1] Este capítulo, ampliado e atualizado em algumas das suas partes, recupera substancialmente o texto de um artigo já publicado pelo autor: DE RUGGIERO, Antonio. O Laboratório de História Oral da PUCRS e algumas reflexões sobre a utilização da oralidade para estudos migratórios. "Revista Confluências Culturais", v. 4, n.2, p. 114-122, 2015.

[2] Professor Doutor, do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) ligam-se diretamente ao nome de Núncia Santoro de Constantino, importante historiadora dos processos migratórios italianos no Brasil e defensora da utilidade da metodologia da história oral no seu campo de estudo. Falecida inesperadamente em 2014, Núncia foi a grande animadora e fomentadora da necessidade de criar um espaço apropriado que pudesse permitir a preservação e também a visibilidade de tantas memórias históricas, úteis a enriquecer e estimular as possibilidades de pesquisas entre os estudiosos. O objetivo principal do Laboratório, localizado fisicamente no departamento do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, foi desde o início o de representar um apoio útil para o trabalho de alunos de toda a universidade e não somente da história. Por muitos anos o nome de Núncia Constantino foi associado à metodologia da história oral, pois ela se tornou a professora de referência tanto no curso de Pós-Graduação com uma disciplina/seminário específico de 60 horas (desde então oferecido uma vez por ano), que estimulou a discussão em torno da dimensão teórico-metodológica, quanto na Graduação onde ainda existe uma disciplina de "Estágio de Pesquisa em Fontes Orais", cujo conteúdo refere-se fundamentalmente à História Oral. Assim, com o apoio institucional da universidade foi possível estabelecer metas precisas, elaborar novos projetos e organizar procedimentos de trabalho. Na disciplina da graduação os alunos se capacitam para o uso da metodologia inclusive sob o ponto de vista técnico; produzem documentos a partir da oralidade; empregam análises qualitativas nos textos orais; empregam formas de inserção da oralidade no metatexto. Através do laboratório, colocou-se cada vez mais à disposição de pesquisadores, pessoal e equipamentos para a obtenção e o registro de fontes documentais, análise das mesmas, e difusão dos resultados de pesquisa. Desta forma foi possível criar um acervo que se amplia ano a ano, com a contribuição de alunos dos diferentes níveis acadêmicos e em perspectiva interdisciplinar. Até hoje chegamos a mais de 500 entrevistas. Este espaço

institucional promoveu, processou e organizou documentação e aspectos da memória histórica brasileira e ibero-americana, segundo linhas de pesquisa do programa de pós-graduação. Os assuntos tratados são vários e interdisciplinares, com a promoção de atividades em conjunto com professores e alunos das faculdades de Psicologia, Economia, Educação, Serviço Social, Comunicação, Ciências Aeronáuticas, Arquitetura, Filosofia assim como da Sociologia. O trabalho desenvolvido em 20 anos em muito ampliou o acervo, organizando-se arquivos de áudio com depoimentos e arquivos com transcrições destes depoimentos em papel e cd, com vista à preservação por longo tempo. Como atividades do Laboratório são promovidas palestras, grupo de estudos e oficinas metodológicas; artigos têm sido publicados em revistas especializadas; incentiva-se a participação de alunos e professores em congressos, simpósios etc. Para o futuro, espera-se disponibilizar um catálogo online do acervo e começar também um processo de digitalização que possa facilitar e ampliar o acesso a tal documentação. Desde os primeiros anos de atividade, a coordenação se esforçou para internacionalizar o trabalho dos pesquisadores envolvidos, estabelecendo intercâmbios com várias instituições brasileiras e estrangeiras, como é o caso da Universidade de Mar Del Plata; Universidade da Califórnia – History Center em Long Beach; o Immigration Research Center, da Universidade de Minnesota. Foram promovidas atividades conjuntas com várias outras universidades, especialmente italianas, como a Universidade da Calábria e a de Urbino. Nos últimos anos a rede se ampliou com as Universidade de Groeningen, na Holanda, e com a de Nantes, na França, onde existem núcleos de pesquisas sobre o transnacionalismo e as relações entre Europa e América Latina, que valorizam também a metodologia da história oral para produzir conhecimento. Mas, especialmente, reforçaram-se as ligações com a Università di Genova (Itália), cuja parceria revela-se inestimável através da professora Chiara Vangelista e o seu grupo de pesquisadores, reunido na Associação Internacional AREIA, cuja

parceria com o nosso Laboratório foi sempre confirmada. Fundada em 2007, e considerada hoje uma das principais entidades acadêmicas italianas para a conservação de depoimentos específicos sobre migrações entre Europa e América Latina, AREIA possui um Arquivo especifico (Audio-archivio delle migrazioni tra Europa e America Latina) que se configura como um lugar de pesquisa e de discussão sobre a metodologia da história oral aplicada ao tema das mobilidades humanas. Promove relações com instituições nacionais e internacionais e com arquivos semelhantes; a cada três anos organiza um Congresso Internacional e mantém um Laboratório específico para reunir pesquisadores e estudiosos de diferentes disciplinas para discutir temas e questões metodológicas. Tanto o Arquivo AREIA, quanto o de Porto Alegre (LAPHO) foram idealizados como instrumentos para institucionalizar as fontes orais, oferecendo a garantia de uma correta conservação e difusão das entrevistas, e fornecendo os critérios científicos necessários à formação e à conservação de um corpus documental que se alimenta, em ambos os casos, através de trocas e doações de materiais de um lado a outro do Oceano (VANGELISTA, 2011, p. 116). Dentre os vários projetos desenvolvidos, aquele de maior alcance e visibilidade foi justamente um em parceria com a Universidade de Gênova com título: Mulheres imigrantes nas cidades do MERCOSUL, dentro do mais amplo projeto "*America Latina-Europa: mujeres, derechos, trabajo y ciudad*". Graças a estes estudos, a narrativa da cidade pode ser melhor compreendida através do olhar feminino, que pouco se expressa na palavra escrita, mas que é capaz de usar com muito proveito a oralidade. Nessa perspectiva insere-se uma dissertação recente, que se beneficiou de inúmeros depoimentos -hoje depositados no Laboratório-, de mulheres italianas imigrantes em Porto Alegre depois da Segunda Guerra, para traçar uma panorâmica inédita sobre a desconhecida e até mesmo desconsiderada, inserção feminina no mundo do trabalho da capital gaúcha (CHARÃO, 2015). Considerando as novas estruturas sociais que surgiam nas cidades sul-americanas depois da

Segunda Guerra, incluiu-se no âmbito da narrativa das cidades, portanto, a voz de mulheres imigrantes, muitas vezes elas próprias inconscientes do valor do papel que desempenharam, pois processos de imigração sempre foram e ainda são entendidos prioritariamente como assunto de homens. Os depoimentos desse já pequeno número de sobreviventes passaram a ser produzidos no Laboratório, além de preservados neste e no do AREIA. Outro projeto interessante que se desenvolveu a partir de 2007, ano do bicentenário do nascimento de Garibaldi, produziu depoimentos de imigrantes italianos, tendo como foco o imaginário e as representações do General. Hoje em dia temos projetos promissores sobre o desenvolvimento de atividades empresariais no Rio Grande do Sul durante o século XX; sobre análise das mudanças urbanas produzidas pela industrialização e imigração; e sobre a caracterização identitária dos bairros urbanos principalmente de Porto Alegre. Vários outros projetos foram e são implementados através do Laboratório, sob a responsabilidade de graduandos, mestrandos, doutorandos e docentes da Universidade e de outras universidades do Estado. Desde 1997, se completaram cerca de 60 orientações de mestrado e 40 de doutorado estritamente vinculadas ao laboratório. As pesquisas realizadas já deram origem a diversos livros, entre eles muitos têm ligações com os temas principais da Urbanização, Imigração e História de empresas. Dentro deste contexto, inúmeros trabalhos acadêmicos nos últimos anos se beneficiaram do conceito de memória, relacionado com a metodologia da História Oral, para acompanhar pesquisas inseridas no movimento historiográfico relativamente recente, conhecido como "Nova História", que prevê a utilização de novas abordagens e análises qualitativas em perspectiva interdisciplinar.

Uma atenção particular, porém, foi dedicada aos estudos da mobilidade humana, considerando a importância da imigração nos estados da América Latina, mas também lembrando a coordenação por vários anos da professora Constantino, que foi sem dúvida a maior intérprete de uma revitalização das investigações sobre a imigração nas cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil todo. Ela

sempre insistia sobre a necessidade de preencher algumas lacunas nesse sentido, pois a maioria dos pesquisadores da imigração italiana no Rio Grande do Sul foi sempre atraída pela experiência da antiga colonização, quantitativamente superior e sobremodo exitosa, diante dos propósitos governamentais que nortearam seu estabelecimento. A ela se deu o grande mérito de analisar através da sua tese de doutorado que se tornou um livro em 1991, a formação, a organização e a construção de uma identidade dentro da coletividade italiana em Porto Alegre, utilizando proficuamente como metodologia de pesquisa, ainda que não de forma exclusiva, a história oral. (CONSTANTINO, 1991). Dentro dos numerosos trabalhos que se ligam ao Laboratório quero apenas lembrar algumas pesquisas mais recentes que se relacionam ao nosso campo de estudo, isto é, a imigração italiana no Brasil, muitos dos quais foram orientados pela prof.a Núncia Constantino, alguns pela prof.a Claudia Musa Fay e outros por mim. Os poucos títulos que seguem, já são suficientes para entender o tipo de pesquisas e a amplitude de possibilidades e propostas que a oralidade pode propiciar dentro este tema. A imigração, de fato, é um fenômeno social completo e os deslocamentos dos emigrantes no tempo e nos espaços podem representar um ponto de encontro "entre a história, a demografia, a econômica, a linguística, o direito, a psicologia e a antropologia" (SAYAD, apud CONSTANTINO, 2010, p. 258). Leonardo Conedera (2015): Músicos italianos em Porto Alegre: a presença italiana na banda municipal de Porto Alegre (1925-1950); Egiselda Brum Charão (2015): Mulheres e trabalho em Porto Alegre (1945-1965). História de uma imigração esquecida; Silvana Rossetti Faleiro (2015): Enlaçando tempos e espaços: os medos entre descendentes de italianos no RS; Leonardo Conedera (2012): A imigração italiana no Pós Guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976); Angela Pomatti (2011): Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura (1890-1930); Aline Karen Matté, 2008: Prazeres velados e silêncios suspirados. Sexualidade e contravenções na região colonial italiana (1920-1950); Ismael

Antonio Vannini, 2008: História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na região colonial italiana do RS (1938-1958); Leonor Carolina Baptista Schwartsmann, 2007: Olhares do médico viajante italiano Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914); Gilnei Ricardo Casagrande, 2006: Um cheiro de vinho: presença italiana em Gramado; Aline Karen Matté (2006): A moral sexual e a prostituição na Região Colonial Italiana (1920-1945); Bernardete Schiavo Caprara (2003): Ensinar em português nas escolas de italianos: o processo de nacionalização de ensino em Bento Gonçalves; Rosemary Fritsch Brum (2003) Uma cidade que se conta: Imigrantes italianos e narrativas do espaço social da cidade de Porto Alegre (1920-1937).

Relativamente à minha experiência pessoal com a história oral aplicada ao estudo da imigração italiana, quando comecei as pesquisas de doutorado alguns anos atrás, escolhi um campo ainda bastante inexplorado e, a saber, a emigração da região da Toscana, na Itália, para o Brasil. Optei como referência temporal os anos relativos à "grande emigração", pois foi justamente naquele período que este grupo regional de imigrantes chegaram em grande número deixando também muitos testemunhos, que podiam ser rastreados com maior facilidade através das fontes "oficiais" clássicas e também nos jornais da época -tanto na Itália como no Brasil-, assim como nos arquivos que conservam cartas interessantíssimas sobre o tema (DE RUGGIERO, 2011). Mesmo nos estudos sucessivos me detive quase sempre no período anterior a segunda guerra mundial. Tal escolha temporal, porém, não me impediu de utilizar fontes orais e memórias biográficas escritas por alguns protagonistas do fenômeno migratório. O que podia ajudar no desenvolvimento das pesquisas, não era tanto a experiência direta de quem se narrava, inevitavelmente com frequência nascido já em anos sucessivos ao meu campo temporal de análise, mas muitas vezes o percurso no passado que o entrevistado efetuava para traçar as origens da

própria experiência migratória familiar[3]. Certas memórias, de fato, apesar de recentes como, por exemplo, aquelas gravadas no começo de 2000 no arquivo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo[4], onde procurei vários depoimentos, podiam de várias formas fornecer, alguns dados e indícios interessantes sobre as experiências dos antepassados. Isso, porque a memória é a base da construção da autoimagem, isto é, de uma identidade, e por isso memória e identidade são inseparáveis. Agora, a identidade de cada indivíduo se forma através de um processo de relacionamento com o passado, com os antecessores e, sobretudo, no caso da imigração, com a experiência familiar dos pioneiros que chegaram. Por isso, em muitos depoimentos de ítalo-brasileiros de segunda ou terceira geração, os protagonistas não perdiam a ocasião de falar sobre a experiência dos avós e dos bisavôs que chegaram para "fazer a América". Existe muito a ser relatado sobre a fase pioneira, pois a imigração representa um trauma, um momento de ruptura fortíssimo dentro da identidade familiar. É como se a partir de uma nova vida em um país estrangeiro, se rompessem em parte os laços com o passado e se formassem novas raízes familiares, que também os sucessores portam parcialmente consigo. Então não é somente a história do tempo presente que surge dos depoimentos mais recentes, e um historiador sagaz será capaz de captar as tradições, os mitos, (de fato não muito antigos) que continuam marcando a identidade dos narradores. E quando não será possível esclarecer todas as nossas curiosidades, com certeza irão aparecer alguns indícios, que como aponta Ginzburg, poderão ser úteis a nos direcionar sobre um caminho de investigação. Apesar de todas estas considerações e do reconhecimento "oficial" que a história oral recebeu nos últimos anos, ainda se verificam resistências focadas na

[3] Nesse sentido quero sinalizar o livro organizado alguns anos atrás por Ângela de Castro Gomes, onde se recolheram depoimentos de imigrantes italianos no Rio de Janeiro, interessantes para reconstruir as experiências migratórias dos antepassados: GOMES, 1999.

[4] O Museu da Imigração do Estado de São Paulo possui um rico acervo de depoimentos orais transcritos.

escassa confiabilidade da palavra e da memória. Na Itália, por exemplo, isto resultou evidente em muitos contextos acadêmicos, onde os condicionamentos dos métodos mais tradicionais da historiografia clássica geraram frequentemente reticências na possibilidade de aproveitar as narrativas orais, até quando utilizadas para complementar a grande quantidade de documentos escritos. Outra coisa importante a ser lembrada: a Itália é um país estranho e muitas vezes contraditório, caraterizado frequentemente por contraposições polarizadas quase ideológicas também em âmbito metodológico-historiográfico. Digo isto porque todos nós conhecemos a importância de historiadores italianos no campo da história oral (mas também em outras áreas da "Nova História" como a micro-história relacionada ao paradigma do método indiciário[5] que tiveram que lutar muito para enfrentar a desconfiança dos mais tradicionalistas. Também os americanos que foram sem dúvida os pioneiros na prática da história oral tiveram que admitir a importância de estudiosos italianos que permitiram um salto de qualidade nesse campo. Lembramos o primeiro Oral History Office na Columbia University em 1948 e sucessivamente a grande quantidade de estudos que nos Estados Unidos, utilizavam a oralidade como meio para dar voz aos negros, às mulheres, aos nativos americanos, aos imigrantes e a outros grupos frequentemente colocados às margens da sociedade. Mas até os anos 70, a história oral americana se baseava sobre métodos tradicionais e a veridicidade de um documento dependia da maior ou menor sinceridade do narrador, da sua boa memória e da sua boa-fé. Por isto muitos historiadores acadêmicos acolheram esta metodologia com desconfiança, enfatizando os riscos da manipulação dos depoimentos. Nesse momento a Itália se destacou especialmente graças aos trabalhos de Alessandro Portelli que, como escreveu um jornalista ítalo-americano, Alexander Stille, no The New York

[5] Lembro, sobre este tema, os numerosos estudos traduzidos também no Brasil de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

Times, “transformou a história oral de filha indesejada da História a um gênero literário e histórico aceito e com credibilidade” (STILLE, 2001, p. 177). Portelli era grande amigo da Núncia e do nosso Laboratório (e de outros no Brasil inteiro), onde já foi convidado para ministrar cursos e oficinas sobre a metodologia da história oral. Para nós foi um momento significativo, pois ele se tornou uma peça chave na discussão sobre a aceitação da natureza subjetiva da memória histórica, que não significa o abandono de uma realidade objetiva dos fatos, mas que implica outros deveres do historiador. Portelli disse que o historiador que se confronta com a oralidade tem três deveres ao mesmo tempo: “tem que fazer o trabalho dos historiadores, tentando intender os fatos; o trabalho dos antropólogos tentando de compreender como as pessoas contam as suas histórias; enfim, tem que ter a habilidade de se orientar nestes dois níveis” (STILLE, p. 179-180). Como Portelli, uma outra historiadora italiana, Luisa Passerini, foi a primeira a examinar em nível cientifico os silêncios, as contradições, as inconsistências que emergiam nas suas entrevistas, considerando que para compreender tudo isto, não podemos considerar as fontes orais como simples exposições de fatos, mas como formas de cultura e como testemunhos da mudança que estas formas receberam no tempo (PASSERINI, 1988). Por isso, como se destaca frequentemente em muitas publicações, o historiador que lida com oralidade tem um papel mais difícil: precisa saber “ler os silêncios”, ficar alerta quando encontra falha de memória, supondo que tal lapso pode denunciar um fato cultural importante. Este historiador precisa ser preparado, de forma interdisciplinar (as vezes tem que ser um pouco psicanalista), para analisar os depoimentos com a possibilidade de intervir, reformulando uma pergunta, sugerindo um assunto, insistindo em determinados aspectos. Além disso, para quem, como eu, lida com questões sociais inseridas dentro dos processos migratórios, não poderia descartar a utilização das fontes orais, pois se é verdade que são muito imprecisas para documentar eventos, são com certeza insubstituíveis para a reconstrução do

vivido pelos protagonistas, do cotidiano dos grandes, mas sobretudo dos pequenos atores da história, que merecem ter uma voz que seja escutada. Quando se trabalha com imigrantes, a história oral é determinante para entender o cotidiano, os hábitos, a vida privada, as formas de sociabilidade, o idioma que falavam em casa e muitas outras questões. Gosto muito da perspectiva de um outro teórico italiano, Giovanni Contini, que se preocupa com a relação entre a pequena história individual contada oralmente, e a grande história que aprendemos através dos documentos tradicionais. O historiador tem que ser capaz de relacionar o pequeno ator social com o grande acontecimento histórico. A fonte oral pode ser maximizada se ampliamos o tipo de subjetividade considerando as memórias comuns de um grupo de pessoas e se, ao mesmo tempo, reduzimos o campo a ser esclarecido dentro dos grandes acontecimentos históricos. É um pouco a operação que um dos autores mais citados, quando se lida com essa metodologia, Paul Thompson, aplicou em uma velha pesquisa, que ainda pode ser considerada exemplar, chamada *Living the Fishing*, 1983 (THOMPSON, 2006). Ou seja, podemos criar um espaço social de meio, que se diferencia do micro e também do macro, através da coleta de várias narrações biográficas que além dos aspectos individuais, deixam aparecer uma tipologia de memória que se torna igual ou parecida em diferentes entrevistas. Trata-se de uma espécie de "memória coletiva" não extrema, como a entende Halbwachs, mas uma memória coletiva que se apresenta como lembrança de um passado comum entre uma coletividade que constrói e reconstrói uma própria identidade compartilhada (CONTINI, 2001). E isso funciona perfeitamente com as comunidades mais ou menos numerosas de imigrantes, tanto no espaço urbano como no colonial.

Então, através dessas reflexões espero ter evidenciado a importância da história oral como metodologia que se revela muito útil no meu campo de estudo. Uma metodologia que eu descobri principalmente no Brasil, onde não encontrei as mesmas resistências presentes na Itália durante a minha formação, apesar

de existirem como teóricos de referência muitos italianos que até conheço pessoalmente. No Brasil a História oral começou a se difundir graças ao centro de documentação CPDOC criado em 1975. Em 1994, criou-se também a importante Associação Brasileira de História Oral (ABHO), que permitiu uma difusão e um aperfeiçoamento crescente. Apesar da grande difusão, ainda persistem as críticas relativas à palavra e as memórias individuais, como se as fontes escritas delas não dependessem. Recordo por isso Ronald Fraser, quando aponta que também as fontes escritas não são a expressão de uma confiabilidade absoluta, que a subjetividade entra em todos os tipos de fontes, pois são produzidas através de uma determinada forma de narração (FRASER, 1993). Além disso, uma grande quantidade de documentação escrita é produzida a partir da oralidade, nos tribunais, nos júris, nos debates parlamentares, nos relatórios policiais e nas cartas que eu tanto utilizo para meus estudos sobre imigração. O mesmo Emilio Franzina, em uma sua obra clássica que utiliza um amplo repertório de correspondências escritas por imigrantes italianos na América Latina, refletia sobre o conceito errado de objetividade cientifica que confere credibilidade a fontes escritas que são, de fato, transcrições de momentos verbais (FRANZINA, 1994). Enfim, se tantos documentos até hoje foram produzidos graças a fontes orais, porque não continuar beneficiando-se também das facilidades das novas tecnologias que simplificaram o trabalho do pesquisador? E ainda, é dever das instituições responsáveis fornecer os instrumentos para transformar os depoimentos em documentos estabelecendo comunicação da mesma forma com outras áreas do conhecimento como a linguística, a sociologia, a antropologia e a psicologia entre outras. É isso que nós tentamos passar aos nossos alunos: que para interpretar um depoimento precisam conhecer mais do que o significado das palavras, precisam ler nas entrelinhas, nos silêncios e nos esquecimentos voluntários dos depoentes. Para concluir, quero lembrar uma entrevista que eu fiz com a Professora Núncia Santoro de Constantino em 2010 e publicada no site de uma revista

italiana, da qual eu sou editor. Depois de ter conversado sobre vários assuntos relativos à metodologia da história oral; às contribuições que ela pode oferecer no âmbito acadêmico; sobre a questão da relação entre história e memória e os perigos da subjetividade, respondendo a uma pergunta específica sobre as possibilidades que a história oral pode oferecer a quem estuda os processos migratórios no Brasil, a professora evidenciou a extraordinária importância que as entrevistas diretas exercem sobre os estudos das migrações, mais o menos recentes. Isso em decorrência primeiramente de um problema de ordem prática, que é a escassa conservação de fontes nos arquivos brasileiros bem diferentes daqueles europeus mais organizados e completos. Segundo ponto e, acredito o mais importante, é relativo à necessidade que nós historiadores da História Social da imigração temos de compreender melhor o cotidiano, as tradições, os costumes familiares, os comportamentos, as representações e os hábitos mais profundos dos homens e das mulheres protagonistas destas mobilidades. Diante sua resposta decidida sobre o fato que somente a história oral pode oferecer esta perspectiva de indagação mais profunda, me lembrei do ensinamento de um historiador que Núncia utilizava muito: Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos *Annales*. Bloch dizia que o historiador social deve ser como o ogro das fábulas, que procura e percebe de longe o cheiro do ser humano, e acredito que Núncia, através do seu empenho que se concretizou com a realização de um eficiente Laboratório de pesquisa em história oral, sempre seguiu e repassou esta lição.

Insiro na sequência a transcrição (traduzida do italiano para o português) da breve entrevista filmada que a professora Núncia Santoro de Constantino, idealizadora e fundadora do LAPHO-PUCRS, me concedeu em 2010[6].

[6] Entrevista filmada em italiano reproduzida em: http://www.recensionidistoria.net/deconstantino.html

AdR: *Até poucos anos atrás, a história oral, como metodologia historiográfica era considerada disciplina menor em relação à historiografia clássica. Hoje já é aceitada e estudada a nível Internacional no âmbito acadêmico. Quais foram os processos que levaram a esta mudança e qual é a contribuição que a história oral pode oferecer na pesquisa histórica?*

NC: Mudou a percepção da história. Se antes se considerava como história a análise exclusiva das classes dirigentes, de reis e rainhas, sabemos que hoje a história é uma outra coisa. As pessoas comuns possuem o direito de ter a própria história. E como fazemos, onde encontramos as fontes? A história oral surge no momento em que se recupera e se acredita na palavra do outro. Não se trata de uma palavra como verdade absoluta, mas é uma palavra que exprime uma verdade. O historiador deve observar bem e exercitar a sua crítica. A história oral é necessária para criar novas fontes que se referem e falam das pessoas comuns. Depois há uma outra questão: se alguém quer mentir, a operação de mentir é mais fácil em uma versão escrita. Quando se escrive há mais tempo para pensar.

AdR: *Na relação crucial entre história e memória, um problema evidente pode ser considerado o da confiabilidade da fonte oral. Qual deve ser o papel do historiador diante do perigo da narrativa oral que poder ser viciada pelos filtros da subjetividade e da memória pessoal?*

NC: Eu gosto muito de lembrar Ronald Fraser, quando afirma que a subjetividade não é um privilégio de quem fala. A subjetividade é algo que existe para todos. As fontes escritas, consideradas "tradicionais", muitas vezes são essas mesmas derivadas das narrativas orais. Os atos parlamentares, por exemplo, são fontes verbalizadas. Eu, por exemplo, trabalho muito com processos criminais onde encontro a versão de um testemunho que conta oralmente ao juiz aquilo que aconteceu. Me parece que estas

diferenças não existem mais. E uma outra questão de fundo sobre a qual o historiador deve relacionar-se, é a presumível verdade da narrativa oral. Como historiador, no momento em que avalio duas versões que divergem sobre o mesmo tema, tenho o dever de reportar no meu texto ou meta-texto as duas versões. Não deixo escapar a oportunidade de recuperar alguma coisa deste passado que, de outro modo, seria perdido totalmente. Por exemplo, quando encontro o nome de uma pessoa que me pode interessar, começo a procurar a sua certidão de nascimento, casamento e óbito. Talvez alguém que em vida foi mais afortunado, pode ter deixado também um inventário com algum imóvel registrado. Porém, somente com isto não se consegue reconstruir a trajetória de uma pessoa comum que, a diferença das elites, deixou poucos traços de si neste mundo. Ainda mais em um país como o Brasil, onde existe uma dificuldade objetiva ligada a escassa conservação de fontes documentais, e uma precariedade de muitos arquivos, a história oral se torna um instrumento útil para tratar as questões relativas às pessoas comuns.

AdR: *Na sua experiência consolidada de estudiosa da imigração italiana na América Latina, em particular no Brasil, quanto as fontes orais ajudaram e que perspectivas podem ter neste âmbito da pesquisa?*

NC: Ajudaram em tudo, porque quando se trabalhas com os imigrantes aquilo que encontro na documentação escrita é quase nada. Ou seja, os dados que ficam escritos são muito limitados, relativos a data de chegada, aos principais bens registrados, e pouco mais. Desaparece quase sempre a percepção do cotidiano, dos costumes, da língua, da cultura e das tradições. Durante as minhas pesquisas para a elaboração de um volume sobre os italianos meridionais imigrados em Porto Alegre, entrevistei uma senhora descendente de calabreses residentes em Porto Alegre. Esta senhora, falando comigo, parou por um instante para notar quanto eu me

parecia com a minha avó, também ela imigrante em Porto Alegre. A senhora conheceu a minha avó na sua juventude, quando frequentavam a mesma paróquia da cidade. Eu não conheci minha avó e esta era uma voz que me reportava ao passado e dava vida àquela pessoa que tinha o meu mesmo nome, mas que até então para mim era somente uma fotografia. As entrevistas e a oralidade me ajudam bastante para compreender como viviam, onde viviam, o que comiam etc. O historiador deve aprender a escutar. Quem trabalha com a oralidade deve saber escutar, mais do que perguntar. Se eu penso de conhecer já tudo aquilo que o meu interlocutor tem a me dizer, então não perderei o meu tempo e não deixarei que outros o façam. Com poucas perguntas específicas para fazer, eu aprendi muitíssimo destas vozes que me falavam do passado. Na realidade esta operação não é simples: produzir novos documentos é um trabalho muito mais cansativo que as clássicas investigações sobre as fontes escritas. Para concluir, quero fazer uma referência ao método indiciário teorizado por Carlo Ginzburg. Quem trabalha com história oral sabe bem que por meio das suas entrevistas poderá aproveitar indícios importantes, às vezes fragmentários, já que não existe um discurso pronto. Frequentemente, a pessoa entrevistada me permite ter uma intuição histórica importante.

## Referências

CHARÃO, Egiselda Brum. Mulheres e trabalho em Porto Alegre (1945-1965): história de uma imigração esquecida. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Formas de la narrativa oral y autorepresentación desde el presente: mujeres inmigrantes en el Brasil meridional. In: BRESCIANO, Juan Andrés (Org.). El tiempo presente como campo historiográfico: ensayos teóricos y estúdios de casos. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2010. p. 255-264.

_____. Imigração italiana e história: tendências historiográficas no Rio Grande do Sul. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (Orgs.). Imigração e cultura. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 61-71.

_____. O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

_____. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). A aventura (auto)biográfica: fundamentos e metodologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 37-74.

CONTINI, Giovanni. Fonti orali e storia locale: memoria collettiva e storia delle comunità. In: BERMANI, Cesare (Org.). Introduzione alla storia orale: esperienze di ricerche. v. II. Roma: Odradek, 2001. p. 41-60.

DE RUGGIERO, Antonio. Emigranti toscani nel Brasile meridionale (1875-1914). 272 f. Tese (Dottorato di ricerca in studi storici per l'età moderna e contemporanea) –Università degli Studi di Firenze, Firenze, 2011.

FRANZINA, Emilio. Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina: 1876-1902. Verona: Cierre, 1994.

FRASER, Ronald. Historia oral, historia social. Historia Social, Valencia, n. 17, 1993.

GOMES, Angela de Castro (Org.). Histórias de família: entre a Itália e o Brasil. Depoimentos. Niterói: Muiraquitã, 1999.

MACHADO, Janete. O veraneio de antigamente: Ipanema, Tristeza, e os contornos de um tempo passado na zona sul de Porto Alegre (1900-1960). 200 f. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PASSERINI, Luisa. Storia e soggettività: le fonti orali, la memoria. Firenze: La Nuova Italia, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

STILLE, Alexander. Le deformazioni della storia orale conducono alla verità. In: BERMANI, Cesare (Org.). Introduzione alla storia orale: esperienze di ricerche. v. II. Roma: Odradek, 2001. p. 177-182.

THOMPSON, Paul. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Orgs.). História falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC-SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial, 2006. p. 17-43.

VANGELISTA, Chiara. Areia: l'archivio e l'associazione. In: VANGELISTA, Chiara (Org.). Areia: le nuove migrazioni tra America Latina e Europa. Roma: Cisu, 2011. p. 115- 122.

**2**

# Migraciones contemporáneas e historia oral: experiencias de inmigrantes uruguayos en Brasil

*Ana María Sosa González*[1]

*...por una razón o por otra, yo soy un triste desterrado.*
*De alguna manera o de otra, yo viajo con nuestro territorio*
*y siguen viviendo conmigo, allá, lejos,*
*las esencias longitudinales de mi patria.*
Pablo Neruda, 1972.

## Introducción

El presente texto busca discutir la importancia de la Historia Oral como metodología apropiada para el estudio de las migraciones contemporáneas. El análisis toma como base las investigaciones realizadas desde 2004 con emigrados uruguayos al Brasil[2], a través

[1] Doctora en Historia por ela Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Realizou o Pós-Doutorado Institucional (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Actualmente es Profesora en la Licenciatura y Bacharelado de Historia y en el Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Currículo completo: http://lattes.cnpq.br/ 7567936924117809.

[2] Las fuentes utilizadas para este estudio son: SOSA, Ana M. González. *Identidades en diáspora, identidades en construcción: inmigración uruguaya en Porto Alegre.* Porto Alegre, 2006. [Dissertação de Mestrado em PUCRS]. *Memorias de la diáspora: Narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil (1960-2010).* Porto Alegre, 2011. [Tese de Doutorado em PUCRS]. FERREIRA, M. *Memórias do exílio: os uruguaios em Rio Grande e Pelotas no começo dos anos 1970.* Relatório de bolsa de Iniciação Científica presentado al CNPq, julho de 2009.

de sus narrativas y experiencias, las cuales reflejan a su vez instancias puntuales de la historia del país de origen. En dicha investigación la Historia Oral demostró ser la opción metodológica más apropiada para este tipo de estudios. En primer lugar porque en Uruguay las migraciones contemporáneas no acostumbran ser abordadas desde el campo de la Historia, por eso la producción académica desde esta área del conocimiento aún es escasa. En segundo lugar, porque las tradicionales fuentes que han privilegiado los historiadores para el estudio de las migraciones no consiguen dar cuenta de la vastedad, complejidad y riqueza de este fenómeno contemporáneo cuyos actores aún viven y construyen su realidad. De ahí la importancia de un análisis cualitativo que priorice el trabajo con entrevistas a los protagonistas de procesos históricos tan complejos como el de las migraciones actuales. Las fuentes orales, trabajadas desde una perspectiva histórica (es decir en complemento con fuentes documentales históricas que permitan ver el fenómeno también en su dimensión diacrónica), proporcionan información y posibilidades de análisis que resultan más ventajosas en relación a otras fuentes. Esto no significa dejar fuera del análisis documentos escritos, sean estos oficiales –los producidos desde los Estados-, sean formales -tales como cartas y comunicaciones de organizaciones de uruguayos en el exterior a los organismos públicos del país- e informales – entendidos estos como análisis de mensajes compartidos por diferentes redes sociales-. Se trata de observar y analizar las valiosas contribuciones de la Historia Oral para los análisis cualitativos que prioricen las construcciones identitarias, los mecanismos de construcción de la memoria colectiva (o mejor dicho compartida) y sus diferentes formas de expresión por medio de las narrativas atravesadas por la experiencia migratoria.

Por otra parte, son numerosos los abordajes del fenómeno migratorio reciente desde otras áreas del conocimiento: la sociología y la antropología fundamentalmente. La primera privilegiando fuentes cuantitativas (estadísticas, registros nacionales e

internacionales, etc.) que colocan en números y porcentajes dicho fenómeno. Si bien permiten tener nociones generales y comparativas del fenómeno no profundiza en las experiencias individuales. La segunda, al focalizarse en estudios de tipo etnográfico, aunque extremadamente rica para la comprensión del proceso migratorio y sus particularidades, no siempre consigue establecer un análisis histórico que demuestre el cambio de las lógicas migratorias actuales en relación a las pasadas (cuyos actores no pueden ser entrevistados).

En definitiva la reflexión que aquí se presenta propone un análisis interdisciplinar que se nutre de los diversos aportes de distintas áreas del conocimiento, pero que privilegia la Historia Oral como metodología para la comprensión del fenómeno migratorio actual y sus especificidades, sin desatender la diacronía, es decir los procesos históricos y sus respectivos contextos que han generado, acentuado y complejizado las migraciones actuales y al mismo tiempo la dimensión sincrónica que atiende las experiencias particulares y sus semejanzas con las de otros individuos.

## Uruguay: las migraciones pasadas y las actuales

En Uruguay, los estudios de las migraciones históricas, se han focalizado en los siglos XIX y primera mitad del XX. Por una cuestión lógica han debido trabajar con otro tipo de fuentes, las fuentes escritas: periódicos, cartas personales, registros de entrada y salida de migrantes, etc. pero estas fuentes resultan ser insuficientes para el estudio de fenómenos contemporáneos que involucran procesos más complejos como las migraciones recientes.

Cabe destacar que las migraciones pasadas, entendidas como las que se dieron en Uruguay desde la prehistoria hasta la primera mitad del siglo XX, si bien son extremadamente variadas según el tiempo y características de los diferentes grupos humanos, son muy distintas a los movimientos migratorios de la actualidad. En el complejo mundo globalizado de hoy, el estudio de las migraciones

contemporáneas debe contemplar las múltiples manifestaciones y facetas del fenómeno, pues se trata de un fenómeno con efectos tanto en la sociedad que da origen a la emigración como en la que "recibe"[3] a los migrantes.

Se produce entonces la dialéctica del *allá*, emigración y el *aquí,* la inmigración, con todas las ilusiones que están en juego en esta dialéctica. Por un lado la de la presencia provisoria que se transforma en duradera, denomina "extranjero" al *otro,* y al mismo tiempo lo integra porque lo precisa, su función económica acaba siendo la necesidad de su existencia, aunque en muchos casos su movilidad se deba a una cuestión política o de otra índole. Así la inmigración se transforma en el transcurso del contacto con la sociedad de acogida, al mismo tiempo que pasa a formar parte de un fenómeno mundial con alcances mayores (SOSA, 2011, p. 30-31). Por otro, los Estados "expulsores", entre ellos Uruguay y varias organizaciones civiles de "dentro" y "fuera" de fronteras, ante la magnitud del fenómeno generan propuestas para atender esa "parte" del país que no reside en él (propuestas como el voto en el exterior, programas para el retorno de migrantes, facilidades para el envío de remesas, convenios de previsión social para contemplar los ciudadanos que han realizado aportes en diversos países, por citar algunos ejemplos).

Es en medio de esta complejidad que se acentúa con las posibilidades infinitas de comunicación producto de la conexión permanente que puede tener un individuo que está físicamente en un lugar pero puede interactuar con personas de otros lugares, que el estudio de las migraciones de los últimos años desafía a los

[3] Es ampliamente conocido que dicha recepción no es siempre amigable, que los migrantes enfrentaron y enfrentan constantemente todo tipo de hostilidades y que el mundo parece aún no reconocer el derecho a la libre circulación y elección del lugar de residencia de las personas. Además de las políticas restrictivas que impiden el acceso a la documentación y usufructo de derechos de los migrantes en diversos países y momentos puntuales, la situación se agrava en el caso de las migraciones forzadas (grandes desplazamientos poblacionales por guerras, por fenómenos climáticos, por persecución política, etc.) que alteran cualquier intento de establecerse pacíficamente en suelos de otros Estados a los migrantes.

investigadores, pues deberán contemplar muchas más variables. Al mismo tiempo, es esta enorme interconexión lo que brinda la posibilidad de profundizar el análisis, pues al acceder a un número mayor de fuentes y poder observar de qué manera se dan las comunicaciones de los migrantes con sus países de origen, los estudios sobre las migraciones actuales se enriquecen abordando dimensiones antes impensadas.

Según Cristina Blanco (2000, p. 17), la migración contemporánea comprende

> los movimientos que supongan para el sujeto un cambio de entorno político-administrativo, social y/o cultural relativamente duradero; o, [...] cualquier cambio permanente de residencia que implique la interrupción de actividades en un lugar y su reorganización en otro.

En este sentido, la migración actual presenta desafíos no solo para el individuo que la experimenta sino también para el investigador que decide estudiar este fenómeno.

Junto a esto, el siglo XX y el inicio del XXI se ha caracterizado por una interesante multiplicidad migratoria, que si bien estuvo fuertemente condicionada por las características de las corrientes arribadas en la centuria precedente, presentó rasgos particulares que habilitan una revisión crítica de los mismos y de sus efectos en el corto, mediano y largo plazo (DE CRISTÓFOLIS; NOVICK, p. VIII).

## Exilio y diáspora como categorías de análisis en la emigración uruguaya de los últimos 50 años

Exilio y diáspora son categorías de análisis que representan diferentes momentos históricos en Uruguay aunque el término diáspora comprenda el de exilio.

La categoría exilio, comprende una forma de migración forzada, en el caso uruguayo en cuestión, por razones políticas, ideológicas o de conciencia. El exilio no es un fenómeno nuevo ni

extraño, ni en el mundo ni en la historia del Río de la Plata, donde, desde las luchas por la independencia, y posteriormente también, se produjo la salida forzada del país de personajes notorios de la vida política; pero según Coraza (2007), la novedad que representará el exilio de la década de 1970 en el Uruguay, y gran parte de los países de la región, estará dada, ya no por el protagonismo de las figuras reconocidas y reconocibles de la política nacional, sino por una importante masa de la sociedad, tratándose de la mayor emigración de personas por razones políticas en la historia del Uruguay (CORAZA, 2007, p. 2).

Para Uruguay el período 1973-84 representará en su vida institucional la primera y más larga experiencia de dictadura en su historia como Estado moderno con una participación importante de las Fuerzas Armadas. Este componente, sumado a las características particulares que los planes desarrollados por los EEUU en el hemisferio y su influencia en la formación de la oficialidad militar de todo el continente, las reacciones de los sectores conservadores, los partidos políticos, la izquierda armada y la crisis económica, social y política que se desencadena a partir de mediados de los años 50 del siglo XX, hacen que la sociedad uruguaya se enfrente a un fenómeno particular de su historia y cuyas consecuencias continúan hasta hoy (CORAZA, 2007, p. 2).

**Cuadro I**
**Saldos residuales intercensales**
(Uruguay, 1963-1996)

| | |
|---|---|
| 1963-1975 | 176.000 |
| 1975-1985 | 102.000 |
| 1985-1996 | 40.000 |
| 1996-2004 | 130.000 |

Fuente: Estimado por Cabella y Pellegrino (2005) en base a los Censos Nacionales y Estadísticas Vitales (INE).

A partir de la década de 1960 el Uruguay se convierte en un país emisor, donde se revela una incapacidad estructural de absorber mano de obra. "Por lo tanto, los flujos de salida y retorno fueron parte constitutiva de su conformación poblacional y su recurrencia deja en claro factores potencialmente expulsivos de naturaleza estructural más que la sola presencia de accidentes coyunturales" (PELLEGRINO, 1987, p. 3).

Después de la dictadura (1984-86) se produjo el retorno de muchos uruguayos, las estimaciones oscilan entre 40.000 y 20.000 de exiliados que habrían retornado en esos años, aunque un número importante de ellos volvió a emigrar años más tarde. Como se observa en el cuadro, arriba, hubo una salida constante de la población en los períodos siguientes a la Dictadura, produciéndose un nuevo aluvión migratorio, el denominado de "emigración reciente" (2000-2006) cuyo saldo se estima en unos 200.000 uruguayos (a los datos de 2004 que aparecen en el cuadro, se agregan las estimaciones que surgen a partir de la Encuesta Nacional de Hogares de 2006 por parte el Instituto Nacional de Estadística. Se recuerda a su vez, que el último Censo Nacional de 2011 contabilizó, 3.286.314 habitantes[4]).

La emigración entonces parece ser la respuesta de la población para la crisis política primero y económica después en los diferentes períodos de la historia reciente.

Bonfanti destaca que en los últimos años,

> como consecuencia de las crisis de 1982 y 2002, además de condiciones económicas intrínsecas de los lugares de arribo, hay que considerar también las estrategias de los mismos emigrantes dispuestos a profundizar su inserción en los mercados laborales estadounidense y canadiense aprovechando el pedido de mano de obra, pero también a recuperar la ciudadanía de los abuelos para insertarse como ciudadanos de algunos países de la Unión Europea

[4] http://www.ine.gub.uy/censos2011/index.html

> (fundamentalmente España, Italia y Francia). El resultado final ha sido la sangría demográfica. Según recientes estimaciones, entre 1968 y 2002 abandonaron el país 498.684 ciudadanos, cifra equivalente al 15,52% de la población estimada en 2004. El dato es en si extraordinario (BONFANTI, 2006, p. 182-183).

Por otro lado, es sabido que en la historia uruguaya la inmigración recibida hasta mediados del siglo XX tuvo una influencia clave en la vida económica, social y política del país como en la construcción del imaginario nacional. Asimismo, la fuerte emigración que se produjo hacia fines de los sesenta y sobre todo en la década de los setenta, sentaron las bases para que en la sociedad uruguaya el migrar se convirtiese en una opción aceptable y frecuente así como una estrategia válida para enfrentar situaciones de crisis. A esta consciencia pro-migratoria hay que añadirle las múltiples redes sociales transnacionales que vinculan a los uruguayos con familiares y amigos residentes en el extranjero, lo que ha terminado por consolidar una "cultura emigratoria". El relato de Javier Vidal en 2006 lo confirmaba de este modo:

> Entonces el país que se formó sobre la base de incorporar mano de obra extranjera, el tema migratorio estaba metido en la cabeza de la gente como imprescindible, o sea nosotros somos una sociedad abierta a recibir inmigrantes, pero no éramos una sociedad que nos pensáramos sobre el término de que [nos] podemos ir, el exilio de alguna manera colocó esa perspectiva, porque todos tuvimos un amigo o un familiar que se tuvo que ir y nos fuimos habituando a eso, luego durante el proceso de reinstitucionalización democrática donde las salidas económicas no fueron como se pensaba, las respuesta de la democracia no fueron tan inmediata como lo que se esperaba, sobre todo en la población joven comenzó a instalarse la idea de migrar, de manera bastante persistente, hoy es un fenómeno social, es un proceso que está instalado, se lo toma como

> corriente, como normal, eso es lo más grave para cualquier sociedad, [...].[5]

Esta alta propensión migratoria se registra especialmente entre los más jóvenes, se manifiesta como la voluntad de emigrar, independientemente de que ese proyecto se haga efectivo o no.

Con todo lo expuesto es posible establecer entonces dos grandes oleadas migratorias o distintos tipos de *exilios* con perfiles diferenciados:

- Los emigrados en el período de la dictadura 1970-1984, fueron fundamentalmente por motivos políticos y/o económicos producto de la situación política. Emigró el grupo familiar, en general, con redes más sólidas para la inserción en los países de acogida, con niveles educativos altos, muchos profesionales que consiguieron desarrollar sus profesiones en los países de residencia. Algunos retornaron con la reapertura democrática y más tarde volvieron a emigrar (no se posee datos concretos de este sub-grupo que volvió a residir en el exterior).
- Los emigrados recientes, quienes salieron del país desde el año 2000 hasta fines de 2006; son mayoritariamente hijos, pocos cónyuges, con un nivel educativo mayor al promedio de los uruguayos residentes en el país, 40% eran desocupados (en el momento anterior a la emigración), 3% están desocupados en el país de recepción y no se registra movilidad ocupacional entre los emigrantes (siendo a su vez desde 2009 quienes más retornan debido a la crisis en el norte).

La investigación realizada se concentró principalmente en un universo de entrevistados que corresponde a la oleada migratoria de la década de 1970, constatándose para el caso brasilero que la mayoría de los uruguayos residentes en las cinco ciudades estudiadas (Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Rio de Janeiro y São

[5] Testimonio de Javier Vidal concedido a Ana Ma Sosa González el 15 de setiembre de 2006. De aquí en adelante se utiliza cursiva para citar a todos los entrevistados y distinguirlas así de las citas bibliográficas.

Paulo) el motivo que los llevó a dejar el Uruguay no fue el exilio político, sino el económico que la situación política acarreó.

Los uruguayos diaspóricos (y entre ellos los que residen en Brasil), mantuvieron en tiempos de dictadura y aún mantienen hoy por diferentes vías la conexión con el país de origen, identificándose en sus narrativas ya no como exiliados, sino como pertenecientes a la "patria peregrina", concepto que alude a un fenómeno más complejo, que tiene su raíz en el exilio pero que ahora pertenece a una categoría más amplia de emigrados que podría entenderse como diaspóricos.

El exilio aparte de ser una realidad vivida por miles de uruguayos diseminados por el mundo desde comienzos de los años 1970 hasta mediados de los años 1980, también es una categoría utilizada para denominar a todas aquellas personas que se vieron forzadas a abandonar el país por sus ideas, su militancia, su trabajo, su conciencia o la necesidad de escapar de una situación que era percibida como de violencia contra su persona, sus familiares, parejas, amigos o compañeros más cercanos. Es una realidad personal (familiar, grupal, colectiva, social), pero también una categoría utilizada por las Ciencias Sociales que se apropia del término para referirse a este fenómeno y dar respuestas a problemas de investigación y de narrativa histórica en este caso (CORAZA, 2007, p. 3).

Por su parte, Romano sostiene que los refugiados de guerra, los exiliados, los perseguidos por motivos religiosos forman parte de un conjunto de migrantes expuestos a la posibilidad de ser asesinados, torturados, desaparecidos o desplazados; paradójicamente el destierro es una forma de estar a salvo pero también es una forma de estar condenado (ROMANO, 2005, p. 3). En esa circunstancia el autor se pregunta si es posible hablar de un proyecto migratorio ya que la elección entre quedarse o partir es una cuestión de sobrevivencia. "Sobrevivir será entonces una pelea vital de los cuerpos, de las ideologías, contra la soledad y la injusticia de un arraigo negado" (ROMANO, 2005, p. 3).

En la investigación del antropólogo Alex Moraes sobre el movimiento asociativo de uruguayos residentes en Porto Alegre, el autor destaca que la noción diáspora contiene entre sus entrevistados una enunciación fuerte en arena política y electoral. "A través de la noción diáspora eran vehiculizadas concepciones específicas al respecto del tipo de derechos que ellos pudieran reivindicar frente al Estado nacional uruguayo" (MORAES, 2010, p. 11).

Si bien este concepto es extremadamente polifónico, con sentidos diversos entre los propios "diaspóricos" uruguayos, la prensa, los gobiernos uruguayos y la academia, se considera una categoría válida para abordar este sentido de pertenencia a un país de nacimiento y por lo tanto de identidad, que se asume como construcción continua, variable y recreada en los múltiples y variados contactos de estos uruguayos con su cultura de origen y con la del país que los alberga: Brasil.

En este caso se abordan ambas categorías exilio y diáspora, a partir de la comprensión de la polifonía de los términos como medio que permite organizar y comprender a través del testimonio de los entrevistados, los diferentes momentos de experiencias migrantes, el de partida (década de 1970, vinculado al exilio) y el presente (momento en que fueron entrevistados, primera década de los 2000, vinculado al término diáspora) para observar el transcurso de esta experiencia migrante que carga y expresa en el presente una memoria traumática vinculada a la dictadura en el país de origen: Uruguay.

Desde el punto de vista del país receptor, es importante destacar que se trabaja con una forma particular de inmigración, es decir, inmigración reciente, generalmente autofinanciada y cuyo proceso continúa, por lo cual es una realidad abierta, que está modificándose continuamente, y, además, un tipo de inmigración diferente al que el Brasil acostumbró tener y estudiar. Además Brasil ha dejado de ser un país captador de inmigración (sobre todo europea y asiática, en comparación a la que recibió hasta la primera

mitad del siglo XX) para transformarse en país de emigración, fenómeno compartido por todos los países latinoamericanos en el período (lógicamente en proporciones y características diversas).

A medida que los migrantes uruguayos se fueron insertando en la sociedad brasileña, se observan transformaciones en el discurso a partir del contacto con el país de recepción, el vínculo con compatriotas y con el país de origen. Se trata de una migración en país de *frontera*, cuya proximidad geográfica y cultural, unida a una valoración positiva –en términos generales- por parte de la población brasileña hacia los uruguayos, permite una adaptación e integración "exitosa" en cuanto proyecto migratorio.

El trabajo a partir de las fuentes orales, permitió el análisis de las distintas manifestaciones y representaciones identitarias que los uruguayos residentes en Brasil expresaban en sus narrativas, en las que intervienen los juegos de la memoria, el uso de la Historia para apropiarse de un pasado común, y los dilemas personales que caracterizan al conjunto de uruguayos diaspóricos: el *eterno retorno*. Estas narrativas y memorias son entendidas como constitutivas y constructoras de identidad, se trata de relatos que representan actualizaciones de un discurso más amplio que el personal/presente, derivados de construcciones de sentido de carácter social e histórico. Narrativa entendida "como un principio cognitivo que permite dar sentido a la experiencia favoreciendo la construcción de identidad" (TELLA: 2005, p. 15). Tella sostiene que es posible aproximarse

> a las narraciones como espacios discursivos que construyen la memoria cultural de un grupo y que funciona como soporte de producción de sentido, dando lugar a configuraciones identitarias en distintos contextos, canales y códigos. Estos códigos pueden ser tanto verbales como no verbales, reales o virtuales, en una pluralidad de esferas discursivas (archivísticas, pedagógicas, publicitarias, visuales, etc.) (TELLA, 2005, p. 15).

En este sentido es posible observar una diversidad de discursos diaspóricos que circulan y unen en esa narrativa, los

tiempos de exilio y los de crisis, donde muchas veces, en lugar de la noción-categoría diáspora, adquiere mayor significación y sentido el término “exilio económico” y otras veces la palabra “éxodo”.

> Bien sabemos y sentimos que por razones diversas, desde la represión política durante la dictadura, o por las cíclicas crisis económicas, miles de uruguayos tuvieron que buscar otro lugar en el mundo donde salir adelante. Son más de treinta años de éxodos constantes originados por causas sociales. En su casi totalidad, fueron partidas forzadas por las circunstancias, pero que nunca quebraron el vínculo con la tierra, con la gente, con el "paisito". Eso bien lo saben las familias y amigos que quedaron en el país. Poquísimos han de ser los que "desconectaron" y olvidaron sus orígenes y su identidad[6].

> O Uruguai era um país que passava por uma profunda crise do ponto de vista econômico e do ponto de vista político. Mas, como eu te falei, tinha as organizações populares que eram uma grande força e uma grande organização... e ai apareceu o problema da guerrilha, dos Tupamaros no Uruguai... e na verdade eles foram uma desculpa, foram a invenção de uma desculpa para se dar o golpe. É claro que, primeiramente, a visão que eu tenho é uma visão que está ultrapassada pelo tempo, pela nostalgia também... mas eu acho que basicamente era isso[7].

Pero, además de los factores endógenos de crisis política y dictadura, hay que tener en cuenta el contexto internacional y la demanda de trabajadores por parte de otros países latinoamericanos, norteamericanos y europeos. Hasta 1975, el mercado ocupacional argentino se abrió a los migrantes uruguayos, la situación de empleo era favorable en este país y se promovieron políticas para incentivar la inmigración (PELLEGRINO, 2003). Las relaciones históricas del Uruguay con el país vecino, las facilidades

[6] SERPAL, Servicio de Prensa Alternativa, ante el Lanzamiento de la Campaña por el Voto desde el exterior en el Palacio Legislativo, Montevideo, 26/08/09.

[7] Testimonio de Rodolfo Barboza concedido a Ma. Leticia Mazzucchi Ferreira en Pelotas, el 22 de mayo de 2008.

de desplazamiento hacia el mismo y las facilidades para mantener un intercambio fluido desde allí con el país de origen, acompañada de una situación económica favorable, pueden haber propiciado la elección de este destino por gran parte de los emigrantes. Como afirma Aguiar "la migración a la Argentina tiene costos reales y psicológicos, sustantivamente menores a cualquier otra alternativa" (AGUIAR, 1982, p. 49), que pueden ser trasladables para quienes optan por Brasil –a pesar de la diferencia lingüística que explica el porcentaje menor que emigró a ese país durante la década de 1970 en relación al que emigró hacia Argentina-. Por entonces Brasil también atraía trabajadores, especialmente profesionales y técnicos; junto a otros países americanos al igual que Europa y Australia –que implementó programas oficiales de reclutamiento de trabajadores uruguayos-. Además, también se inicia en esos años el retorno de los emigrantes europeos radicados en Uruguay por motivo de la crisis política y económica que se vivía

Según Aguiar (1982), más que motivos económicos o políticos puros, se debía considerar el deterioro general que tuvo lugar a fines de los sesenta de una imagen de país fuertemente interiorizada en grandes sectores de la población, como sociedad abierta, de fácil movilidad social, participativa e igualitaria. En este grupo se encuentran la mayor parte de los entrevistados emigrados al Brasil, con una visión crítica a la situación del país de aquel momento.

A continuación una secuencia de testimonios de los uruguayos ejemplificarán la amplia gama de razones que impulsó la decisión de emigrar, todas ellas, con una clara alusión a la experiencia traumática de la dictadura (aunque en diversos grados):

> Entonces, en estos años, en mi familia se comienza a vivir una situación que es muy común en Montevideo, en esa época, aparte de los problemas políticos comienza una especie de psicosis de que la situación económica lógicamente está muy mal y una especie de

estímulo permanente de gente que se va o que se quiere ir por cuestiones económicas[8].

(...) em '74 foi a época mais negra e mais difícil da minha vida... porque a família se dissolveu, entendes? A minha avó que nos criou até essa época faleceu, a minha mãe foi para a Espanha, por causa da ditadura teve que ir embora... fizemos suas malas e tudo, teve que ir embora. E o pai, a mesma coisa... o pai veio aqui para o Brasil. E nós ficamos sozinhos lá (...) tivemos ameaças psicológicas por telefone dizendo que haviam colocado bombas dentro da minha casa... vizinhos conhecidos foram presos, na minha casa três vezes houve um "allanamiento", os milicos foram lá em casa pela última vez procurando meu pai, apontando a arma e tudo isso... ainda minha avó estava viva e tudo. Dos 14 aos 18 anos nós vivemos completamente sozinhos (...) Tenho muitos conhecidos que foram presos, torturados, famílias desaparecidas, meu primo também que foi morto (...)o meu estudo era no centro e na época que houve realmente o golpe de estado a gente não foi, não era permitido ou tinha que andar sempre com a carteira de identidade...[9].
Decidimos que para algún lado íbamos a ir, y porque ahí comenzó toda la paralización de trabajo, ya no había más trabajo, y todo culminó en esa decisión nuestra de salir del país.[10]

Las razones de la inmigración fueron razones de trabajo, en parte por mi esposo fue alguna cosa política, pero en si era porque teníamos dos nenes y no sabíamos que íbamos a hacer era muy poco el trabajo que teníamos en Uruguay, no tenías campo para nosotros, entonces él primeramente se vino para acá...[11]

[8] Testimonio de Enrique Serra Padrós, concedido a Ana María Sosa González, en Porto Alegre, el 17 de abril de 2006.

[9] Testimonio de Maria Pia Sassi, concedido a Maria Leticia Mazzuchi Ferreira, en Pelotas el 14 de junio de 2008.

[10] Testimonio de Nidia Ihitz concedido a Ana María Sosa González, en Porto Alegre, el 3 de octubre de 2006.

[11] Testimonio de María Graciela Gerosa Agrillo, concedida a Ana Ma. Sosa en Porto Alegre el 16 de octubre de 2006.

Para Milton la situación fue otra, fue de los pocos entrevistados que luego de haber estado preso, tuvo que partir en calidad de exiliado político:

> Una de las razones es haber pensado distinto, yo participaba del movimiento sindical y por haber actuado políticamente en Uruguay, allí yo era responsable del Sindicato del Frigorífico Canelones, [...]. De los años '60 en adelante la cosa se fue complicando [...] éramos contra que se nos estafara algo que se nos robara algo que era la democracia, Cómo podíamos seguir funcionando... El autoritarismo que estaba en Uruguay. Hasta que en el año '73, estuve preso varias veces y en el año '76 nos llevaron presos de vez... Y en ese orden de cosas comenzamos a movilizarnos para salir, [al exilio][12].

Es interesante el testimonio de José Luis, quien a pesar de no haber emigrado por razones políticas ni económicas, destaca lo siguiente:

> Tengo más años de vida en Brasil que en Uruguay y emigré por voluntad propia, sin motivos económicos, ni políticos (mismo no concordando con la política económica del Uruguay de la época y mucho menos con la tiranía de la dictadura militar de entonces) pero me siente un uruguayo viviendo en Brasil hasta hoy, escuchando radios uruguayas y viajando a Uruguay en media cuatro o cinco veces al año[13].

Por otra parte a partir de 2005 el Estado uruguayo crea un nueva institucionalidad para reforzar –y con ello recrear - su vínculo con la diáspora, se produce una reorganización institucional administrativa desde la Cancillería conduciendo a la creación de la Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación – de acuerdo al programa electoral del Frente Amplio, partido de izquierda que asume por primera vez al gobierno en ese año- (Sosa,

[12] Testimonio de Milton González, concedida a Ana Ma. Sosa en Rio de Janeiro, el 6 de julio de 2010.

[13] Testimonio de José Luis Doldán, concedida a Ana Ma. Sosa en Rio de Janeiro, el 5 de julio de 2010.

2009[14]). Entre otras medidas, se planteaba la reorganización de los grupos –preexistentes- de uruguayos en el exterior o la formación de nuevos que así lo deseen para constituir los Consejos Consultivos. Con ello se oficializó el aparato institucional de vinculación con la diáspora por medio de estos Consejos Consultivos que "estarían actualizando formas asociativas pre-existentes" que ahora oficiarían de interlocutores directos con el Estado de origen" (ZEBALLOS, 2012, p. 1).

En 2009, el ex Director de Vinculación, Diego Peludo, destacaba que la "diáspora" uruguaya se encontraba organizada en 46 Consejos Consultivos y en alrededor de 150 Asociaciones de Uruguayos en el exterior[15]. Esos Consejos Consultivos se plantearon como espacios institucionalizados[16] cuya función sería fomentar la participación ciudadana extraterritorial y ser el nexo entre la colonia de uruguayos que representa y las instituciones estatales. A través de los Consejos, los emigrados uruguayos pasaron a manifestar sus demandas ante el Estado. La noción de *patria peregrina* que pauta y le da nombre al proyecto de vinculación del gobierno frenteamplista – y, además, es el término sugerido por el Presidente Tabaré Vázquez para referirse a los uruguayos que viven fuera del país–, cristalizado en el *Departamento 20*, al igual que la categoría *diáspora*, no posee una única definición en las esferas gubernamentales. Se irá transformando en los sucesivos cambios (y conflictos) que la Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación ha tenido desde su creación (a modo de ejemplo cambió 5 veces de Director entre 2005 y 2011).

Pero, lo que interesa en este caso es que se ha generado una instancia desde el Estado, oficial si se quiere, en la que es posible

[14] SOSA, Ana Ma. "La política de re-vinculación del Estado uruguayo con su diáspora". In: Revista Tempo e Argumento. Dossié *Diásporas*.http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1838, julio de 2009.

[15] En agosto de 2012, el Director de Vinculación de la Cancillería informó que hubo una disminución de las reuniones regulares de estos Consejos y por ello se contabilizan sólo 27 Consejos.

[16] Adquirió estatuto legal a partir de la Ley de Migración Nº 18250 de enero de 2008.

recrear identidad institucionalizando el vínculo, con intención expresa de llegar y escuchar al uruguayo residente fuera del país. Con el cambio de autoridades a partir de 2010, se reafirmó la política de re-vinculación uruguaya y los nuevos compromisos desde el Estado. El Ministro de Relaciones Exteriores de entonces, Luis Almagro, en un documento político elaborado previo a su asunción en 2009, afirmaba la necesidad de profundizar los cambios en el *Departamento 20*, asumiendo desde el Estado una *nueva* política migratoria que desarrollara "un marco común, amplio y pluralista", incluyendo a todos los integrantes de la Nación. "Tal marco deberá sobrepasar la miopía estatal nacional, involucrando también a los países de acogida" (ALMAGRO, 2009, p. 34).Y agrega:

> Es necesario dignificar el proceso migratorio y por ello el Plan es concebido como Política de Estado, en donde se reconozca al emigrado como actor de desarrollo del país y por ende sujeto activo del proceso de construcción del Uruguay del Cambio. (...). Los factores subjetivos son centrales en las corrientes migratorias. La existencia de un proyecto de "país posible" podría operar como disparador para que muchos opten por quedarse, y para que otros tantos sigan apostando al país desde afuera (ALMAGRO, 2009, p. 34-36).

Esta institucionalización y propuesta política, intentaba ser, en definitiva, una respuesta política al exilio de los setenta, ya que la mayoría de estas personas emigradas pertenecían a la actual coalición política de gobierno, y, en 2004 un número importantísimo de ellos se organizaron masivamente para ir a votar al Uruguay, incidiendo así en el cambio de gobierno. Asimismo, la propuesta política no deja de integrar a los uruguayos emigrados en los 2000 –aludiendo a esos tiempos de crisis- bajo un aspecto que contenga a todos los uruguayos residentes en el exterior: "Departamento 20" entonces vendría a ser esa extensión de los 19 departamentos que componen territorialmente al Uruguay, los uruguayos de la "patria peregrina" o diaspóricos.

Bajo esta concepción que incluía al segundo período de emigración (el que se da entre los años 2000 y 2006), el Estado, a través del discurso de varios de sus gobernantes, resignificaba la diáspora uniendo los dos momentos históricos y experiencias de emigración masiva: la de los *exiliados* y la de los *diaspóricos,* utilizando el término *patria peregrina*. Este término es vinculado a su vez, por ambos grupos de emigrados al episodio llamado por la historiografía tradicional, "éxodo del pueblo oriental" o derrota, que remite a un importante episodio del período artiguista (por el héroe nacional José Gervasio Artigas) durante la lucha por la independencia de España. Se produce así la resignificación de la palabra Éxodo a través de la *patria peregrina* cuya referencia al pasado tenido como común tomará ese episodio como la referencia más recurrente en los discursos conmemorativos del bicentenario. Para ilustrar simplemente el sentido integrador que la convocatoria del Bicentenario tuvo, unos fragmentos del discurso inaugural del Ministro de Educación y Cultura del Uruguay, Ricardo Ehrlich en febrero de 2011:

> Una convocatoria que nos **incluye a todos los uruguayos y uruguayas, de adentro y de afuera del país**. La respuesta ha sido formidable y hoy podemos presentar una primera agenda que contiene más de doscientas actividades de instituciones públicas, privadas y de actores de todo el territorio nacional y del exterior. Esta agenda se irá enriqueciendo a lo largo del año.
> Pero nos convoca también a conmemorar un momento central de nuestra historia que entendemos que representa el largo camino de construcción de nuestra nación cuyos surcos parecen permanecer aún en nuestra tierra marcando la senda del futuro: el Éxodo, [...] esa larga marcha [...] que los paisanos llaman La Redota [...] es, tal vez, uno de los momentos de mayor fuerza y de singular vigencia como símbolo y ejemplo de la construcción de la nación. [...]. Todo ello se suma a la idea de construcción de la

> república como uno de los principales fundamentos de la tradición del artiguismo que queremos sostener aún en nuestros días"[17].

Surge así, desde el Estado una resignificación del Éxodo en esa diáspora, en un pretendido camino a realizar en conjunto e integrador de "todos los uruguayos, los de dentro y los de fuera".

A su vez, es posible percibir en diferentes chats de uruguayos en el exterior que estos argumentos forman parte de sus narrativas. Las posibilidades de intensificar este intercambio a través de internet son infinitos. En este sentido, Alejandra Presa (2006), refiriéndose a su hermano, expresa:

> *El único brasilero es él, brasilero más uruguayo de todos ellos, él es apasionado, apasionado por el Uruguay. Hace poco tiempo que él instaló internet en casa y cuando colocó internet [...] las averiguaciones de mi hermano son todas [sobre Uruguay], él lee el diario de Uruguay del día, él oye radio de Uruguay, él duerme oyendo radio de Uruguay, para él aquella tela del computador hoy funciona como forma de transportarse mil kilómetros en dirección al sur rápidamente.*[18]

Y agrega:

> *Él participa de "La Redota", en la internet, me invitó a entrar pero yo no, no tengo más paciencia para chat, y cosas así, pero él va ahí y participa.*[19]

El nombre de esta comunidad cibernética *la Redota,* remite a la derrota o éxodo mencionado en el discurso de Ehrlich. Es la denominación del episodio por parte de sus contemporáneos, los paisanos de 1811, que al sentirse traicionados por la Junta Revolucionaria de Buenos Aires, deciden acompañar a Artigas desde

[17]Palabras del Ministro de Educación y Cultura, Ricardo Ehrlich, en la Apertura de los festejos del Bicentenario en el Palacio Legislativo. Boletín de Presidencia de la República, 15/2/2011.

[18] Testimonio de Solange Alejandra Presa, concedido a Ana María Sosa González en Porto Alegre el 6 de abril de 2006.

[19] Ibidem.

Montevideo hasta su instalación en el Ayuí (litoral norte del Rio Uruguay), en lo que fuera interpretado como el "éxodo del pueblo oriental", sorprendente además por el hecho de que en el trayecto se unieron familias enteras, pobladores de la campaña, siendo un ejemplo sin precedentes en los procesos revolucionarios de América Latina de principios del siglo XIX. Nombre cargado de significación, que sólo tiene 'sentido' para uruguayos, y que remite a una historia común, conocida por todos, sea porque lo estudiaron en las escuelas, sea porque les fue trasmitido informalmente por otras vías.

En carta enviada a la autora por correspondencia electrónica, en noviembre de 2009, el presidente de la Asociación de Uruguayos de Catalunya, Rómulo Correa, sintetiza ejemplarmente los discursos de exilio y de crisis, realizando un recorrido por características que destacan al país y que son compartidas por la mayoría de los uruguayos diaspóricos, de hecho, en varios fragmentos de las entrevistas realizadas a los uruguayos residentes en Brasil también aparecen aunque no conjugadas de esta manera.

> [...] En democracia y más en Uruguay todos tenemos opiniones diferentes, somos el país que tiene más técnicos de fútbol y especialistas en política, sabemos de todo, ésta característica propia es muy buena diría yo, porque permite colocar en la balanza todo, por ello Uruguay hizo una huelga general para oponerse al golpe de estado y luchó no dándole tregua un solo día de su repudiable existencia, gracias a este mismo pueblo tenemos empresas públicas, quienes estamos fuera valoramos mucho esto, porque sufrimos a diario los embates de las empresas privadas en países que han privatizado todo, éste es el mismo pueblo que no permitió la flexibilización laboral, sistema que se aplica en muchos Estados, que construyó un ejemplo para el mundo como es el PITCNT, una legislación laboral y protección a los trabajadores que existe en muy pocos países, estamos hablando del mismo pueblo, nuestra gente que no se deja llevar de las narices, que piensa y actúa.

> Me siento orgulloso de nuestro pueblo, a poco de visualizar estas características, junto a otras que no nombraré por tema de espacio[20].

Por otra parte, en entrevista realizada por la antropóloga Zeballos, Alejandro –un informante calificado- brindaba su opinión integrando a esta dualidad su dificultad para establecer la categoría de exiliado y/o diaspórico:

> Bueno, leí el texto y me quedé con ganas de más... Más texto y más "debate", como en las épocas de militancia, donde todo discutíamos... "...emigrados, exiliados o diaspóricos?..." Todo al mismo tiempo.
> Lo malo de eso es el lugar no-lugar en el que uno queda, nunca siendo de aquí, jamás volviendo a ser de allá[21].

En este testimonio las categorías de emigrado, exiliado y diaspórico se mezclan pero no se confunden, se vinculan a un sentimiento de andanza, de tránsito y no pertenencia que es la angustia de la mayoría de los emigrantes.

Varios uruguayos viven esa "separación" física con el país de una forma dramática, otros consiguen sobrellevarlo encontrándose con compatriotas, reviviendo y reforzando "identidad" en diferentes espacios (clubes, agrupaciones, encuentros de familia, comités políticos, etc.), o a través de una fuerte solidaridad y compromiso con el país en momentos puntuales, que pueden ir desde ayudas ante catástrofes, donaciones a instituciones, idas masivas para votar en las elecciones nacionales y referéndums, etc..

[20] Correspondencia electrónica con Ana María Sosa, el 18 de noviembre de 2009.

[21] Entrevista a Alejandro (?), En Comunicación electrónica. Porto Alegre, junio de 2010. In: ZEBALLOS, Mabel. "'Departamento 20': Emigrantes, exilados ou diaspóricos? Identidade narrativa, memória e hierarquias entre transmigrantes uruguaios". Paper presentado em la 27ª Reunión Brasileira de Antropologia. Belém do Pará, agosto 2010. p. 7.

**Memorias traumáticas: entre el miedo y la añoranza del "paisito".**

Las experiencias de miedo son recurrentes en todos los relatos, al mismo tiempo que estas memorias refieren al "paisito", término de connotaciones afectivas, se enmarcan en tiempos y espacios vividos antes de emigrar. La nostalgia por el *paisito,* o las referencias con carácter fuertemente afectivo que hacen los entrevistados al referirse a Uruguay, es narrada como la esencia de lo nacional y suele simbolizar, de una manera intangible la identidad uruguaya en la medida que es un referente compartido por la mayoría de los entrevistados, aunque no sea expresada igual en todos los testimonios, lógicamente. En los relatos se percibe el lugar privilegiado en el que se encuentra ese "paisito" rememorado en narrativas, en general asociadas a una ilusión, cuidado y cariño por el país. Hoy, casi 40 años después de esa experiencia migratoria a pesar de los múltiples testimonios de miedo e inseguridad, prevalece en el conjunto de los entrevistados y en cada narrativa en sí, una memoria que denota un vínculo afectivo con el país de origen, pero no por ello ausente de críticas y deseos de cambios.

> *Era um clima ruim. Eu sentia medo, não sei se é porque a gente também, eu acho que por ser criada no interior, as informações eram muito poucas, muito vago, acho que até a família escondia um pouco da gente, não como hoje em dia que qualquer criança sabe tudo. Então, eu sentia medo assim, de repente tu descias do ônibus para ir para a tua casa e já te davas de cara com aqueles policiais que ficavam caminhando na calçada, todos armados (...)*[22].

Permanecen hoy en los entrevistados que emigraron siendo muy jóvenes, niños, o adolescentes, una sensación de acto (referido a la partida) prácticamente forzado, donde fueron retirados de sus lugares habituales de socialización, escuela, amigos, familia,

[22] Testimonio de María del Carmen, concedido a Maria Leticia Mazzucchi Ferreira em Pelotas el 14 de julio de 2008

obligados a establecer nuevos vínculos, adaptándose a nuevos hábitos y cultura en medio de un proceso de desenraizamiento. Se observa entonces una memoria dolorosa, claramente traumática, que se revive al momento de narrar la experiencia vivida. En este sentido cabe recordar lo apuntado por Montenegro en relación al "movimiento permanente de resignifiación de la memoria a partir de las experiencias del presente"[23], siendo una de estas experiencias la propia instancia de la entrevista, que va a movilizar nada menos que toda la experiencia migratoria de los entrevistados. Este movimiento irá asociado a un conjunto de procesos de fundación de otras memorias, por lo tanto habrá un constante rehacer de esa memoria que podrá reafirmarse y recrearse en otras narrativas de sí. Elizabeth en este testimonio puede ser un buen ejemplo de ello:

> *En el momento que yo conseguí superar los recuerdos de la dictadura militar, de aquella persecución, de los tiroteos, de las bombas de gas lagrimógeno, de aquella cosa que tu no podías hablar una palabra que siempre había un "milico" cerca de ti, ahí yo pasé a ser realmente más brasilera, pero eso llevó realmente años, y yo no se explicarte como eso sucedió, no tengo como, hoy realmente lo veo, ...*[24]

En esa subjetividad también hay que incluir la represión, el olvido, lo no dicho; lo silenciado por mucho tiempo, y la oportunidad presente de poder expresar sus vivencias.

De este modo en la construcción de la fuente oral, a la demanda de la investigadora (como instancia de solicitud de entrevista y generación de espacios para narrar la experiencia migratoria individual) hay que tener en cuenta el fenómeno que se viene viviendo en Uruguay desde el 2005 con ascenso al poder de la

[23] MONTENEGRO, Antonio Torres. "História Oral e Interdisciplinaridade: a invenção do olhar". In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Os desafios contenporâneos da História Oral- 1996*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1997.p. 200.

[24] Testimonio de Elizabeth Lourdes Castillo Fornés, concedida a Ana Ma. Sosa, en Porto Alegre, el 19 de agosto de 2006.

izquierda (así como en otros países latinoamericanos), donde es constatable ciertos cambios colectivos de memoria en función de ciertas demandas del presente: la posibilidad de observar hacia ese pasado reciente amparado por una institucionalidad y gobierno que aunque con diversos cuestionamientos ha generado espacios para ello, conjuntamente a los sucesivos reclamos y movilizaciones de las diferentes agrupaciones que trabajan en defensa de los Derechos Humanos, reivindicando verdad y justicia sobre el período de la Dictadura. Muchos de los entrevistados se hacen eco de esta serie de reclamos, recordando enfáticamente el tiempo en que debieron silenciar sus experiencias migrantes, sobre todo a su llegada al Brasil, donde no se permitían hablar sobre lo que habían vivido, debían reprimir, silenciar y ocultar esa memoria, operando aún el miedo y la necesidad de sobrevivencia. Sin embargo en la medida que los años transcurrieron y que se generó un espacio social y público en el que su relato podía ser contado, comenzaron a animarse a hacerlo. Por ello;

> en la búsqueda de una identidad funcional, coherente con situaciones de destierro, refugio, exilio, por ejemplo, el recurrir al olvido y/o negación puede ser al mismo tiempo facilitador de las relaciones interpersonales y aceptación en un medio diferente del original, así como factor de fragmentación de esas identidades en una cadena generacional, por ejemplo (FERREIRA, 2011, p. 112).

Finalmente pensando entonces los espacios en su dimensión simbólica, como *lugar antropológico,* el "paisito", tiene un especial sentido en los relatos, una significación y uso que remite a una construcción de identidad, siendo un referente compartido por quienes están "fuera" de fronteras y cargan de emotividad, afecto y aprehensión a esta palabra que la distancia "les" hizo aprender. Palabra que no es posible asociar a una imagen específica, sino a un sentimiento cuya proyección simbólica, remite a espacios que se cargan de connotaciones convirtiéndolo en un verdadero "lugar antropológico" en el sentido asignado por Marc Augé (1996). Dos

citas a continuación servirán para ejemplificar lo dicho sobre las referencias al país de origen y la figura del héroe nacional Artigas como indiscutible y emblemática:

> *Para mi yo amo Brasil profundamente, es mi segunda patria, no voy a negar que mis raíces están acá, fue por eso que volví, y eso también porque mi hijo a pesar de haber nacido en São Paulo, ya hizo el viaje de arquitectura, es estudiante avanzado, está presentando el proyecto final para recibirse de arquitecto en Uruguay, pero viajó por el mundo todo, y me dijo viejo, "no hay como el país, el Uruguay es el Uruguay nuestro, la costa que tenemos nadie la valora, no sabés lo que es, maravilloso, he recorrido el mundo entero, he visto lo mejor imaginable por el ser humano y he visto lo peor, pero de todo eso saco en limpio que el Uruguay continua siendo el lugar más lindo para vivir, eso me orgulla, eso me llena de orgullo, él naciendo en São Paulo, una ciudad gigante, con toda la tecnología y sin embargo a él le tiró siempre el Uruguay*[25].

Por otro lado el testimonio de un hijo de padres uruguayos que nació en Brasil pero vivió su infancia en Uruguay:

> *Mis papás se vinieron para San Pablo en el período de la dictadura y yo no pude nacer en Uruguay. Pero hoy les agradezco porque en mi casa siempre se mantuvieron las costumbres y valores del pueblo oriental. Y volví a Uruguay para hacer la escuela, así que un día yo también tuve que usar delantal blanco y moñita azul y zapatitos negros con medias blancas. Y los cuadernos de hojas ásperas, esos que el gobierno nos ofrecía sin costo -en pleno período de la dictadura- con el busto del Gral. José. Artigas, y sacate el sombrero cuando lo digas, y el himno nacional en su carátula. Son lindos recuerdos como estos que hacen al Uruguay un país lindo y tranquilo (Miguel Reyes, 2006)*[26].

[25] Testimonio de Freddy Viñales, concedido a Ana Ma. Sosa, en Sao Paulo, el 2 de mayo de 2009.

[26] Testimonio de Miguel Ángel Reyes, concedido a Ana Ma Sosa en Sao Paulo, el 11 de abril de 2006,

Obviamente este último relato contiene una versión totalmente idealizada, romántica, que se trasmite como un discurso casi mítico, fundador de la *nación*, discurso que se repite en infinidad de casos, obviamente, cada uno según el modo de narrarse de cada entrevistado.

Sorprende las coincidencias con este tipo de testimonios míticos que remiten a un Uruguay único, en que se resalta la educación formal uruguaya –especialmente la proporcionada en la escuela pública, primaria- y se destaca a Artigas como héroe con apropiaciones particulares –muchas de ellas, bastante originales de este proceso histórico- Es curioso observar cómo desde puntos tan distantes del país –refiriéndome a las ciudades de origen en Uruguay de dichos emigrados-, con niveles socio-económico-culturales tan diversos, la educación formal brindó una base formativa que homogeneizó discursos y creó una identidad, una referencia de base, una pertenencia que remite a elementos y pasado común, narrado desde distintas partes del Brasil por los uruguayos de manera muy parecida. Se trata de una serie de conexiones y construcciones de memoria que los uruguayos, aunque nacieron en puntos dispersos del país presentan hoy discursos semejantes, también desde puntos diversos de residencia en Brasil.

Otro ejemplo significativo es la promoción de diversos programas radiales y de televisión. Entre ellos se destaca el programa en TV cable (de marzo de 2012) para la comunidad de uruguayos residentes en el exterior,

> 1er programa de TV realizado por y para Uruguayos en el exterior. Tenemos el placer de informarles, que después de 2 años documentando la vida de uruguayos en Francia, España, Canadá y Estados Unidos, el proyecto *Los De Afuera No Son De Palo* tendrá su espacio en la televisión. [...]
>
> Con un estimado de casi 600 mil uruguayos residentes en el exterior, no existe aún un informativo que les comunique los acontecimientos diarios de su comunidad y sirva de vinculación entre Uruguay y el exterior. [...]

> La idea es crear un espacio donde los de afuera podamos enterarnos de las cosas que suceden en nuestra diáspora para así estar integrados y crecer como comunidad. También es una manera de estar en contacto con el paisito. [...][27]

Existen diversos programas radiales donde se habla del tema migratorio y se entrevistan uruguayos que residen en otros países e incluso algunos de los que han decidido volver. Si bien siempre se narran las experiencias personales, en muchísimas instancias aparecen claras referencias a la Historia, a discursos oficiales reapropiados, identificando en varias ocasiones el proceso del éxodo con el vivido personalmente por estos uruguayos diaspóricos/exiliados.

Por último es posible afirmar que en medio de sus experiencias migrantes, de sus inevitables vínculos y asimilaciones de la cultura que los alberga por más de 30 años en Brasil, los uruguayos expresan a través de sus discursos y prácticas elementos de

> la cosmopolítica que orienta la idealización de un Uruguay diaspórico o Patria Peregrina que parece querer conciliar las memorias del exilio con las experiencias de emigración más reciente, en un nuevo proyecto integrador, que no está libre de contradicciones, en este caso de alcance trasnacional (ZEBALLOS, 2012, p. 3).

A través del análisis de las entrevistas realizadas por la autora y de las realizados por otros investigadores, se percibió que estos uruguayos expresan en sus narrativas experiencias migratorias que van de la categoría exiliado a la de diaspóricos, y, al mismo tiempo mantienen lazos particulares con su país de origen, sin dejar de integrarse y sentirse cómodos en las sociedades receptoras de las ciudades brasileñas investigadas.

[27] Recibido por comunicación electrónica con la autora, el 30 de marzo de 2012, por parte del Consejo Consultivo de la Gran Porto Alegre y Vale dos Sinos.

En esas experiencias migratorias, la categoría exilio está presente en la mayoría, aunque no todos los uruguayos que emigraron y residen en Brasil por más de tres décadas fueron exiliados en el sentido de imposibilidad de volver al país de origen por persecución política directamente. Ese fue el caso solamente de uno de los entrevistados, pero la sensación que prevalece y es trasmitida en todos los testimonios es que dadas las circunstancias de la época volver representaba un riesgo para su libertad y comprometía la vida de sus familias. Por lo tanto la categoría exilio representa en sus narrativas una memoria traumática, de referencia al país de origen y de dolor por haber tenido que abandonarlo debido a la dificultad real del momento. La presencia de memorias de miedo, inseguridad, injusticia y pérdida de posibilidades en el país de origen quedan claras en todas las narrativas.

En los años 2000, al ser entrevistados y recordar sus experiencias migratorias, aún teniendo en sus relatos una fuerte carga emotiva vinculada a la memoria de los años de su partida de Uruguay, esa realidad ha ido cambiando, y por esa razón se sitúan a estos mismos exiliados de otrora como migrantes diásporicos, migrantes de hoy. Se percibe que han conseguido conciliar en sus narrativas aquella experiencia dolorosa a una que podría interpretarse como más positiva, de adaptación –y un muchos casos muy exitosa, en cuanto desarrollo profesional y personal- con el país de adopción. Después de más de 30 años residiendo en Brasil se sienten integrados y partícipes en la vida de ese país, sin que por ello hayan renegado a su país de origen; en su lugar han decidido recrear afectivamente aquel país en el que nacieron, algunas veces dejando una imagen mítica y congelada en el tiempo, otras más próxima de los cambios que se vienen dando en el Uruguay y participando de manera más o menos activa en las propuesta de re-vinculación que el Estado uruguayo viene promoviendo. En todos los casos esta conciliación parece darse al narrar el conjunto de su experiencia migratoria desde el presente, lo que se interpreta como un fenómeno ya no tan vinculado al exilio sino a la diáspora. Una

diáspora que adquiere otro sentido, pues recrea identidad contribuyendo junto a otros uruguayos diaspóricos residentes en otras partes del mundo a solidificar la nación. Nación esta, entendida como "comunidad política imaginada" (en el sentido expuesto por Benedict Anderson), bajo un 'paraguas" de símbolos y referencias culturales que trajo de su país de origen pero que alimenta, reinventa y recrea desde el país de destino.

## Algunas consideraciones finales

A través del análisis de fuentes orales, en otras palabras reivindicando la Historia Oral como metodología para la investigación de las migraciones recientes, es posible observar la complejidad del fenómeno, pero sobre todo las interacciones y cambios en el discurso de los entrevistados en la medida que los "tiempos" han pasado, que las políticas oficiales admiten la experiencia migratoria y de alguna manera la institucionalizan, y que los innumerables contactos con el país de origen intensifican y resignifican los discursos identitarios, reacomodándolos y hasta conciliándolos. De ahí que en muchos casos pasen de la esfera traumática a la de la enunciación con "balances" positivos, es decir de la fuerte connotación traumática que el concepto "exilio" acarrea a una semántica distinta reelaborada a través del concepto "diáspora".

Sin la realización de esas entrevistas hubiera sido imposible percibir la interacción de estos momentos y la intensidad narrativa con sus significaciones y sentidos.

En esas narrativas se constata una cierta "conciliación" de las experiencias migrantes, donde al mismo tiempo que marcan la necesidad de establecer su "nueva" vida en el país de adopción –Brasil- destacan pertenencia e identificación con el país de origen –Uruguay-, sin por ello dejar de establecer lazos de identificación, que los hace integrarse "satisfactoriamente" a la cultura y vida del país de acogida, conformando así lo que se podría entender como nuevo

discurso identitario, de características trasnacionales en el sentido planteado por Gustavo Lins Riveiro.

Estos discursos oscilan entre la experiencia del "exilio" y la migratoria reciente o de "diáspora", contiene fuertes elementos (simbólicos y experienciales) que remiten al país de origen, posiciona a los sujetos en lugares no siempre muy claros al ser expresados verbalmente, aunque todos ellos suponen una pertenencia y vinculación en mayor o menor grado con el paisito (denominación con fuerte significación afectiva referida al Uruguay).

## Referências

AGUIAR, César. **Uruguay: país de emigración**. Ed. Banda Oriental. Montevideo, 1982

_____. "Inmigración. Perspectivas y oportunidades para una política inmigratoria". In: CALVO, J. C. y MIERES, P. (editores) **Importante pero Urgente. Políticas de Población en Uruguay.** Montevideo: Ed. Rumbos, 2007.

ALMAGRO, Luis. *"Uruguay: País integrado o desintegrado (?)"*. Documento programático en vistas a la asunción de mando 2010. Montevideo: 2009.

AUGE, Marc. **Los 'no lugares'**. Barcelona, Ed. Gedisa, 1996.

BLANCO, Cristina. **Las migraciones contemporáneas**. Madrid: Alianza. 2000.

BONFANTI, Daniele. "Población y territorio: familia, migración y urbanización". In: FREGA, Ana (et. all.) **Historia del Uruguay en el Siglo XX (1890-2005).** Montevideo. Departamento de Historia del Uruguay de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. UDELAR, 2006. p. 182-183.

CORAZA, Enrique. Los exilios uruguayos en España: silencios, problemas y realidades.

In: REY TRISTÁN, Eduardo (ed.) **Memorias de la violencia en Uruguay y Argentina: golpes, dictaduras y exilios 1973-2006.** *Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela.* 2007, p. 197-216

DE CRISTÓFORIS, Nadia; NOVICK, Susana (comp.). Jornadas un siglo de migraciones en la Argentina contemporánea: 1914-2014. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2016.

DEMASI, Carlos. **La lucha por el pasado. Historia y Nación en Uruguay (1920-1930).** Montevideo: Ed. Trilce, 2004.

DUTRÉNIT, Silvia (coord.). **El Uruguay del exilio. Gente, circunstancias, escenarios.** Montevideo: Trilce, 2006.

FERREIRA, Ma. Leticia M. "Políticas da memória e políticas do esquecimento". **Aurora** (PUCSP. Online), v. 10, 2011, p. 102-118. In: www.pucsp.br/revistaaurora.

_____. Memórias do exílio: os uruguaios em Rio Grande e Pelotas no começo dos anos 1970. Relatório presentado al CNPq, Julio de 2009.

FREGA, Ana et. all. **Historia del Uruguay en el Siglo XX (1890-2005)**. Montevideo: Departamento de Historia del Uruguay de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. UDELAR, 2006 (cdroom).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. S. Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. "Testimonios personales, memorias y verdades frente a situaciones límite". In: BARRANCOS, Dora. (et. al). **Formas de historia cultural**. Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento. 1ª ed., 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. "História Oral e Interdisciplinaridade: a invenção do olhar". In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1997.

MORAES, Alex. **Deslocamentos transnacionais no Cone-Sul contemporâneo: estudo antropológico dos discursos e práticas imigrantes em torno à diáspora uruguaia**. Trabalho apresentado para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diciembre de 2010.

PELLEGRINO, Adela. **Caracterización demográfica del Uruguay**, Montevideo: UNFPA-Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República. 2003.

PORTELLI, Alessandro. "La Memória e l´Evento: L´uccisione di Luigi Trastulli, Terni 17 marzo 1949". In: BERMANI, Cesare. **Introduzione alla Storia orale: esperienze di ricerca**. Roma: Odradek, 2001.

RIBEIRO, G. L. Gustavo Lins**. Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens.** Brasília (DF): UnB, 2000.

SOSA, Ana M. González. **Memorias de la diáspora: Narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil (1960-2010).** Porto Alegre, 2011. [Tese de Doutoradoem PUCRS].

_____. **Identidades en diáspora, identidades en construcción: inmigración uruguaya en Porto Alegre.** Porto Alegre, 2006. [Dissertação de Mestradoem PUCRS].

_____. 2009. "La política de re-vinculación del Estado uruguayo con su diáspora". **Revista Tempo e Argumento**. Dossié *Diásporas*. In: http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1838

TELLA, Mercedes. "Introducción". In: PALLEIRO, M. Inés (comp.). **Narrativa: identidades y memorias.** Buenos Aires: Dunken, 2005.

ZEBALLOS, Mabel. 2007. "Narrativas en tránsito: 30 años entre Uruguay y Australia". In: DICONCA y CAMPODÓNICO (comp.). **Migración uruguaya: un enfoque antropológico.** Montevideo, Udelar – FHCE, OIM, 2007. pp. 19-35.

_____. "'Departamento 20': Emigrantes, exilados ou diaspóricos? Identidade narrativa, memória e hierarquias entre transmigrantes uruguaios". Paper presentado enla 27ª Reunión Brasileira de Antropologia. Belém do Pará, agosto 2010.

_____. "Marcas de origem e conjunturas da acolhida: associativismo entre uruguaios na Catalunha, Espanha" Paper presentado en la 28ª Reunión Brasileira de Antropologia, realiza del 2 al 5 de julio de 2012, en São Paulo/SP, Brasil.

# 3

# Memórias de imigrantes: fontes para o estudo da imigração italiana no sul do Brasil

*Maíra Ines Vendrame* [1]

## Introdução

Escrever sobre as experiências vivenciadas na região de origem, na viagem de transferência e durante o período de constituição das novas comunidades foi algo desejado por alguns imigrantes italianos. Contudo, poucos tinham a capacidade de relatar, por escrito, as situações vividas, expressando os sentimentos e impressões particulares, da família e do grupo ao qual pertenciam. As memórias, ao apresentarem aspectos da "epopeia" da imigração e das dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos, acabaram por reforçar uma determinada identidade e narrativa. O silêncio sobre certos fatos e ocultamentos de informações foram necessários para que alguns aspectos se sobressaíssem. Isto fazia parte do processo de seleção de quem estava escrevendo.

No caminho do trabalho de "enquadramento da memória", aqui no caso em relação aos escritos dos imigrantes, percebe-se a permanente interação entre as experiências vividas, o aprendido e o transmitido. O reforço de uma determinada memória se alimenta do material fornecido pela história, das "interpretações que se quer salvaguardar", associando-se a "tentativas mais ou menos

[1] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes" (POLLAK, 1989, p. 7, 9). As experiências lembradas encontram seus limites naquilo que o grupo quer recordar, no que encontra certa legitimidade social, sendo, portanto, reforçada uma determinada identidade no nível individual, familiar e comunitário. Mais do que a constituição e o reforço de uma memória idealizada, os imigrantes também deixaram registrados os problemas, conflitos e tensões vividos nas comunidades coloniais nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Nesse sentido, os escritos que serão aqui analisados permitem antever diferentes memórias sobre o passado, relatos que vão de encontro à tradição oral coletiva e oficial que se quis construir e reforçar.[2]

## Memórias de imigrantes como fontes na história

Já há algum tempo as memórias dos imigrantes italianos vêm sendo utilizadas pelos estudiosos que analisam a vida da população colonial nas comunidades italianas fundadas no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XIX.[3] Alguns publicados em livro, os escritos dos italianos apresentam as experiências ainda na Península Itálica, contando a respeito dos motivos da emigração, dos deslocamentos, das dificuldades enfrentadas e da constituição das comunidades no além-mar. A partir destas perspectivas singulares, podemos visualizar diferentes percepções, expectativas e caminhos tomados pelos indivíduos dentro de um contexto de possibilidades e alternativas variáveis que se apresentavam no último quarto do século XIX. Essas situações específicas devem permitir a elaboração de questionamentos mais gerais sobre os processos históricos que

[2] Sobre a utilização de fontes de "escrita de si", diários, autobiografias e memórias, ver: GOMES, 2004; GOMES: SCHMIDT, 2009.

[3] Dentre os estudos que se utilizaram das memórias dos imigrantes italianos que serão analisados no presente trabalho, destaca-se a pesquisa de Catarina M. ZANINI (2007) e Maíra Ines Vendrame (2007).

os sujeitos faziam parte, e não serem vistos simplesmente como experiências particulares descoladas do contexto mais amplo. O pontual e o específico se tornam vias de acesso para a elaboração de novos problemas de pesquisa e questionamentos que não seriam possíveis de perceber se não fosse através da perspectiva de problematizar o particular a partir do confronto com o geral, e vice-versa.

Os escritos dos imigrantes italianos são utilizados desde muito tempo como fonte para o estudo do tema da imigração para o Rio Grande do Sul. Contudo, são recentes os estudos que procuram dar conta das trajetórias daqueles camponeses que deixaram registros escritos, ganhando atenção enquanto objetos das pesquisas.[4] No presente ensaio iremos analisar brevemente alguns aspectos da trajetória de três italianos vênetos que escreveram a respeito das próprias experiências de imigração. Dos três, Júlio Lorenzoni - *Memórias de um imigrante italiano (1975*) - e Andrea Pozzobon - *Uma odisseia na América (1997*) - tiveram seus manuscritos publicados em livro, o que não aconteceu, ainda, com as memórias de Antônio Ceretta - *História do Vale Vêneto (1894)*. Deste último, ainda há anotações referente ao surgimento e estruturação de uma das comunidades que havia sido fundada próxima aos antigos núcleos da Colônia Silveira Martins. Assim, no livro *História do São João do Polêsine* (19--,),[5] Ceretta apresenta uma narrativa dos eventos que marcaram a ocupação e organização do referido espaço desde 1893, com o estabelecimento das primeiras famílias e abertura de uma casa de negócio, até 1936.[6] Tendo atuado como professor e

[4] Dentro os estudos que já se preocuparam em analisar as escolhas de dois dos imigrantes que escreveram sobre suas experiências e se fixaram nas regiões de colonização italiana do território sul-rio-grandense são: FRANZINA, 2008; ZANINI, 2006:2007; VENDRAME, 2015.

[5] Os manuscritos originais do imigrante Antônio Ceretta estão localizados no Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora (acervo dos padres da ordem São Vicente Palotti), em Santa Maria.

[6] Nos escritos de Antônio Ceretta sobre a história da comunidade de São João do Polêsine, local esse que o autor atuou como professor, o imigrante ressalta os aspectos ligados à organização social e religiosa do nascente espaço através da abertura de uma casa de comércio, da realização de atividades

catequista dos filhos dos conterrâneos na referida comunidade, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, o imigrante Antônio Ceretta, enquanto testemunha ocular dos fatos, escreveu a história de duas comunidades da região colonial com as quais mantinha vínculos.[7] Na sequência, analisaremos os relatos de Ceretta para, na sequencia, narrar os escritos dos italianos Lorenzoni e Pozzobon.

## Antônio Ceretta e a consolidação de uma imagem ideal

Quem visita a região da Quarta Colônia[8] de Imigração, localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, impressiona-se com a beleza do lugar. Pequenas comunidades fundadas pelos imigrantes italianos, nas últimas décadas do século XIX, encontram-se entre os vales, cercadas de montanhas, ou encima dos cerros. Ao passar por tais lugares ainda é possível imaginar como era a vida nas primeiras décadas de ocupação do território, chamando à atenção do visitante a presença de altos campanários e belas igrejas. Nas estradas que cortam os antigos núcleos coloniais, encontram-se, também, pequenas capelas informando aos passantes a respeito das devoções, promessas e histórias das famílias camponesas que trouxeram do além-mar a veneração a santos específicos. Crenças religiosas, modos de se relacionar com o sagrado e viver em

religiosas e de ensino. O referido material foi integralmente publicado recentemente por POMMER; KEMMERICH, 2015.

[7] Não se tem comprovação exata do momento em que Antônio Ceretta escreve suas memórias sobre as comunidades de Vale Vêneto e São João do Polêsine. A informação encontrada é que a *História do Vale Vêneto* teria sido escrita em 1894, sendo traduzida pelo próprio autor com algumas modificações em 1941, dois anos antes de sua morte, que ocorreu em 1943. Já o segundo manuscrito, *A História de São João de Polêsine*, fora escrito em 1936, marco cronológico de encerramento da narrativa (CERETTA, 19--).

[8] Em 1877 foi criado na região central do Rio Grande do Sul, fazendo limite com terras do município de Santa Maria, o Quarto Núcleo de Colonização no Estado, uma vez que os três primeiras haviam sido fundados na parte nordeste do território sul-rio-grandense. Posteriormente, com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes italianos foi então fundada a Colônia Silveira Martins naquele referido espaço. Já mais recentemente, os municípios que surgiram a partir do desenvolvimento dos antigos núcleos de colonização italiana, bem como outros que foram fundados por imigrantes alemães passaram a fazer parte da Quarta Colônia de Imigração.

comunidade foram transplantados do velho continente para o sul do Brasil.

Há muitas similaridades entre os povoados, porém, para quem parar e observar as características dos espaços, rapidamente irá perceber as diferenças. Por exemplo, em frente à Igreja de Silveira Martins, na praça central da cidade, encontra-se o busto do herói da Unificação Italiana, *Giuseppe Garibaldi*, inaugurado em 1914 pelos imigrantes que buscavam uma ligação maior com a pátria distante. Já no Vale Vêneto, os elementos que ressaltam o sentimento de italianidade não são encontrados de modo tão visível. Neste lugar, é a forte religiosidade que aparece como aspecto primeiro da identidade do grupo. Estabelecer esta diferenciação entre as referidas comunidades era uma preocupação dos imigrantes que residiam no Vale Vêneto e continuou com os descendentes. Essa questão aparece com bastante força nos escritos de Antônio Ceretta, autor da *História do Vale Vêneto* (1894).

Testemunha ocular da maior parte dos fatos narrados, o italiano Ceretta descreveu os episódios ocorridos na comunidade do Vale Vêneto, lugar onde sua família se estabeleceu assim que chegou da Itália, em 1880. Nas primeiras linhas de sua obra, o autor aponta para uma das estratégias recorrentes utilizadas pelos imigrantes que chegavam à região colonial. Os que partiam por primeiro, assim que aportavam nas terras de destino, escreviam aos parentes na Itália, propiciando que os seguintes abandonassem o lugar de origem com informações sobre as oportunidades que encontrariam no além-mar. O recurso das cartas reativou vínculos e estabeleceu uma conexão entre os dois lados do Atlântico, o de chegada e o de saída, possibilitando, desse modo, que outros se aventurassem pelo caminho da imigração[9]. A vontade de se juntar aos conterrâneos e

[9] A utilização do recurso das correspondências entre os imigrantes que se encontravam no sul do Brasil e a população do campo na região do Vêneto das últimas décadas do século XIX fomentou as transferências, criando uma ponte de conexão e circulação de pessoas, objetos e informações entre os indivíduos e grupos, conhecidos e aparentados, que se encontravam nos lados do Atlântico. Ver: VENDRAME, 2015: 2017.

desfrutar das vantagens de se tornarem proprietários de terras no sul do Brasil, certamente foi um dos motivos que levou a família Ceretta a deixar a península itálica. Uma prova da existência de redes de comunicação pode ser percebida no deslocamento de diferentes famílias que pertenciam a uma mesma aldeia na Itália[10] e que se estabeleceram no Vale Vêneto. Antes dos Ceretta, vários camponeses da região do Vêneto haviam se instalado na região colonial.

Originário da aldeia de Monticello (município de Lonigo), Província de Vicenza, em 1880 Antônio Ceretta se fixou no Vale Vêneto (originalmente chamado de Vale dos Bortoluzzi pelo grande número de pessoas desta família que ali se estabeleceu) na companhia dos pais, irmãos outros parentes e conhecidos. Jovem, solteiro, contando com 16 anos de idade, o futuro autor da *História do Vale Vêneto* (1894) partiu do país de origem com certo nível de instrução. É provável que antes de abandonar a Itália tivesse frequentado o ensino primário. Assim, diferentemente de muitos conterrâneos analfabetos, Antônio Ceretta sabia ler e escrever, conhecimento esse que, além de permitir certa diferenciação entre os imigrantes, será utilizado para garantir uma profissão e a sobrevivência nas novas terras. Posteriormente, ele também irá se tornar proprietário de um lote colonial no Núcleo Soturno,[11] espaço que se caracterizava como uma frente de expansão das famílias na ampla região que compreendia a Colônia Silveira Martins.

A *História do Vale Vêneto* (1894) narra a chegada dos primeiros grupos imigrantes ao Quarto Núcleo de Colonização,[12] a

[10] Informações sobre os lotes de terra distribuídos a outras famílias originárias de Monticello di Lonigo. Relação de distribuição dos lotes de terra na Colônia Silveira Martins. In: RIGHI; BISOGNIN, 2001, p. 134,135,146,147.

[11] Informações sobre os lotes de terra da família Ceretta. Relação de distribuição dos lotes de terra na Colônia Silveira Martins. In: RIGHI; BISOGNIN, 2001, p. 122, 188.

[12] Os três primeiros núcleos de colonização italiana foram fundados na região da Serra Gaúcha, enquanto que o quarto núcleo ficou no centro do Rio Grande do Sul. Posteriormente, o local passou a se chamar Colônia Silveira Martins.

"difícil" permanência no *Barracão*[13] e, em seguida, a fundação da sede da região colonial, Silveira Martins, centrando-se, especialmente, na formação do povoado e do Vale Vêneto. Dentre outros assuntos abordados têm-se: a construção da capela, a escolha do santo padroeiro, a busca por padres na Itália, a chegada dos sacerdotes e os anseios e as percepções dos indivíduos em relação à estruturação dos espaços de sociabilidade. Antônio Ceretta relata a colaboração dos principais chefes de família na construção da primeira capela, local este onde foi colocada a imagem em madeira de São Francisco de Assis trazida pelos imigrantes. As iniciativas de Paulo Bortoluzzi, que liderou grande grupo de camponeses a emigrar da Itália para o sul do Brasil, são narradas de modo a dar a esse imigrante um protagonismo enaltecedor, transformando-o em "fundador e benfeitor" do Vale Vêneto. Essa ideia pode ser comprovada pelo busto erguido em frente à igreja do povoado em homenagem a Paulo Bortoluzzi.

A busca pela autonomia religiosa e administrativa, ideal almejado pelos imigrantes, aparece como uma questão muito presente desde o início da fundação da comunidade do Vale Vêneto. Esse processo, porém, não foi isento de conflitos e disputas. A chegada dos dois primeiros padres à região colonial, os impasses em relação aos locais de residência dos mesmos, a morte inesperada de um deles e as tensões surgidas entre Paulo Bortoluzzi e o padre Antônio Sório são assuntos que tomam parte significativa da narrativa de Ceretta, que certamente acompanhou o desenrolar dos impasses. Em seus escritos, apresentou de forma detalhada o contrato fixado entre a população do Vale Vêneto e o sacerdote que passou a residir na comunidade, sendo definidos os valores que lhe seriam pagos pelas atividades religiosas (CERETTA, caderno II, 1894, p. 45-46).

[13] Abrigo construído para receber os grupos de imigrantes que chegavam ao Quarto Núcleo de Colonização enquanto as terras iam sendo demarcadas e os lotes coloniais distribuídos às famílias.

Os conflitos entre Antônio Sório e a comunidade do Vale Vêneto foram deflagrados quando o padre resolveu se transferir para a sede Silveira Martins, deixando de residir entre os imigrantes que haviam articulado sua transferência para o Sul do Brasil. Como reação, a capela teve as portas trancadas para impedir a entrada do padre Sório, pois entendiam ser a mesma de propriedade das famílias residentes no Vale Vêneto. Assim, devido à mudança de comunidade por parte do sacerdote, conflitos provocaram o acirramento das relações. Aqui está a origem que deu elementos para a posterior construção de uma determinada imagem sobre o Vale Vêneto e sobre Silveira Martins. O imigrante Paulo Bortoluzzi passou a ser representado como um "herói católico" que, mesmo perseguido pelos "inimigos" silveirenses, havia conseguido garantir a todo o custo a autonomia administrativa e religiosa do lugar onde residia. Já Antônio Sório foi descrito como um sacerdote "despótico" que cobrava submissão das comunidades.

De acordo com Antônio Ceretta, as diferenças entre Silveira Martins e Vale Vêneto estavam especialmente no campo religioso. Os imigrantes deste último povoado foram descritos como "heróis católicos", tendo ali a "vida religiosa" sempre se conservado "vívida e palpitante", porém, "em outro recanto" estava "amortecida", referindo-se a Silveira Martins. Assim se expressa em seus escritos:

> Enquanto os habitantes do Buraco [Vale Vêneto], trabalhavam e se esforçavam, como visto até aqui, para procurar o necessário as necessidades espirituais; o restante da Colônia Silveira Martins, deixavam-se ficar indolentes e inoperosos no progresso espiritual. Na chamada Cidade Nova (sede da colônia), o governo tinha mandado construir um edifício em pedra para ali instalar a Diretoria da Colônia. Surgiram algumas casas de madeira, ou fechada de pau e barro, e principiavam se estabelecer alguns negociantes o mais importante era Próspero Pippi, toscano, que chegou ao barracão solteiro e aí se pós a mascatear entre os imigrantes e casou-se depois, com uma moça de uma família tirolesa. Com a chegada de sempre novas levas de imigrantes fez fortuna e se fez negociante forte; era católico naturalmente, mas

> com a cabeça cheia de ideias liberais e de indiferentismo; e como ele foram mais ou menos todos os que aí se estabeleceram, como fundadores da nova cidade (CERETTA, Caderno II, 1894, p. 35-36)

O autor destaca que os habitantes do Vale "trabalhavam e se esforçavam" para buscar atender as suas necessidades espirituais, criando estereótipo inverso para a população da Colônia de Silveira Martins. Ceretta se esforça para mostrar Paulo Bortoluzzi e Antônio Vernier – este indivíduo foi o que retornou para a Itália a fim de buscar sacerdotes – como "muito religiosos", diferentemente do "toscano Próspero Pippi" – um dos principais líderes de Silveira Martins – que possuía a "cabeça cheia de ideias liberais e de indiferentismo". Quando da reformulação de seus escritos décadas depois, Ceretta continuou a ressaltar as oposições entre os habitantes de ambos os povoados, os do Vale Vêneto como "heróis católicos" e os outros como indiferentes.

Chamamos a atenção ao se utilizar fontes como a que ora apresentamos. Diários, memórias e os escritos dos imigrantes são materiais muito ricos para se analisar de perto os mecanismos de transferência, acomodação e organização das famílias nos núcleos coloniais. E por mais singulares que sejam os anseios, percepções e aspectos cotidianos apreendidos nos referidos documentos, eles, muitas vezes, aparecem como a única via de acesso a determinada realidade e a processos históricos específicos. Porém, é preciso problematiza a fonte, entender o momento de produção e a posição e lugar social ocupado por quem escreve. Compreender o contexto de elaboração do material permite perceber que o passado está em constante reelaboração. Alguns fatos são lembrados e outros, não. No entanto, entende-se que os eventos esquecidos também devam ser estudados.

*A História do Vale Vêneto* (1894), material escrito por Antônio Ceretta, não deve ser tomado como a mais fiel descrição sobre as experiências vividas pelos imigrantes que chegaram à região colonial. Mesmo sendo a explicação de um indivíduo

contemporâneo aos fatos, o que se passa a conhecer é uma interpretação sobre o passado, que foi reescrita posteriormente, de acordo com as demandas e interesses de um determinado momento. Isso cria uma ideia de que os eventos acontecidos podem ter diferentes explicações, nunca existindo uma única verdade sobre as realidades passadas. Os escritos de Ceretta permitem compreender que "verdades" podem ser construídas.

Ao cruzarmos as informações oriundas de tipologias variadas de fontes, poderemos perceber opiniões discordantes, ações e escolhas diferentes. Disputas, confrontos de ideias e discordâncias eram características que marcavam internamente as comunidades de imigrantes. Portanto, ao se avaliar a heterogeneidade das percepções, das posições e interesses chega-se a uma maior aproximação da realidade vivida e da multiplicidade de caminhos que poderiam ser seguidos.

O discurso da unidade e paz entre a população de Vale Vêneto, expresso através do italiano Antônio Ceretta, pode também ser percebido atualmente entre os descendentes de imigrantes da região colonial. No entanto, essa imagem de coesão esconde uma realidade dividida, permeada de conflitos e de mecanismos de contenção dos impasses. Os conflitos apontados na *História do Vale Vêneto* (1894) iam muito além daqueles que opunham as duas comunidades da Quarta Colônia – Silveira Martins e Vale Vêneto –, pois as opiniões discordantes, tensões, solidariedades e apoios perpassavam todas as instâncias da vida comunitária. Talvez esteja aqui um dos temas mais significativos que permite propor uma releitura da sociedade dos imigrantes: a comunidade que se constitui sobre um forte discurso de união e de solidariedade era também permeada por conflitos e divisões.

Para finalizar esta breve apresentação dos escritos de Antônio Ceretta referente à comunidade do Vale Vêneto, ressalto que o material indica para outras questões que podem se tornar problemas de pesquisa relevantes, tais como: a participação ativa das famílias camponesas na articulação de transferências da Itália

para a América; o papel dos agentes da emigração na Itália; a importância da estruturação das atividades religiosas como aspecto que garantiria a identificação das pessoas com determinado território; o lugar como processo de construção social; o sagrado e o profano como esferas que se mesclavam e a diferença entre os italianos que formaram as comunidades na região colonial.

Lembranças individuais e coletivas, conflitantes e excludentes, passam por um processo de "enquadramento da memória" que tem como objetivo, além de reforçar uma memória idealizada, manter a coesão interna e atuar na defesa daquilo que um determinado grupo tem em comum. Porém, as tensões e os limites do trabalho do "enquadramento" indicam para a questão psicológica que o indivíduo busca controlar entre as lembranças pessoais e uma imagem idealizada e oficial do passado (POLLAK, 1989, p. 7). O maior interesse de Antônio Ceretta parece ter sido o de consolidar uma imagem ideal do imigrante italiano, maximamente daqueles que fundaram o Vale Vêneto. Imagem essa que compõem a identidade italiana no sul do Brasil que perdura até hoje, qual seja: a de profundamente católico, ordeiro e trabalhador. Contudo, em escritos de outros imigrantes, poderemos perceber rasuras nesta imagem ideal.

## Júlio Lorenzoni e os conflitos com as autoridades

O livro *Memórias de um imigrante italiano*, publicado em 1975, é constituído pelas memórias do imigrante Júlio Lorenzoni. Traduzida do italiano para o português pela filha dele, o material foi premiado em concurso de monografias no momento em que se comemorava o Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, em 1975. Formado por três partes, o livro apresenta as experiências vividas por Júlio Lorenzoni antes de sair da Itália, o deslocamento até a região central do Rio Grande do Sul, as situações observadas nas comunidades fundadas por imigrantes italianos, a transferência para a zonal colonial da serra gaúcha e, por fim, a vida

e os fatos políticos vivenciados por ele e pelos conterrâneos nesse último lugar.

No ano de 1878, quando começavam a chegar os primeiros grupos de imigrantes italianos que ocupariam o Quarto Núcleo de Colonização, a família Lorenzoni se estabelecia na mencionada região. Assim, na companhia de parentes e conhecidos, haviam tomado o caminho já percorrido por conterrâneos da Província de Vicenza e Treviso, norte da Península Itálica. Nascido em 23 de março de 1863, num pequeno povoado da comuna de Mason Vicentino, no distrito de Maróstica, Júlio era filho de um camponês que possuía uma pequena extensão de terra, insuficiente para garantir a reprodução de um modelo de vida e do grupo familiar. O pai, provavelmente na companhia de conhecidos do lugar, já havia experimentado por diversas vezes a experiência do deslocamento para locais distantes em busca de trabalho e recursos para complementar a renda familiar. Segundo Lorenzoni (1975, p. 14), o patriarca tinha em diferentes ocasiões emigrado para "procurar trabalho na Suíça, Áustria e na Alemanha", voltando depois de um tempo afastado "desanimado, sem nada conseguir".

Atraídos pelas notícias que chegavam do Brasil sobre a possibilidade de conseguir terras e trabalho, os camponeses da região onde habitava a família Lorenzoni logo se mobilizaram para emigrarem. O fato de existir uma "cultura da emigração" muito antiga, indispensável para sobrevivência das famílias que viviam nas áreas montanhosas, cujos deslocamentos sazonais de curta e longa distâncias eram comuns, garantiu certo conhecimento de como proceder quando o destino passou a ser a América. Desse modo, as migrações sazonais dentro da Europa antecederam as migrações transatlânticas.[14]

As experiências migratórias pretéritas das famílias camponesas que posteriormente irão partir para o Brasil, bem como

[14] Alguns estudos apontam para a existência de uma "cultura da mobilidade" em algumas regiões da Península Itálica

a maneira como as informações sobre as oportunidades existentes em terras brasileiras se difundiam entre a população do campo, são alguns dos temas que podem ser analisados através das memórias de Júlio Lorenzoni. A decisão familiar de partir para terras no além-mar, segundo informações contidas no referido material, foi tomada após ouvirem o sacerdote Dom Ângelo Cavalli que estava orientando a população a como se organizarem para a longa viagem transatlântica.

Em visita ao local onde resida a família de Lorenzoni, o referido padre, "um moço inteligente e cheio de vida", explicou como seria a viagem para aqueles que quisessem emigrar. Aos interessados, argumentou que o governo brasileiro conferia aos recém-chegados: casa, alimentação, terra, instrumentos agrícolas e sementes. Além de enfatizar as vantagens que seriam encontradas no Brasil, o padre "comparava o Brasil a uma segunda Canaã", afirmando que naquele lugar "a vegetação era exuberante, a terra produzia extraordinariamente sem muito trabalho" (LORENZONI, 1975, p. 15-16).

Em fevereiro de 1878, a família Lorenzoni chegou à Colônia Silveira Martins, instalando-se num dos núcleos da região colonial. Em suas memórias, Lorenzoni (1975, p. 107-108) afirma que depois de encerrar os trabalhos na estrada de ferro na Estação Colônia, no território do município de Santa Maria, ele e os familiares da esposa venderam as terras que possuíam e migraram juntos para uma das regiões coloniais da Serra Gaúcha, onde se encontravam instalados parentes e conhecidos. Portanto, em 1884, transferiu-se com a esposa para a Colônia Dona Isabel, na parte nordeste do Rio Grande do Sul. Talvez tenha feito isso para buscar oportunidade e espaço de trabalho, passando a atuar como professor e agente consular, ocupando em seguida também cargos ligados à administração pública. Na Itália, Lorenzoni havia frequentado a escola elementar e cumprido alguns anos de Ginásio, algo não comum para alguém de seu grupo social (FRANZINA, 2008, p. 27-28).

Assim que chegou ao no novo lugar passou a sobreviver do ordenado de professor numa escola fundada pela sociedade italiana de mútuo socorro Rainha Margarida, envolvendo-se também nas atividades da mencionada associação, como as festividades e comemorações que reforçavam os sentimentos de italianidade entre os imigrantes, como, por exemplo, a data de 20 de setembro (LORENZONI, 1975). Na referida data era comemorado a anexação de Roma ao Reino da Itália através da derrubada da *Porta Pia*[15], quando as tropas italianas invadiram a cidade romana e colocaram fim ao poder temporal do papa. O mencionado imigrante passou ainda a atuar como agente consular, fazendo a mediação entre as famílias de conterrâneos e o consulado localizado na cidade de Porto Alegre. Também assumiu outros cargos públicos, como o de agente postal e escrivão público, permanecendo neste último até o ano de 1926 (LORENZONI, 1975, p. 179).

Na última década do século XIX, devido a disputas políticas locais, Lorenzoni teve que abandonar o cargo de agente postal, refugiando-se temporariamente na região da Colônia Silveira Martins, onde ainda residiam seus pais. A vida nos lugares ocupados por imigrantes italianos não foi tranquila e ausente de tensões. Em diversos momentos, Lorenzoni indica para a existência de conflitos, rivalidades entre indivíduos que vinham de regiões diferentes da Península Itália e críticas ao desempenho de alguns sacerdotes italianos que passavam a atuar entre eles. Destaca os frequentes impasses vividos entre os italianos e os brasileiros que ocupavam algum cargo público nas localidades coloniais. Assim, relatando os problemas enfrentados pelos conterrâneos em diferentes áreas de colonização da Serra Gaúcha, o imigrante afirma que:

> Com o nome de jacobino quero qualificar os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita, quando, em vez disto, o nosso colono representa o trabalho, a economia, a persistência, a

[15] Episódio da Unificação Italiana que marca a anexação de Roma ao Reino da Itália.

> obediência às leias e o futuro bem-estar do nosso amado Rio Grande (LORENZONI, 1975, p. 165).

Os comentários de situações particulares e impressões subjetivas que circulavam localmente podem ser apreendidos nos escritos de Júlio Lorenzoni, conferindo, assim, certa riqueza para o material enquanto registro documental que apresenta as percepções, os modos de relacionar e viver nas regiões coloniais. Para além da questão da subjetividade das experiências relatadas, as memórias permitem levantar questionamentos sobre diferentes questões como as maneiras de pensar e os comportamentos dos imigrantes italianos em terras brasileiras e o relacionamento desses com as autoridades.

Dentre as várias situações de tensões entre os imigrantes e as autoridades luso-brasileiras, Lorenzoni faz menção a um "movimento revolucionário" levado a cabo por um grupo de "colonos" de Bento Gonçalves, em 1905, devido à criação de um novo imposto municipal. O movimento, que começou nas linhas afastadas do centro urbano, desencadeou a formação de "grupos de colonos armados de espingardas de caça e de instrumentos agrícolas" que, em "atitude pouco correta", se apresentaram "ao Palácio Municipal, reclamando contra o tal imposto". Com armas em punho, os "descontentes ameaçaram atear fogo à prefeitura, matar os empregados, queimar as casas e outras violências". Apesar de tal atitude de revolta ser justificada, a "ignorância dos pobres colonos" (LORENZONI, 1975, p. 212-213) justificou a impressão das autoridades públicas que viam o elemento imigrante como desordeiro e pouco inclinado a obedecer às leis do país.

Mesmo indicando para a existência de fortes conflitos entre os imigrantes e os responsáveis pela administração das colônias, Lorenzoni procura destacar o "temperamento pacífico e ordeiro dos habitantes" do município de Bento Gonçalves (LORENZONI, 1975, p. 232). A exaltação de algumas características como próprias do grupo imigrante, como a questão da passividade, a dedicação ao

trabalho, o servilismo e a submissão à ordem pública, são elementos definidores da identidade italiana, presentes nas narrativas e nas memórias de descendentes de italianos no Rio Grande do Sul. Porém, quanto mais atentamos para memórias como a de Lorenzoni, mais nos damos conta das fraturas que havia nas comunidades, não somente rivalidades entre os italianos e as autoridades luso-brasileiras, mas internamente entre o grupo imigrante.

## Andrea Pozzobon: memórias secretas e impróprias

O livro *Uma odisseia na América*, publicado em 1997, traz não só as memórias do imigrante italiano Andrea Pozzobon, mas também crônicas, poesias, relatos de viagem e cartas.[16] Assim como Antônio Ceretta e Júlio Lorenzoni, Andrea Pozzobon também chegou à região colonial localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul com certo nível de instrução. Os escritos desse imigrante apenas recentemente passaram a ganhar a atenção dos estudiosos, uma vez que se tornaram conhecidos somente com a publicação do material em 1997.

No ano de 1885, contando com a idade de 22 anos, Andrea se fixou com os pais, avô, irmãos e esposa em um núcleo de colonização italiana chamado Arroio Grande, não muito distante da sede da Colônia Silveira Martins. O local escolhido também havia recebido anos antes o imigrante Lorenzoni. Originário da aldeia de Carpenedo, município de Cavasagra, Província de Treviso, Pozzobon havia frequentado o ensino primário na terra de origem. No momento em que a família decidiu emigrar, o jovem se encontrava prestando serviço militar, vivendo afastado da casa paterna havia dois anos. O comunicado chegou a ele através de uma carta expedida pelo pai, onde era informada a decisão do grupo e solicitado que acompanhasse os mesmos na transferência para a América. O

[16] O material foi organizado e publicado por Zolá Pozzobon, neto do imigrante Andrea Pozzobon.

objetivo dessa emigração era para "melhorar as condições econômicas da família, que passava privações", pois viviam "a serviço de poderosos senhores, proprietários das terras férteis que se estendiam entre Castelfranco e Istrana" (POZZOBON, 1997, p. 34-37).

As chances de melhorar as condições econômicas, uma vez que eram camponeses que trabalhavam em terras dos "poderosos senhores" como *braccianti*[17] ou arrendatários, certamente influenciou na tomada de decisão de muitos pela estrada da imigração para a América. Este caminho surge também como uma escolha para preservar a união do grupo familiar, sendo que todos deviam colaborar no melhoramento da situação econômica. O serviço militar de jovens filhos de famílias camponesas era algo visto como prejudicial à manutenção da economia doméstica, acarretando mudanças nas próprias estratégias de reprodução familiar (VENDRAME, 2015). Logo, a via do deslocamento para o além-mar também se apresentava como uma maneira de fugir do recrutamento militar em regiões do norte da Península Itálica.[18]

Justificando ter tomado à decisão de abandonar o serviço militar contra a própria vontade, Andrea retorna para a casa paterna, casa-se com uma jovem conhecida da família e, em seguida, parte para o sul do Brasil. Antes de abandonar definitivamente a aldeia natal, haviam estabelecido troca de correspondência com um parente que já se encontrava no local de destino,[19] mais especificamente no núcleo de Arroio Grande. Assim, quando da chegada do grupo, o "Primo Mattiuzi" se encontrava esperando em

[17] Trabalhadores braçais que não possuíam a propriedade da terra.

[18] Sobre a ideia do caminho da imigração para a América como uma via de fuga do recrutamento militar obrigatório de membros das famílias camponesas, ver: GROSSELLI, 1987, p. 99. Para melhor entendimento do mencionado contexto através das escolhas da família de Andrea Pozzobon, ver: VENDRAME, 2015.

[19] Andrea Pozzobon menciona em suas memórias a troca de correspondência entre o pai e o primo que se encontrava no sul do Brasil (POZZOBON, 1997, p. 51-2).

local já combinado, não demorando muito tempo para que concretizassem a aspiração de se tornar proprietários de terras.

Andrea Pozzobon, que na pátria de origem havia frequentado a escola, apreendido a "declinar latim, conjugar verbos e traduzir trechos litúrgicos e poéticos" (POZZOBON, 1997, p. 15), passou a atuar como professor primário em escola mantida pelas contribuições dos conterrâneos. Posteriormente, em 1892, se tornou diretor da primeira escola italiana – que recebia auxílio do consulado italiano – fundada na comunidade de Arroio Grande. Assim, o imigrante passou a se dividir entre as atividades de professor e de camponês em trabalhos agrícolas e comerciais. Ao mesmo tempo, também assumiu a função de agente consular, coordenou a fundação da sociedade de mútuo-socorro "Luigi Amedeo di Savoia - Duca Degli Abruzzi". Envolveu-se ainda na construção da igreja na comunidade onde havia se instalado e na busca pela autonomia paroquial do lugar, o que motivou uma série de conflitos e impasses entre os grupos de imigrantes que pertenciam a localidades diferentes.[20]

Pozzobon participou da fundação de espaços de agregação locais entre os conterrâneos, que passavam pela participação nas atividades religiosas, festas e comemorações de datas nacionais italianas, algumas promovidas pela sociedade de mútuo-socorro com o objetivo de reforçar os laços de afinidades entre os imigrantes, a circulação de assistências quando necessários e o sentimento de pertencimento à pátria distante. Nos escritos de Andrea é possível perceber a oposição que muitos italianos passaram a fazer aos padres que atuavam no lugar. Alguns dos sacerdotes não eram de nacionalidade italiana e se opunham às festividades – e edificação de monumentos – que lembrassem a Unificação Italiana.

[20] Os conflitos entre duas das comunidades de Arroio Grande, bem como o envolvimento dos padres nessa disputa que buscava garantir autonomia e não aceitação da dependência de uma capela sobre a outra, foram analisados em estudos anteriores (VENDRAME, 2007: 2015). Esses impasses, que Andrea Pozzobon se envolveu diretamente, aparecem com bastante destaque nas memorias do referido imigrante.

Nacionalista, patriota e liberal, envolvido na promoção de atividades que reforçassem o sentimento de italianidade entre os conterrâneos, o referido imigrante permite perceber as oposições existentes nas comunidades coloniais, bem como resistência à atuação de padres sintonizados com as orientações conservadoras da Igreja Católica. Suas memórias, mesmo que tardiamente publicadas, apresentam as contradições do grupo imigrante: nem tão pacífico, ordeiro ou profundamente religioso. As tensões e disputas surgidas entre grupos de imigrantes por questões variadas como à organização do espaço sociorreligioso da comunidade e o local de construção da igreja, bem como à busca por certa autonomia e independência entre as comunidades, são alguns dos motivos que indicam para as dificuldades relacionais vivenciadas pelos italianos nas regiões coloniais.

Para entender o não silêncio do imigrante Pozzobon sobre vários aspectos que concorrem com a memória oficial, ou confrontam esta, é fundamental estudar a trajetória do italiano que se viu derrotado em várias das investidas realizadas localmente, transferindo-se, depois de algumas décadas, para outra região do território sul-rio-grandense. Muito crítico do desempenho dos padres palotinos[21] que atuavam em povoados da Colônia Silveira Martins, Pozzobon aproveitou-se da morte de um sacerdote amigo seu para atacar os palotinos. Disse Pozzobon que o padre Antônio Sório era um defensor das atividades que reforçavam o sentimento de italianidade entre os imigrantes, mas agora, com a morte dele, os sacerdotes palotinos "estavam alegres", pois "ninguém mais meteria o bastão da resistência na roda da sua expansão colonial religiosa, e o povo, pusilânime e hipócrita", aguentaria, "como manso cordeiro, as tristes consequências e as condições impostas" inspiradas nos ensinamentos do "mestre Loyola". Com a morte daquele abriu-se

[21] Os padres pertenciam à Congregação dos padres palotinos e se estabeleceram entre os imigrantes italianos da Colônia Silveira Martins em 1886, alcançando nos anos seguintes hegemonia na referida região colonial. Eles se dedicaram a vencer as resistências dos imigrantes de tendência liberal que habitavam se fixado no mencionado lugar (BIASOLI, 2010, p. 96).

espaço para que se consolidasse um modelo de igreja "romanizada" que buscou reforçar a identidade da população colonial através da fé e da catolicidade (VENDRAME, 2007: 2016).[22]

O imigrante Pozzobon envolveu-se na fundação de uma sociedade de mútuo socorro entre os conterrâneos, na edificação de um monumento aos soldados italianos que haviam sido mortos nos campos de guerra na Líbia (alguns anos antes da Primeira Guerra Mundial) [23] e na realização de festas que buscavam reforçar o espírito de italianidade e identificação com a pátria entre os indivíduos que se encontravam no núcleo colonial.

O envolvimento dos imigrantes na fundação de espaços de agregação e promoção de atividades que buscavam reforçar os vínculos entre os indivíduos que residiam num mesmo território e haviam emigrado da Península Itálica para o sul do Brasil, fica bastante claro a partir dos escritos e do comportamento de Andrea Pozzbon. A constituição de uma memória de grupo e comunitária, bem como o processo pelo qual essa é negada, silenciada ou reformulada, ocorre através de um longo processo de enquadramento que passa pelo controle das memórias individuais tidas como contraditórias. Durante o período da Segunda Guerra mundial, na década de 40 do século XX, o monumento erigido aos Heróis da Líbia foi derrubado por ordem do governo brasileiro.

[22] Nas regiões de colonização italiana fundadas no Rio Grande do Sul, as manifestações de italianidade eram entendidas pelas ordens religiosas que atuavam entre os imigrantes como uma provocação à Igreja Católica, pois homenageavam a Unificação italiana que havia tomado os territórios papais. Tanto na Colônia Silveira Martins quanto em outros núcleos coloniais, ocorreram divergências devido à oposição dos padres romanizados à edificação de monumentos e festividades comemorativas da Unificação (VENDRAME, 2007, p. 131-136; VÉSCIO, 2001).

[23] Em 1911, Andrea, sentindo-se tocado pelos festejos de "Jubileu da Pátria", junto a alguns compatriotas, buscou recolher auxílio para edificar um monumento em "memória aos heróis que, nos campos da Líbia, deram suas vidas pela grandeza da Itália" (POZZOBON, 1997, p. 200-201). Quando da inauguração, teceu discurso enaltecendo "a gentil raça latina da qual a Itália é mãe", como portadora de civilização e progresso, exaltando os "Gloriosos combatentes" que lutaram pelo "enaltecimento da bandeira tricolor", derramando, assim, seu sangue em honra da pátria: "Viva a Itália e seu glorioso Exército! Viva o Rei! Viva o Brasil!" Discurso de inauguração do monumento aos heróis da Líbia. In: POZZOBON, 1997, p. 206. Para saber mais sobre o envolvimento do imigrante Andrea Pozzobon na promoção de atividades que reforçavam o sentimento de italianidade entre a população colonial, ver: VENDRAME, 2015.

Neste período o próprio Pozzobon não residia mais no povoado de Arroio Grande, onde haviam permanecido apenas alguns de seus filhos. A derrubada do monumento se deu em um contexto de nacionalização do Estado Novo, no qual se procurou controlar as mais variadas manifestações que ressaltavam a nacionalidade de origem da população que ocupava as regiões de colonização europeia no Brasil. Assim, enquanto monumentos eram destruídos, dialetos eram proibidos de serem ensinados e falados em locais públicos, ao mesmo tempo era exigida a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa nas escolas.

Neste momento, na antiga Colônia Silveira Martins, na comunidade de São João do Polêsine, local onde atuava como sacristão, professor, catequista e liderança local, o italiano Antônio Ceretta reescrevia e traduzia as suas memórias.[24] Se, por um lado, uma determinada voz era silenciada – a voz expressa no monumento aos italianos mortos na Líbia – por outro, manifestações de catolicidade ganharam destaque nos escritos de Antônio Ceretta, que procurou reforçar uma memória idealizada da imigração. A exaltação de algumas características como próprias de um grupo ou de uma comunidade específica foram então se expandindo para todos os imigrantes, tornando-se, assim, com o tempo, as características fundamentais da identidade étnica. A fé, a religiosidade, o trabalho, a disciplina e o empenho coletivo foram alguns dos valores que passaram a ser exaltados como elementos definidores do "ser italiano". Esse processo de construção e reforço de uma dada imagem foi longo e contínuo, o que pode ser exemplificado pela inauguração, em 1998, de outro monumento construído exatamente no mesmo local do antigo que havia sido erguido para os heróis da Líbia em 1911. Agora, porém, nenhuma menção aos italianos mortos, antes se buscou ressaltar certos elementos de uma memória oficial: "Eles [os imigrantes italianos] trouxeram no coração a vontade e a persistência; na alma, a

[24] Memórias vistas na primeira parte deste artigo.

coragem e a fé; no sangue, a fibra da raça; nas mãos, a força e o trabalho e colonizaram esta região"[25]. As características da identidade italiana aparecem aqui reforçadas através da exaltação da fé, da coragem, do trabalho e da harmonia. Os elementos que apontavam para a heterogeneidade do grupo imigrante e para as tensões e divisões internas foram silenciados em nome da memória coletiva e ideal.

***

Muitos são os aspectos que aproximam os escritos dos três imigrantes apresentados no presente artigo, aparecendo também diferenças ligadas às características das memórias que apresentam, uma vez que os caminhos percorridos por eles nas regiões coloniais foram variados. Contudo, os três estavam ligados à questão do ensino particular. Certamente, o envolvimento com a educação foi uma oportunidade de trabalho para aqueles indivíduos que chegavam da Itália com certo nível de instrução. Posteriormente, os professores mantidos pelas famílias de imigrantes se tornaram funcionários públicos, passando a ministrar o ensino na língua portuguesa, sentindo-se, com o passar do tempo, na obrigação de escrever a história das comunidades, tornando-se, assim, os primeiros "guardiões da memória" escrita.

Os conteúdos que compõem os livros de Antônio Ceretta, Júlio Lorenzoni e Andrea Pozzobon sinalizam com clareza para os motivos que geravam conflitos entre as comunidades coloniais, o envolvimento dos sacerdotes nessas disputas e quanto o grupo de imigrantes deve ser entendido como heterogêneo, sendo perpassado por oposições políticas, religiosas, familiares e comunitárias. Tais materiais continuam a oferecer possibilidades variadas de pesquisas, sugerindo temas que ainda não foram trabalhados, como

[25] Frase escrita em placa no monumento construído na comunidade de São Marcos, em Arroio Grande. Este lugar fica a dezesseis quilômetros da cidade de Santa Maria.

certos "esquecimentos" e "silêncios" por parte da memória oficial que frisou unicamente os aspectos positivos dos italianos, como a índole do trabalho, a intensa religiosidade e a passividade à ordem política. Não precisamos de muito esforço para verificar que essa foi uma memória idealizada, enquadrada e reforçada ao longo das décadas, desde o final do século XIX, passando por datas oficiais como o Cinquentenário da Imigração Italiana e, principalmente, durante os festejos do Centenário, em 1975.

## Referências

CERETTA, Antônio. *História do São João do Polêsine*: desde o início de sua colonização até o ano de 1936. POMMER, Roselene; KEMMERICH, Ricardo (org.). São João do Polêsine: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine: Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2015.

GOMES, Ângela de Castro (org.). 2004. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora FGV; Editora da UFRGS, 2009.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano*. (a cura di) Emilio Franzina. Vicenza, Istituto per le ricerche di storia sociale e religiosa; Roma: Viella, 2008.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMMER, Roselene; KEMMERICH, Ricardo (org.). *Antônio Ceretta, História do São João do Polêsine:* desde o início de sua colonização até o ano de 1936.

São João do Polêsine: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine: Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2015.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisseia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir L.: TORRI, VALMOR. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

VENDRAME, Maíra Ines. *"Lá éramos servos, aqui somos senhores"*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

____. "'Viva a Itália e seu glorioso exército!' A imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915)". In: *Oficina do historiador*. Porto Alegre: Edipucrs, v. 8, nº 1, jan./jun., 2015, p. 21-41. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19877. Acessado em 25 de setembro de 2017.

_____. "Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional". In: Vendrame, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; FARINATTI, Luis Auguto; WEBER, Beatriz (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, OIKOS, 2015, p. 200-223. (E-book). Disponível em: http://editoraoikos.com.br/files/Micro-Hist%C3%B3ria%20-%20E-BOOK.pdf. Acessado em 25 de setembro de 2017.

_____. *O poder na aldeia:* redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil/Itália). São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

_____. "'Com tinta do meu sangue': redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano". In: BENEDUZZI, Fernando; DADALTO, Maria Cristina. *Mobilidade humana e circularidade de ideia: dialógos entre América Latina e Europa*. Venezia: Edizioni Ca'Foscari – Digital Publishig, 2017a, p. 67-78. (E-book disponível, http://edizionicafoscari.unive.it/media/pdf/chapter/978-88-6969-123-2/978-88-6969-123-2-ch-05.pdf). Acessado em 12 de junho de 2017.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório*: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925). Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional:* a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

_____. "Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana". In: *Mana*. Vol. 13, nov. 2, Rio de Janeiro, oct. 2007, p. 521-547. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009. Acessado no dia 23 de setembro de 2017.

**Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria (AHPNSC)**

CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. Caderno I, 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (original em língua italiana)

CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1887-1886)*. Caderno II, 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (tradução).

CERETTA, Antônio. *História de São João do Polêsine*. 194-, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria.

# 4

# Migrantes, refugiados, deportados, retornados: experiências, possibilidades e desafios da História Oral

*Méri Frotscher* [1]

Este texto tem como escopo uma reflexão sobre minha experiência de trabalho com fontes orais em pesquisas sobre migrações e outros tipos de deslocamentos. Neste movimento de olhar para trás, meu intuito foi o de revisitar projetos de pesquisa e publicações daí resultantes, com o objetivo de socializar caminhos metodológicos e analíticos traçados, apontar possibilidades na produção e utilização de fontes orais em estudos migratórios e refletir sobre alguns desafios.

Os projetos nos quais me baseio trataram de migrações internacionais nos séculos XX e XXI, seja do Brasil para a Europa ou da Europa para o Brasil, sejam migrações múltiplas entre Brasil e Alemanha ou experiências de "retorno". Em todos os quatro projetos de pesquisa sobre migrações, a produção e utilização de fontes orais tiveram um peso considerável, quando não eram as principais fontes de análise, tendo em vista o interesse em trabalhar com experiências subjetivas dos processos migratórios.

Minha primeira experiência de pesquisa sobre migrações internacionais com a utilização da metodologia da história oral foi possibilitada pelo financiamento do projeto de pesquisa coletivo

[1] Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Doutora em História, Apoio CNPq.

intitulado "Migrações e outros deslocamentos no Oeste do Paraná: outros enfoques e perspectivas". O projeto, coordenado pela autora, foi desenvolvido entre 2007 e 2009 e reuniu pesquisadores vinculados à Linha de Pesquisa Cultura e Identidades do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.[2] Os professores envolvidos desenvolveram subprojetos individuais de pesquisa, agregando discentes dos cursos de graduação e mestrado em História.

Uma referência inicial importante para a pesquisa foi o artigo de Alistair Thomson sobre estudos migratórios publicados em língua inglesa baseados em fontes orais. O autor considera a história oral uma importante ferramenta para "explorar como a 'subjetividade'— conhecimento, sentimentos, fantasias, esperanças e sonhos — de indivíduos, famílias e comunidades informa e molda a experiência da migração em todos os seus estágios, e é por sua vez transformada por essa experiência" (THOMSON, 2002, p. 349). Também as reflexões de Alessandro Portelli sobre memória, subjetividade e história oral nos serviram de referência para lidar com as narrativas orais. Procuramos apreender as formas pelas quais os entrevistados narravam a migração e o retorno e, como sublinha Portelli, como eles construíam e atribuíam significados a estas experiências passadas (PORTELLI, 1996).

O subprojeto por mim redigido, intitulado "Do oeste do Paraná rumo à Europa: Emigração, Memórias e Identidades", foi motivado pela observação de fluxos migratórios internacionais contemporâneos que partiam da região em direção ao Hemisfério Norte, ainda não explorados pelos pesquisadores. Os fluxos mais trabalhados até então diziam respeito às migrações, ao retorno e a movimentos de ir e vir entre Paraguai e Brasil, já que a universidade se insere naquela região fronteiriça. Partíamos do pressuposto de que a produção de fontes orais permitiria não apenas focalizar um novo tipo de deslocamento internacional de pessoas que partiam da

[2] O projeto recebeu financiamento da SETI/Fundação Araucária (Edital 14/2008).

região, como também conectá-las às realidades socioeconômicas em nível local e global e investigar as próprias experiências, memórias e expectativas dos que haviam vivido tais deslocamentos. No projeto então formulado, delimitamos como objetivo investigar a emigração de jovens do Oeste do Paraná para países europeus com o intuito de trabalhar, e que haviam retornado, focalizando o imaginário existente a respeito dos países destino, suas motivações e expectativas, as redes sociais envolvidas nesse processo, as experiências de trabalho e de vida no exterior, as identificações e estranhamentos e a construção de memórias e identidades. Logo no início da pesquisa, ao identificarmos alguns dos fluxos, restringimos o universo de entrevistados, ao identificarmos um fluxo de migração "legal" e "ilegal"[3] para países europeus onde se fala a língua alemã, ou seja, Áustria, Suíça e Alemanha.

Pelo fato de entrevistar trabalhadores pouco tempo depois do retorno, logo ficou visível o desafio de trabalhar com fontes orais produzidas em meio à expressão de sentimentos e emoções motivadas por difíceis condições de vida no exterior ou pelas dificuldades enfrentados no retorno. Logo também foi perceptível que estávamos não apenas lidando com a migração, mas com o retorno e suas implicações. Muitos se encontravam divididos entre o lá e o cá, estavam fortemente tocados pela experiência migratória e o retorno. Percebemos que o ato de falar sobre aquelas experiências era mediado pela memória e pelo sentimento, pelo tempo decorrido após a migração e o retorno, pelo tempo presente da entrevista e pelas expectativas e inseguranças em relação ao futuro. Também percebíamos que muitos entrevistados não viam a migração como algo fixado no passado, mas como um processo que havia mudado suas vidas e sua forma de ver o mundo, cuja rememoração instigava (re)interpretações sobre suas trajetórias e reformulações de suas expectativas de vida.

[3] As palavras "legal" e "ilegal" encontram-se entre aspas, por ter considerado, à época, as legislações dos países de destino.

No caso dos que migraram de forma legal para a Suíça para ali trabalhar temporariamente em propriedades rurais, por intermédio de um programa financiado por entidade suíça, as experiências narradas pelos retornados (ou "estagiários", conforme a entidade) permitiram cruzar suas experiências e avaliações com o discurso oficial da entidade empregadora (FROTSCHER, 2009).

Após a realização de algumas entrevistas, observei que diversas delas possuíam uma unidade narrativa similar, transformada então em problemática de análise. Tratava-se da expressão de identificações étnico-nacionais, motivada pelo contato com outras pessoas e situações durante a experiência migratória. O fim do chamado "socialismo real" e migrações sasonais de trabalhadores oriundos do Leste europeu para a Suíça, a globalização e suas implicações para a mobilidade populacional, assim como mudanças socioeconômicas no campo, no Oeste do Paraná, interferiram nas experiências migratórias dos jovens entrevistados e também na afirmação de identificações durante as entrevistas. Isso porque a expressão de identificações e o estabelecimento de diferenças com outros trabalhadores na Suíça se realizava a partir de situações vividas ali em que a alteridade muitas vezes não era somente "o suíço", mas também trabalhadores do Leste Europeu que trabalhavam sazonalmente em propriedades agrícolas. Ao falar de suas experiências de trabalho na Europa, alguns entrevistados afirmavam-se enquanto trabalhadores brasileiros (e também brasileiros trabalhadores) com base na apropriação de representações sociais presentes nas sociedades e culturas de origem e de destino (FROTSCHER, 2009).

Também nesta pesquisa exploramos outro tipo de marcação de diferença, a distinção entre aqueles que migraram antes para a Suíça, quando a viagem ainda era feita de navio e a estadia era mais longa, e aqueles que migraram depois. Marcava-se, assim, uma diferença geracional entre os ex-"estagiários" por meio das memórias. Era o caso, por exemplo, de membros de uma mesma família, pai e filho, que haviam tomado parte no mesmo programa

em épocas distintas. Observamos ainda que as histórias de migração e trabalho na Suíça também eram entrelaçadas, no caso de alguns entrevistados, a histórias de migração anteriores, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Paraná, vividas pelos pais e/ou avós, o que evidenciava a construção de "memórias e identidades migratórias transgeracionais" (Benmayor & SKOTNES apud THOMSON, 2002, p. 347).

No caso dos trabalhadores que viveram temporariamente na Áustria, as fontes orais permitiram também explorar a questão da identidade e diferença, e, neste caso, me concentrei no estabelecimento de diferenças entre os próprios brasileiros, diante de conflitos e tensões que as entrevistas revelavam. Em diversas entrevistas eram feitas distinções entre brasileiros, com base na apropriação de concepções jurídicas do país destino que distinguiam os imigrantes "legais" (os devidamente documentados e com visto de permanência ou portadores de cidadania austríaca) e os "ilegais" (portadores de documentos falsos). Também faziam-se distinções com base em outros elementos, como idade e/ou tempo de estadia no país, existência ou não de ascendência austríaca, comportamentos e expectativas dos migrantes em relação a sua estadia. Com base nas entrevistas foi possível perceber os medos, inseguranças e dificuldades enfrentadas por imigrantes que viviam na condição de "ilegais", mas também suas táticas de sobrevivência, sociabilidades e redes sociais de apoio (FROTSCHER, 2008). Tanto no caso dos que emigraram para trabalhar na Suíça, como na Áustria e na Alemanha, a realização das entrevistas e a própria indicação de outros possíveis entrevistados viabilizou a identificação das redes sociais mobilizadas no preparo do projeto emigratório e durante a migração e o seu papel na reprodução dos movimentos migratórios e nas sociabilidades entre migrantes no exterior.

Durante a realização de algumas entrevistas, vislumbramos ainda a possibilidade – não identificada na fase de redação do projeto – de conectar a análise das fontes orais com fotografias, visto que diversos entrevistados queriam também "mostrar" lugares, objetos,

pessoas e momentos vividos durante a estadia no exterior. Os entrevistados conferiam às fotografias um caráter de evidência, ou seja, de prova da "realidade". Por isto, ao mostrá-las, procuravam socializar a "realidade" do país de destino e, assim, também justificar sua emigração aos que ficaram e à entrevistadora. Desenvolvemos, assim, uma reflexão sobre alguns dos usos e funções sociais da fotografia em contextos migratórios (FROTSCHER, 2012). Em nossa pesquisa, observamos como as fotos eram utilizadas para manter o contato com familiares e amigos, estabelecer diferenças e expressar o estranhamento/maravilhamento em relação ao Outro, atestar o "sucesso" no exterior, representar detalhes do cotidiano de vida e trabalho, expressar sonhos de consumo, entre outros usos e funções. Estávamos também interessados em captar os sentidos das fotografias para o próprio migrante-fotógrafo. Para tanto, buscamos a conexão entre a análise das fotografias e das fontes orais. As entrevistas nos permitiram "ver" o não visível na fotografia, conhecer as histórias "por detrás" delas, a interpretação que se fazia delas. Ao mesmo tempo, as fotografias nos traziam elementos para interpretar os significados da migração e do retorno narrados nas entrevistas. Por exemplo, por meio das narrativas orais percebemos as implicações do avanço tecnológico no campo da fotografia para as experiências dos migrantes no exterior e, inclusive, como esse avanço era utilizado para marcar diferenças entre os que migraram recentemente e os que migraram há mais tempo, quando ainda não havia o recurso da fotografia digital, nem das redes sociais, e as fotografias ainda eram enviadas por via postal.

Minha segunda experiência foi através do projeto de pesquisa "Memórias da guerra e do nazismo: a repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha após a II Guerra Mundial", desenvolvido entre 2009 e 2011.[4] Este projeto teve como objetivo investigar a "repatriação" de cidadãos brasileiros da Alemanha – em geral

[4] O projeto recebeu financiamento da Capes, por meio do Programa de Estágio Pós-Doutoral, e foi desenvolvido por meio de vínculo, como pesquisadora visitante, com o Instituto de História Latino-americana da Universidade Livre de Berlim, entre 2010 e 2011.

binacionais - após a Segunda Guerra Mundial, acompanhados de seus parentes de cidadania alemã, por intermédio da Missão Militar Brasileira, sob uma perspectiva transnacional, com base em entrevistas e em documentação preservada em acervos brasileiros, alemães e norte-americanos. Diferente do projeto anteriormente mencionado, as entrevistas seriam feitas décadas depois do retorno ao Brasil. Tratava-se de um grupo relativamente pequeno, em relação aos alemães que permaneceram no Brasil, mas cuja investigação lançava luzes para diversos aspectos ainda desconhecidos pela historiografia. A maioria dos que retornaram à Alemanha no fim dos anos 1930 havia emigrado da Alemanha para o Brasil durante a República de Weimar (1919-1933) e mantinha laços mais fortes com esse país que outros alemães e descendentes que haviam imigrado antes.

O grupo delimitado para a pesquisa foi fruto de pesquisas preliminares que permitiram, de antemão, perceber de que se trataria não apenas de um só movimento populacional – a "repatriação" ou retorno ao Brasil depois da II Guerra Mundial – mas também de outros deslocamentos anteriores dos quais tais famílias haviam tomado parte (a imigração para o Brasil, migrações internas, o retorno/ida à Alemanha, deslocamentos ali vividos). As entrevistas de história oral permitiram, então, tratar não apenas de um fluxo migratório, numa direção só, mas de deslocamentos múltiplos entre países vividos pelas mesmas pessoas ou famílias e suas implicações para suas histórias de vida. Experiências de ir e vir entre países constituem tema menos visível na historiografia das migrações e, em geral, são visibilizadas a partir do enfoque em experiências individuais.

O projeto foi desenvolvido a partir de indícios de um movimento de retorno de residentes no Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, para a Alemanha durante o início da Campanha de Nacionalização e da repressão ao partido nazista, em 1938, encontrados nos jornais locais e em relatórios enviados ao governo alemão e a instituições culturais na Alemanha, localizados no

Arquivo Nacional de Berlim, e de relatos de pessoas conhecidas na região. Realizei, então uma primeira entrevista com um familiar que, quando criança, acompanhou os pais para a Alemanha, em 1938, tendo ali vivido todo o período da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra. O entrevistado mostrou documentos expedidos pela Missão Militar Brasileira - MMB, por intermédio da qual ele e sua família voltaram ao Brasil, o que me levou a localizar o fundo desta Missão, sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty. A documentação permitiu perceber como diversas pessoas, por mais que tenham tido experiências distintas, voltaram ao Brasil por intermédio da mesma instituição. O acesso à documentação também permitiu, por sua vez, consultar as listas de pessoas que solicitaram ajuda para retornar ao Brasil, o que facilitou a localização de outras pessoas possíveis de serem entrevistadas. Este procedimento fez com que eu não só dependesse do sistema "bola de neve" - por meio do qual um entrevistado indica outros – para localizar possíveis entrevistados. Esse sistema limitava o universo de entrevistados numa só região. Com o acesso às listas eu poderia abranger também experiências de alemães e descendentes de outras regiões do Brasil, inclusive de grandes cidades ou municípios não originadas de projetos de imigração e colonização. A utilização de fontes de diferentes tipos pôde, assim, trazer uma diversidade de experiências de vida no Brasil antes da ida à Alemanha e depois do retorno. O que quero sublinhar, com este exemplo, é como a pesquisa de fontes escritas pode ajudar na produção de (novas) fontes orais e na sua interpretação e, vice-versa, como entrevistas também podem levar à localização de novos acervos documentais e à (re)formulação de perguntas e problemáticas de pesquisa.

A confrontação de fontes de arquivo ou de imprensa com fontes orais levou-me a rever algumas noções utilizadas no projeto de pesquisa inicial para identificar os próprios sujeitos da investigação e seus deslocamentos e a, inclusive, transformar tal problema numa das problemáticas da pesquisa. Em toda a

documentação produzida pela Missão Militar Brasileira, as pessoas alvo da missão de "repatriamento" eram identificadas como "cidadãos brasileiros" a serem "repatriados" ao Brasil, mesmo que muitos desses também tivessem a cidadania alemã. Os entrevistados, contudo, raramente se autoidentificavam como "repatriados". A questão da nacionalidade era muito mais complexa para os sujeitos daqueles deslocamentos do que apresentada pelas fontes oficiais ou do que as legislações dos países envolvidos estabeleciam/estabelecem.

Identificações utilizadas por órgãos oficiais para os sujeitos de deslocamentos podem não coincidir com as identificações utilizadas pelos mesmos, em entrevistas realizadas anos depois. Diversas experiências narradas por nossos entrevistados demonstram como a nacionalidade pode ser passível de negociações, quando não é uma questão pessoalmente problemática. Uma das entrevistadas, por exemplo, afirmou que seus pais "descobriram" (ou lembraram) de que ela era cidadã brasileira, ao tomarem conhecimento da possibilidade dela voltar ao Brasil por meio da Missão Militar Brasileira. Até então, ela vivia enquanto cidadã alemã e com o sentimento de ser alemã, muito embora consciente das experiências transnacionais da família. Uma das entrevistadas chega a narrar sua tática de silenciar sua nacionalidade alemã, no momento de ocupação de sua cidade pelo exército norte-americano, e de realçar a cidadania brasileira por meio da apresentação de um documento de identificação do Brasil (FROTSCHER, 2011). Ainda em relação à problemática da nacionalidade, diversos entrevistados (e não apenas os que eram crianças quando foram para a Alemanha), narram os esforços e dificuldades em relação ao aprendizado da língua portuguesa após o retorno ao Brasil, assim como os estranhamentos em relação à realidade sociocultural brasileira. Dois deles, em 1938 crianças de uma região de alta concentração de descendentes de alemães, narram como foram convocados a realizar o serviço militar obrigatório no Rio de Janeiro após o retorno ao país, e como esta experiência os fez entrar mais em contato com a cultura brasileira e

a língua portuguesa. Isto e outros exemplos narrados pelos entrevistados me levaram a problematizar conceitos presentes no projeto inicial de pesquisa, cujo subtítulo fazia referência, sem aspas, à "repatriação de cidadãos brasileiros". Escutar o que os entrevistados têm a dizer, considerar questões contundentes que aparecem nas entrevistas, não previstas no projeto inicial, fazem parte do trabalho com História Oral.

Ainda em relação à problemática da nacionalidade, entrevistas de história oral podem ser muito úteis para se discutir a força do passado nas autoidentificações nacionais. Alguns entrevistados, por exemplo, demonstraram como experiências de vida sob o regime nazista, a simpatia ou mesmo filiação de algum familiar ao partido nazista e, principalmente, o Holocausto, tornaram complexa, senão problemática, uma autoidentificação por meio do adjetivo "alemão" ou "alemã". Outros entrevistados, por sua vez, expressaram uma valorização da disciplina e do patriotismo aprendidos por meio de sua participação na Juventude Hitlerista, ao discorrerem sobre a educação e comportamentos entre a juventude no Brasil hoje.

Trago ainda mais um exemplo desta pesquisa, como forma de sublinhar a importância das experiências e memórias dos migrantes no desenvolvimento da problemática da identidade e diferença. Por mais que a ideologia nacional-socialista pregasse a ideia de uma *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional e racial alemã), alguns entrevistados narraram situações vividas após a chegada naquele país em que eram diferenciados em relação aos "cidadãos do Reich" (*Reichsdeutsche*) e não apenas por meio da denominação *Volksdeutsche* ("alemães étnicos" nascidos fora das fronteiras políticas da Alemanha) ou *Auslandsdeutsche* ("alemães no exterior"), utilizadas pelas fontes oficiais. Um dos entrevistados narra que teria sido chamado de *Urwaldssimpel* (tradução aproximada: pessoa simplória da floresta virgem); outro foi perguntado por um curioso, que teria estranhado seu jeito e maneira de falar a língua alemã, se teria sido atraído no Brasil, em

direção à Alemanha, com uma banana, revelando assim a existência de estereótipos em relação ao Brasil e a seus habitantes. Trago estes exemplos para demonstrar, mesmo que brevemente, as possibilidades e potencialidades para o estudo das migrações com base em fontes orais, conectados à problemática das identificações e diferenças na história.

Pelo que até aqui foi tratado, fica claro também o potencial das fontes orais produzidas com migrantes em fluxos internacionais para o desenvolvimento de uma abordagem mais global da história. Por mais que as migrações internacionais possam ser entendidas como um assunto que, por si mesmo, tem um interesse ou orientação "global" (Beckert apud FICKER, 2014, p. 7), nem sempre os autores de estudos sobre esse tema tem desenvolvido uma abordagem de história global, transnacional ou conectada. A globalização impôs à historiografia o desafio da internacionalização e da competência intercultural, de grande importância para projetos com uma abordagem pautada na chamada história global ou na história transnacional (WIRZ, 2001).

Uma vez que lidamos, no projeto citado, com migrantes entre dois universos culturais e linguísticos distintos, nos deparamos com o desafio inicial de como produzir tais fontes e utilizá-las na pesquisa e na redação. Isso porque a maioria das entrevistas foi feita na língua alemã, com o intento de facilitar a rememoração de fatos ou processos vividos na Alemanha ou em contextos familiares em que a língua alemã era predominante. Este procedimento foi desenvolvido por mim com base em obras de autores sobre memória e linguagem e, em especial, de um psicólogo social que apontava, num de seus livros sobre o funcionamento da "memória comunicativa", uma congruência entre as circunstâncias sociais dos fatos rememorados e a sua revocação (WELZER, 2008, p. 37). Mas mesmo que a maioria dos entrevistados tenha concedido as entrevistas em alemão, em alguns momentos-chave ocorria a alternância de línguas (alemão e português). Isso ocorria em razão das trajetórias de vida dos entrevistados, dos assuntos e situações

tratados, do ambiente e das condições da entrevista, incluindo as habilidades e limites linguísticos da entrevistadora.

Isso nos chamou a atenção para a importância de se levar em conta, também na interpretação das fontes orais, aspectos atinentes à(s) língua(s) ou linguagem. Consideramos que não apenas o conteúdo, mas também o uso de uma ou outra língua, ou ambas, assim como a alternância de línguas, durante uma entrevista, podem ou devem ser incorporados à análise, com vistas a aprofundar a interpretação das narrativas e se apreender com mais profundidade o caráter transnacional das experiências e memórias narradas (FROTSCHER, 2011). Parece-nos altamente profícuo explorar como se narra o passado das migrações ou de outros deslocamentos para determinado entrevistador, em que situação, por meio de que língua(s) ou linguagem e perceber quais os trabalhos da língua/linguagem na produção de significados para as experiências passadas.

Por meio de entrevistas com indivíduos que viveram processos migratórios marcantes, em parte determinados pela história política nacional e internacional, nos colocamos frente a outro desafio analítico: como relacionar tais narrativas de vida com "master narratives" (ou as "grandes narrativas") já existentes. Ou já no momento em que rememoram o passado vivido, os entrevistados podem estabelecer relações entre suas experiências e memórias individuais com narrativas históricas das quais comungam ou não. Assim como eles podem se apropriar de discursos históricos veiculados no público, ao narrarem suas vidas, eles podem se contrapor a esses discursos com base em suas próprias experiências e memórias, construindo assim contranarrativas. Ou seja, a relação entre memória individual e coletiva (ou social), fundamental em estudos baseados em histórias de vida, também é um dos desafios teóricos aos estudiosos da migração que se apoiam em entrevistas de história oral.

Uma problemática difícil que tenho procurado desenvolver diz respeito à rememoração da guerra e do nazismo pelos

entrevistados que viveram a migração para a Alemanha. Num dos artigos resultantes desta pesquisa, procurei explorar histórias de vida de dois entrevistados, mãe e filho, que em 1938 vivenciaram juntos a emigração para a Alemanha, a Segunda Guerra Mundial e a repatriação ao Brasil, mas que, apesar disto, apreendem tais eventos e o envolvimento com o nacional-socialismo do marido e pai, respectivamente, de formas distintas e, às vezes, contraditórias. Este caso levantou o problema da reconstrução da memória entre gerações, que procurei desenvolver por meio da noção de "memória comunicativa", formulada pelo estudioso da memória Jan Assmann (2008; 2016) e desenvolvida por Harald Welzer e sua equipe (WELZER, 2008; WELZER et al. 2008), e de outros autores que trabalham com memórias de temas sensíveis.

Outras entrevistas realizadas para o mesmo projeto colocaram o desafio de discutir por meio de que meios o passado é transmitido e reconstruído em entrevistas de história oral e o de lidar com os silenciamentos.

Tais desafios e a riqueza das entrevistas que realizei para o projeto sobre a "repatriação" de cidadãos brasileiros após a II Guerra Mundial, assim como os potenciais de análise da documentação preservada em acervos brasileiros e alemães que levantei, resultou num projeto específico, desenvolvido no momento, intitulado "Dos trópicos de volta ao Reich: viver e narrar o retorno para a Alemanha nazista a partir do Brasil".[5] Revisitar as entrevistas realizadas, agora com o foco do "retorno" à Alemanha, assim como explorar narrativas autobiográficas (publicadas ou não) dos próprios migrantes, em específico, visam apreender como o retorno/ida à Alemanha sob o regime nazista e as experiências ali vividas são narrados e explicados.

O interesse em trajetórias de vida de alemães no Brasil me levou a desenvolver, em conjunto com outros pesquisadores no Paraná, um projeto de pesquisa coletivo e interinstitucional que

[5] Projeto desenvolvido por meio de bolsa produtividade do CNPq (2017-2019).

intitulamos "Deslocamentos e (des)encontros: refugiados da II Guerra Mundial e brasileiros em Guarapuava – PR".[6] Lidaríamos aqui com outro tipo de imigrantes, não espalhados pelo Brasil, como no anterior anterior, mas que haviam sido dirigidos para o interior do Paraná para fundar uma "colônia" agrícola e que ali desenvolveram uma forte "cultura da memória"[7] baseada em narrativas da fuga e expulsão da Europa, da imigração e colonização.

O projeto envolveu pesquisadores, docentes e alunos de graduação, dos cursos de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Universidade Estadual do Centro-Oeste do estado. A história oral, neste projeto, foi fundamental, visto que a equipe estava interessada nas memórias da imigração de famílias autoidentificadas como "suábios do Danúbio", que se estabeleceram em Entre Rios, município de Guarapuava, em 1951 e 1952. Além disto, estávamos interessados em explorar as memórias da colonização e das sociabilidades entre imigrantes/descendentes e outros habitantes ali inseridos, as visões de mundo ali elaboradas, assim como desenvolver a problemática da reconstrução do passado e de sua transmissão às outras gerações de descendentes de imigrantes.

Por meio deste projeto, a equipe realizou entrevistas de história de vida com membros de diferentes gerações em famílias de imigrantes e também com outros moradores de Entre Rios. A utilização da metodologia de produção de entrevistas de história de vida (PLATO, 2009) tem permitido analisar como os entrevistados estruturam suas histórias de vida e as conectam com histórias mais

[6] O projeto foi desenvolvido entre 2012 e 2014 e obteve o financiamento da Capes e do CNPq (Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES N º 07/2011). A equipe, coordenada pela autora, envolveu os professores e pesquisadores Marcos Nestor Stein, da UNIOESTE, Beatriz Anselmo Olinto, da UNICENTRO, além de alunos de iniciação científica de ambas as instituições.

[7] Baseamo-nos aqui na noção de "cultura da memória" que, segundo Cornelissen, Klinkhammer e Schwentker (2004, p. 12), engloba os interesses de grupos sociais e políticos, assim como uma série de gêneros das culturas de memória, entre as quais a pesquisa histórica e os testemunhos autobiográficos, os meios de comunicação e os livros didáticos, os discursos políticos e os rituais religiosos.

abrangentes. Em nosso caso, estávamos interessados em perceber os significados dados aos deslocamentos, migrações, fuga e expulsão, deportação ocorridos durante suas vidas ou de seus familiares.

Para o desenvolvimento do projeto, também utilizamos de entrevistas já realizadas anteriormente, preservadas no acervo do Museu Histórico de Entre Rios. O acesso a um acervo de entrevistas produzidas nos anos 1980 e 1990 com refugiados de guerra que migraram para Entre Rios, assim como a publicações Entre Rios e os suábios do Danúbio, viabilizou ricas análises sobre os trabalhos da memória realizados pelos moradores e sobre a construção de uma "cultura da memória" local.

O historiador Marcos Stein já havia explorado o potencial de análise de edições dessas entrevistas publicadas no suplemento em alemão do jornal local, numa série especial que rememorava os 50 anos da fuga e expulsão da Iugoslávia, em 1994 (STEIN, 2008; STEIN, 2011;). A escolha das entrevistas para esta série, sua edição e editoração, os comentários do editor, a relação estabelecida entre elas e outros elementos editoriais faziam parte de um trabalho de rememoração em função de um devir. Ela tinha "um sentido pedagógico, de induzir condutas, homogeneizar o passado, enquadrar as memórias individuais e assim ancorar a identidade suábia-danubiana da colônia Entre Rios" (STEIN, 2008, p. 57).

A equipe do projeto revisitou as entrevistas publicadas, com o objetivo de discutir os ressentimentos ali presentes e a politização do trauma feita pelo jornal. Estávamos preocupados em analisar como o jornal compunha sentidos coletivos de superação por meio da edição e da padronização das lembranças traumáticas das testemunhas da fuga e da expulsão. Percebemos o papel do jornal na solidificação do tema da fuga e expulsão dos suábios do Danúbio do Sudeste europeu enquanto um "lugar de memória" referencial para a afirmação de uma identidade cultural de povo "pioneiro", que havia construído uma nova pátria em Entre Rios (FROTSCHER, STEIN & OLINTO, 2014).

Nossa reflexão apontava para a relevância de se estudar o uso de entrevistas feitas por outrem com refugiados de, sua edição e publicação. Muito embora alguns pesquisadores sejam relutantes em usar entrevistas feitas por outrem, preservadas num determinado acervo, elas podem ser ricas fontes para projetos de história oral. Havendo esta possibilidade, deve-se perguntar o que pode nos dizer um conjunto de entrevistas produzidas para um determinado intuito, numa situação e contexto específicos, na interlocução com determinado interlocutor. Como aponta o historiador Alexander Freund, muitas fontes orais guardadas em acervos são valiosas não somente porque as pessoas entrevistadas não vivem mais, mas porque nos oferecem material muito rico para estudos comparativos, longitudinais e transgeracionais. Diversos estudos têm utilizado entrevistas feitas há tempos atrás para compará-las com entrevistas feitas com os filhos e netos dos entrevistados para ver como estórias familiares são repassadas e resignificadas entre as gerações (FREUND, 2013, p. 329). Alguns estudos muito fascinantes têm sido publicados também com base na comparação entre entrevistas feitas com as mesmas pessoas, num intervalor de algumas décadas, com o intuito de perceber as mudanças e permanências em suas histórias de vida no curso do tempo histórico e do próprio tempo de suas vidas.

Baseados neles, numa de nossas reflexões concentramo-nos na história de vida de uma das moradoras de Entre Rios, já idosa, que havia sido deportada em fins de 1944 da Iugoslávia para trabalhos forçados na URSS. Exploramos três entrevistas concedidas por ela, uma em 1984 e as outras duas em 2010 e 2012. A primeira foi concedida a um professor aposentado, também um "suábio do Danúbio" da Iugoslávia que havia sido liderança de instituição cultural e tomado parte ativa na guerra do lado dos alemães. Trechos desta entrevista foram publicados na série já mencionada de 1994, mas nos baseamos também no áudio da entrevista original. A outra entrevista, feita em 2010, foi concedida à autora em alemão, e a terceira, ao historiador Marcos Stein, em

português, em 2012. Tratávamos aqui de outro tipo de deslocamento, a deportação, e suas consequências para a vida, e da relação entre deportação, trauma, memória e ressentimento. Mas as duas últimas entrevistas, também falavam de outros deslocamentos, internacionais e internos no Brasil, que buscamos explorar.

O estudo de caso foi uma oportunidade singular para comparar entrevistas com uma mesma pessoa que viveu experiências traumáticas, produzidas num intervalo de quase 28 anos, no sentido de refletir como esse passado foi sendo "trabalhado" ao longo do tempo. Percebemos algumas diferenças na forma de narrar o passado, motivadas por mudanças no contexto histórico e da própria vida da entrevistada e pelas diferentes condições das entrevistas. Mas mais do que diferenças, o que sobressaiu na análise das três entrevistas foi que em todas elas a entrevistada se posicionava "enquanto sobrevivente e também vítima, e que, ao narrar sua vida, constitui imagens de si relacionadas à expulsão dos suábios do Danúbio do sudeste europeu e seu estabelecimento no Brasil" (FROTSCHER & STEIN, 2016). Em diversos momentos das três entrevistas, eventos do passado eram narrados com a utilização do pronome coletivo "nós". Este estudo confirmava, assim, observações anteriores formuladas pelo historiador Marcos Stein, sobre a pressão que a memória coletiva, produzida por instituições de memória na localidade, exercia sobre as memórias individuais (STEIN, 2011), assim como por outras instituições de suábios do Danúbio espalhadas pelo mundo e publicações sobre sua história, com os quais os moradores de Entre Rios mantém contato. Como observou o historiador Friedhelm Boll: "memórias de história de vida são sempre narrativas formadas historicamente por meio de pertencimentos a grupos e a contextos sociais, assim como coinfluenciadas pela respectiva situação da entrevista" (BOLL, 2001, p. 19).

Nesta pesquisa também comparamos narrativas orais de membros de três gerações consecutivas de uma mesma família, todas realizadas pela autora, com o objetivo de perceber

similaridades e diferenças no que se refere à relação que eles estabelecem com os diferentes espaços e à mudança de sentidos entre as gerações em relação ao lugar "de origem" (no Sudeste europeu) (FROTSCHER & STEIN, 2018). No momento da execução do projeto, já haviam se passado mais de 40 anos da publicação de um livro sobre Entre Rios, no qual o autor classificava a população em gerações, segundo "[...] o efeito das influências externas que sofreram" (ELFES, 1971, p. 93), principalmente as consequências da Segunda Guerra Mundial. Queríamos então investigar como uma nova geração, ou seja, os filhos agora adultos daqueles já nascidos no Brasil, estabeleciam, em entrevistas de história de vida, relações com a colônia/distrito de Entre Rios e a "pátria perdida" dos seus avós e bisavós.

No estudo de caso com uma das famílias, pudemos perceber que as narrativas de membros das três gerações se conformam, mais ou menos, ao conteúdo de livros publicados sobre os suábios do Danúbio. Também em entrevistas com moradores mais jovens, a rememoração do passado individual e familiar é conectada a uma "cultura da memória" sobre a "fuga e a expulsão" dos suábios do Danúbio do Sudeste europeu que existe não apenas por meio de livros, periódicos e instituições de memória em nível local, mas também em nível global, visto que mantêm contatos com familiares que permaneceram na Europa e instituições culturais de Entre Rios participam de eventos realizados por associações de suábios do Danúbio espalhadas pelo mundo (FROTSCHER, STEIN & OLINTO, 2014). Muito embora tenhamos observado similaridades nas narrativas orais entre os membros das três gerações de uma mesma família entrevistados, como a referência à antiga pátria, possibilitadas pelas memórias comunicativa e cultural, que criam comunidades de experiências, memórias e narrativas entre as gerações, o grau dessa referência nas narrativas foi diferente (FROTSCHER & STEIN, 2018).

Como ainda havíamos previsto no projeto, nosso interesse era também produzir fontes orais com outros moradores não

autoidentificados como suábios do Danúbio. Isso porque muitos estudos sobre Entre Rios concentraram-se só nos imigrantes e descendentes e pouco havia sido escrito sobre a presença de outras populações ali residentes. Interessava-nos as sociabilidades entre refugiados, transformados em imigrantes/colonizadores pelas narrativas históricas posteriores, e os já estabelecidos em Entre Rios ou que para ali se dirigiram depois. Escolhemos, num estudo comparativo entre as narrativas orais por nós produzidas, entrevistas feitas com moradores mais idosos imigrantes e não imigrantes. Por mais distintas que tenham sido suas experiências, a conquista de direitos que lhe efetivavam o exercício da cidadania foi um elemento agregador nas memórias. A conquista da cidadania brasileira foi elemento de destaque em entrevistas com os refugiados que entraram no Brasil na condição de "apátridas", visto que a cidadania iugoslava lhes havia sido subtraída no final da Segunda Guerra Mundial. Para os entrevistados não refugiados/imigrantes, Entre Rios também era associado a um lugar de conquistas, enquanto "lugar da prosperidade econômica e da obtenção de direitos como cidadãos brasileiros, em especial a aposentadoria e a casa própria" (STEIN, FROTSCHER, STEIN & OLINTO, 2015, p. 1065). Estas conquistas eram atribuídas às suas trajetórias de trabalho e aos vínculos empregatícios com proprietários imigrantes e seus descendentes. Assim, ao invés de desencontro ou segregação, as fontes orais produzidas com moradores mais velhos falavam de encontro e convívio. Como concluímos, em todas as entrevistas, nas quais os entrevistados realizavam uma espécie de balanço de suas trajetórias, a "valorização de uma vida construída por meio do trabalho" foi "elemento estruturante de suas histórias de vida" (STEIN, FROTSCHER, STEIN & OLINTO, 2014, p. 1065). Mas diferente das entrevistas dos suábios do Danúbio mais velhos entrevistados, nas quais a ênfase recaía na história do grupo e não na trajetória individual, as entrevistas com outros moradores do distrito não estabeleciam uma relação tão forte entre memória individual e

coletiva. Isto foi possível perceber, pois havíamos optado, no início do projeto, em adotar a metodologia de produção de histórias de vida, ao invés de entrevistas temáticas.

Ao discorrer sobre os projetos desenvolvidos, ficou claro que lidamos com três grupos distintos de entrevistados. Os primeiros eram jovens que haviam se deslocado há poucos anos para trabalhar temporariamente na Europa e retornado também há pouco tempo e, por isto, suas narrativas eram muito perpassadas pelas inseguranças e planos em relação ao futuro. As memórias sobre aquelas experiências passadas ainda não haviam se solidificado na história de suas vidas, relativamente curtas, se comparadas à maioria dos entrevistados dos projetos posteriores. No projeto posterior, os entrevistados tinham todos mais de 60 anos, haviam se acumulado muitos "presentes passados" após a ida à Alemanha no final dos anos 1930. No projeto sobre os refugiados/imigrantes e seus descendentes em Entre Rios, já haviam se passado quase 70 anos da "fuga e expulsão" do Sudeste europeu. O fato de viverem numa localidade específica, com fortes investimentos que visam a manutenção de traços culturais, incluindo a língua da imigração e a construção de uma memória cultural, interferiu na padronização e solidificação de determinadas interpretações sobre o passado que visam a constituição de uma identidade grupal.

Lidamos nesses projetos, também, com tipos diferentes de entrevistas: no primeiro mencionado, com entrevistas mais temáticas; no segundo, uma mistura de entrevistas de história de vida e temáticas (visto que os entrevistados já sabiam que estávamos interessados em suas experiências na Alemanha); no último, tentamos adotar a metodologia da construção de história de vida, o que causou certa surpresa entre alguns entrevistados mais jovens, e, entre os mais idosos, levou à construção de narrativas que traçavam uma espécie de balanço de suas vidas, muito embora as entrevistas não fossem muito longas (não mais que duas horas). O que nos irritava de início, - o fato de quase não abordarem o período anterior a 1944, quando houve a expulsão, fuga ou deportação –

tornou-se um elemento para confirmar a hipótese do peso da "fuga e expulsão" na "cultura da memória" local e, por isso, também nas histórias de vida construídas narrativamente pelos moradores mais velhos. Seu olhar para o passado era direcionado a partir da consciência e da afirmação do pertencimento a um grupo étnico, os suábios do Danúbio.

Deve ter ficado claro, neste breve texto, como projetos de história oral demandam um esforço no sentido de um amadurecimento teórico, principalmente no que se refere à relação entre história, tempo e narrativa e entre história, memória e esquecimento. Isto porque não tratamos de meros relatos do vivido, mas de narrativas, ou seja, um processo de criação de sentido (ou de novo sentido) sobre o real (RICOEUR, 1995). Estamos diante de uma fonte que é constituída numa temporalidade, cuja narrativa, por sua vez, entrelaça diferentes temporalidades. No caso de histórias de vida, há os diferentes tempos das vivências, da rememoração e da narração. E como sublinha a socióloga Gabriele Rosenthal, não há uma homologia entre vivência e narração, muito embora a narração do passado dependa do passado vivenciado (ROSENTHAL, 2014). A afirmação de que fontes orais comportam passado, presente e futuro parece simplificar uma discussão mais complexa sobre o processo de rememoração, que envolve diferentes presentes, o da narração, o da rememoração e os das vivências no passado, assim como diferentes passados, vividos e reelaborados ao longo da vida, e o futuro, seja o futuro que se vislumbra no presente da narração, sejam as expectativas de futuro no passado.

Nessa espécie de retrospectiva das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos sobre migrações e outros deslocamentos, com base em fontes orais, de forma individual ou coletiva, procurei trazer apenas algumas reflexões que foram possíveis de serem sistematizadas aqui. Muito embora projetos financiados precisem ter vigências definidas, muitas entrevistas feitas permanecem sem terem sido exploradas (ainda) ou à disposição para serem utilizadas no desenvolvimento de outras problemáticas. Em projetos de

história oral o pesquisador não pesquisa fontes, mas ajuda a construí-las, o que demanda tempo, planejamento e recursos para realizá-las, transcrevê-las e analisá-las. E o tempo sempre parece ser exíguo demais diante da riqueza e da potencialidade que as fontes orais produzidas muitas vezes apresentam a nós.

## Referências

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies***:* an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016. Disponível em: http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=642

CORNELIßEN, Christoph; KLINKHAMMER, Lutz; SCHWENTKE, Wolfgang (Eds.) **Erinnerungskulturen***:* Deutschland, Italien und Japan seit 1945. 2a. ed. Frankfurt am Main: 2004.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba, [s.n.], 1971.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, 28-62, 2013. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9877/7195

FROTSCHER, Méri. Trabalhadores brasileiros, brasileiros trabalhadores: Resignificação da identidade étnica entre emigrantes de origem rural (do Oeste do Paraná - Suíça, 1970-2008). **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 10, n. 20, p. 103-112, 2009. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2457/1857

_____. Experiências de fronteira: memórias de migrantes brasileiros retornados da Áustria. In: DUARTE, Geni R.; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson (Org.). **História, Práticas Culturais e Identidades**: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. Cascavel: Edunioeste, 2008, p. 43-56.

Disponível em: http://www.unioeste.br/cursos/rondon/mestradohistoria/lpci/

_____. Imagens de si e do outro: interpretação de fotografias e fontes orais em estudos migratórios. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni R.; MONTENEGRO, Antonio T.; MONTYSUMA, Marcos (Org.). **História Oral, Desigualdades e Diferenças**. Recife/ Florianópolis: EDUFPE/EDUFSC, 2012, p. 259-286. Disponível em: http://www.unioeste.br/cursos/rondon/mestradohistoria/lpci/

_____. Memórias do nazismo e da guerra em duas gerações de descendentes de alemães repatriados para o Brasil. **Fronteiras**, Florianópolis, v. 26, p. 23-49, 2015. Disponível em: http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2026%20vers%20fin/f26-artdoss2-mery.pdf

_____. Língua, memória e identidade. Considerações metodológicas sobre histórias de vida de migrantes bilíngues. **História Oral**, Rio de Janeiro, p. 97-122, 2011. Disponível em: http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=225&path%5B%5D=229

_____. De "alemães no exterior" a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, p. 81-96, 2013. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.02

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor. Entre a Antiga e a Nova Pátria:

narrativas de membros de três gerações de uma família imigrante (Colônia de Entre Rios, Guarapuava – PR). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 10, n. 23, 2018 (no prelo).

_____. Histórias de vida e memórias familiares: entrevistas com netos de refugiados da II Guerra Mundial no Brasil. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 3, p. 311-325, set./dez. 2016. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.203.07

_____. "E estava tudo bem até começar a guerra": sofrimentos e ressentimentos em narrativas orais de uma refugiada da Segunda Guerra Mundial no

Brasil. In: WADI, Yonissa M. (Org.). **Narrativas sobre loucuras, sofrimentos e traumas**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2016, p. 175-202.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz A. "Eles também não tinham nada": narrativas orais de deslocamentos e encontros identitários em Entre Rios (Guarapuava - PR). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 1039-1067, 2015.

_____. Memória, ressentimento e politização do trauma: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava, PR). **Tempo,** Niterói, v. 20, p. 1-26, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042014000100207&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

FICKER, Sandra Kuntz. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524 ; DOI : 10.4000/nuevomundo.66524

PLATO, Alexander von. Interview Guidelines. **Oral History Forum d´Histoire Orale**, Winnipeg, 29, 2009. Disponível em: www.oralhistoryforum.ca

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Volume II. Campinas: Papirus: 1995.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas,** Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17116

STEIN, Marcos Nestor. Memórias de uma Diáspora: Relatos de refugiados da Segunda Guerra Mundial. **Espaço Plural,** Marechal Cândido Rondon, v. 1, p. 49-58, 2008. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1927/1522

_____. **O Oitavo Dia***:* Produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: Unicentro, 2011.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 22, nº 44, p. 341-364, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf

WELZER, Harald. **Das kommunikative Gedächtnis:** Eine Theorie der Erinnerung. 2. ed. München: Beck, 2008.

WELZER, Harald; MOLLER, Sabine, TSCHUGGNALL, Karoline. **"Opa war kein Nazi":** Nationalsozialismus und Holocaust im Familiengedächtnis. 6. ed. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2008.

WIRZ, Albert. Für eine transnationale Geschichte. **Geschichte und Gesellschaft**, 2001, v. 27, p. 489-498.

# 5

# Entre Itália e Brasil: a trajetória de um alfaiate calabrês em Porto Alegre

*Leonardo de Oliveira Conedera* [1]

*Emigrar significa reescrever-se sobre*
*uma página branca. De todas*
*iniciativas humanas é a mais complexa*
*e difícil; e não permite o sucesso*
*àqueles que não são resolutos,*
*enérgicos e pacientes.*
(Adriano Colloci)

O presente texto propõe-se analisar a trajetória do imigrante italiano, Carmine Motta, em Porto Alegre. Carmine encontra-se dentre os diversos peninsulares que se deslocaram para o Rio Grande do Sul depois do final da Segunda Guerra Mundial. O estudo pretende colaborar com as pesquisas produzidas sobre a imigração peninsular, detendo-se na fase do pós-guerra.

Então, por meio da trajetória de um imigrante proveniente da Calábria, visa-se contextualizar a imigração italiana no período do pós-guerra (1946-1976) na capital gaúcha; além disso, pretende-se observar a profissão de alfaiates desempenhada pelos italianos no

[1] Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: leocone5@hotmail.com.

espaço dos centros urbanos do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por uma imigração qualificada; por último, propõe-se tratar as questões referentes ao associativismo e ao transnacionalismo verificados no percurso sociocultural do imigrante já referido.

A investigação privilegiou o emprego da metodologia de História Oral, onde se utilizou entrevistas de imigrantes que se transferiram no período do pós-guerra para a América[2]. Sabe-se que a metodologia revitaliza-se a partir de um trabalho ininterrupto de recuperação e registro de memórias, conseguindo dar conta da diversidade temática, possibilitando o estudo de distintos grupos humanos cuja vida e percurso não se encontram inscritas na documentação oficial. Núncia Santoro de Constantino sugere para os historiadores da imigração que é

> [...] preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns. (CONSTANTINO, 2006, p. 64).

Como aconselha Constantino, a História Oral viabiliza a intermediação entre a micro e a macro-história, possibilitando a análise das experiências de vida em relação às estruturas da sociedade. Estabelecem-se conexões entre a história narrada e as manifestações sociais, econômicas e políticas em que o sujeito se encontra inserido, para assim se ponderar a narrativa propriamente dita, a partir do presente do entrevistado (CONEDERA, 2012, p. 18).

[2] As entrevistas utilizadas neste estudo encontram-se no acervo do Laboratório de História Oral da PUCRS.

Sabe-se que o indivíduo que narra sua história, ou conta sobre sua trajetória de vida, não constitui, ele mesmo, o objeto de pesquisa; elabora um relato, a matéria-prima para o conhecimento histórico e social que procura, por meio do depoente e da experiência por ele vivenciada, apreender as relações sociais que se estabeleceram em seu percurso (BAUER, 2007, p.37).

Portanto, as histórias relatadas por narradores possibilitam, como outras fontes, a percepção de indícios por parte dos historiadores. Carlo Ginzburg (2007, p.178-179) assinala que "a realidade é opaca, mas existem certos pontos privilegiados – indícios, sintomas – que nos permite decifrá-la". As narrativas dos imigrantes apresentam uma série de indícios que podem evidenciar fenômenos sociais mais amplos e complexos.

## Imigração italiana no período do pós-guerra (1946-1976)

A emigração, na Península Itálica, recebeu grande impulso após o final da Segunda Guerra Mundial. Os problemas políticos, econômicos, sociais e infraestruturais presentes no país após o final do conflito favoreceram o reinício das partidas.

Entre os anos de 1946 a 1976 abandonaram a Itália, aproximadamente, 7.447.370 indivíduos. O êxodo estabeleceu-se, inicialmente, nas regiões do norte da península (principalmente no *Triveneto*[3]). Posteriormente, o fluxo começou de forma intensa também no *Mezzogiorno*[4], que possuía os estados mais populosos do país (DE CLEMENTI, 2010, p. 4).

Sabe-se que, a partir de 1945, iniciou a progressiva erosão dos impérios coloniais na Ásia e na África. Esse acontecimento acarretou novos deslocamentos populacionais. Os primeiros movimentos

[3] *Triveneto* refere-se às três Regiões italianas, a saber: Veneto, Friuli-Venezia Giulia e Trentino-Alto Adige, situadas no nordeste do país.

[4] *Mezzogiorno* refere-se ao Sul da Itália.

foram estimulados pelo reingresso de europeus para seus países de origem (CORTI, 2007, p. 79).

As consequências do novo contexto mundial, a partir da metade do século passado, com o processo de descolonização, provocaram inúmeras movimentações de populações inteiras e um excessivo número de emigrantes, devido a três fatores, que permaneceram constantes nas dinâmicas de vários movimentos migratórios no panorama contemporâneo. O primeiro foi a dissolução das velhas potências; o segundo, o paralelo surgimento de novos Estados; o último, a explosão demográfica ocorrida nos países subdesenvolvidos (CORTI, 2007, p. 84).

Além disso, a reabertura das fronteiras de diversos países no período do pós-guerra estimulou o alvorecer de um novo ciclo migratório, principalmente no ocidente. Vale lembrar que da Europa, entre 1947 e 1951, partiram 460.000 emigrados, dos quais 218.000 deixaram a sua própria pátria de maneira espontânea, enquanto que 242.000 seguiram direcionados pelas organizações internacionais de refugiados; no entanto, essas acabaram extintas em 1951 (CORTI, 2007, p. 84).

As direções seguidas pelas novas ondas migratórias aliaram-se a algumas tendências alicerçadas em deslocamentos anteriores. A maioria dos emigrantes da Europa Setentrional dirigiram-se para países de cultura anglo-saxã, como Estados Unidos, Canadá e Austrália; em contrapartida, os oriundos dos países meridionais encaminharam-se, sobretudo, para países da América Latina, como Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela entre outros (CORTI, 2007, p. 85).

O crescimento industrial foi praticamente relevante, especialmente na Argentina, no Brasil e no Uruguai graças à expansão registrada no período da Segunda Guerra Mundial e sustentado depois por meio de uma maciça intervenção dos Estados Unidos nas economias desses países. No entanto, a diferença do passado é que os novos fluxos não se direcionaram apenas aos maiores países de imigração, como também se dispersaram por toda

a área latino-americana. Argentina, Brasil e Uruguai prosseguiram sempre o papel predominante próprio, pelo peso que assumiram em virtude da sua produção industrial (CORTI, 2007, p. 84).

Entretanto, o fato mais relevante da década de 50 foi que alguns países da Europa Centro-Setentrional não recuperaram apenas as posições econômicas precedentes à Guerra, mas ainda registraram um crescimento que os colocou a níveis superiores aos resultados industriais alcançados pelos EUA, tornando-se indiscutíveis protagonistas na economia mundial. Diversos acontecimentos contribuíram para o crescimento: a estabilidade monetária, que foi finalmente alcançada após os altos picos inflacionários do pós-guerra; os estímulos na industrialização, que foram oferecidos pelas políticas econômicas nacionais e pelos auxílios internacionais; e a positiva influência exercida pelo nascimento do mercado econômico europeu (CORTI, 2007, p. 90).

Por fim, os italianos cujo destino foram os países fora do continente europeu caracterizaram-se por uma migração de caráter definitivo. Já aqueles que se endereçaram para os Estados europeus se caracterizaram por uma permanência temporária. A proximidade de emigrados com as suas cidades e o fato de se transferirem desacompanhados de suas famílias contribuíram para que os deslocamentos tivessem uma curta duração – aqui se registra um elevado número de repatriados.

## Imigração italiana em Porto Alegre (1946-1976)

O Brasil recebeu cerca de 12,6 % dos italianos que imigraram para a América Latina no período do pós-guerra. Trento (1989, p. 408) frisa que "[...] o fluxo de emigrantes da Itália teria podido ser mais consistente, especialmente durante os primeiros anos posteriores à guerra, se um acordo emigratório entre os dois países tivesse sido firmado a tempo".

No campo da diplomacia entre Brasil e Itália, a questão da imigração era um tema recorrente nas tratativas entre os dois

países. Os dois governos pretendiam viabilizar tratados para promovê-la; no entanto, o entendimento tardou muito para se efetivar. Logo, a via diplomática pouco influenciou a imigração de peninsulares para o território brasileiro nos anos do pós-guerra.

É importante referir que, nos Censos das décadas de 40 e 50, os italianos figuravam como a etnia com a maior quantidade de estrangeiros estabelecidos na sociedade brasileira. A maioria dos peninsulares residia nos Estados das Regiões Sudeste e Sul do país (ZAMBERLAM, 2004, p. 59).

No Rio Grande do Sul existiam cerca de 24.549 e 15.003 peninsulares, respectivamente, de acordo com os registros dos Censos de 1940 e de 1950[5]. Os números colocavam os imigrantes da península como o maior contingente de estrangeiros presentes no Estado. Nos Censos seguintes, os peninsulares permaneceram com números expressivos na comparação com os demais estrangeiros; entrementes, acabaram superados pelos contingentes de uruguaios e alemães (CONEDERA, 2012, p. 71).

A maioria dos desembarques dos italianos em território brasileiro, assim como dos demais indivíduos de outras nacionalidades, acontecia nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. De 1953 até 1958, o porto de Santos foi o local onde desembarcaram mais de 50% dos estrangeiros que chegavam ao país, enquanto o Rio de Janeiro recebeu pouco mais de 30%; o restante espalhava-se entre os portos de Porto Alegre e Paranaguá, entre outros locais (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p. 310-311).

O caminho percorrido por vários peninsulares até Porto Alegre era realizado de trem. Contudo, o deslocamento para a capital gaúcha também poderia ser feito através do transporte marítimo e aéreo. Normalmente, os parentes e amigos aguardavam os imigrantes nos locais de desembarque na cidade, a fim de recepcioná-los bem ao novo destino. Assim, muitos dos imigrantes

[5] Vale lembrar que inúmeros italianos radicados no Brasil dentre as décadas de 1930 e 1940 pleitearam e conseguiram as suas naturalizações junto ao governo brasileiro. Logo, os dados dos Censos referem apenas aqueles que permaneceram com a nacionalidade italiana.

que vieram nesse período referem o momento da chegada como um momento de forte emoção e confraternização. Por exemplo, a senhora Dalva Di Marino Cassarà – que imigrou, em 1950, para a capital – narra que:

> Chegamos setembro, no porto aqui de Porto Alegre. Um dia lindíssimo. Ensolarado. E toda aqueles.... Ah... parentes do meu pai, e parte da minha mãe, que a minha mãe tinha umas irmãs aqui. [...] o meu tio, esse tio Rocco, nos recebeu. A esposa fez um almoço muito bonito e quase toda a *parentela* da parte da minha mãe foram todos na casa dela. Aí começou a minha vida, porto-alegrense e brasileira. (CASSARÁ, 2010).

A senhora Dalva, como outros patrícios que vieram para os centros urbanos brasileiros, praticaram uma imigração espontânea que era promovida, muitas vezes, pelos próprios italianos residentes no Brasil. O motor das emigrações amiúde é motivado pela própria emigração. Franco Ramella (2002, p. 143) frisa que "[...] a ativação por parte dos indivíduos e das famílias como elos mais ou menos selecionados pelas redes sociais que são a parte reguladora do movimento, o organiza, o canaliza para certas direções e não a outras".

É importante referir que os imigrantes chegaram perante um cenário promissor, visto que havia uma enorme demanda de mão de obra, especialmente a qualificada. Na primeira metade do século passado, a capital gaúcha demonstrou um grande crescimento urbano associado à ampliação do seu parque industrial, vinculada à rede de transportes de médios e longos trajetos (ferrovia, navegação fluvial e aviação civil). O distrito industrial – formado, primeiramente, pelos bairros Navegantes e São João[6], e que com o

[6] Os bairros Navegantes e São João foram criados pela Lei nº 2022, de 07/12/1959. Entrementes, o primeiro arruamento das imediações do Navegantes data de 1870. Ulteriormente, a inauguração da primeira Estação Navegantes, em 1886, interligando Porto Alegre-Novo Hamburgo, favoreceu a dinamização e ocupação da região. Em 1895, a Empresa Territorial Porto-Alegrense implementou um grande loteamento nas áreas do bairro, incentivando a sua habitação (FRANCO, 1988. p. 284-285).

tempo englobou toda a Zona Norte da cidade – concentrou a expansão populacional de Porto Alegre nessa fase (FORTES, 2004, p. 31).

No entanto, a urbanização no Estado nos primeiros 50 anos do século XX não apresentou significativas transformações quantitativas em relação ao final do Oitocentos. O Rio Grande do Sul possuía pouco mais de 30% da população vivendo nas áreas urbanas (SOARES, 2007, p. 298).

No princípio dos anos de 1940, a capital iniciou a transição para a moderna metrópole. O crescimento demográfico de 1940 a 1950 foi de 45%, isto é, nesse arco temporal a população recrudesceu de 272.000 para 394.000 habitantes (SILVA, 1996, p. 53-54).

O começo da Segunda Guerra desencadeou a aceleração do desenvolvimento em Porto Alegre, cujo resultado manifestou-se na década de 1950. A impossibilidade da importação de bens de consumo, que acabaram eliminados em razão do conflito, possibilitou o nascimento de novas indústrias na cidade (CONEDERA, 2012, p. 81). O município foi o maior núcleo de desenvolvimento industrial no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a capital atraiu o maior contingente de operários do Estado (SINGER, 1968, p. 172).

Em 1940, Porto Alegre possuía mais de 270 mil habitantes. A capital era a quinta cidade mais populosa do país. Paulo Roberto Rodrigues Soares destaca que:

> A imigração internacional no século XX (de alemães, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, judeus, ingleses, poloneses) trouxe ao estado número significativo de comerciantes industriais, profissionais liberais e operários qualificados, dos quais muitos se constituíram em importantes agentes empreendedores e inovadores em terrenos econômicos, sociais e culturais. (SOARES, 2007, p. 300).

Os municípios de Porto Alegre, Rio Grande, São Leopoldo, Caxias do Sul e Pelotas detinham as principais casas comerciais, industriais, manufaturas, o comércio de exportação e importação, e uma grande parcela da construção civil (edifícios, prédios e habitações de luxo) ligados ao trabalho e à atuação de imigrantes (SOARES, 2007, p. 300).

Com o crescimento urbano, a economia porto-alegrense não permaneceu concentrada apenas no centro da cidade. Novos bairros nasceram com aspectos de metrópole. Márcia Andréa Schmidt da Silva (1996, p. 57) aponta que "[...] os bairros operários, por exemplo, passam a reunir o comércio, indústria e moradias. Nestes, desenvolvem-se todas as atividades sociais das quais necessitavam os contingentes de trabalhadores. Trata-se de um crescimento funcional para a cidade".

Os postos de emprego, advindos do crescimento industrial na Zona Norte da capital, propiciou a atração do fluxo migratório internacional e do interior do Estado. Alexandre Fortes lembra que:

> [...] as levas de alemães e italianos e para a intensificação da vinda de cidadãos dos mais variados países do Leste europeu. [...] Os trabalhadores trazidos à capital em função dos trabalhos de expansão na Viação Férrea. Estabelecendo moradia próxima as fábricas, abrindo as ruas e loteando as antigas chácaras, a fixação desses migrantes levou à integração, na paisagem urbana de Porto Alegre, de um bairro operário multiétnico: o Navegantes-São João, que logo viria a ser administrativamente definido como núcleo do Quarto Distrito da cidade. (FORTES, 2004, p. 39).

Vários italianos, que chegaram a Porto Alegre nesse período, instalaram-se na Zona Norte do município e muitos deles permaneceram residindo no mesmo bairro.

Os peninsulares inseriram-se também no Centro, Cidade Baixa, Bom Fim, Partenon e em zonas mais ao Sul da cidade (Bairros Glória e Guarujá). Entre o final do século XIX e o início do XX, Núncia Santoro de Constantino (2000, p. 68) destaca que "[...] havia

grande número de imigrantes que ocupava parte do bairro Cidade Baixa, que acabou sendo, por definição, o Bairro Italiano".

A Senhora Carmela Faro (2009), quando chegou a Porto Alegre, foi morar com seus pais no Bom Fim, porque naquele local moravam seus irmãos e o tio, Salvatore Currenti, responsável pela vinda de todos os seus familiares para a capital gaúcha.

Sabe-se que, no período do pós-guerra, os italianos transitavam, sobretudo, nas áreas centrais do município e nas imediações da Zona Norte, pois nesses espaços localizavam-se as suas habitações e locais de trabalho (CONEDERA, 2012, p. 83).

O desenvolvimento ocorrido em Porto Alegre, entre as décadas de 1940 a 1970, viabilizou a ampliação do sistema viário. Aconteceram aterramentos no Guaíba, a área urbana expandiu-se em superfície. O progressivo aumento dimensional ocasionou uma corrida imobiliária. Os loteamentos dos operários próximos das fábricas cooperaram para o crescimento do setor da construção civil (SILVA, 1996, p. 56).

A cidade também deu início ao seu processo de verticalização com as construções de grandes espigões. As obras viárias foram concretizadas com a finalidade de promover a circulação de um maior número de veículos motorizados que aumentavam, gradativamente, no perímetro urbano (SILVA, 1996, p. 57).

Nos anos de 1940 efetivaram-se os maiores projetos viários na capital gaúcha. José Loureiro da Silva implementou propostas urbanizadoras no Município. Na década seguinte surgiu a Vila do IAPI, no final da linha do bonde Floresta. Essa vila propiciou a ocupação da Avenida Assis Brasil, o Passo d'Areia e o Passo da Mangueira (MACEDO, 1968, p. 112-113).

Ainda na década de 40, a Avenida Farrapos foi construída para viabilizar a conexão do Centro com a Zona Norte da cidade (IBGE, 1959, p. 83-86). Ao longo dos anos 50, em Porto Alegre ocorreu a ampliação de inúmeras avenidas importantes, como a Borges de Medeiros, a João Pessoa, a Salgado Filho, entre outras (CONEDERA, 2012, p. 84).

O aumento demográfico registrado, a partir do decênio de 1950, no Rio Grande do Sul, começou a se aglutinar nas áreas urbanas. A Tabela a seguir apresenta as transformações ocorridas nos cenários urbano e rural.

**Tabela – Evolução da população urbana e rural no Rio Grande do Sul – 1940-1980**

| Ano | Urbana | (%) | Rural | (%) | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1940 | 1.034.395 | 31,15 | 2.286.294 | 68,85 | 3.320.689 |
| 1950 | 1.421.980 | 34,14 | 2.742.841 | 65,86 | 4.164.821 |
| 1960 | 2.418.969 | 44,89 | 2.969.690 | 55,11 | 5.388.659 |
| 1970 | 3.553.006 | 55,31 | 3.111.885 | 46,69 | 6.664.891 |
| 1980 | 5.250.940 | 67,55 | 2.522.897 | 32,45 | 7.773.837 |

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (obs.: 1940 e 1950 com população urbana e suburbana).

Como se vislumbra na Tabela, gradualmente a população urbana começou a aumentar, enquanto a rural decrescia. Porém, apenas no Censo de 1970 o número de habitantes residindo nas cidades superou a quantidade dos que viviam nas áreas rurais.

Então, a partir dos anos 40, Porto Alegre prosseguiu crescendo em população e infraestrutura para se adequar ao aumento populacional causado pelas migrações internas e aquelas internacionais. Os migrantes entreviam maiores oportunidades de trabalho, pois os setores industriais, comerciais, de serviços, entre outros, proporcionavam uma elevada demanda em detrimento ao período de transformação e progresso que a capital atravessava.

## Trajetória do alfaiate Carmine Motta[7]

Carmine Motta nasceu em 1942, em Morano Calabro, província de Cosenza, localizada no Norte da Calábria. Carmine vivenciou os anos do pós-Segunda Guerra na Itália, um período complicado, em que a Itália apresentava a realidade de um país que sofreu duras perdas e adversidades entre os anos do conflito.

Apesar das dificuldades existentes, Carmine conseguiu realizar seus estudos desde o ensino primário até concluir seu percurso escolar no Liceu Clássico. Durante a sua adolescência tornou-se aprendiz de um reconhecido alfaiate da sua cidade, Natale Rizzo, que foi seu grande maestro, e com quem aprendeu a arte da alfaiataria. Ainda antes de sua partida da Itália concluiu sua formação fazendo um curso de corte na *Scuola del Taglio Ligas* de Turim.

Em 1961, o jovem Carmine Motta decidiu emigrar para o Brasil. A meta escolhida foi a cidade de Porto Alegre, onde ele encontraria seu irmão que, ulteriormente, se deslocara para a capital gaúcha. Carmine argumenta que:

> O meu irmão veio em 1951, logo depois, quando terminou a guerra. Porque toda a família da minha mãe estava aqui [Porto Alegre]. [...] E enquanto eu crescia, eu já tinha esta ideia de vir para Porto Alegre na cabeça, porque éramos só dois irmãos. E eu queria ficar junto com o meu irmão, então, quando cresci eu decidi que eu vou para Porto Alegre! (MOTTA, 2017).

Como refere o entrevistado, Porto Alegre era já um lugar conhecido por meio das histórias que escutava em sua casa, dos familiares, dos amigos e das pessoas de Morano Calabro. É importante referir o estudo de Constantino (2008, p. 15), *O Italiano da Esquina*, que informa que grande parte dos italianos que se

[7] Realizou-se, no dia 2 de agosto de 2017, uma entrevista com o senhor Carmine Motta. A entrevista ocorreu nas dependências da alfaiataria do depoente. Elaborou-se uma entrevista com um roteiro seguindo os pressupostos da História Oral temática.

radicaram em Porto Alegre, desde o último quartel do século XIX, era proveniente do *Mezzogiorno*, e, em particular, da cidade de Morano Calabro.

Carmine Motta, como vários conterrâneos de seu *paese*[8] de origem, empreendeu uma imigração espontânea, seguindo uma cadeia migratória. Segundo a tipologia do antropólogo Charles Tilly, o tipo de imigração em cadeia caracteriza-se por "[...] envolver o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino" (TILLY apud TRUZZI, 2008, p. 200).

**Figura 1 – Cidade de Morano Calabro**

**Fonte:** http://www.citynow.it/assets/uploads/2017/03/morano-10.jpg

As relações entre os imigrantes italianos encontravam-se relacionados a redes sociais[9] sustentadas por relações de

[8] *Paese* refere-se à pequena cidade, que se encontra no interior da Itália.

[9] Segundo Larissa Lomnitz (2009, p. 18), uma "*Rede social* é um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável pré-determinada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem definido e limitado, senão uma abstração que se usa

solidariedade e confiança. Comumente, a família constituía-se na base da rede de solidariedade, já que representa o grupo social do indivíduo (CONEDERA, 2017, p. 39).

Por meio do emprego dos termos "cadeia" e "rede" busca-se ressaltar a condição da qual diversos imigrantes se deslocavam após se certificarem, previamente, sobre as perspectivas e adversidades com aqueles que já experimentaram, anteriormente, a imigração para saber informações acerca do destino pretendido (TRUZZI, 2008, p. 203).

Sabe-se que, durante os anos do pós-guerra (1946-1976), a maioria dos peninsulares presentes em Porto Alegre prosseguia sendo constituída por indivíduos oriundos da Itália meridional. O grupo calabrês (sobretudo, da província de Cosenza) mantinha-se, quantitativamente, como a parcela mais representativa, sendo acompanhada em menor medida por imigrantes da *Campania* (principalmente da província de Salerno) e *Sicília* (especialmente das províncias de *Enna* e *Catania*) (CONEDERA, 2012, p. 72).

Carmine Motta foi acolhido pelo seu irmão e familiares que já residiam na sua meta de imigração. Esses sugeriram ao jovem alfaiate que trabalhasse no comércio de produtos alimentícios. Nos anos do pós-guerra, os italianos em Porto Alegre continuaram se inserindo, majoritariamente, no comércio. Vale lembrar que a atividade comercial sempre caracterizou os emigrados de Morano Calabro, assim como o investimento nesse tipo de segmento por meridionais de outras Regiões da península, desde o final do oitocentos na capital gaúcha. Algumas famílias moranesas especializaram-se em determinados ramos, como do tecido, dos açougues, calçados, secos e molhados, casas lotéricas, entre outros (CONEDERA, 2012, p. 92).

---

para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes".

**Figura 2:** Mapa da Calábria

**Fonte:**https://www.enchantingitaly.com/ita/regioni/calabria/provincia-cosenza/

Carmine Motta foi acolhido pelo seu irmão e familiares que já residiam na sua meta de imigração. Esses sugeriram ao jovem alfaiate que trabalhasse no comércio de produtos alimentícios. Nos anos do pós-guerra, os italianos em Porto Alegre continuaram se inserindo, majoritariamente, no comércio. Vale lembrar que a atividade comercial sempre caracterizou os emigrados de Morano Calabro, assim como o investimento nesse tipo de segmento por meridionais de outras Regiões da península, desde o final do oitocentos na capital gaúcha. Algumas famílias moranesas especializaram-se em determinados ramos, como do tecido, dos açougues, calçados, secos e molhados, casas lotéricas, entre outros (CONEDERA, 2012, p. 92).

No entanto, Carmine rejeitou a proposta de trabalhar com seus parentes, porque desejava se dedicar, no Brasil, à sua formação de alfaiate. Inicialmente, começou a trabalhar como funcionário em uma alfaiataria que prestava serviços para as lojas Renner, que durante os anos 50 e 70 oferecia aos seus clientes ternos sob medida. Sobre essa fase, o depoente narra que:

> Fiquei trabalhando ali por 3 anos. E eu sempre com aquela ideia de montar uma *sartoria* [alfaiataria] própria. No meio tempo, fiz uma economiazinha e montei a minha alfaiataria. Eu comprei uma lojinha na [Rua] Olavo Bilac e abri a minha alfaiataria. E isso foi em 1966! No dia 7 de setembro de 1966. E depois de abrir a minha *sartoria* posso dizer que sou um alfaiate bem-conceituado e reconhecido em Porto Alegre. A maioria das pessoas ainda hoje me prestigiam. (MOTTA, 2017).

Depois de abrir o seu próprio negócio, Carmine Motta foi prosperando gradualmente, como também aumentando a sua clientela na sociedade porto-alegrense. Carmine pertence ao grupo de imigrantes italianos qualificados[10] que se inseriu no Brasil, alcançando êxito em sua atividade profissional nos anos do pós-guerra. Inúmeros foram os peninsulares que desembarcaram em território brasileiro e por meio do seu trabalho atingiram reconhecimento e sucesso nas suas respectivas profissões.

[10] *Imigração qualificada* refere-se ao deslocamento de imigrantes portadores de uma formação superior (como médicos, farmacêuticos, arquitetos, engenheiros, advogados, professores) ou aqueles que detinham uma instrução técnica (de caráter artesanal e artístico).

**Figura 1 – Carmine Motta em seu ateliê.**

**Fonte**: acervo do autor.

Carmine, quando abriu sua própria alfaiataria na capital gaúcha, especializou-se na confecção de ternos sob medida. O depoente comenta que:

> Bem para fazer um terno inteiro tem um ditado italiano que diz: "*Il tuo corpo è unico al mondo. E solo lo sarto lo sa!*" [O teu corpo é único no mundo. E somente o alfaiate sabe disto!] Então, para fazer um terno inteiro precisa-se ter um domínio do corte. Eu fiz um curso de corte na Scuola di Taglio Ligas di Torino. E isso foi um aspecto muito importante para mim! Porque esse curso me deu a base técnica para desenvolver a alfaiataria sob medida. Isto é, que era, ao mesmo tempo, cortar e confeccionar uma roupa. (MOTTA, 2017).

Como Carmine expôs na sua fala, o fato de possuir uma especialização e um domínio na técnica de cortar tecido permitiu-lhe fazer trajes masculinos sob medida para seus clientes. Vale lembrar que essa prática do corte de tecido não era uma formação que todos os alfaiates tinham. Então, como outros companheiros de profissão – que dominavam a técnica do corte – o imigrante de Morano Calabro oferecia um diferencial em sua atividade.

É preciso recordar também que a alfaiataria foi uma atividade recorrente dentre os imigrantes peninsulares que desembarcaram nos países sul-americanos desde meados do século XIX. Em Porto Alegre, no princípio do século passado, diversos alfaiates ofereciam seus serviços à população do município.

Por exemplo, Rafaelle Guaspari, imigrante natural de Lucca que, em 1903, possuía uma grande casa comercial no centro de Porto Alegre e que empregava mais de 70 funcionários entre alfaiates e vendedores de vestuário (DE RUGGIERO, 2011, p. 117). Como também se pode referir o moranês Francesco Faillace, que desembarcou em 1906, na capital, e, depois de trabalhar alguns anos como empregado, inaugurou sua própria alfaiataria, na Rua Marechal Floriano Peixoto, no centro de Porto Alegre, em 1917. Na década de 1920, já contava em seu ateliê com quatro empregados (ÁLBUM..., 2000, p. 372).

A partir da sua atividade profissional, Carmine também fez muitas amizades. Em uma ocasião, o alfaiate recebeu o convite de um amigo e cliente para comparecer a sua festa de casamento, onde conheceu a senhora Carmelina, com quem, depois de alguns anos, casou-se e teve um casal de filhos.

É preciso referir que, desde que chegou à capital do Rio Grande do Sul, o alfaiate sempre se manteve integrado com o grupo dos seus compatriotas oriundos de Morano Calabro. Como outros conterrâneos, Carmine participava das festas e bailes organizados pela Sociedade Principessa Elena di Montenegro (atual Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul), que reunia grande parcela da coletividade de peninsulares residentes na capital gaúcha.

Dentre os espaços de sociabilidade[11] frequentado pelos imigrantes italianos, entre as décadas de 1950 e 1970, encontrava-se a Sociedade Italiana, onde aconteciam bailes e diversas confraternizações que reuniam um grande número de peninsulares e seus descendentes.

O imigrante, ao longo de sua trajetória na sociedade porto-alegrense, dividiu seu tempo entre seu trabalho e a vida associativa. A partir, especialmente, do final dos anos 70, começou a contribuir para a visibilidade da coletividade de seus patrícios na capital gaúcha. O entrevistado lembra que, em meados dos anos de 1980,

> [...] nós não tínhamos uma sílaba escrita sobre a presença calabresa de Porto Alegre. E a partir daí uma série de intelectuais começou a escrever, como o Dr. Dante de Laytano, a Núncia com o seu livro, O Italiano da Esquina, o professor Coeiro e outros e outros... Fiore Marrone, a professora Maria Feoli Guaragna. A professoressa Maria Feoli Guaragna foi muito, muito importante! E a Núncia! Eu tinha a ideia do que fazer, mas não tinha os meios. (MOTA, 2017).

Como refere o imigrante calabrês, no transcorrer do decênio de 1980 uma série de estudos e publicações de pesquisadores acadêmicos e profissionais começaram a ser publicados e destacar a presença significativa dos italianos no Estado do Rio Grande do Sul e do grupo calabrês que se inseriu na capital.

## Vida associativa

Carmine Motta, logo que desembarcou em Porto Alegre começou a participar e circular pelos espaços de sociabilidade da coletividade italiana presente na cidade. Em meados da década de 1970, o jovem alfaiate foi convidado a exercer o cargo de Diretor

[11] Por "espaços de sociabilidade" entende-se, como Simmel, as ações sociais que têm lugar entre os homens, ações recíprocas ou que dispõem da "possibilidade de convivência" (SIMMEL 1986, p. 208).

Social da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul. Acerca do seu ingresso na Sociedade Italiana, o entrevistado comenta que:

> Desde que eu cheguei, comecei a participar da Sociedade Italiana. Até quem me convidou para frequentar a Sociedade Italiana, foi o então presidente Januario Severino. Ele, que foi presidente da Sociedade Italiana, foi por um tempo para a Itália, e ele ficou morando próximo da casa onde estava morando a minha mãe, assim ele fez amizade com a minha mãe. E quando ele voltou, ele me procurou, porque a minha mãe lhe disse que eu estava aqui [Porto Alegre]. Ele me encontrou e me convidou para participar da Sociedade Italiana. Então, eu me associei, e depois eu sou um cara que sou muito crítico, e então eu comecei a criticar algumas coisas.... Até o dia que eu fui em uma reunião da diretoria para criticar algumas coisas, então me convidaram para ser o Diretor Social [risos] E a partir daí eu sempre participei. (MOTTA, 2017).

Como ocorreu com Carmine, normalmente os imigrantes recém-chegados eram convidados por parentes e amigos já radicados na capital gaúcha para frequentar os espaços de convivência da coletividade italiana existente em Porto Alegre.

Vale lembrar que o fato de Carmine Motta pertencer ao grupo de peninsulares de Morano Calabro facilitou a sua inserção no centro urbano, pois a comunidade moranesa presente na capital do Rio Grande do Sul era quantitativamente significativa. As famílias calabresas ainda mantinham fortes contatos com os parentes que permaneciam no *paese* de origem.

A atuação do alfaiate não se limitou somente à Sociedade Italiana. No contexto da década de 1980, no Rio Grande do Sul surgiu uma série de novas associações italianas que eram fomentadas por representantes e financiadas pelas administrações das *Regioni* e *Provincie* da Itália. Assim, nesse momento o grupo de imigrantes e descendentes calabreses organizou-se para formar a sua associação. Logo, Carmine e outros compatriotas colaboraram para criar o Centro Calabrês.

No entanto, nesse processo de elaboração do Centro Calabrês, o entrevistado revela que houve uma série de tensões no interior do grupo. Carmine, que já era um membro reconhecido dentro da comunidade, sofreu resistência por parte de alguns patrícios, para quem, segundo o alfaiate, ele não seria a pessoa certa para liderar o grupo calabrês.

Carmine confessa que esse momento de animosidades o fez repensar sua participação no contexto associativo italiano. Mas, através da influência e apoio de amigos que o defendiam dentro do grupo calabrês, continuou participando das associações italianas, tanto do Centro Calabrês, como da Sociedade Italiana.

Além das dificuldades que o depoente sublinhou que sofreu, com reprovações na sua trajetória dentre das associações italianas de Porto Alegre, o entrevistado também narrou que:

> Desde o início de quando eu cheguei comecei a conviver com a comunidade calabresa. A comunidade calabresa teve um problema! Aqueles que vieram antes da guerra [II Guerra Mundial] eles evoluíram economicamente, socialmente, culturalmente. E havia uma certa discriminação eu diria com aqueles que vieram depois. [...] maioria dos calabreses que vieram antes, os filhos estudaram e alcançaram cargos importantes, e se afastaram da comunidade, já que se encontravam em outro patamar da sociedade porto-alegrense e se afastaram da comunidade de *origine*. [...] E teve um momento que dentro da Sociedade Italiana, isso não aconteceu comigo, mas me disseram que aconteceu com outros nos anos 50 e 60, que quando vinha aqueles imigrantes, os pais moraneses não deixavam as filhas nascidas aqui dançar com aqueles que vieram de lá [Morano Calabro]! Teve uma certa ocasião que, quando eu cheguei para frequentar a sociedade italiana tinha este tipo de problema. (MOTTA, 2017).

A narrativa de Motta revela um conflito social e geracional que existiu no interior da coletividade moranesa de Porto Alegre nos anos do pós-guerra. Tal incidente não foi uma ocorrência peculiar

da comunidade dos calabreses da capital do Rio Grande do Sul. Angelo Trento ressalta que:

> O emigrante do pós-guerra não se parecia em nada com o de décadas atrás; ele era portador de exigências bem diferentes e tinha consciência de seus direitos e uma dignidade humana totalmente desconhecida dos trabalhadores que abandonaram a pátria no início do século. (TRENTO, 1989, p. 421).

Carmine e outros patrícios – que vieram para o Rio Grande do Sul nos anos do pós-guerra – traziam uma experiência diferente (como uma formação e mentalidade distinta) daquela de seus compatriotas que imigraram da península anteriormente. Além disso, a questão social fora um aspecto que também dividiu os grupos, isto é, aqueles já estabelecidos com seus descendentes possuíam muitas vezes uma condição econômica confortável, diferentemente dos recém-chegados, que vinham ao Novo Mundo à procura de sucesso.

Além da participação de Carmine na Sociedade Italiana e no Centro Calabrês, vale lembrar que – por um longo período, desde os anos 80 até o princípio dos anos 2000 – participou do COMITES-RS[12], desempenhando, em algumas oportunidades, o cargo de vice-presidente.

Carmine não restringiu sua participação somente nas associações relacionadas ao seu país natal, bem como naquelas da sociedade receptora. O alfaiate foi o vice-presidente da Associação dos Alfaiates do Rio Grande do Sul entre os anos de 1985 e 1987. Fora atuar na entidade da sua categoria profissional, Carmine associou-se, permanecendo sócio, ao Rotary Club Porto Alegre

[12] Em 1985, os Comitês dos Italianos no Exterior (COMITES) são órgãos que representam os italianos que residem fora da Itália. Essas instituições encontram-se circunscritas aos consulados que têm, pelo menos, três mil cidadãos italianos. No Brasil, existem seis circunscrições: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife. (COMITES...).

Independência[13], do qual ocupou a presidência no período de 1994 e 1995.

Outra atuação de Carmine no país de imigração foi a de radialista voluntário. A saber, desde o final da década de 1980, o alfaiate moranês participava da condução de programas da rádio que iam ao ar uma vez por semana, os quais tinham a finalidade de congregar a coletividade italiana residente no Rio Grande do Sul, seus milhares de descendentes e demais interessados nas questões relativas aos imigrantes peninsulares, cultura, língua e história da Itália. O primeiro programa de rádio que Carmine fundou e comandou foi *L'Eco d'Italia* (a partir de 1989), quando contava com o apoio do professor Balbi, e que era difundido pelas ondas da Rádio Princesa. Anos mais tarde, Carmine, com o apoio de outros colaboradores, conduziu o programa *La Domenica Italiana* (2000 a 2013), que ia ao ar pela Rádio Guaíba e que contava com o patrocínio da Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS).

A partir do seu envolvimento na esfera associativa, Carmine Motta tornou-se um nome conhecido em grande parte da comunidade italiana de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, dado que participou de uma série de iniciativas sociais e culturais da coletividade italiana presente no Estado mais ao Sul do Brasil.

Então, o seu trabalho para com a sociedade italiana e porto-alegrense rendeu-lhe reconhecimentos por parte dos governos italiano e brasileiro. Da sua pátria de origem Carmine foi agraciado com os títulos de *Cavaliere dell´Ordine al Mérito della Repubblica Italiana* (1990) e *Cavaliere Ufficiale dell´Ordine al Mérito della Repubblica Italiana* (2004). Da cidade de Porto Alegre, recebeu o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre (1992). Após exercer inúmeros cargos e funções em diferentes associações brasileiras e

[13] Rotary Club é um Clube de Profissionais, que reúne líderes de comunidades em que vivem ou atuam, incentivando o padrão de ética reforçando e estabelecendo a paz e a boa vontade no mundo, e que realizam serviços voluntários, a saber, não remunerados em favor da sociedade como um todo ou favorecendo em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que agem em favor de desamparados. No Brasil temos 57.216 Rotarianos, 2.394 Clubes, 38 Distritos, 729 Rotaract Clubs, 813 Interact Clubs e 12.212 Rotarianas. (ROTARY...).

italianas, Carmine Motta atuou como um dentre os 7 consultores da *Regione Calabria* na América do Sul.

As experiências e os reconhecimentos que Carmine vivenciou no país de imigração exemplificam como muitos imigrantes italianos foram atores capazes de estabelecer e manter laços entre dois mundos distintos. O entrevistado comenta que:

> O imigrante italiano tem uma coisa boa! Ele se adapta ao país onde ele vai, e se integra. Ele tem essa facilidade italiana de se integrar. Agora eu, quando vou para a Itália, eu sou brasileiro! Porque se alguém fala mal do Brasil Deus me livre! Eu brigo. Se alguém fala mal da Itália aqui, eu também brigo! Então, eu me integrei, como se integraram todos, pode ver os filhos [dos imigrantes]! (MOTTA, 2017).

A fala do imigrante calabrês dialoga com as considerações da pesquisadora Donna Gabbacia (2003, p. XXVII), que sustenta que o fenômeno emigratório italiano "[...] difundiu o transnacionalismo[14] como uma dimensão normal de vida para muitas famílias italianas de trabalhadores".

## Considerações finais

Carmine Motta seguiu o caminho de outros conterrâneos de seu *paese* de origem, que desembarcaram em Porto Alegre alcançando sucesso profissional e constituindo suas famílias na nova sociedade que os acolheu.

Todavia, a trajetória do alfaiate moranês não se restringiu apenas à sua vida profissional e familiar. Carmine constitui-se em um ponto de referência e liderança da uma coletividade de imigrantes de sua *Regione* de origem. Tal fato permitiu-lhe alcançar

[14] De acordo com Maurizio Ambrosini, na perspectiva da Antropologia entende o transnacionalismo como o processo pelo qual os imigrantes constroem campos sociais que unem o país de origem e aquele de acolhimento. (AMBROSINI, 2009, p. 7).

êxito e reconhecimento na sua experiência migratória na sociedade porto-alegrense.

Além disso, a partir da narrativa do imigrante moranês foi possível vislumbrar aspectos referente à imigração qualificada, como também do contexto associativo do grupo italiano entre os anos do pós-guerra e as últimas décadas do século passado.

Enfim, como inúmeros peninsulares que imigraram para o Brasil nos anos do pós-guerra (1946-1976), Carmine Motta percebe-se interligado, tanto culturalmente, como profissionalmente, a dois mundos (aquele italiano onde nasceu e aquele brasileiro para o qual imigrou).

## Referências

*ÁLBUM del Cinquantenario della Colonizzazione del Rio Grande del Sud.* Porto Alegre: EST, 2000. v. 2.

AMBROSINI, Maurizio. *Intraprendere fra due mondi:*il transnacionalismo economico degli immigrati. Bologna: Il Mulino, 2009.

BAUER, Babett. A caminho da "história das vivências"? História oral na Alemanha. GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (Orgs.). *Historiografia alemã pós-muro:* experiências e perspectivas. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF/EDUNISC, 2007, p.30-62.

COMITES do Rio Grande do Sul. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.comitesrs.com.br/quem-somos.php>. Acesso em: 09 set. 2017.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre:* memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976). 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. *Músicos no Novo Mundo*: a presença musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950). 278f. Tese (Doutorado em

História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes. *Revista Estudos Ibero Americanos,* Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, 2006.

_____. *O italiano da esquina:* meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses. Porto Alegre: EST, 2008.

_____. *O italiano na cidade.* Passo Fundo: UPF, 2000.

CORTI, Paola. *Storia degli migrazioni internazionali.* Bari: Laterza, 2007.

DE CLEMENTI, Andreina. *Il prezzo della ricostruzione:* le emigrazione italiana nel secondo dopoguerra. Bari: Laterza, 2010.

DE RUGGIERO, Antonio. *Emigrati toscani nel Brasile Meridionale 1875-1914*. 2011. 272 f. Tese (Dottorato in Storia) – Dottorato di ricerca in Studi Storici per l'"età Moderna e Contemporanea, UNIFI, Firenze, 2011.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização:* estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito:* a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: Garamond, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre:* guia histórico. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

GABACCIA, Donna. *Emigranti:* diaspore degli italiani dal medievo a oggi. Torino: G. Einaudi, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 34.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre:* origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana:* Partenze. Roma: Donzelli, 2002. p. 143-160.

ROTARY Club de Porto Alegre. *O que é o rotary*. Disponível em: <http://rclindoia.com.br/o-que-e-o-rotary/>. Acesso em: 8 set. 2017.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. *Uma comunidade eslava ortodoxa:* russos e ucranianos em Porto Alegre: 1948. 1996. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização. In: GERTZ, René E. (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul*. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 291-313.

SIMMEL, Georg. *Sociologia:* estúdios sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana:* análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Nacional, 1968.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico:* um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p.199-218, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil:* e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

## Entrevistas

CASSARÀ, Dalva Di Martino. *Projeto mulheres imigrantes do Mercosul* [jun. 2010].Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

FARO, Carmela Zucallà. *Imigração para Porto Alegre* [dez. 2009]. Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

MOTTA, Carmine. *Imigração para Porto Alegre* [ago. 2017]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

# 6

# Comerciantes italianos em Porto Alegre na memória das mulheres imigrantes

*Egiselda Brum Charão*[1]

## Introdução

A narrativa oral coloca em relevo um ponto de vista sobre determinado(s) fatos vivido(s). Os relatos de mulheres procedentes de outros países permitem fazer uma viagem ao passado porque elas guardam na memória[2] as lembranças de experiências vivenciadas ao longo do tempo. Portanto suas narrativas são indicadoras para os estudos da história da imigração no Brasil. Pretende-se, pois, através das falas das mulheres, entender os diferentes olhares e percepções sobre a cidade, as pessoas e as formas como se relacionam, levando em conta a origem de cada uma das imigrantes e confrontando as formas distintas de relações à medida que se integravam a nova realidade.

[1] Doutoranda em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, financiada pela Capes, Orientada pelo Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (PUCRS).

[2] Memórias são a aquisição, o armazenamento (conservação) e a recuperação (evocação) de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se grava aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos aquilo que foi aprendido. Pode-se afirmar que somos aquilo que recordamos. (IZQUIERDO, 2010, p. 9).

Dado o norte da pesquisa, o presente texto tem por objetivo destacar as impressões das imigrantes italianas[3] relativas ao comércio italiano, entre o período de 1930 e 1955, na cidade de Porto Alegre. Identificar as redes migratórias na constituição das relações sociais e entender aspectos pertinentes a II Guerra Mundial. A metodologia aplicada ao estudo é a da *História Oral,* visto que a mesma se apoia nas memórias de quem vivenciou os processos socioculturais e os narrou, quanto em memória, no singular, que é a capacidade de reter fatos, ideias, impressões e retransmiti-las, através de diferentes suportes, como a escrita ou a verbalização (CONSTANTINO, 2006, p.70).

Os depoimentos das imigrantes ressaltam pontos de vista sobre determinado(s) fatos vivido(s) por um ou mais indivíduo(s), entretanto, se o olhar do historiador se debruçar sobre um conjunto de depoimentos é possível identificar aspectos presentes na narrativa. Levando em conta essa perspectiva pretende-se pontuar aspectos pertinentes à II Guerra Mundial, ramos de comércio e formas de relações sociais que emergem nos depoimentos orais das mulheres. Nesse sentido, o uso da fonte oral é um documento *a priori* que deve ser analisado como fonte sempre concomitante com outras fontes (PORTELLI, 2011, p.15).

Sabe-se que os italianos imigravam de várias regiões da Itália através de arranjos que se configuravam em redes de familiares e de trabalho. Uma rede é uma abstração que descreve um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes (LOMNITZ, 2009, 1820). As pesquisas de Laura Zanfrini relacionadas às redes demonstram que há perpetuação da imigração. A autora assinala que as redes

[3] Os depoimentos das mulheres imigrantes empregados nessa reflexão estão salvaguardados no acervo do Laboratório de História Oral do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

> [...] possuem também uma natureza de autopropulsão que faz com que, já uma vez estabelecido, um fluxo migratório tende a durar no tempo, até mesmo com a mudança das condições que a estes tenham dado origem e se reduzam as oportunidades de inserção no contexto de destino (ZANFRINI, 2009, p. 100).

As redes determinavam os locais onde fixavam moradia e trabalhavam. Desse modo, lançar um olhar sobre esses locais e seus atores através do universo das mulheres imigrantes pressupõe pensar nas diferenças que estabelecem fronteiras evidentes. Ao mesmo tempo, pensar que em sua maioria integram um projeto coletivo que não é vivido de modo totalmente homogêneo pelas pessoas que o compartilham (VELHO, 1994, p. 41).

Pesquisar a imigração a partir da memória das mulheres se justifica porque seus relatos fornecem pistas para entender as estratégias dos imigrantes para se adaptarem e construírem identidades contraditórias e diversificadas. Os depoimentos auxiliam a compreensão do espaço social e das relações que balizavam o trânsito dos imigrantes em determinados "locais" de convívio social regulando suas ações e atuações sociais no espaço citadino ao longo do período abarcado.

As personagens[4] deste estudo chegaram à cidade Porto Alegre em datas diversas, vindas de Morano Calabro e da Sicília, no Sul da Itália. Dalva Di Martino chegou em 1948, com 14 anos; Maria Di Gesù, em 1947, com 19 anos; Amala Morelli Aita, em 1950, com 17 anos; Angelina Sanzi Ferraro, em 1937, com 22 anos da Calábria. Vicenza Nani, em 1955, com 14 anos e Maria Vinciprova Mancuso, em 1955, aos 26 anos.

Ao longo do depoimento cada uma das personagens informa que seus parentes estavam em Porto Alegre antes da II Guerra. Não sabem dizer exatamente a data da chegada dos familiares porque tiveram que suportar anos de separação e a cronologia da memória afetiva tem seus mistérios (BRUM, 2009, p. 166). Ademais, esse fator

[4] Os excertos dos depoimentos ao longo do texto serão destacados em itálico.

concorre para que haja uma imprecisão ou esquecimento do período que os parentes imigraram para Porto Alegre. Há que se levar em conta o período da vinda e a tenra idade das depoentes. Na época elas eram crianças e na infância a noção de tempo e espaço exige pensamento concreto, racional, algo que nessa fase da vida a criança não tem porque vive no mundo do faz de conta. Abaixo são apresentadas as fotografias das mulheres que colaboraram com o estudo, de modo a ajudar na construção mental da imagem das mulheres depois da guerra, portanto, utiliza-se a foto como representação.

**Protagonistas**

**Vicenza Nani**

**Amalia M. Aita**

**Maria Di Gesù**

**Dalva Di Martino**

**Maria Vinciprova**

(ALAPHO[5])

[5] O Acervo do Laboratório de História Oral será referenciado com a sigla (ALAPHO)

O caminho traçado para a pesquisa e a elaboração do texto foi inicialmente um estudo bibliográfico dos contextos, a seleção dos depoimentos utilizados, a escolha e a análise dos diálogos complementados por pesquisa em jornais e na *web*. Os tópicos não seguem uma ordem cronológica predeterminada porque não existe lógica no ato de narrar o que está sendo lembrado. A elaboração do texto parte dos depoimentos orais e se divide em quatro partes, sendo que a primeira discorre de forma sintetizada sobre as casas de comércio em Porto Alegre, tal como as mencionadas na historiografia, a segunda aborda sobre o comércio e os comerciantes italianos mencionados pelas mulheres. Já, a terceira parte trata de redes de relações desenvolvidas pelos imigrantes e a última parte discorre sobre as lembranças da Segunda Guerra, fato vivenciado por todas as depoentes.

## Notícias das Casas de comércio de imigrantes italianos em Porto Alegre

Os comerciantes italianos estiveram atuando desde 1891, presentes no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, especialmente a partir do último decênio do século XIX, conforme informa o Almanaque[6] comemorativo dos cinquenta anos da Imigração italiana. No mesmo período, Porto Alegre demonstrava ares cosmopolitanos e o comércio[7] italiano era visível em meio às

[6] Texto compilado do Almanaque comemorativo dos Cinquenta anos da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero degli Affari Esteri dItalia, 1925, p. 13.

[7] "Comércio", "Casa de negócio", "armazém de secos e molhados", "venda", "loja comercial", "taberna", "botequim" são algumas das denominações para referir-se a um estabelecimento que promovia transações comerciais, compra e venda de produtos diversificados, encontros para discutir sobre política, religião e falar sobre a vida dos vizinhos. [...] podiam ser tanto um espaço de sociabilidade, na qual ocorriam jogos de carta, troca de ideias, bailes; como um local de conflito, motivado algumas vezes pela ingestão excessiva de algum tipo de bebida por alguns frequentadores, resultando em xingamentos, brigas ou desordens (VON MÜHLEN, 2014 apud AMADO, 2002: p.52-53; SPERB, 1987, p 17-18; MARTINY, 2010, p. 238).

transformações. O centro da cidade era o local onde havia maior concentração de estabelecimentos comerciais, principalmente na Rua da Praia, conforme aponta Nuncia Santoro de Constantino (1998, p. 151), quando observa que em 1895, dos 286 estabelecimentos registrados, 161 são identificados por seus proprietários ter sobrenome estrangeiros. Desses, 78 estabelecimentos são de origem italiana.

As informações dos registros e crônicas dão conta de um número expressivo de comerciantes italianos, participando ativamente da sociedade no início do Século XX, em Porto Alegre. Proprietários de casas de negócios na Rua dos Andradas, entre as Ruas Bento Martins e Senador Florêncio Ygartua. A zona era conhecida como quadra dos Italianos e alguns estabelecimentos possuíam nomes que sugeriam a procedência e a condição de seus proprietários, tais como:

> O Sol Nasce para Todos, Napoli em Porto Alegre, a Farmácia Italiana onde quatro médicos peninsulares davam consultas, havia também uma Livraria Italiana, ateliês fotográficos, restaurantes, barbearias, hotéis, lojas de fazenda, de sapatos, de vinho, de instrumentos musicais e alfaiatarias. (CENNI, 2003, p. 171).

Há que se reiterar que as crônicas e os anúncios de jornais frisavam a presença de peninsulares, indicando que esses apresentavam atividades comerciais diversificadas e onde estavam radicados na capital. Os registros acima dão conta de um período específico relacionado à grande migração e em 1890, o censo apontava para o fator de que em torno de 10% da população porto-alegrense era composta por italianos, o equivalente a seis mil habitantes. Um percentual que através de projeções[8] se estende até 1915. (CONSTANTINO, 1987, p. 61 apud BORGES, 1993, p. 27).

A pesquisa de Nuncia Santoro de Constantino (1987), fundamentada em uma gama diversificada de fontes, inclusive

[8] Consultar a obra de Stella Borges, Italianos: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre, EST: 1993 p.30.

àquelas inerentes à administração municipal, com os relatórios anuais de recolhimento de impostos, constatou o predomínio da ascensão social dos calabreses em determinados nichos comerciais. Recentemente, a pesquisa de Leonardo Conedera (2012), também evidenciou a presença siciliana caracterizada por uma imigração qualificada no Pós da Segunda Guerra Mundial. O autor observa, em sua investigação que os sicilianos constituem maior grupo do contingente italiano, em Porto Alegre no período e a maior parte deles se dedicou ao comércio e, preferencialmente, possuía empreendimentos de pequeno e médio porte, como tavernas, cafeterias, açougues, alfaiatarias sapatarias, armazéns, entre outros.

## Comércio de imigrantes italianos em Porto Alegre na memória das mulheres

Entretanto, há muito que conhecer a respeito dos comércios de imigrantes italianos que se fixaram em Porto Alegre no período entre as duas guerras mundiais e no Pós-segunda guerra. Esses imigrantes caracterizam fluxos espontâneos oriundos de pequenas áreas da Itália, que tiveram uma experiência de mobilidade, relacionada principalmente à atividade dos pequenos comerciantes e dos artesãos, alcançando significativa contribuição à construção das modernas redes urbanas (DE RUGGIERO, 2012, p. 179).

Quanto às personagens desta investigação, estão inseridas num momento intermediário entre o primeiro fluxo que vem para a cidade antes da II Guerra e o segundo fluxo que se inicia quando termina a II Guerra, fornecendo informações sobre as atividades e as localizações dos estabelecimentos. Dalva fala que veio em 1948 para Porto Alegre, quando chegou o pai tinha comércio, um pequeno restaurante:

> *o por que eu não sei... Era na Santa Casa. Tinha aqueles vários lugares embaixo para entrar, que agora já não sei se tão usando.*

Relata suas lembranças de uma forma particular onde se vislumbra aspectos da memória e da cidade.

**Antigas casas de aluguel pertencentes à Santa Casa**
**Atual Centro Histórico Cultural**

(www.ufrgs.com.br)

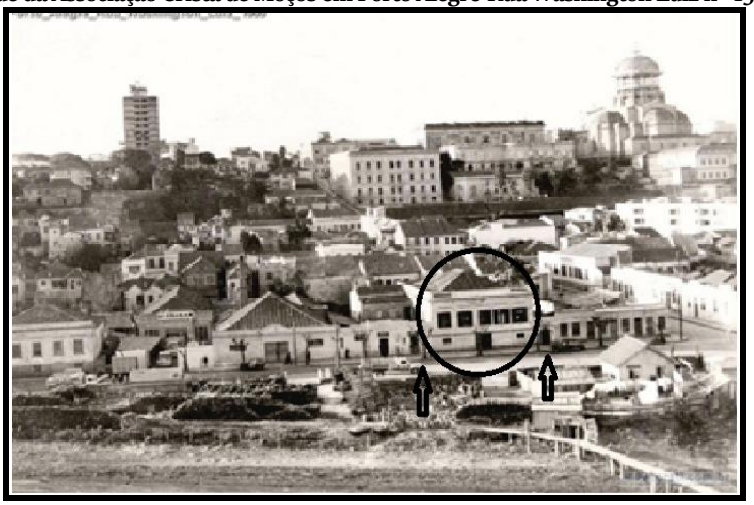
O local, mencionado por Dalva se refere ao conjunto das denominadas "casinhas" de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, localizadas na Rua Independência e na Rua Sarmento Leite. As edificações foram construídas para serem alugadas com a finalidade de ajudar na manutenção do hospital. Algumas casas se destinavam à moradia de famílias e outras eram utilizadas como estabelecimentos comerciais. Aqui, ao que indica o depoimento de Dalva, localizava-se o restaurante do seu pai.

Observa-se que a evocação não pertence à sua memória, são lembranças que o pai compartilhou com a família. Elas constituem uma memória familiar denominada memória herdada, ou seja, são as memórias transmitidas de geração para geração, dentre as quais, as familiares, são as principais e, por isso, são importantes fontes de conexão entre memória e identidade (POLLAK, 1992, p. 5):

> *Então depois ele colocou um armazém, mas sempre na parte comercial. Era onde é o Gasômetro*[9]*, próximo às margens do Guaíba* (DI MARTINO, 2010).

Provavelmente o estabelecimento ficava próximo ao Gasômetro, mais especificamente onde persistem alguns antigos armazéns e bares.

**Sede da Associação Cristã de Moços em Porto Alegre-Rua Washington Luiz nº 1955**



(WWW.FLIKR.COM)

Por sua vez, Maria Di Gil, recorda que quando chegou em Porto Alegre, no ano de 1947, foi morar na Rua Havaí: *outros italianos moravam na Demétrio Ribeiro, na Rua Espírito Santo, era tudo mais ou menos no mesmo lugar*. Era um espaço ocupado pelos italianos da "velha guarda calabresa", já rastreados nos documentos por Constantino. Maria prossegue dizendo que o seu pai e os seus

[9] Antiga usina brasileira de geração de energia localizada capital que apesar do nome, usina movida a carvão mineral. A denominação "Gasômetro" fazia referência à área onde hoje está a Usina, chamada de Volta do Gasômetro. O prédio da Usina do Gasômetro foi inaugurado no final da década de 1920 para abrigar a Companhia Brasil de Força Elétrica, subsidiária da Eletric, Bond & Share Co., empresa com sede nos Estados Unidos, que gerou a eletricidade e o transporte elétrico de Porto Alegre até a metade da década de 1950.

tios eram sócios do restaurante Bela Vista, na Rua Washington Luiz, esquina com a Espírito Santo:

> *Naquele tempo era ao lado da Associação Cristã de Moços. Ainda chegava o trem até ali quando chegamos da Itália* (DI GESÙ, 2010).

A foto panorâmica retrata o local onde a Associação está marcada por um círculo e o restaurante provavelmente localizava-se em um dos pontos assinalados pelas setas.

Percebe-se, na localização do negócio, uma estratégia de inserção social e econômica porque nesse local acorriam os moradores da região e os trabalhadores da Usina. Enquanto serviam as refeições para os moradores de bairro e os trabalhadores, já aproveitavam para travar relações. A experiência de imigração, respaldada no e pelo comércio, adquire significado justamente nas possibilidades de emprego e socialização encontradas pelo imigrante, uma vez que esse passa a ser instruído no interior de um circuito social-étnico mais seguro e dinâmico (FRANKLIN, 2015, p. 175). Nesse sentido, os depoimentos das mulheres fornecem indícios sobre os imigrantes e seus negócios.

Amalia lembra: *quando eu vim para Porto Alegre, em 1950, fomos morar na Vila São Luiz, no Jardim Botânico*. O marido fazia comércio, primeiro vendia bilhetes de loteria, depois de um tempo resolveram montar um negócio na Rua Tomaz Flores, um negócio de Açougue e Fiambreria (MORELLI AITA, 2012). No primeiro momento, o marido vai comercializar bilhetes de loteria, pela facilidade encontrada de se inserir no negócio que era dominado pelos italianos meridionais. Com esses já estabelece um relacionamento de solidariedade que possibilita juntar um pequeno capital em curto prazo e investir no próprio negócio:

> *Eu trabalhava junto com eles, na frente, vendendo bilhetes e também alugamos a peça ao lado e montamos uma sapataria* (MORELLI AITA, 2012).

**Açougue e Fiambreria Itália**

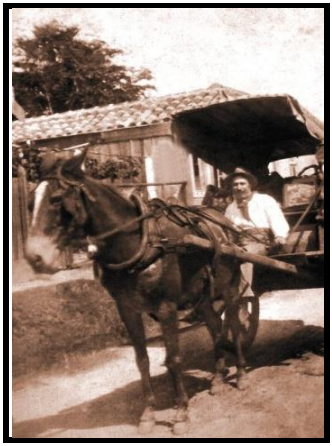
(ALAPHO)

Através dos depoimentos de todas as personagens se deduz que os negócios familiares predominaram entre os imigrantes de forma recorrente. Era um expediente que asseverava credibilidade, oportunizando inserção social e possibilitando auxiliar àqueles que haviam ficado na Itália. Dessa maneira, ao longo dos anos, nos diferentes fluxos, a capital gaúcha continuava representando uma terra de promissão para aqueles que se lançavam na aventura de atravessar o oceano.

Todavia, houve casos em que o percurso para a constituição de um negócio próprio, caso o imigrante não detivesse capital, tornava-se lento, como resume em poucas palavras Angelina que imigrou em 1937: M*eu marido trabalhou cinco anos de verdureiro* (SANZI FERRARO, 2006). Nessa atividade, o percurso do marido da depoente se assemelhava ao de outro italiano, Rocco Vitolla, chegado em 1934, no mesmo ano que a constituição estabeleceu as primeiras restrições migratórias[10].

[10] A constituição instituiu do sistema de cotas, vedando a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional. Pelo sistema de cotas impedia-se que cada corrente imigratória excedesse 2% do número total de nacionais daquele país que haviam entrado no Brasil durante os últimos cinquenta anos. Estabelece que a corrente imigratória anual de cada pais estava limitada em dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta

**Rocco Vitolla**



(clicrbs.com.br)

Rocco partiu da Itália com o filho Leonardo Vitolla, esse foi trabalhar com uma sapataria e ele comprou uma carroça para comercializar verduras, carnes e peixes. Cinco anos depois, o filho Francisco Vitolla, que havia ficado na Calábria, vem juntamente com a mãe Filomena para a capital. Em 1939 compraram um negócio que compreendia bar, mercadinho e restaurante[11]. Dez anos depois, em 1949, Francesco Spina, outro imigrante italiano, entrou para a sociedade. Quatro anos mais tarde, Biaggio Sanzi também passou a integrar o grupo, efetuando o trajeto Itália-Brasil, em 1945, quando a Europa vivenciava o desfecho da Segunda Guerra Mundial (jcrs.uol.com.br).

Retornando a narrativa de Angelina, ela prossegue dizendo que o marido veio da Itália, atendendo ao chamado do pai em 1937[12]

anos. Tinha por finalidade regular a seleção, localização e assimilação do alienígena (Constituição de 1934).

[11] Após o falecimento de Leonardo Vitolla se transformaria em Restaurante Copacabana o foco do negocio passou a ser exclusivamente a comida italiana.

[12] Angelina vem para o Brasil no mesmo ano que a lei restritiva de imigração foi dilata, fixando como competência exclusiva da União legislar sobre migração, podendo, limitando raças ou origens. Um ano depois é vedado aos estrangeiros exercerem atividades políticas no Brasil. Traz por completo a lista de pessoas que não mais seriam admitidas em solo brasileiro e deu ao Governo o poder de limitar,

se estabelecendo na capital como verdureiro. Conduzia pelas ruas da cidade a carroça de verduras com a qual garantia o sustento da família:

> *Depois, trabalhou mais doze anos de Armazém, mais tarde, investiu em uma agência de loteria, bilheteria na Rua Doutor Flores [...] O pai dele vendia bilhetes e quando ele veio, o pai o colocou a trabalhar junto* (SANZI FERRARO, 2006).

Conversando com as depoentes se entende os atrativos que a venda de bilhete exercia sobre eles. Primeiramente porque era uma atividade com a qual ganhavam muito dinheiro. Em segundo lugar, a língua não era entrave porque a atividade era exercida nos espaços públicos. Em terceiro lugar, a circulação dos imigrantes favoreceu inserção e socialização em um espaço de tempo menor, logo aprendiam a falar o português rapidamente. E quarto e último, é que muitos imigrantes, por causa da exigência da chamada de trabalho ficavam limitados a longas horas de esforço em espaços que outra atividade exigiria.

Nessa quarta característica se enquadra Maria Vinciprova (2011) que imigrou com o marido, a filha, a mãe, um irmão e uma irmã para Porto Alegre, em 1955. Vieram com a carta de chamada e emprego para todos. O Brasil já estava em um período de desenvolvimento com a política de imigração que estava mais flexível em decorrência da necessidade de mão de obra direcionada para a indústria. Maria foi trabalhar por indicação da irmã na "Arrozeira Brasileira". Foi na mesma época que adquiriram um terreno, sendo que o parco salário do marido não alcançava as necessidades para construir a casa da família:

> *Todos que trabalhavam lá eram italianos. Tinha inclusive uma italiana que morava há sete anos na Av. Ceará. Na época que entrei*

por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens. (Constituição de 1937)

> *foram contratados junto comigo cento e quarenta pessoas e a Gerente do meu setor era uma italiana chamada Conceição* (VINCIPROVA, 2011).

Ignazio, o marido de Maria trabalhou seis anos em uma fábrica siderúrgica (laminação de ferro na Av. Sertório), depois passou a encarregado, de vez em quando tinha cinquenta empregados sobre o seu comando aumentando a produção. Lembra que o marido dizia: *comprei a casa, comprei caminhão, comprei tudo!!! E até uma casinha na praia* (VINCIPROVA, 2011). No período da vinda de Maria para a capital os imigrantes italianos da capital já constituíam um grupo com características distintas. Os peninsulares estavam dispersos no espaço geográfico e social da capital.

Entretanto, na memória coletiva dos que aqui estavam e dos que ficavam aguardando o chamado, ainda predominava a ideia do o enriquecimento e a possibilidade de não ter patrão, ou seja, ser dono do próprio negócio. Nessa perspectiva, a aquisição de bens, como a casa, tornava o indivíduo visível e a estabilidade financeira investia-o de credibilidade. A condição aparente abria portas para o crédito e o investimento no próprio negócio.

Deve-se considerar que o imigrante que vem após a II Guerra não é o mesmo decorrente da imigração subsidiada, nem da espontânea ou induzida nos anos anteriores, já que ele possui características diferentes. A intenção, a opção e a motivação podem ter sido semelhantes, mas os fatores podem ter sido diferentes e estão conectados com o cenário global em transformação.

## Redes de relações

A vinda dos imigrantes Pós II guerra se caracterizada por uma complexa rede de relações que compõe um conjunto de vínculos em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes (LOMNITZ, 2009, p. 18). No fenômeno migratório, as redes servem de suporte ao sujeito que decide imigrar ligando migrantes e não

migrantes em áreas de origem e destino. Conectam sujeitos que se incumbem pelos arranjos de viagem, pela assistência, pela solidariedade e pela colocação no trabalho no local de chegada, nisso se inclui estadia e ajuda financeira. Em geral, os sujeitos que integram essas redes são motivados pela amizade, parentesco, conterraneidade e trabalho fortalecendo e alimentando esses laços continuamente com informações, tanto do local de partida como do local de chegada. (Zanfrini, 2007; Truzzi, 2008).

As imigrantes elencadas, exceto Angelina, vieram para o Brasil quando foi reaberto o fluxo migratório, em 1945, período caracterizado pelo afrouxamento da fiscalização referente à entrada dos imigrantes. Cinco anos depois, com um acordo entre os dois países, firmaram-se dois tipos de imigração: "a espontânea" que se dava através de "cartas de chamada" de parente e de ofertas de emprego; e a "dirigida" fomentada por grupos e cooperativas orientados pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais, assim como a Comissão Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) e a Comissão Católica de Migrações (TRENTO, 1989, p. 412). Desde então, o setor industrial porto alegrense se tornou atrativo para os imigrantes.

O contexto se configura no depoimento de Maria Vinciprova (2011), quando menciona que vieram porque sua irmã Francesca,

> *mandou me chamar porque tinha emprego para todos. Francesca veio muito antes porque um cunhado chamou, foi uma irmã atrás da outra, uma carregava a outra. [...] Conosco veio o irmão Antonino e uma irmã chamada Antonina. [...] chegamos e fomos morar na Av. Ceará onde parentes e vizinhos que também eram de lá (Sicília) nos receberam, e que moravam no mesmo local lembro de que fomos recepcionados por estas pessoas italianas, e isso me lembro bem.*

Sua memória aponta para um local onde se constituiu uma rede migratória entre parentes e conterrâneos que mantinham ligações, tanto em Porto Alegre quanto na Sicília.

A narrativa de Maria remete à interação com outros italianos que embora não pertencessem ao mesmo local de procedência, ao chegarem a Porto Alegre, criavam e alimentavam laços de amizade. Eram ligações garantidoras da sobrevivência através da ajuda na busca de emprego e de um lugar para morar. As redes permitiam identificar as oportunidades compartilhadas pelos patrícios, como por exemplo, a compra de terreno onde a transação era mediada por um conterrâneo que já estava há mais tempo no local.

Amalia imigrou para o Brasil, em 1950, atendendo ao chamado do marido Salvatore Aita, ex-combatente do exército italiano. Esse imigrara logo depois que se conheceram, viera em busca de emprego, integrou-se à comunidade de italianos em Porto Alegre e, em seguida, casou-se com Amalia via procuração e providenciando a viagem da mesma para o Brasil (MORELLI AITA, 2012):

> *Foi assim que nós viemos, relembra Nani, meu pai e o meu irmão vieram antes que a minha mãe, a minha irmã e eu. [...] como existia uma ameaça de guerra a minha mãe disse para o meu pai: "Vai primeiro você com o Concetto (meu irmão) que nós três seguimos na próxima viagem"* (VICENZA NANI, 2011).

O depoimento atenta para um clima de incertezas no país era percebido pelo estado de espírito de quem imigrava.

Por essa época a questão da entrada de imigrantes era pautada por algumas medidas legais relativas ao acordo entre os dois países que eram fiscalizadas nos dois extremos. O primeiro era priorizar o imigrante que melhor se integrasse à sociedade, sendo que os italianos estavam entre os que preenchiam essas exigências. O segundo era a questão das condições de saúde e a terceira envolvia a capacitação de exercer atividade profissional específica. Embora os critérios profissionais fossem rigorosos muitos imigrantes

declaravam uma qualificação ou uma profissão que não tinha ou não condizia com o local de procedência.

De forma épica Dalva traz a memória das lembranças do pai, Giovanni Martini, dizendo que estava aqui há muito tempo*:*

> *meu pai atravessou o Atlântico acho que umas seis vezes... [...] Conheci Porto Alegre, através das cartas". [...] A chamada do papai motivou a vinda da família da minha mãe, eu e uma irmã* (DI MARTINO, 2010).

Na frase de Dalva, se destacam os dados dos deslocamentos transcontinentais contínuos, iniciados antes da II Guerra, assim como a comunicação através de cartas que permitia a manutenção dos vínculos familiares semelhantes a outras depoentes da imigração através de um projeto familiar.

A prática recorrente demonstra que uma das estratégias dos emigrantes era de deixar os familiares na Itália para trazê-los somente quando uma determinada estabilidade já havia sido conquistada:

> *A outra irmã estava casada, depois veio porque seguiu o filho para Porto Alegre, o meu pai chamado o neto para encaminhar ele na vida porque não se encontrava muito emprego em Morano Calabro* (DI MARTINO, 2010).

Embora na família da depoente não se distinga a figura feminina, deve-se considerar que a elevada taxa masculina entre os imigrantes realçava preferência em trazer filhos homens. Chegando ao local de acolhimento eram direcionados para o mundo do trabalho onde se introduziam na força de trabalho masculina isso traduziria em maiores oportunidades e rendimentos à família (VANGELISTA, 1998, p. 22).

**Memórias da II Guerra**

Nos depoimentos um dos temas marcantes é o da II Guerra, que aparece como um evento, no qual elas foram envolvidas direta ou indiretamente. Vicenza, Dalva e Amalia eram crianças vivendo na Itália, entretanto, os episódios que lembram foram narrados a elas pelos familiares:

> E*u me lembro de certas coisas que os meus pais contavam, uma época em que eu tinha 5 a 6 anos de idade, então o governo chegava nas casas para recolher enxovais, joias para sustentar a guerra. No primeiro ano o meu pai ficou sem as sementes para plantar, então ele precisou comprá-las, no ano seguinte o fato se repetiu* (VICENZA NANI, 2010).

Vicenza prossegue dizendo que o pai precisou vender as terras para comprar as sementes quando na época da colheita vinham os caminhões do exército que carregavam a colheita sem dar nenhuma satisfação: *E assim foi acontecendo, o meu pai seguiu regredindo, perdendo aos poucos suas terras até perder tudo*. A condição da família da Vicenza reproduz a situação geral do país:

> Em meio ao conflito, o país acumulava problemas internos: carestia de abastecimento no comércio, desemprego, descontentamento com o regime e, para completar, o norte do país começara a ser atingido pelos bombardeios das tropas dos Aliados. O exército foi dissolvido e a península se dividiu em duas partes: a partir de Nápoles, o sul era ocupado pelos Aliados e pelo rei, enquanto Mussolini e os alemães dominavam o centro e o norte (TRENTO, 1989, p. 68-70).

Dalva recorda que no período da contenda o pai já morava em Porto Alegre, tinha um pequeno restaurante que foi destruído e proibiram falar o italiano. Provavelmente Dalva estivesse se referindo aos dias 18 e 19 de agosto descrito no *Correio do Povo* do

dia 19 de agosto de 1942[13] como um momento de anarquia geral em Porto Alegre. Podia se referir aos ataques que aconteceram contra alemães e italianos na capital, alguns dias antes do Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália, que pode ser considerado o ponto máximo de um clima de hostilidade e intimidação contra imigrantes e descendentes.

Nos dias subsequentes às depredações, os donos de alguns estabelecimentos vieram a público reivindicar o estatuto de firmas brasileiras. Entre eles, a Casa Guaspari, que garantia ser "firma brasileira, nos termos da legislação em vigor" (CORREIO DO POVO, 1942, p.1). Outros foram os irmãos Pianca, de origem italiana, proprietários das salas de cinema Vera Cruz, Capitólio e Ipiranga que reverteram a renda das salas para os parentes das vítimas dos navios bombardeados. Com esse ato, buscavam melhorar a imagem e readquirir a credibilidade de suas salas de cinema diante da população. (SOARES, 2008, p.142).

Quanto ao tempo dos episódios mencionados Dalva recorda:

> *nós estávamos na Itália, não sei, mas contam. [...] Então após a guerra ficamos cinco anos sem notícias do pai, sem receber carta, sem receber dinheiro...* (DI MARTINO, 2010).

Quando fala que "contam" a depoente submerge do contexto familiar, se desloca no tempo e transita entre o tempo de chegada e o tempo transcorrido até sua narrativa.

[13] A partir do início de 1942, após navios com bandeira brasileira começarem a ser afundados por submarinos alemães e italianos na costa do Brasil, que a repressão contra imigrantes e descendentes foi intensificada.

**Salvatore Aita**

(ALAPHO)

Amalia relata que o marido integrou as tropas do Mussolini e lutou na II Guerra Mundial:

> *[...] Sim, ele lutou e inclusive levou um tiro na mão. [...] a guerra foi muito... Ah! Nem quero lembrar, dá arrepios* (se emociona e começa a lacrimejar) *por tudo o que passamos. E isso que eu era pequena e não sabia nada, mas muitos parentes meus morreram.*

Narra um episódio que ocorreu em sua casa durante uma busca pelos soldados de Mussolini quando ela foi escondida embaixo da grama numa espécie de toca[14]. Os fatos narrados evidenciam o episódio em 1943, quando os Aliados[15] iniciaram a invasão da parte da Europa controlada pelo Eixo[16] com o desembarque de soldados pela Sicília, no Sul da Itália.

As questões partidárias de organização e de doutrina não são levadas em conta por Amalia, isto é, nem na época da guerra, nem

[14] Espaços que foram usados como abrigos para que as pessoas se protegessem dos bombardeios aéreos durante a guerra

[15] A União Soviética, os Estados Unidos, o Império Britânico e a China.

[16] Alemanha, a Itália e o Japão.

quando atingiu a maturidade. No caso dela, com a idade avançada, afinal o *Duce* se impôs mais do que a ideia e do que o próprio partido. Ela se apropria das lembranças do marido como se fossem suas, tanto que fala na participação do marido (que , na verdade, ela nem conhecia na época) da contenda. Da sua memória "de fato" emerge somente a lembrança de um episódio no qual "ela estava em cena".

A fotografia do marido no porta retrato, disposta sobre o móvel da sala preserva a memória acionando vez por outra as lembranças da II Guerra. Ao mesmo tempo atua como marco divisor de águas entre a partida e a chegada, lembrando constantemente uma das motivações da vinda para o Brasil que vai além da carestia e o desemprego: o temor de outro conflito. Esse medo era recorrente entre os imigrantes e se configura no depoimento de Vicenza:

> *Viemos para o Brasil aceitando o convite da minha tia. Viemos como imigrantes, fugindo da guerra, mas não ocorreu outra guerra* (VICENZA NANI, 2011).

## Considerações finais

A partir das lembranças é possível refletir sobre a "nova imigração" do período sucessivo à Segunda Guerra, uma imigração que sugere a perpetuação das redes migratórias através do tempo, mas que possui caraterísticas peculiares. Houve durante a Guerra uma espécie de estagnação no fenômeno migratório. Quando recomeça encontra suporte justamente nos comerciantes e seus comércios, reconquistando seus negócios, viagens e transações. Houve uma mudança significativa relativamente às condições de origem dos primeiros fluxos. O novo fluxo se assenta nessa velha estrutura, mas frequentemente os novos migrantes detém um capital para investir que pode ser material (capital econômico) ou imaterial (qualificação profissional). Ademais, um modo de fazer, a credibilidade, o prestígio que começa a ser engendrado antes mesmo

da partida e vai oportunizando a sua inserção no novo contexto, no caso, a Porto Alegre do Pós II Guerra.

Vê-se que as lembranças relativas à II Guerra elaboradas pelas mulheres em questão pertencem a uma dada conformação. São lembranças sujeitas a interrupções ou esquecimentos geradas dentro dos contextos vividos. A fala demonstra uma regulação das lembranças que tem a ver com a família e o convívio coletivo da sociedade de recepção. Esse mecanismo implica o surgimento de elementos comuns em recordações do passado produzidas por quem participa de um acontecimento social em certo momento. Entre os elementos comuns estão a pobreza familiar e a carestia na guerra trazendo as mulheres para dimensão social, ou seja, a do trabalho. Outro elemento, a persistência no imaginário daqueles que imigram de encontrarem a riqueza, esse prevalece nas mentalidades desde os primeiros fluxos onde se inseriam os negociantes e donos de casas de comércio.

Foram esses mesmos comerciantes e imigrantes que vieram antes da guerra que intermediaram a vinda e auxiliaram os novos imigrantes, orientando sobre as necessidades da comunidade e indicando lugares que necessitam de determinados negócios como armazém, açougue, fruteira e restaurante. Eles também deram subsídios aos parentes e amigos como trabalho e dinheiro para efetuarem a travessia até Porto Alegre. Nesse sentido, tanto as abordagens de Constantino e Conedera como esta, convergem para enfatizar a inserção dos imigrantes no comércio da capital gaúcha, fluxos de deslocamento, em grande parte constituídos por correntes imigratórias diversificadas ocorridas em momentos históricos distintos.

Nesses momentos distintos podem ser encontradas as personagens elencadas. Dalva Di Martino e Maria Di Gesù estabeleceram residência na Cidade Baixa, onde os pais possuíam comércio desde antes da II Guerra. Maria Vinciprova com a família foi para o Bairro Navegantes, onde se localizavam a fábricas e onde residia a irmã mais velha. Vicenza Nani se instalou no Bairro Glória

e Amalia Moreli Aita foi morar e trabalhar no Bairro Jardim Botânico. Embora houvesse uma tendência em se fixarem em determinados espaços da capital, após a II Guerra os imigrantes italianos, independente da região de onde viessem da Itália, começaram a se dispersar pela capital gaúcha, ocupando espaços periféricos como os seguintes bairros: Navegantes, São João, Partenon, Ipanema, Floresta e São Geraldo, Gloria, Azenha e Menino Deus.

As depoentes calabresas inseridas no contexto antigo guardavam e ressaltavam a característica comercial do pai. Claro que ao lançar o olhar sobre essa questão fundamental, levaram-se em conta as tensões existentes no espaço urbano com os habitantes locais, temerosos que os novos imigrantes vindos depois da Guerra, estivessem tomando seus locais de trabalho. Os novos imigrantes, entre os quais se enquadram as demais depoentes, embora tivessem efetuado o mesmo percurso não eram vistos com bons olhos. Eram diferentes as motivações da vinda delas, pois não falavam a mesma "língua" e não tinham os mesmos costumes dos primeiros imigrantes. Portanto, não comungavam da mesma identidade.

As versões do passado construídas por essas mulheres envolvem uma gama de sentidos e significações que se devem à ação das condições sociais que geram divergências na reconstrução das lembranças. Todas as mulheres eram crianças quando seus familiares foram lutar na guerra. Com isso, suas lembranças reproduzem os condicionamentos familiares que variam de acordo com a posição que cada um ocupa no grupo familiar e social em que está inserida. Provavelmente os silêncios e os não ditos e/ou temas não relatados pelos familiares, como as atrocidades da guerra, advém dessa posição, visto que as mulheres tinham tenra idade e alguns assuntos não eram externados na frente das crianças ou eram considerados tabus que não pertenciam ao universo infantil.

Ainda no que tange a posição de cada uma das imigrantes dentro do grupo é possível inferir algumas categorias de memória que se percebe nos depoimentos das quatro mulheres relacionados

à Guerra: a memória herdada ou familiar que se dá dentro do núcleo familiar; a memória compartilhada que, embora tenha sido elaborada no núcleo familiar, é socializada dentro e fora de um determinado grupo no qual a família está inserida, portanto ela é coletiva.

Observa-se que essa memória apenas pode ser repassada individualmente e serve para reforçar as identidades, sejam elas da esfera particular ou coletiva. A memória sobreposta diz respeito às lembranças de experiências ou fatos vivenciados por outros membros do grupo e o indivíduo toma-as para si como se dele fossem.

Os depoimentos das mulheres aqui analisados concomitante com outras fontes sustentam a "veracidade" de acontecimentos, pois são narrativas de vida que contém experiências vivenciadas num determinado momento histórico. Entretanto, chama-se a atenção para o fato de que a percepção dos eventos do passado é constituída por um determinado grupo. Essa conscientização ocorre a partir de categorias e esquemas mentais compartilhados pelas pessoas que o integram.

Assim, é esse grupo que vai elaborar na terra natal um projeto de partida que se engendra na terra de partida com a organização e os arranjos para a viagem. Ao dar prosseguimento à chegada em Porto Alegre, quando os que se estabelecem propiciam a vinda dos que ficaram na Itália, caracterizam a perpetuação da rede independente das condições dadas.

## Referências

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre, EST: 1993.

BRUM, Rosemary Fritsch. *Uma cidade que se conta. Imigrantes italianos e narrativos no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30*. São Luis/MA: EDUFMA, 209.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero degli Affari Esteri dItalia, 1925, p. 13.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil "andiano in merica..."*. São Paulo: EDUSP, 2003. 438 p.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v. 23, n. 1, p. 149-164, jun. 1998.

_____ In: *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista de Estudos Ibero-Americanos. Pucrs, v. XXXII, n.1, p. 1-225, junho de 2006.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 1939-1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

FRANKLIN, Ruben Maciel. *Imigração, Fronteiras Culturais e identidade étnica: conceitos para um debate interdisciplinar*. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá - MT, vol. 2, n. 2, jul/ dez., 2015.

IZQUIERDO, Iván. *A arte de esquecer: cérebro e memória*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2010.

LEI DAS COTAS. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 16 de julho de 1934; a "lei de cotas" foi mantida no artigo 151 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada a 10 de novembro de 1937. Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1979.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 245 p.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *Entrevista com Alessandro Portelli*. Revista Historiar - Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar]

SOARES, Eduardo de Souza. *A Máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. Tradução de Mariarosaria Fabris (capítulos 2 a 5) e Luiz Eduardo de Lima Brandão (capítulos 1, 6 e 7). São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. *Redes em processos migratórios*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

VANGELISTA, Chiara. *Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo Brasil, 1894-1895*; Belo Horizonte: ABEP, IN Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a168.pdf. Acesso 25, dez., 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. RJ, Zahar, 1994.

VENDRAME, Maíra Ines et. al (Orgs.) Micro-história, trajetórias e imigração. In DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2015, p162-181.

VON MÜHLEN Caroline. *"Levantou-se dentro da sala forte barulho seguido de gritos e choro...": a venda como espaço de transações comerciais e desentendimentos (São Leopoldo/1846-1865)*. Disponível em http://ephispucrs.wordpress.com/st-7-imigracao-e-imigrantes/ Acesso em 10, set., 2014.

ZANFRINI, Laura. *Sociologia delle migrazione*. Roma: Laterza, 2007.

## Fontes web

ANTIGAS CASAS DE ALUGUEL (ATUAL CENTRO HISTÓRICO CULTURAL DA SANTA CASA). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/leiturasdacidade/oqver.php?idsecao=a97b0047f512940c6d6f978357f743ab&&idtitulo=2abaa37a9d7ef2aed538b06c3f3bc12c> Acesso 22, mai., 2017.

JORNAL DO COMÉRCIO**.** ***Historias do Comércio e dos Serviços*****. Copacabana presencia a história gaúcha ser feita. Noticiada edição impressa de 19/03/2012**. Disponível em <**http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=8899>22, ago., 2017.**

RESTAURANTE COPACABANA. Disponível em <http://www.restaurantecopacabana.com.br/pcopacabana.asp >Acesso 12 mai., 2017.

RUA WASCHGTON LUIZ. (FOTO 1955) Disponível em: <www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11017137975> Acesso 25 jun., 2017.

VITOLA, Rocco Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/06/13/carroca-e-carteira/?topo=13,1,1,,,13> Acesso 28, mai., 1917.

## Fontes Orais

AITA, Amalia Morelli. [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 25 out. 2012, p. 01-12.

CASSARÁ, Dalva Di Martino. [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 01-12.

DI GESÙ, MARIA. [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, Porto Alegre, 06 nov. 2013, p. 01-11. rio de Pesquisa em História Oral

NANI, Viceza. [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2011, p. 01-09.

FERRARO, Angelina Sanzi Ferraro. História de vida] Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2006, p. 01-09.

VINCIPROVA Maria (mãe). [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Complemento de informações e coleta de imagens. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2011, p. 01- 16.

## Imagens (Fotografias)

AÇOUGUE e Fiambreria Itália e Sapataria Bela Roma. Imagem Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

PROTAGONISTAS: Vicenza Nani, Amalia M. Aita, Maria Di Gesù, Dalva Di Martino, Maria Vinciprova. Imagens. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010-2015.

SALVATORE Aita. 1943. Imagem. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

# 7

# A Igreja Metodista e a Maçonaria em Bento Gonçalves/RS (1889-1910)

*Vicente Dalla Chiesa*[1]

A cidade de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, viveu acontecimentos importantes no final do século XIX. Em março de 1889, meses antes da proclamação da República, foi formalmente constituída no seu núcleo urbano uma comunidade metodista, a segunda a ser organizada no Rio Grande do Sul. Logo após, em outubro de 1890, a localidade conseguiu sua emancipação, transformando-se em município autônomo. Alguns anos depois, em setembro de 1894, foi fundada a primeira loja maçônica da cidade, chamada Concórdia, que permaneceu formalmente ativa até o ano de 1910. A proposta do presente texto é investigar as relações estabelecidas entre duas instituições, uma igreja evangélica e uma loja maçônica, numa comunidade então composta majoritariamente por católicos, imigrantes italianos e seus filhos, no contexto de um país em transformação, como foi o Brasil da década de 1890. Uma análise preliminar dos dados obtidos indica que houve significativa interação entre as duas instituições, que, nesse período, tiveram crescimento do número de membros, e edificaram seus templos na cidade. Foram utilizadas entrevistas feitas com Wanda Baccin Reschke, neta de Dionisio Baccin, imigrante italiano que foi maçom e metodista no período em estudo; com Camilla Schlichting, filha do maçom Henrique Schlichting, que

[1] TRF da 4ª Região.

batizou seus filhos na Igreja Metodista; com Maria Astolfi, neta de Angelo Dall´Acqua, italiano que também foi maçom e metodista no mesmo lapso temporal; e com Darci Poletto, maçom e autor de diversas obras sobre a Maçonaria e sua história na cidade de Bento Gonçalves [2].

## I – A Maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul

Apresentar um histórico da Maçonaria não é uma tarefa fácil, mesmo para um trabalho de curta extensão, como este. Boa parte da bibliografia existente é apologética ou, então, de cunho muito crítico, escrita por adversários da Ordem. Nas palavras de Darci Poletto, "a Ordem Maçônica é uma associação de homens que se consideram iguais entre si, têm a finalidade de viver em igualdade, ligados por laços de recíproca estima, confiança e amizade, estimulando-se uns aos outros na prática da virtude". Define a Maçonaria como "um sistema de moral, velado por alegorias e ilustrado por símbolos" (POLETTO, 2014, p. 24).

As teorias sobre as origens da Maçonaria são muitas, sendo a mais comum a que sugere sua gênese nas guildas e corporações de artífices surgidas na Europa durante a Idade Média, embora haja referência sobre sua origem mais remota na construção do Templo de Salomão (Dicionário Maçônico, 1895, p. 9-10)[3]. Sua forma moderna, entretanto, remonta à Inglaterra do século XVIII, tendo se

[2] Este texto é dedicado ao Sr. Darci Poletto, sem cuja colaboração ele não poderia ter sido escrito. Nascido em Bento Gonçalves em 12/04/1943, foi iniciado na Maçonaria em 13/09/1974, na Loja Concórdia da mesma cidade. É membro efetivo do Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, atualmente exercendo o cargo de Lugar Tenente Comendador. O Supremo Conselho administra os graus superiores (do Grau 4 ao 33) do Rito Escocês Antigo e Aceito, o mais praticado no Brasil e no mundo.

[3] Essa publicação, datada da década de 1890 (ano incerto), cujo título original é grafado "Diccionario Maçonico", é uma brochura que parece ser destinada aos recém iniciados na Maçonaria, apresentando conceitos, rituais e insígnias, entre outros elementos de instrução. Conforme anotação em sua capa, ela pertenceu a Antonio Premaor, membro fundador da igreja metodista de Bento Gonçalves, iniciado na Maçonaria em 1896, o que sugere que esse material tenha sido fornecido a ele no mesmo período. O livreto pertence atualmente ao acervo privado do Sr. Ademir Gugel, que gentilmente cedeu cópia dele ao autor.

espalhado pela Europa no decorrer dos anos seguintes, inclusive na França (VIEIRA, 1980, p. 41). Foi a partir da França que a Maçonaria chegou a Portugal e ao Brasil, onde teve participação importante em muitos movimentos políticos, como a Independência (VIEIRA, op. cit., p. 41), a Revolução Pernambucana de 1817 (POLETTO, 2008, p. 115-117), e a Guerra dos Farrapos (DIENSTBACH, 1993). Também foi destacado o papel da Maçonaria no processo de unificação da Itália (POLETTO, 2008, p. 13-30). Tanto no Brasil como em outros lugares do mundo, a Maçonaria foi um dos grandes veículos de difusão de ideais de cunho liberal e da promoção das liberdades individuais, entre as quais a liberdade de crença.

No Rio Grande do Sul, já havia várias lojas existentes na primeira metade do século XIX, especialmente nas cidades da Campanha e em Porto Alegre (DIENSTBACH, op. cit.). Na região colonial italiana, a primeira loja de que se tem notícia é a *Força e Fraternidade*, criada em Caxias do Sul em 25/01/1887 (POLETTO, 2014, p. 100-107), a qual funcionou, com interrupções, até 1903. Curioso é notar que, entre os nomes dos membros citados, não consta nenhum metodista, embora houvesse uma igreja metodista estabelecida no interior daquele Município, na localidade de Forqueta Baixa, desde fins de 1891 (DALLA CHIESA, 2017).

## II – A Igreja Metodista no Brasil e no Rio Grande do Sul

O movimento metodista teve origem no inglês John Wesley, clérigo da Igreja Anglicana, que iniciou um movimento de renovação no seio dessa denominação, com a organização de pequenas comunidades de fé mais avivada, inclusive com pregação ao ar livre. Muitos adeptos do metodismo imigraram para a América do Norte, onde o movimento teve extraordinária difusão, constituindo-se em igreja autônoma em 1784 (REILY, 2003, p. 99-100). O metodismo adaptou-se extremamente bem à expansão do território e ao povoamento dos Estados Unidos, tornando-se a maior denominação evangélica daquele país. É freqüente a

denominação de "Era Metodista" para designar o século XIX dentro da história do protestantismo norte-americano (MENDONÇA e VELASQUES, 1990, p. 92-98), período que também foi caracterizado por intensa atividade missionária em todos os continentes. No entanto, no mesmo período, o metodismo americano se dividiu por questões relacionadas à escravidão, o que deu origem ao surgimento da Igreja Metodista Episcopal do Sul, cuja teologia pretendia compatibilizar a fé cristã com a instituição da escravatura (REILY, op. cit., p. 104-105).

O metodismo fez uma primeira tentativa efêmera de estabelecimento no Brasil entre 1836 e 1841, com a vinda dos missionários Justin Spaulding e Daniel Kidder (SALVADOR, 1983, p. 18-27). A atividade seria retomada em 1866, com a imigração para o município paulista de Santa Bárbara do Oeste de várias famílias do Sul dos Estados Unidos, após a derrota dos confederados na Guerra Civil (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 101-102). Conforme MESQUIDA (1994), a inserção metodista no Sudeste brasileiro, através da Igreja Metodista Episcopal do Sul, ocorreu especialmente através do esforço missionário em fundar escolas, destinadas à educação da elite nacional, com vistas à emulação do progresso material e econômico dos países protestantes. O mesmo autor refere o peso da influência maçônica nesse processo, ressaltando que vários dos pioneiros metodistas americanos, inclusive pastores, eram membros da Ordem, apresentando fotografias de seus túmulos, decorados com símbolos maçônicos (MESQUIDA, op.cit., p. 128). O mesmo autor discorre sobre os vínculos históricos entre a Maçonaria e a Igreja Metodista nos Estados Unidos, citando existir comprovação de que o próprio John Wesley teria sido iniciado como maçom, em uma loja na Irlanda (MESQUIDA, op. cit., p. 125-127).

No Rio Grande do Sul, a atividade metodista inicia em 1885, em Porto Alegre, através da chegada de João da Costa Corrêa, pregador oriundo do Uruguai, área de missão da Igreja Metodista Episcopal, com sede do Norte dos Estados Unidos. Corrêa fundou a

primeira congregação com seis pessoas, e organizou a fundação de uma escola, que seria o embrião do futuro Colégio Americano (JAIME, 1963, p. 21-23). O segundo ponto de atuação metodista no Rio Grande do Sul foi a antiga região de colonização italiana, como se verá a seguir. A partir de 1900, o trabalho no Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil, foi assumido também pela Igreja Metodista Episcopal do Sul, através de acordo entre as duas ramificações, com grande expansão da atividade metodista nas cidades da região central e oriental do Rio Grande do Sul.

Cabe ressaltar, para encerrar esse tópico, que a Maçonaria, as igrejas protestantes (entre as quais a Igreja Metodista), e diversos setores denominados "progressistas" estabeleceram, nas palavras de VIEIRA, uma "vaga aliança" ao longo do século XIX contra a Igreja Católica ultramontana e conservadora, em prol de um modelo de estado laico e liberal, calcado na afirmação dos direitos e prerrogativas individuais.

## III – Bento Gonçalves no final do século XIX: encontros e aproximações

A área que se tornaria posteriormente o Município de Bento Gonçalves foi destacada do território do Município de Triunfo em 1870, para se tornar a Colônia Dona Isabel, criada concomitantemente com a vizinha Colônia Conde D´Eu, que se tornou o núcleo do Município de Garibaldi. O povoamento iniciou em 24/12/1875, com a chegada do primeiro grupo de imigrantes, oriundos em sua quase totalidade da província de Trento, área de língua italiana do Império Austro-Húngaro (LORENZONI, 1975, p. 128-129). O desenvolvimento demográfico e econômico da colônia foi relativamente rápido e, em 1884, Dona Isabel foi emancipada da situação colonial, tornando-se distrito do Município de Montenegro, criado em 1875.

Entre os povoadores da futura Bento Gonçalves, os imigrantes de língua italiana eram maioria absoluta, bem como os

de religião católica (COSTA et alii, 2016, p. 42-44). No entanto, havia alguns que não aderiam à filiação religiosa predominante, tendo imigrado para essa colônia, bem como para a vizinha Alfredo Chaves (atual Veranópolis), um número reduzido de italianos, oriundos especialmente da área de Pederobba, província de Treviso, que haviam tido contato com a pregação da Igreja Valdense na Itália (DALLA CHIESA, 2016). Essas pessoas seu reuniram inicialmente em reuniões religiosas dirigidas por Dionisio Baccin (JAIME, op. cit., p. 25), e, logo em seguida, entraram em contato com o pastor João da Costa Corrêa, que visitou a localidade pela primeira vez em abril de 1887, efetuando o batismo de quatro crianças (DALLA CHIESA, 2015), dando início à atividade metodista. Em dezembro de 1888, chegou à localidade o primeiro pregador metodista residente, Carlos Lazzarè (FLORES, 1937, p. 52), italiano que havia emigrado para o Uruguai, onde se converteu à Igreja Metodista. Na sequência, em 27/03/1889, foi formalmente fundada a comunidade metodista, composta inicialmente por 43 pessoas (incluindo os filhos dos membros adultos), parte dos quais tinha tido contato com a atividade valdense no Vêneto. A comunidade se expandiu além do grupo inicial ao longo da década de 1890, chegando ao final do século com um total de cerca de 60 membros, tanto devido às conversões quanto ao crescimento vegetativo, com o ingresso na igreja dos filhos dos membros.

Cerca de seis anos e meio depois, em 06/09/1894, é fundada a primeira Loja Maçônica da cidade, a Loja Concórdia, com 50 membros. Analisando a lista dos fundadores (POLETTO, 2014, p. 39), verifica-se, de imediato, que ela não é representativa da estrutura étnica e religiosa do Município. Ainda que os sobrenomes italianos sejam maioria, cerca de um terço dos membros têm sobrenome português ou alemão, sendo que todos os membros mais graduados são lusos, e iniciados fora da cidade. Entre os italianos, todos constam como iniciados na Concórdia, com exceção de Antenore Zanoni, iniciado na Loja Orientação de Porto Alegre. No tocante ao aspecto religioso, sabe-se que dois dos membros eram

metodistas, os italianos Dionisio Baccin e Michele Giuseppe Cabrillo, e pelos menos quatro dos membros de sobrenome alemão eram de origem luterana (Augusto Gloeden, Henrique Schlichting, Germano Berner e Max Leipnitz).

Sobre o início da Loja Concórdia, Camilla Schlichting, filha de Henrique Schlichting, membro fundador, declarou a Darci Poletto, em 1991, o seguinte:

> "Soube que, para a formação da Loja em Bento Gonçalves, primeiro foram procurados os alemães e depois os austríacos, visto que pertenciam, geralmente, à religião metodista. Estes convidaram cunhados e parentes políticos para também se integrarem a este movimento".

A afirmação da depoente, cotejada com as fontes escritas, mostra-se correta em sua essência. A Igreja Católica, desde a Encíclica *Quanta Cura*, de 1864, condenara várias ideologias e instituições que considerava erradas e perigosas para ela, entre as quais a Maçonaria. Embora não haja registros de um posicionamento ultramontano por parte do pároco da cidade naquela época, João Menegotto, parece evidente que a Maçonaria procuraria possíveis candidatos entre indivíduos que não tivessem uma vinculação mais estreita com os dogmas do catolicismo, e assim foi em Bento Gonçalves. Uma simples leitura da lista apresentada por POLETTO comprova isso, e corrobora a afirmação feita pela depoente, no sentido de terem sido convidadas pessoas potencialmente abertas a outros tipos de abordagens intelectuais e filosóficas. Por isso se diz que as declarações de Camilla são essencialmente corretas, embora no rol de membros da igreja metodista local no período quase não haja membros alemães ou austríacos. Quanto a estes, os estabelecidos em Bento Gonçalves eram todos de língua italiana, oriundos da província de Trento (COSTA et alii, op. cit.). Na igreja metodista local, analisando todos os livros de registro, somente foi possível localizar um grupo de oriundos da Áustria em Bento Gonçalves, a família de Gervasio Dal

Ri[4], moradores do lote n. º 23 da Linha Palmeiro. Na Loja Concórdia, entre os iniciadores havia cinco austríacos oriundos do Tirol[5], mas nenhum deles foi metodista. Em relação a um deles, Antonio Ducatti, estabelecido na sede do distrito de Faria Lemos, há referência a uma atitude arreligiosa e anticlerical nas memórias escritas por seu neto (DUCATTI NETO, 1983, p. 7-8).

Quanto aos alemães, nenhum dos membros teutos da Concórdia consta no rol de membros da Igreja Metodista. No entanto, nos livros de registro de batismos há várias entradas referentes ao batismo de crianças filhas de pais com sobrenome alemão, o que leva a crer que esses teutos, possivelmente luteranos, optassem pela igreja metodista no momento de batizar seus filhos, por ser a única igreja evangélica próxima. Esse foi precisamente o caso dos pais de Camilla, que batizaram três filhos na igreja metodista de Bento Gonçalves em 15/11/1899, entre os quais a própria depoente, nascida em 17/08/1899[6].

Camilla também fez referência a outros fatos referentes à época da formação da Loja Concórdia: "Os padres trabalhavam contra a Maçonaria principalmente sobre as esposas dos maçons, dizendo que tinham coisas com o diabo e que não deveriam deitar com eles". Essas afirmações são confirmadas e reelaboradas por Darci Poletto, quando afirma, em sua entrevista, que a Igreja Católica, na região colonial italiana, procurava

> "[D]ar ao homem maçom a pior das imagens, e taxar a Maçonaria de inimiga da humanidade... então muitos membros das famílias dos imigrantes, especialmente as crianças, acabavam desenvolvendo ódio pela Maçonaria e a combatiam, inclusive pelas histórias terríveis de rituais macabros que eram contadas, e os que antigos ainda lembravam".

[4] Livro *"Fundação e Rol (1889-1901)"*, da igreja metodista de Bento Gonçalves.

[5] Emilio Conci, Giuseppe Marcolla, Antonio Ducatti, Matteo Groff e Davide Pietro Tomasi. Os três primeiros residiam em Bento Gonçalves, o quarto em Garibaldi, e o último em Alfredo Chaves.

[6] Primeiro livro de batismos da igreja metodista de Bento Gonçalves, que abrange os anos de 1889 a 1913.

Essa oposição entre católicos e maçons, conforme o depoimento de Darci Poletto, permitia um movimento de suporte de dupla mão entre metodistas e maçons. De um lado, "os metodistas, sem problemas de perseguição por parte da sua igreja, logo eram convidados para entrar na loja"; por outro lado, o pertencimento a uma instituição com a Maçonaria também fornecia um certo grau de apoio a pessoas que eram membros de uma religião minoritária, em uma área predominantemente católica que, naquele momento, estava iniciando um processo intenso de romanização de seu clero (PINZETTA, 1996).

Esse movimento mencionado por Darci Poletto é plenamente evidenciado pela análise da documentação de ambas as instituições. Nas listas de membros da Loja Concórdia[7], o número de metodistas aumenta exponencialmente. Se em 1894 havia apenas 2 metodistas entre os 50 membros iniciadores da loja, e em 1895 apenas 4 entre 61, em 1897 temos 10 metodistas entre os 70 membros, para chegar em um ápice, no ano de 1899, com 17 metodistas entre os 69 membros. Todos viviam nos Municípios de Bento Gonçalves (que abrangeu, até 31/10/1900, o território que se tornaria o Município de Garibaldi), e Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Nesse último ano, 1899, praticamente um quarto dos maçons ligados à Loja Concórdia eram também membros da Igreja Metodista. Além disso, como nesse período quase todos os metodistas eram nascidos na Itália ou filhos de italianos (DALLA CHIESA, 2015), é também através do ingresso de metodistas que o número de sobrenomes italianos na Loja Concórdia se torna amplamente predominante.

De outro lado, os livros de registro da igreja metodista de Bento Gonçalves permitem a avaliação das declarações dos entrevistados sob outros prismas. Os metodistas que aderem desde logo à Loja Concórdia, Dionisio Baccin e Michele Giuseppe Cabrillo,

[7] Listas de membros de 1895, 1897, 1899, 1903 e 1906, material gentilmente fornecido pelo entrevistado Darci Poletto.

estão entre aqueles mais ativos na comunidade, exercendo diversas funções administrativas e também litúrgicas, como guia leigo (o primeiro) e professor da escola dominical (o segundo). No entanto, o que mais chama a atenção é o fato de, ao longo da década de 1890, a maioria dos homens metodistas chefes de família ter sido iniciado na Maçonaria, inclusive os dois pregadores italianos que atuaram na comunidade de Bento Gonçalves nesse período, Carlos Lazzarè, de 1888 a 1898, e Mateus Donati, de 1898 a 1901. Lazzarè foi iniciado na própria Loja Concórdia em 1896; Donati, iniciado na Loja Orientação de Porto Alegre em março de 1898, mudou-se para Bento Gonçalves em meados daquele mesmo ano, quando provavelmente ocorreu sua admissão na Concórdia[8]. Esses dados indicam o elevado grau de aceitação que a Ordem Maçônica teve entre os membros da Igreja Metodista no período aqui analisado.

Analisando-se as datas de iniciação na Maçonaria e o ingresso na Igreja Metodista, são confirmadas mais uma vez as informações prestadas por Darci e Camilla no sentido dos convites feitos aos metodistas: em todas as situações, a adesão ao metodismo precedeu temporalmente a entrada na Ordem. A única exceção ocorre em relação a Angelo Dall´Acqua[9], marceneiro e construtor, compilador de um dos documentos mais importantes sobre a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul[10], e avô da Sra. Maria Astolfi, entrevistada pelo autor. Ele foi iniciado na Maçonaria em 10/02/1897, mas só ingressou na Igreja Metodista alguns meses depois, em 16/05/1897. A respeito do ingresso de Dall´Acqua no metodismo, tem-se o seguinte relato da depoente Maria Astolfi,

[8] Os registros maçônicos não mencionam a data exata do ingresso de Mateus Donati na Loja Concórdia.

[9] O sobrenome é citado muitas vezes de forma equivocada como "Delagua", inclusive em JAIME (1963). Ao que parece, tal equívoco teve origem em um texto sobre a história da Igreja Metodista do Rio Grande do Sul elaborado sob os auspícios da Conferência Anual em 1910, e repetido pelos autores subseqüentes.

[10] *Appunti di viaggio*, ou anotações de viagem, escrito por Angelo Dall´Acqua em 1901, com base em anotações e informações de seu pai Giuseppe Dall´Acqua. O texto foi publicado em versão fac-similada no segundo volume da coleção *Assim vivem os italianos* (BATTISTEL e COSTA, 1982).

baseada nas informações prestadas por sua mãe Itália Dall´Acqua Astolfi, filha de Angelo:

> "Meu bisavô Giuseppe Dall´Acqua faleceu um pouco depois do nascimento da minha mãe. Logo depois disso veio da Itália um pastor evangélico metodista. Conforme contava minha mãe, ele se chamava Mateus Donatti, e tinha deixado mulher e filhos na Itália. Meu nono Angelo trabalhava muitas vezes na vila, na sua profissão de marceneiro. Foi ele inclusive que fez as portas da Prefeitura de Bento Gonçalves. Lá ele tinha muitos amigos e conhecidos, também em função do trabalho, e alguns deles tinham aderido à religião metodista. O nono se deixou convencer e passou a frequentar aquela igreja".

A depoente informa que Angelo Dall´Acqua se aproximou da Igreja Metodista ao ser convidado por amigos e pessoas que tinha conhecido através do trabalho. Darci Poletto, em sua entrevista, informa que é comum, no meio maçônico, referir-se às reuniões e atividades da Ordem como "trabalho", e que, nesse contexto, os membros são usualmente instados a "trabalhar". Analisando-se em conjunto ambas as entrevistas, fica confirmado aquilo que é apresentado pela documentação, no sentido de o ingresso de Angelo Dall´Acqua na Maçonaria ser anterior à ligação com o Metodismo.

Quanto a uma vinculação prévia desses metodistas à Maçonaria ou Ordem Carbonária na Itália, não há comprovação alguma nesse sentido. O próprio Darci Poletto refere: "nunca consegui comprovar, mesmo depois de ter pesquisado bastante, que os primeiros maçons daqui tenham trazido algo dos ideais do *Risorgimento*, ao menos entre os imigrantes do Norte da Itália". Nesse momento, o entrevistado fez menção a dois membros da Loja Concórdia oriundos do Sul da Itália, província de Nápoles, da família Reali, em relação aos quais não haveria dados. No entanto, nenhum deles foi membro da Igreja Metodista.

No tocante à afirmação de Camilla de que os iniciadores teriam convidado "cunhados e parentes políticos" para integrar a Maçonaria, há um indicativo muito interessante disso no primeiro

livro de registros de batismo da igreja metodista, que abrange os anos de 1889 a 1913. É bastante compreensível que, sendo a comunidade metodista relativamente pequena, vários dos metodistas maçons fossem escolhidos como padrinhos de crianças. No entanto, é notável a grande quantidade de maçons não metodistas que foram convidados como padrinhos de batismos de crianças na igreja metodista de Bento Gonçalves, inclusive no batismo da própria depoente Camilla, o que evidencia o estabelecimento de laços entre os grupos. O depoimento de Maria Astolfi também converge nesse sentido. Ao abordar o histórico de vida do seu avô Angelo Dall´Acqua, ela refere o que segue:

> "Em 1903, a convite de um compadre, chamado Silvestre Benvegnú, morador de Bento Gonçalves e também metodista, o nono foi trabalhar em Bagé, em uma charqueada... esse Silvestre tinha se transferido para lá um pouco antes, com a família. O nono deixou uma caderneta de anotações a respeito das atividades dele nesse período, acho que já te mostrei... Ficou hospedado na casa desses amigos durante o período em que esteve lá. Depois voltou, com o dinheiro que tinha juntado, e com isso foi possível para a família se estabelecer na nova propriedade, em Casca".

Aqui aparecem novamente os laços de compadrio e as afinidades profissionais estabelecendo pontes prévias e subsequentes nos relacionamentos entre os homens que foram membros da Ordem Maçônica e da Igreja Metodista em Bento Gonçalves. Silvestre Benvegnú, além de ter se tornado metodista em 1897, também foi iniciado na Maçonaria, em 30/05/1898.

Já no aspecto político, cumpre observar que a Maçonaria bentogonçalvense teve, no seu primeiro momento de existência, participação destacada de membros do serviço público, inclusive todos os iniciados de grau mais elevado (POLETTO, 2014, p. 39). Além disso, o próprio Carlos Lazzarè foi membro do segundo conselho municipal, eleito para o quadriênio 1896-1900 (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p. 79), e Dionisio Baccin, conforme depoimento de sua neta Wanda, foi vice-intendente do Município na primeira

década do século XX, sendo intendente, nesse período, o também maçom Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior. Não foi possível para este trabalho um aprofundamento no tocante à participação de metodistas na administração de Bento Gonçalves, inclusive porque apenas parte dessa documentação está publicada. Contudo, indubitavelmente, é possível verificar a presença de alguns metodistas maçons no serviço público. De qualquer forma, o florescimento de ambas as instituições na década de 1890 em Bento Gonçalves é também atestado pelo fato de que as duas inauguraram seus templos na cidade naquele período: a Maçonaria em 1897 (POLETTO, 2014, p. 36), e a Igreja Metodista em 1898 (DALLA CHIESA, 2016).

A partir de 1900, a atividade maçônica em Bento Gonçalves fica muito prejudicada devido a sérias dissensões entre membros da Loja Concórdia (POLETTO, 2014, p. 44-48). A partir de então, sobreviveram ao tempo apenas duas listas de membros: uma parcial, de 1903, onde constam os nomes de dois metodistas; e outra de 1906, em que são arrolados 10 membros, dos quais 4 eram metodistas. Conforme as informações prestadas por Darci Poletto em sua entrevista, as atividades da Loja Concórdia "encerraram por volta de 1905 ou 1906, embora só tenha abatido colunas[11] em 1910". Quando a Maçonaria volta a se estabelecer em Bento Gonçalves de forma mais estável, a partir de 1943, a entidade à qual seus membros estarão associados e formarão laços de colaboração será o Centro Espírita, não mais a Igreja Metodista (POLETTO, 2014, p. 77-85).

Não obstante esses evidentes indicativos de aproximação entre metodistas e maçons no final do século XIX e início do século XX, duas observações precisam ser feitas em relação a essa tendência. A primeira delas diz respeito ao fato de um dos membros fundadores da Loja Concórdia ter sido estreitamente ligado à Igreja

[11] Denominação utilizada no meio maçônico para designar a loja que encerra suas atividades, ainda que de forma temporária.

Católica. Trata-se de Júlio Lorenzoni, o qual, em suas memórias (LORENZONI, 1975), faz inúmeras menções à sua proximidade com a Paróquia Santo Antônio, de Bento Gonçalves, da qual participou da administração mais de uma vez, desde a década de 1880, quando chegou àquela cidade. Embora Lorenzoni, nesse escrito, não tenha citado sua vinculação com a Maçonaria, essa é comprovada pela documentação maçônica. Portanto, a proximidade com a Igreja Católica não parece ter sido, nesse caso específico, um impeditivo à adesão à Ordem Maçônica. E isso, possivelmente, possa ter relação com algo mencionado acima, o posicionamento do padre local. João Menegotto, italiano nascido na província de Pádua, pároco de Bento Gonçalves de 08/01/1878 a 11/02/1902, é qualificado por Júlio Lorenzoni como um homem de espírito "liberal", conhecido pelas boas relações com as autoridades constituídas, e que não se opunha à participação em festas cívicas italianas, em uma época de conflitos entre o estado italiano laico e a Igreja Católica. Possivelmente, essas posturas contribuíram para que o enfrentamento entre Maçonaria e Igreja Católica em Bento Gonçalves, nesse período, não tenha atingido o grau de radicalização e tensão verificado na vizinha cidade de Caxias na mesma época (COSTAMILAN, 1989).

A segunda observação é referente a um dado assemelhado e curioso, verificado em duas das entrevistas. O registro de Camilla Schlichting, no sentido de que “os padres trabalhavam contra a Maçonaria principalmente sobre as esposas dos maçons”, é finalizado com a seguinte frase: “Algumas até esperavam o marido maçom com um grande crucifixo atrás da porta”. Conforme Darci Poletto, que entrevistou a senhora Camilla, esse último fato diz respeito à própria mãe da depoente, Fany Leipnitz Schlichting, que era de origem luterana, e se aproximou da Igreja Metodista na década de 1890, à semelhança de outras famílias de origem alemã residentes na cidade de Bento Gonçalves, como acima mencionado. A família Schlichting, a partir da geração de Camilla, se converteu ao catolicismo, mas não há indicativo de que a mãe da depoente tenha se convertido. Portanto, o gesto de empunhar um crucifixo

diante de um marido que retornava de uma reunião maçônica, que parece tão tipicamente católico, foi realizado por uma mulher evangélica, conforme depoimento de sua própria filha.

Em publicação recente, Martin N. Dreher (DREHER, 2016), ao analisar o episódio dos Mucker, estuda a significativa difusão que o movimento pietista luterano teve entre as populações de origem alemã do Rio Grande do Sul, e analisa o embate que se estabeleceu entre esse tipo de piedade popular e uma visão racionalista do fenômeno religioso, que era disseminada entre outras parcelas do mundo teuto-brasileiro, entre os quais os membros da Maçonaria. Não foi possível averiguar a origem familiar da mãe da depoente, mas essas informações talvez possam representar uma linha de investigação promissora.

O outro depoimento refere algo assemelhado. Wanda Baccin Reschke, nascida em 1929, declarou ao autor o que segue:

> No sótão da casa dos meus avós havia um baú grande, já meio velho. [...] Sim, os avós paternos, Baccin. Eu perguntava para a minha avó o que tinha lá dentro, e ela dizia para não mexer, porque lá estava o diabo. Eu sempre fui curiosa (risos), e um dia subi no sótão e abri o tal baú, para ver o que tinha dentro. E só encontrei livros lá, livros, nada mais do que isso. [...] Para mim, pareciam livros velhos. [...] Depois que minha vó morreu, uma das minhas tias esvaziou aquele sótão e queimou um monte de coisas, inclusive o que tinha dentro daquele baú.

De início, pode parecer que a situação descrita fosse meramente uma admoestação para impedir crianças de tocar em coisas que não fossem apropriadas, no juízo dos adultos. No entanto, a menção ao diabo parece algo bastante forte para uma situação assim banal, tanto que marcou a memória da entrevistada, e chamou a atenção do entrevistador. No imaginário regional, tradicionalmente (GIRON, 1994), houve três grupos que foram, de alguma forma, demonizados: os comunistas, os maçons e os protestantes. Não foi encontrado indício algum de que o avô da

entrevistada, Dionisio Baccin, tivesse qualquer afinidade ou inclinação por ideais de esquerda. Ao contrário, ele teve um tipo de inserção social e institucional, com relações estreitas com autoridades constituídas da época, que não sugerem uma inclinação por ideologias político-econômicas que pudessem ser consideradas heterodoxas no contexto onde vivia. Quanto ao protestantismo, uma mulher metodista (ainda que de origem católica, convertida após o casamento), certamente não classificaria livros religiosos evangélicos como diabólicos. Resta a alternativa de que se tratasse de livros da Maçonaria, e não seria impossível imaginar que o maçom Dionisio Baccin estivesse em posse desse material. Após o encerramento oficial das atividades da Loja Concórdia em 1910, alguns maçons foram designados para recolherem os pertences da loja, inclusive livros de atas (POLETTO, 2014, p. 49). Embora Baccin não estivesse entre eles, não é improvável que material da extinta loja tivesse ido parar em suas mãos através da morte ou mudança de outros antigos maçons. Darci Poletto, em sua entrevista, considera tal hipótese verossímil, ressaltando, em seus escritos, que foi encontrado material maçônico em poder de descendentes de outros maçons, que não aqueles nomeados para reunir os pertences da Loja em 1910. O mesmo entrevistado refere que há livros da antiga Loja Concórdia que não foram localizados. De toda forma, a expressão utilizada pela avó metodista da entrevistada pode referir um certo juízo de valor negativo em relação às atividades maçônicas exercidas pelo seu marido, já falecido na época do fato relatado por sua neta.

Ressalto que, embora a Igreja Metodista não tivesse, à época[12], um posicionamento oficial contra a Ordem Maçônica, essa conflitiva

[12] A situação se alterou com o tempo. Os Cânones da Igreja Metodista de 2017 estabelecem, em seu art. 8º, § 2º, o que segue: *"Pessoas vinculadas à Maçonaria e sociedades secretas devem renunciar a esse vínculo antes de assumir votos de membro da Igreja Metodista"*. O art. 239, VI, e seu parágrafo único, por sua vez, prevêem que *"clérigos/as e leigos/as metodistas não se vinculam à Maçonaria e sociedades secretas"* e que *"as pessoas que já são membros da Maçonaria ou sociedade secreta, necessariamente, não são obrigadas a renunciar, recebendo orientação pastoral sobre a posição da Igreja Metodista nos*

não era desconhecida no cenário evangélico nacional. O tema foi objeto de intenso debate no seio daquela que era, então, talvez a maior denominação evangélica no Brasil, a Igreja Presbiteriana, levando ao que foi denominado posteriormente de Cisma Presbiteriano de 1903, que levou à criação da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (MENDONÇA e VELÁSQUES, op. cit., p. 38 e 70). Ainda que sejam invocadas diversas razões para o cisma[13], a questão colocada explicitamente como fundamento para a criação de uma nova igreja foi a alegada incompatibilidade entre a filiação religiosa cristã e o pertencimento a uma sociedade secreta.

## IV – Conclusão

Os elementos trazidos no presente texto, ainda que indiciários, permitem apontar algumas indicações sugestivas acerca da interação entre a Igreja Metodista e a Maçonaria na cidade de Bento Gonçalves, no final do século XIX e início do século XX. A Maçonaria procurou cooptar seus membros preferencialmente - mas não exclusivamente - entre pessoas que não fossem influenciadas pelo ideário anti-maçônico então propagado pela Igreja Católica, e encontraram receptividade entre os membros da Igreja Metodista, a única comunidade religiosa não-católica existente na cidade naquela época. O fato de a maior parte dos homens metodistas chefes de família terem se filiado à Maçonaria e à Loja Concórdia - bem como os dois pregadores metodistas que atuaram na comunidade naquele tempo - indica o elevado grau de aceitação que a Ordem teve entre os membros da igreja, e permite deduzir que não houvesse uma incompatibilidade expressa, moral

*termos da Carta Pastoral do Colégio Episcopal sobre a Maçonaria"*. Esses termos reproduzem disposições assemelhadas dos outros cânones vigentes desde o início do século XXI.

[13] Duncan A. Reily (REILY, 2003, p. 168-169), refere que a questão da filiação à Maçonaria era apenas um dos elementos em jogo, sendo um argumento utilizado pelos pastores brasileiros em sua luta contra os pastores americanos (estes, em sua grande maioria, maçons), pelo controle de determinados órgãos da estrutura da Igreja Presbiteriana, como o Colégio Mackenzie, situado na cidade de São Paulo.

ou doutrinária, pela opção ao ingresso em uma sociedade secreta. Essa aproximação sugere que, nessa localidade gaúcha, tenha se configurado também, em algum grau, a aliança tática entre protestantes, maçons e liberais, referida por VIEIRA, onde é estudado o período histórico imediatamente anterior ao lapso temporal aqui analisado. No entanto, as entrevistas utilizadas também referem a persistência de algum grau de dissensão, presente nas reservas demonstradas pelas mulheres evangélicas dos maçons em relação às atividades de seus maridos na Ordem. Esse ponto, bem como uma análise de como o grupo metodista se aproximou do Poder Público através do ingresso na Maçonaria, merecem estudos subseqüentes.

## Referências

BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovilio. *Assim vivem os italianos - Volume 2 - Religião, Música, Trabalho e Lazer*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1982.

CÂNONES DA IGREJA METODISTA 2017-2021. Disponível em <http://www.metodista.org.br/novo-canones-2017-2021-disponivel-para-download>. Acesso em 13/08/2017.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

COSTA, Rovilio et alii. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde D´Eu*. Porto Alegre: EST Edições, 2016.

COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. *Homens e Mitos na História de Caxias*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

DALLA CHIESA, Vicente. As vinhas da ira: o metodismo e a vitivinicultura na colônia italiana da serra gaúcha. In: RADÜNZ, Roberto; HÉREDIA, Vânia B. M. (orgs.). *140 Anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul - IV Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros* (Anais eletrônicos). Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

_____. O uso do italiano como língua litúrgica e de culto nas comunidades metodistas da região de colonização italiana do nordeste gaúcho (1887-1939). In: DE CARLOS, Antônio Luiz Grechi; RODEGHERO, Carla Simone (orgs.). *História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis (orgs.). *Migrações: religiões e espiritualidades*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; DOS SANTOS, Rodrigo; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). *Migrações históricas e recentes*. Lajeado: Editora da Univates, 2017.

DICIONÁRIO MAÇÔNICO. [S.l.]: [s.d.], [189-].

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha*. Porto Alegre: Editora Maçônica A Trolha, 1993.

DREHER, Martin N. *A Religião de Jacobina*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2016.

DUCATTI NETO, Antônio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST Edições/EDUCS, 1979.

FLORES, João do Prado. *A História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1937.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Parlenda, 1994.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina, 1975.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil (um estudo de caso)*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDUFJF/EDITEO, 1986.

PINZETTA, Álvaro Luiz. A criação da Diocese de Caxias do Sul. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*, Volume III. Porto Alegre: EST Edições/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

POLETTO, Darci. *Primeiras Pedras*. Bento Gonçalves: Edição do autor, 2014.

_____. *História e Origens*. Bento Gonçalves: Edição do autor, 2008.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.

SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil – Volume I, Dos primórdios à Proclamação da República (1835 a 1890)*. Rio de Janeiro: Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1982.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria, e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1980.

## Fontes orais utilizadas

*Entrevistas concedidas ao autor por Darci Poletto (29/08/2017), Maria Astolfi (07/02/2017) e Wanda Baccin Reschke (12/12/2015);
*Entrevista realizada por Darci Poletto com Camilla Schlichting em 1991.

# 8

# Um estudo de imigração portuguesa na primeira parte do século xx através das narrativas orais e das escritas autobiográficas

*Biane Peverada Jaques*[1]

## Introdução

É consensual a existência de diversos tipos de narrativas, entre elas, se pode citar: a literária, jornalística, cinematográfica, oral e de escrita autobiográfica. As duas últimas serão abordadas neste capítulo como importantes fontes históricas. Antes do mais, é preciso ressaltar algumas questões, a narrativa oral aqui utilizada parte da perspectiva da História Oral, atualmente já discutida de forma ampla na/pela historiografia (PORTELLI, 1996; ALBERTI, 2004; MEIHY & HOLANDA, 2011). Neste sentido, é entendida como,

> [...] uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Email: jaquesbiane@gmail.com.

> de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2008, p. 155).

Este trabalho surgiu a partir de pesquisa de mestrado da autora, já concluída. Naquele momento, o objetivo consistia em analisar a trajetória profissional de um indivíduo específico que imigrou na cidade de Pelotas no ano de 1922, era o senhor Maximiano Pombo Cirne. Para tanto, uma das etapas da pesquisa consistia na realização de uma entrevista, utilizando a metodologia da História Oral com o filho deste imigrante.

Através de uma abordagem temática, aquela que "[...] se dispõe à discussão em torno de um assunto central definido" (MEIHY & HOLANDA, 2011, p. 39), foi realizada a entrevista com o filho de Maximiano, também denominado Maximiano. O assunto abordado, de acordo com os objetivos do projeto, consistia principalmente nos aspectos, enquanto imigrante, da trajetória do pai do narrador. Entretanto, foi no final da entrevista, quando os gravadores já haviam sido desligados, que ele compartilhou uma informação extremamente valiosa. Que possuía sob sua salvaguarda um "monte de recortes de jornal e documentos velhos" de Maximiano.

Este montante de documentos constitui, atualmente, o que ficou denominado de "Arquivo Pessoal Privado de Maximiano Pombo Cirne (1910-1992)". Este corpo documental é entendido como um espaço de construção autobiográfica. Boa parte da documentação ali encontrada se trata de narrativas, basicamente, uma *escrita de si* (GOMES, 2004) feitas pelo próprio Maximiano.

Independente de se tratar de narrativas orais ou escritas autobiográficas, é preciso levar em consideração, no momento da leitura e análise destas fontes, o que foi denominado por Pierre Bourdieu (2006) de *ilusão biográfica*. Que é, a ideia de uma narrativa coerente e homogênea. Ilusória porque já é consensual entre os historiadores e historiadoras, que trabalham com análises

biográficas (KARSBURG, 2012; SCHMIDT, 2004), que não existem histórias de vida completamente lineares. Cada indivíduo possui um universo extremamente amplo de possibilidades, escolhas e ações, rompendo com a utopia de linearidade e coerência biográfica.

> Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Neste capítulo, serão abordadas dois tipos de narrativas: a primeira oral e a segunda de escrita autobiográfica. Aqui serão tratadas e apresentadas de forma conjunta no diálogo uma com a outra para a contribuição da constituição do conhecimento histórico acerca da imigração portuguesa, na primeira parte do século XX. Para tanto, foi tratado, em específico, parte da trajetória de vida de um imigrante luso na sociedade pelotense, Maximiano Pombo Cirne, utilizando como fonte os dois tipos de narrativas citadas. Abordando desde o seu processo imigratório até as questões referentes ao falecimento de sua mãe. Como já foi mencionado, este trabalho compõe parte da pesquisa de mestrado da autora (JAQUES, 2017), que teve a dissertação defendida no início de 2017 na Universidade Federal de Pelotas.

***

Ainda que não seja objetivo deste texto tratar de toda a história de vida de Maximiano, é interessante realizar um breve histórico acerca da sua trajetória. Explicando quem foi este sujeito e os motivos pelos quais o estudo do seu percurso pode contribuir

para os estudos de imigração portuguesa, durante o século XX no sul do Brasil.

Maximiano Pombo Cirne nasceu no ano de 1910, no distrito de Aveiro, em Portugal. Pouco mais de uma década depois, acompanhado de sua mãe e a chamado do pai, Maximiano aportava no Brasil. Tão logo chegou a Pelotas tomou contato com o jornal da cidade *Diário Popular,* do qual, desde então, se tornou um assíduo leitor. Em 1934, depois de um período em Portugal e de volta a Pelotas, iniciou sua atividade profissional com pequenas colaborações voluntárias naquele jornal. Maximiano possuiu, até seu falecimento no ano de 1992, uma estreita ligação com o *Diário,* fato que pode ser observado pelas inúmeras referências feitas a ele pelo jornal.

No ano de 1937, após uma grave crise de caráter financeira no *Diário Popular,* fez eclodir sua suspensão pelo Governo Vargas. Maximiano passou a trabalhar na Associação Comercial de Pelotas até se tornar diretor geral em 1938. Posteriormente, com seu retorno a Portugal iniciou, durante um breve período na Universidade de Coimbra, a faculdade de Direito. No entanto, foi em 1935 já em Pelotas que iniciou sua formação acadêmica enquanto Bacharel em Direito, concluída no ano de 1940 na Faculdade de Direito de Pelotas.

Depois de mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o processo de naturalização que havia instaurado, começou a atuar profissionalmente como advogado em causas trabalhistas. No retorno a Pelotas passou a consultor jurídico da Associação dos Proprietários de Imóveis da cidade. Mais adiante, em 1951, foi quando iniciou sua carreira política candidatando-se pela primeira vez a vereador na cidade de Pelotas. Em 1956 tornou-se vice-cônsul de Portugal até pelo menos a metade da década de 1980. Ainda neste período contribuiu para a fundação do Lions Clube de Pelotas, foi gerente do banco português da cidade e atuou de forma efetiva nas questões relacionadas à Sociedade de Beneficência Portuguesa.

Como pode ser observado, é absolutamente inegável que durante toda a sua vida Maximiano esteve inserido em um contexto de sociabilidade específico e favorável. Isto possibilitou que conhecesse e se relacionasse com diversos indivíduos, cunhando uma rede de sociabilidade complexa. Foram suas relações pessoais e profissionais as possibilitadoras de sua ascensão social-profissional, tornando-o um *proeminente imigrante* (SCOTT, 2001). Foi levado em consideração que Maximiano possuía uma posição política, social e econômica, privilegiada para atuar em diversas questões da sociedade em que viveu. No entanto, o relevante para a pesquisa não foi o fato dele fazer parte ou não de uma elite em Pelotas. O objetivo foi focalizar nas ações e relações sociais e profissionais em que atuava enquanto sujeito histórico.

***

A passagem acima, que trata sobre o histórico de Maximiano, foi realizada, utilizando como base as fontes impressas do seu arquivo pessoal privado, como documentações de cunho burocráticas e periódicas. No entanto, e é este o fator relevante a critério deste trabalho, também através das narrativas de escritas autobiográficas e da história oral. Ambas não foram e nem devem ser entendidas para preenchimento de lacunas de informações. Sim, como fontes produtoras do conhecimento histórico tão relevantes quanto as demais. Sua autenticidade não pode e nem precisa ser verificada, afinal, quando se analisa narrativas,

> O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de 'excesso de sentido do real pelo vivido', pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o

> leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo (GOMES, 2004, p.15).

Na observação da passagem abaixo é possível identificar algumas questões relevantes para análise. Era o ano de 1980, em uma edição comemorativa pelos noventa anos do *Diário Popular*, Maximiano havia sido convidado para escrever um artigo contando sobre sua passagem pelo jornal.

> *É sempre grato, aquém já passou a casa dos 70, recordar os momentos mais marcantes de sua vida.*
> *Não digo isto por considerar-me velho. É que, com o passar dos anos sente-se necessidade de mostrar o que fomos e fizemos, desinteressadamente, apenas acalentados por um ideal* (DIÁRIO POPULAR, 1980).

Observa-se o tom nostálgico de todo o texto, de quem "recorda" pela "necessidade de mostrar o que fomos e fizemos". Afinal, como coloca Candau, o "[...] indivíduo sabe que, uma vez que a profundidade de sua própria memória não vai além de duas ou três gerações ele mesmo será totalmente esquecido algum tempo após sua morte" (CANDAU, 2011, p. 139). Dessa forma, "recorda", não de forma "desinteressada" como afirma, mas de fato "acalentado por um ideal". O que, naquele momento consistia em apontar como se deu sua ascensão, de forma próspera, em diversos aspectos de sua vida.

Ao mesmo tempo em que afirma não considerar-se velho por recordar "já na casa dos 70", os momentos tidos como "mais marcantes de sua vida", aponta em tom despreocupado pouco mais adiante no mesmo texto: "*Como passa depressa o tempo... Estou a ficar velho...*"(DIÁRIO POPULAR, 1980).

De fato, em 1980, já fazia 58 anos desde que Maximiano emigrara aos 12 anos de Portugal para o Brasil. Ele não foi o único, em 1922, emigraram de Portugal para o Brasil 28.622 pessoas (SIMÕES, 1934). Este processo de transferência, constante desde o século XVI (PEREIRA, 1981), pode ser visto como resultado do baixo nível econômico e social da população que por sua vez é o efeito de um crescimento econômico lento devido a fraca industrialização (REIS, 1987) e o predomínio das atividades agrárias no país na virada do século XIX. Eram as remessas de dinheiro dos emigrados para o Brasil no início do século XX que dava suporte financeiro ao Estado português (PEREIRA, 1981). Neste sentido, a emigração diminuiria, inclusive, o desemprego enquanto problema social e servia como válvula de escape para a tensão do incipiente movimento sindical operário e camponês de Portugal (PEREIRA, 1981).

De 1815 a 1911 a população portuguesa havia duplicado, passando de cerca de 2.928.420 para 5.547.708 habitantes (NOGUEIRA, 1998, p. 22).

> Paralelamente a este crescimento houve uma considerável melhora nas condições gerais de vida em Portugal cujos indicadores são o crescimento urbano, a construção de estradas de ferro e a formação de centros industriais. No entanto esse crescimento não foi suficiente para permitir que se absorvesse o excedente de população. O país continuava pobre (NOGUEIRA, 1998, p. 22).

Mesmo com algumas restrições implementadas pelo governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, o grande movimento emigratório para o Brasil permanece até 1930 (PEREIRA, 1981). O período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX foi palco de uma maciça entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, entre eles os de origem portuguesa como Maximiano. No entanto, existem poucos estudos sobre a temática atualmente, principalmente no que se refere a região sul do Brasil. “O estudo dos

imigrantes portugueses deve procurar fontes que permitam recuperar a trajetória destes indivíduos, que de outra forma estarão diluídos na população brasileira em geral" (SCOTT, 2001, p.4). É neste sentido que a análise de narrativas pode contribuir para,

> [...] o estudo de trajetórias individuais ou de grupos, [e] enquanto perspectiva metodológica garante a constituição de um cenário social de práticas e compreensões possíveis. É, portanto, essa realidade de caminhos diferentes, escolhas e ideias opostas e partilhadas que temos que recuperar em nossas análises sobre a imigração para o Brasil (VENDRAME, 2015, p. 220-221).

A cultura portuguesa no Brasil não pode ser compreendida separadamente da questão imigratória. "De fato foram praticamente cinco séculos de presença portuguesa, primeiro como colonizadores, depois como 'assimilados' e finalmente como imigrantes, construindo uma 'tradição' cultural vinculada aos grupos de portugueses que se estabeleceram na nova terra" (NOGUEIRA, 1998, p.18). Neste sentido, o imigrante representaria a modernidade.

O processo emigratório constitui-se enquanto uma longa viagem, há sempre uma partida, um trânsito e por fim, uma chegada (CONSTANTINO, 2007). O que poderia ser "[...] definido como um simples deslocamento no espaço, influencia indivíduos, configura grupos sociais e modifica estruturas" (CONSTANTINO, 2007, p. 395). Neste mesmo sentido, Antonio de Ruggiero afirma que a imigração representa um trauma, "um momento de ruptura fortíssimo dentro da identidade familiar. É como se a partir de uma nova vida em um país estrangeiro, se rompessem em parte os laços com o passado e se formassem novas raízes familiares [...]" (DE RUGGIERO, 2015A, p. 118).

O processo emigratório para o Brasil representava uma importante estratégia familiar e de reprodução social (SCOTT, 1999). "A variabilidade das escolhas e das trajetórias migratórias – individuais ou coletivas – permitem acessar uma determinada

realidade social e cultural, apontando para um contexto de infinitas outras possibilidades" (VENDRAME, 2015, p. 204). No processo de transferência os emigrantes passam a ser encarados como atores sociais, protagonistas da sua própria história, que muitas vezes buscam se apoiar em amplas redes de relações. Servidas para adquirir informações seguras referente às possibilidades de trabalho e outras vantagens no além-mar (VENDRAME, 2015).

Todo o processo de transferência dos emigrantes, ainda que possuam suas singularidades, permitem que sejam observadas algumas lógicas de percepção e funcionamento do grupo social. Existem uma série de estratégias que são frequentemente colocadas em funcionamento no processo emigratório. Cada grupo familiar, de acordo com suas características e recursos disponíveis, elabora suas escolhas de deslocamento através de contatos interpessoais.

Infelizmente existe pouquíssima informação referente ao período de transferência de Maximiano e sua família para o Brasil. No entanto, através de referências sutilmente pinçadas no arquivo dele e principalmente na entrevista de História Oral com seu filho foi possível observar que, inicialmente, foi o pai de Maximiano que emigrou. Chamou, apenas posteriormente ao seu estabelecimento em Pelotas, a esposa e filho.

> *Ele veio para cá [Manoel, pai de Maximiano], colocou um armazém [...] daí ele chamou o filho que tinha na época dez anos aproximadamente. Veio para trabalhar com o pai [...]* (CIRNE, 2013).

Manoel havia chegado ao Brasil alguns anos antes, em decorrência da Primeira Guerra Mundial quando Maximiano desembarcou no porto da cidade de Rio Grande-RS no dia 2 de fevereiro de 1922. "Agora, a identidade de cada indivíduo se forma através de um processo de relacionamento com o passado, com os antecessores e, sobretudo, no caso da imigração, com a experiência

familiar dos pioneiros que chegaram" (DE RUGGIERO, 2015A, p. 118).

Toda a década de 1920 pode ser considerada como um período de grande efervescência na sociedade brasileira. O sistema oligárquico apresentava sinais de enfraquecimento e a eclosão de graves conflitos no seu interior evidenciava este esgotamento. O país passava por uma fase de transição, cujas rupturas mais drásticas seriam concretizadas mais tarde com o movimento de 1930 (FERREIRA & PINTO, 2011).

Naquele momento Maximiano passava a entrar em contato com uma sociedade diferente da que estava acostumado. Em relação à iluminação elétrica, por exemplo:

> *[...] coisa nova para mim, que procedia de pequenina aldeia portuguesa da Beira Litoral, da região marinha de Aveiro, onde as dependências da casa em que nascera eram iluminadas pela candeia de azeite* (DIÁRIO POPULAR, 1980).

Devido à circunstância de partida e chegada ao país, sem grandes dificuldades, Maximiano teve a oportunidade de encontrar no Brasil,

> *[...] uma terra hospitaleira, desta linda e florescente cidade de Pelotas, admirada por todo Rio-Grandense que se presa [sic]* (A LUZ, 1929).

Ao passo em que a maior parte dos imigrantes de outras nacionalidades dirigia-se, no caso de São Paulo, por exemplo, para as fazendas de café, o imigrante luso na maioria das vezes, optava por dedicar-se a outras atividades. O comércio era a principal delas (SCOTT, 2001) e, portanto, a instalação em meio urbano era frequente. Antonio de Ruggiero verificou, em relação à região fronteiriça do Rio Grande do Sul, uma presença européia atraída principalmente por relações comerciais privilegiadas por se encontrarem em região de fronteira (DE RUGGIERO, 2015B). Sendo

assim, se pode afirmar que Pelotas possuía um forte processo de imigração espontânea no meio urbano durante a metade do século XIX (DE RUGGIERO, 2015B). Esse processo pode ser verificado ainda no início do século XX através da imigração de Manuel.

> *Ele [Manoel] veio para cá colocou um armazém na, hoje é Santos Dumont, esquina Voluntários, armazém Cristal. Dizem que era um armazém muito forte, armazém de secos e molhados [...]* (CIRNE, 2013).

O que se sabe, sobre os primeiros anos em que Maximiano esteve no Brasil é que permaneceu no país durante seis anos como "caixeiro" do mercado de seu pai. Foi quando, em 1928, por motivações pessoais, decidiu retornar a Portugal.

> *Veio para trabalhar com o pai como caixeiro da venda, entregando as compras de carroça, balaio. E ai aqui ele ficou um bom período até que ele quis estudar, o meu avô dizia que não havia necessidade de estudar porque ele tinha todas as condições de continuar com o trabalho que ele tava tendo e com o negócio. Mesmo assim ele insistia em estudar e, começou a estudar escondido a noite no colégio Universal, que é na Biblioteca Pública, funcionava na Biblioteca Pública. Dizia que ia dormir pulava a janela, estudava, voltava. Nisso o meu avô pegou ele duas vezes, estudando durante o dia atrás de sacos de arroz, de grãos, rasgando os cadernos e como ele dizia dando uma "taria" de laço nele. Até que na terceira vez ele disse, ou tu fica no Brasil e trabalha ou te mando para Portugal, e ele retornou para Portugal* (CIRNE, 2013).

Pode-se observar neste trecho da entrevista realizada com o filho de Maximiano diversas questões relevantes. Como já foi mencionado, ele havia emigrado para o Brasil a pedido do pai para trabalhar no mercado da família. Sua função, como fica clara na passagem, era a de "caixeiro", entregando as mercadorias compradas pelos clientes. Não se sabe se ele recebia algum tipo de pagamento pelo serviço, a mão de obra familiar muitas vezes não costuma ter uma remuneração adequada. Naquele período como se

observa na passagem a seguir, ele, diferente dos demais indivíduos os quais convivia em Portugal, já dominava o artifício da leitura.

> *[...] desde os 10 anos me havia habituado a ler o semanário da minha terra ou um que outro jornal do Porto ou Lisboa, em voz alta, junto à lareira, após a ceia, para os familiares e trabalhadores da lavoura, quase todos analfabetos* (DIÁRIO POPULAR, 1980).

Não existe como elencar ao certo os motivos pelos quais Maximiano decidiu continuar os estudos depois de emigrado para o Brasil. Inicialmente não possuía o apoio do pai, pode-se inferir que Manuel acreditava, de forma relativamente satisfatória, que seu negócio deveria ser suficiente para manter financeiramente a família, entretanto, necessitaria da dedicação exclusiva do filho.

O curso noturno da Biblioteca Pública em Pelotas era voltado para trabalhadores nacionais brancos ou negros e imigrantes desamparados, ou seja, para as classes populares (PERES, 1995). Não era de se esperar que o filho de um comerciante, ainda que imigrante, frequentasse o curso noturno da Biblioteca Pública naquele período. No entanto, como Maximiano insistia em manter os estudos, procurava escapar de casa à noite para ir ao colégio destinado para as classes populares da cidade.

De acordo com a entrevista ele foi descoberto pelo pai em mais de uma ocasião, então, recebeu as seguintes opções: para permanecer no Brasil deveria trabalhar no mercado da família, caso contrário, deveria retornar para Portugal. Maximiano decide, em 1928, pelo retorno à terra de origem.

No dia da partida, à bordo do Alcidio, Maximiano escrevia um texto, que, mais tarde seria publicado no jornal *A Luz,* em Pelotas. A redação do periódico, antes de publicar a carta, fazia a seguinte apresentação:

> *De nosso bom amiguinho, Maximiano Cirne, que se acha atualmente em estudos no Grande Colégio Universal, no Porto*

> *(Portugal), recebemos apreciada cartinha, pedindo-nos uma assinatura d'A Luz.*
> *Maximiano Cirne, goza aqui de íntimas relações, principalmente no seio dos acadêmicos de comércio [...].*
> *Em nossa página principal, publicamos o seu "Adeus!" aos inúmeros amigos que aqui deixou, bem como á uma gentil menina, por quem o seu coração de jovem não cansa de bater* (A LUZ, 1929).

Na carta, ele afirmava que:

> *[...] o destino, este cruel destino, fez com que neste momento eu abandonando também a mulher que amo, aquela que tinha eleito para rainha do meu coração.*
> *Cruel destino!...*
> *Oh! Quem não sente saudades de tudo isso no momento da partida?*
> *– Adeus, cruzeiro do sul!...*
> *– Adeus, terras Brasileiras!...*
> *– Adeus, sinceros amigos!...*
> *– Adeus, Princesa, vou partir* (A LUZ, 1929).

Através da observação dos trechos acima, se pode perceber que no retorno a Portugal, Maximiano apontava como responsável pela partida o "destino, este cruel destino", ele se expressou usando também as palavras "abandonando" e "saudades". Portanto, é possível inferir que, Maximiano, apesar de, teoricamente, ter tido a oportunidade de escolher retornar para Portugal, não o fez de forma discriminada. Despedia-se com pesar e utilizando a palavra "princesa", possivelmente em duplo sentido, para se referir à menina a quem amava e a cidade que lhe recepcionara.

A carta de Maximiano foi publicada na página principal do jornal reafirmando o que o próprio redator escrevera, que lá, "gozava de íntimas relações" as quais mais adiante, seriam fortificadas. Seu retorno a Portugal foi em 1928 e, quando a carta foi noticiada em 1929, ele já se encontrava estudando no Grande Colégio Universal do Porto. É válido ressaltar que se trata de um colégio de ensino particular e, não existem referências de que

Maximiano desenvolvia alguma atividade remunerada naquele período. Dessa forma, é possível pressupor que a efetuação do pagamento de seus estudos e estadia em Portugal era feito por seu pai.

Nota-se, portanto, que seu retorno à terra de origem provavelmente pressupunha de fato a retomada dos estudos do ensino liceal, que era dividido em dois ciclos, seguidos de um curso complementar em letras ou ciências. Afinal, recebeu o diploma do curso complementar de Letras do Liceu Alexandre Herculano em 1933, e posteriormente passou a cursar Direito na Universidade de Coimbra por alguns semestres antes de, mais tarde, retornar ao Brasil.

**Figura 1. Maximiano Pombo Cirne 1929/1930 em Portugal**

**Fonte:** Arquivo Privado de Maximiano Pombo Cirne

Em relação ao retorno de Maximiano ao Brasil, também não se tem muitas informações, pois são poucas as referências sobre isso. Uma das raras menções sobre sua volta foi obtida através da entrevista de história oral com seu filho. Na passagem é apontado como motivo do retorno de Maximiano para o Brasil o falecimento da mãe.

> *Ele terminou o liceu entrou para a universidade para o curso de direito lá na universidade de Lisboa em Portugal e ai quando ele estava no terceiro para o quarto semestre aproximadamente ele é chamado pelo pai porque a mãe que estava no Brasil estava doente em fase terminal com câncer. Ele retorna para o Brasil [...]* (CIRNE, 2013).

No que se refere a este tipo de situação, Candau (2011) faz uma consideração interessante,

> A perda é um dado antropológico universal: desde o nascimento, irremediavelmente e sem esperança de domesticá-la, todo ser humano faz dela sua companhia obrigatória, abandonando sucessivamente a juventude, a saúde, os amigos, aos pais, os amores, as ilusões e ambições, antes de perder-se a si próprio. A maneira pela qual os grupos e indivíduos fazem frente à perda nos informa sempre sobre o jogo da memória e da identidade no interior da sociedade considerada, em particular quando se trata de heranças do passado (CANDAU, 2011, p.189).

Era final de dezembro de 1929, Maximiano escrevia as seguintes palavras ainda na cidade do Porto em Portugal:

> *– Oh! minha mãe, minha mãe!...*
> *– Porque me deixaste tão só, partindo para a morada Celeste?*
> *– Tu mal sabes, ó mãe, desde o dia em que partiste, como tudo esta mudado. Teu filho abandonou a terra hospitaleira onde estava, indo para a sua pátria frequentar os doces templos de Minerva, e hoje, vivi sem amparo, sem bastão amigo onde se possa amparar, vive no meio da multidão, sujeito a ser atraído para o abismo da*

> *desgraça, para os bacanais, para a lama, do mundo moral que corrompe os dons altruístas dum coração.*
> *Mas dize... porque não me respondes quando por ti chamo... não me ouve?*
> *– Acaso não retribui aos teus carinhos com beijos que só um filho sabe dar a uma mãe?*
> *[...]*
> *– Mas que hei de fazer agora?*
> *– Conformar me com a tua bondade, ó Onipotência Divina.*
> *– Ai! que triste a sina minha!...*
> *– Ai! que triste o fado meu!.* (A LUZ, 1930).

Estas palavras permitem inferir que Maximiano possuía uma forte relação com a mãe, Maria José. Fato que pode ser (re) assegurado devido ao tempo em que permaneceram sozinhos, sem Manuel, em Portugal. Pode-se afirmar que grande parte da infância de Maximiano, no período anterior a sua emigração, ele havia convivido pouco tempo com o pai. Como afirma Candau (2011), a perda influencia a vida dos indivíduos, no caso de Maximiano, por exemplo, se pode inferir, através das informações encontradas nas fontes, que foi um dos fatores culminantes para o seu retorno ao Brasil. De fato, depois do falecimento da mãe, o local de residência fixa de Maximiano variou apenas dentro do território nacional brasileiro. Neste sentido, a perda pode influenciar as identidades do sujeito, afinal, elas

> [...] não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de 'traços culturais' – vinculações primordiais – mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócio situacionais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de 'visões de mundo' identitárias ou étnicas (CANDAU, 2011, p. 27).

Existe, atualmente, um relativo consenso entre os pesquisadores ao afirmar que a memória e a identidade são construções sociais que acontecem em uma relação dialógica com o

*outro* (CANDAU, 2011), marcada pela diferença (WOODWARD, 2014). "A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética de que da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente uma na outra para produzir uma trajetória de vida [...]" (CANDAU, 2011, p. 16). Neste sentido, é possível afirmar que Maximiano deve ser considerado enquanto um sujeito plural, afinal, possuiu durante toda a sua trajetória, nem sempre de forma homogênea, uma série de identidades.

## Considerações finais

Este capítulo buscou apontar a potencial existência entre o diálogo de narrativas orais e de escrita autobiográficas para a constituição do conhecimento histórico, em específico para os estudos de imigração. Afinal, cada vez mais se tem discutido a importância da utilização de fontes de caráter diverso das usuais, para a (re) construção das trajetórias de imigrantes enquanto sujeitos, entre eles, os portugueses (SCOTT, 2001).

"No processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si, a lembrança não é a imagem fiel a coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida" (CANDAU, 2011, p. 65). Neste sentido, não se deve pensar que as narrativas, oral e de escrita autobiográfica, aqui apresentadas, foram repositórios fiéis da lembrança do acontecimento passado.

Como já foi observado, neste trabalho, procurou-se tratar apenas de uma parte muito específica da trajetória de Maximiano, aquela correspondente aos anos iniciais do seu processo imigratório até o falecimento de sua mãe. Uma discussão mais ampla e problematizada foi realizada no trabalho de dissertação da autora (JAQUES, 2017). Sendo assim, é válido ressaltar que a história de vida de Maximiano é muito mais complexa do que o explorado nestas poucas páginas.

Foram apresentados somente alguns dos percursos realizados por Maximiano, nas primeiras décadas de sua vida. Ele atuou de acordo com as possibilidades que lhes haviam sido ofertadas e também com a falta delas. Naquele período ele não teria como imaginar a totalidade da dimensão das suas "escolhas" mas, foram elas que permitiram sua inserção no universo jornalístico e, mais tarde, no campo jurídico possibilitando sua ascensão profissional que, por sua vez o tornaria, mais adiante, um imigrante com características proeminentes (SCOTT, 2001).

## Fontes de pesquisa

ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Adeus!. *Recorte de Jornal*. A Luz. Pelotas, 23 de março de 1929.

ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. MÃE!... *Recorte de Jornal*. A Luz. Pelotas. 08 de fevereiro de 1930.

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. *Entrevista de História Oral Temática,* concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2013.

Minha passagem pelo "Diário Popular". *Diário Popular*. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., pp. 2 e 3.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* Rio de Janeira: FVG, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In.: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 155-202.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade.* São Paulo: Contexto, 2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In.: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Orgs.). *Coleção Geral do Rio Grande do Sul - República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo: 2007, pp. 395-418.

DE RUGGIERO, Antonio. O laboratório de história oral da PUCRS e algumas reflexões sobre a utilização da oralidade para estudos migratórios. *Confluências Culturais*. V. 4, N° 2, pp. 114-122, set. 2015 A.

DE RUGGIERO, Antonio. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: Perspectivas de pesquisa. In.: VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz & FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, pp.162-181, 2015 B.

GOMES, Angela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JAQUES, Biane Peverada. *"Eis, ai, como tomei contato com o diário"*: ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922/1949. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017, 119p.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O Eremita do Novo Mundo:* a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869). Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, 480p.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. *História Oral:* Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como Nossos Pais:* uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1998, 157p.

PEREIRA, Mirian Halpem. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

PERES, Eliane. *Templos de Luz:* os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense 1875-1915. Porto Alegre: UFRGS,

1995. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 178p.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. *Tempo,* Rio de Janeiro, vol. A, n.2,, 1996, p. 59-72.

REIS, Jaime. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870, 1913. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII (96), pp. 207-227, 1987.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). Congreso de Historia Económica de Zaragoza. 2000, SESION: *LAS MIGRACIONES A AMERICA*, Universidad San Pablo-CEU, Madrid, pp. 1-28, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Vol.6. Colecção de Monografias, Guimarães: NESP/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso**.** *Em busca da terra da promissão:* a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

VENDRAME. Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In.: VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz & FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração.* São Leopoldo: Oikos, pp. 200-223, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.

# 9

# Uma francesa presidente de uma fábrica de champanhe no Brasil: sua trajetória

*Martha Lemieszek*[1]
*Ana Maria Greff Buaes*[2]

## Introdução

> "Nas entrevistas de história oral de vida, as perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos {...} a riqueza de detalhes favorece uma gama enorme de temas que, em conjunto, enriquecem a percepção da vida social brasileira". (MEIHY, 1996, p. 48)

No mundo de hoje, onde as transformações são rápidas e a comunicação é instantânea, busca-se o que se pode chamar uma "ancoragem", na tentativa de estancar o tempo, evitando assim que o passado se perca.

Um sintoma dessa conjuntura em que a memória se tornou uma preocupação social e cultural é a constituição de espaços, instituições de preservação e celebração dos vestígios do passado

[1] Formada em Direito e História pela PUCRS. Advogada exerceu suas funções na Procuradoria do IPERGS. É pesquisadora voluntária do Laboratório de História Oral da PUC-RS.

[2] Graduação em Odontologia UFRGS e História PUCRS. Pesquisadora voluntária do Laboratório de História Oral da PUC-RS.

mediante a proliferação de museus, bibliotecas, centros de documentação e memoriais.

Há o desejo de tudo guardar, conservar documentos, fotos, objetos e entrevistar a todos que tenham histórias a contar.

As entrevistas de História Oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado e, ao lado de memórias, documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretaram acontecimentos em suas vivências numa sociedade.

Daí a importância da História Oral como metodologia, desenvolvida no último quarto do século XX em caráter renovador. Trata-se de um trabalho sistemático de recuperação e registro da memória. Ao explicitar o método indiciário, Ginzburg já afirmava que pequenos indícios podem funcionar como chaves para o conhecimento de realidades históricas e ainda que um sujeito, por si mesmo, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de uma camada social inteira, num determinado período histórico. (GINZBURG, 2006)

Assim, utilizando como metodologia a História Oral, o presente trabalho foi pautado pelas técnicas preconizadas por Thompson e Meihy, com a finalidade de obter não só a história de vida de Nicole Louise Marguerite Trouiller Thomé, como também o modo de vida numa cidade de colonização italiana na década de 1950, quando da sua chegada ao Brasil e na década de 1980, quando assumiu a presidência da fábrica George Aubert. (THOMPSON,2002)

## A trajetória

Nicole nasceu em Valence, cidade ao sul da França em 1943, sendo filha única do casal Gilbert Trouiller e Odette Eugenie Victoria Gremeaux.

Quando tinha sete anos, seu pai, que ela define como um aventureiro resolveu tentar a vida em outro país. Gilbert vinha de

uma família de comerciantes, mas estava insatisfeito com essa condição e resolveu que iria tentar a vida em outro lugar que poderia ser o Canadá, Chile, Argentina ou Brasil. Através do jornal local anunciou sua vontade de montar um negócio fora da França. Conseguiu a adesão de três investidores.

Como havia estudado no colégio dos maristas em Valence, na dúvida do que fazer exatamente, foi aconselhar-se com os padres quanto ao ramo de negócios que poderia, juntamente com os outros investidores, desenvolver fora da França. Nessa ocasião, fazia noviciado naquela cidade, o Irmão José Otão, natural de Garibaldi. O encontro foi decisivo para definir como destino o Brasil, especificamente a cidade de Garibaldi, terra natal do religioso que posteriormente foi Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Gilbert não era vinicultor, mas deixou-se guiar pelo espírito aventureiro. Tudo acertado com os demais investidores e com o apoio dos irmãos maristas, vendeu seus pertences na França e adquiriu todo o maquinário necessário para a montagem da fábrica de champanhe.

## A chegada ao Brasil e a recepção por parte dos habitantes de Garibaldi

Garibaldi, situada a 110 quilômetros de Porto Alegre, na região de colonização italiana, foi instalada como colônia em 1870, ainda no Império. Recebeu a denominação de Colônia Conde D'Eu, elevada à condição de município e desmembrada de Bento Gonçalves em 1900, passou a chamar-se Garibaldi. (www.garibaldi.rs.gov.br em 14/08/2017).

Rua Buarque de Macedo em 1900: na ocasião da fotografia, Garibaldi ainda era denominada como Colônia de Conde D'Eu. (https://pt-br.facebook.com/Garibaldi-Fotos-Históricas)

(https://pt-br.facebook.com/Garibaldi-Fotos-Históricas)

As colônias italianas no Rio Grande do Sul foram fundadas sob o regime da pequena propriedade e o trabalho era executado pela mão de obra familiar.

A produção agrícola das colônias sempre foi diversificada, mas com o passar do tempo a implantação das vinhas e o respectivo progresso da vinicultura tornaram-se um nicho de mercado bastante lucrativo, acelerando a economia a ponto de tornar-se uma cultura permanente e principal produto comercial da região. (HERÉDIA, 2014, p. 127)

Anteriormente à chegada dos investidores franceses em Garibaldi, já estavam instaladas na região a fábrica de bebidas Dreher, em Bento Gonçalves, a Peterlongo, fundada em 1913 em Garibaldi, que também, dentre outras bebidas, produzia champanhe, além de outros pequenos fabricantes, especialmente de vinhos.

Em outubro de 1950 chegava a Garibaldi o grupo de franceses com o objetivo de montar uma fábrica de champanhe que em breve entraria em operação. Estabeleceram os sócios que a empresa levaria o nome de um deles, Georges Aubert, pois o nome do sócio majoritário, Gilbert Trouiller era de difícil pronúncia para os brasileiros.

Como a fábrica de bebidas Dreher não produzia champanhe, os novos empreendedores fizeram contato com a Dreher para que os representantes comerciais daquela empresa os pudesse representar também em outros estados do território nacional, vez que inexistia concorrência de produto. Tal iniciativa foi importante e resultou em agilidade na comercialização e distribuição da nova champanhe que chegava ao mercado.

O processo de fabricação da champanhe Georges Aubert e da região de um modo geral, era o chamado “charmat”. O vinho-base era levado a fermentar a uma temperatura de 13 a 15 graus centígrados em recipientes de aço inox, as chamadas autoclaves, com capacidade de 5 a 10 mil litros para depois ser engarrafado e distribuído.

## A narrativa sob a ótica de Nicole Trouiller Thomé

Em 1950, quando da chegada das quatro famílias de franceses a Garibaldi, Nicole era ainda uma criança de sete anos e tudo que sabia sobre o Brasil era o que seu pai contara: que era um país onde fazia muito calor e de natureza exuberante, com muitas florestas, animais, inclusive muitos macacos. A narrativa encantou a menina que sonhava em ter seus próprios macacos.

Justamente por ser abordada sob a ótica de uma criança, a narrativa de Nicole é rica em detalhes que marcaram sua chegada ao país, as reminiscências permanecem vivas em sua memória e rica em detalhes, pois aos olhos infantis foram muitas as descobertas que, ao fim revelam como era a vida da cidade na década de 1950.

Na chegada as quatro famílias instalaram-se no hotel de Garibaldi onde, relata Nicole, não havia água encanada, os banhos eram "de lata" como chamou. Explicou que latas grandes eram penduradas na parede, furadas na parte de baixo e por cima, era colocada a água quente para os banhos. Nos quartos havia bacias para lavar o rosto e as mãos. A água usada dessas bacias era simplesmente jogada da janela para a rua e Nicole lembra que um hóspede, menos cauteloso, virou a sua bacia sem olhar para baixo, acertando em cheio a cabeça do cônsul francês que entrava no hotel.

Lembra ainda que aos domingos as famílias da cidade, depois da missa, costumavam passar pela frente do hotel "para ver os franceses". Era o programa dominical, já que despertavam muita curiosidade. Como seu pai era um homem comunicativo e educado, juravam que ele era um nobre.

Foto de Gilbert Trouiller em Garibaldi (esquerda) e a foto do passaporte da menina Nicole (direita), que na época tinha a foto do pai junto no passaporte da filha porque era menor de idade (Fotos do acervo da família)

Garibaldi tinha um colégio de freiras, o São José, e lá Nicole iniciou seus estudos regulares. A hora do almoço era dedicada ao aprendizado de português, já que o colégio tinha algumas freiras francesas. O surpreendente na narrativa é que a entrevistada afirma não se lembrar de um dia não ter falado português.

Recorda que as coleguinhas a tratavam muito bem e todos os dias voltava para casa com os chamados "santinhos" comemorativos e outras gentilezas. Assim, a inserção e adaptação de Nicole ao novo ambiente aconteceram de forma rápida e tranquila. O que não ocorreu com sua mãe que sentia muitas saudades da França e da mãe que lá deixara.

Colégio São José: escola onde Nicole estudou em Garibaldi. Fundado em 11 de fevereiro de 1901, com a chegada das irmãs Azélia Diorcet, Clotilde Zabrer e Dorothée Pachod, além da madre Paula Dunand, vindas da comunidade de Moutiers, na França.

## Os quarenta anos da Georges Aubert

Pouco depois da chegada a Garibaldi, dois investidores franceses desistiram de prosseguir no Brasil, retornando à França. Dando continuidade ao projeto Gilbert Trouiller, na condição de sócio majoritário e Georges Aubert que havia emprestado seu nome ao produto.

A atenção era voltada para a produção de champanhe, mas a empresa fabricava também, com sucesso, conhaque e anis, bem aceitos pelo mercado. Em seu apogeu a Georges Aubert contava com aproximadamente noventa funcionários e, por vinte e um anos liderou a venda de champanhe em todo território nacional.

Nas festas de fim de ano, os pedidos por champanhe aumentavam significativamente e, em consequência, a produção tinha de aumentar para atender à demanda. A matéria prima para fabricação do produto, a uva, era abundante na região, então, não havia problema de abastecimento. Existiam inúmeros fornecedores que concorriam entre si.

Durante todo esse período Nicole acompanhou de perto a empresa, observando o funcionamento entre autoclaves, garrafas de champanhe e rolhas, sempre na companhia do pai. Na entrevista concluiu: - “Meu pai foi um homem exitoso”.
Na afirmação de Halbwachs:

> À medida que a criança cresce, e, sobretudo quando se torna adulta, participa de maneira mais distinta e mais refletida da vida e do pensamento desses grupos dos quais fazia parte, inicialmente, sem disso aperceber-se (HALBAWACHS, 1990, p 71)

Nicole e o pai

A vida seguia seu curso. Aos dezesseis anos Nicole fora mandada para França para conviver durante um ano com parentes, talvez fosse pensamento de seus pais que ela não cortasse definitivamente suas raízes com o país natal.

De volta ao Brasil, foi cursar Secretariado em Porto Alegre e, posteriormente, contraiu núpcias com um médico, indo residir próximo a Garibaldi, em Carlos Barbosa.

A família de Nicole

Entretanto, precocemente, aos sessenta anos, Gilbert Trouiller veio a falecer no ano de 1981, de forma repentina. Nicole já tinha três filhos, mas mesmo nesse momento de dor, sabia que na condição de sócia majoritária e única filha, cabia a ela assumir o comando da empresa. O sócio Georges Aubert que viera para o Brasil com certa idade, já havia falecido. Agora a fábrica contava com alguns sócios minoritários. Cabia a ela assumir a condição de presidente da Georges Aubert, o que fez com determinação. Não havia alternativa e Nicole desejava muito não só cuidar do legado de seu pai, mas também, transmiti-lo aos seus filhos.

Percebera com clareza na vida adulta que seu pai a havia preparado para aquela passagem durante toda sua vida. Quando pequena, o acompanhava na fábrica e, mais tarde, quando, de forma casual comentava os problemas da empresa e de como os resolvia.

Nicole na presidência da Georges Aubert

## A francesa empresária

Nicole eleita presidente em assembleia com os sócios minoritários teria, daquele momento em diante, a Georges Aubert sob seu comando. Nas palavras de Nicole: “Nesta época não havia nenhuma mulher no ramo de vinhos por aqui e havia certa dificuldade das pessoas da colônia em lidar com uma mulher empresária, mas sempre fui respeitada. Penso que o fato dos homens me respeitarem nos negócios tinha muito a ver com o nome que meu pai tinha deixado”.

Na verdade, em toda entrevista Nicole referiu-se ao pai como um homem carismático, extremamente sociável e bem quisto na colônia.

Afirmou que o tratamento com os representantes comerciais de outros estados era mais fácil, principalmente com aqueles que vinham de cidades grandes como Rio de Janeiro e São Paulo.

Quanto aos problemas da fábrica em si, disse que eram resolvidos na medida em que surgiam em conjunto com os outros sócios, sem maiores embates. O ambiente, disse ela, era agradável. Cita na entrevista alguns percalços, como, por exemplo, em véspera de fim de ano, com muitas encomendas, as rolhas vieram com defeito e começaram a estourar durante o transporte. Mas, disse: "isso não foi um grande problema, foi logo resolvido.".

Outro problema inevitável era com os funcionários que gostavam de beber. Com eles, sim, as medidas tinham de ser enérgicas, pois não podiam continuar a trabalhar numa fábrica de bebidas. Por outro lado, não tinha problema de abastecimento, pois a matéria prima era abundante na região. Assim, a empresa que seu pai legara continuava a funcionar sob sua direção.

Ocorre, entretanto, que a partir de 1987 com a inflação em alta no Brasil, os negócios começaram a ficar difíceis. Nicole não tinha capital para investir na empresa.

Em 1990, assumia a presidência do Brasil, Fernando Collor que lançou um conjunto de reformas e planos com a finalidade de estabilizar a economia no país combalida pela inflação.

Segundo o economista Joal Azambuja de Rosa, Diretor Técnico da América Estudos e Projetos Internacionais e ex-presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, tais medidas, entretanto vieram a prejudicar determinados setores da economia, prejudicando a indústria e o comércio de determinados ramos. As principais medidas para estabilização da inflação foram acompanhadas de programas de reforma de comércio externo, a "Política Industrial e de Comércio Exterior". Essa política, dentre outras medidas de ordem econômica, afetaram diretamente a maioria das pequenas e médias empresas, como era o caso da Georges Aubert. Collor reduziu as restrições sobre as

importações, as chamadas barreiras tarifárias e com isso aumentou a concorrência o que tirou muitas empresas domésticas do mercado.

Esse tema é controverso entre os economistas, proteger ou não a indústria nacional. Existem economistas que defendem que deveria existir uma política industrial, senão por razões conceituais, pelo fato de que a experiência está a mostrar que depois da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, todos os países hoje desenvolvidos que protegeram e protegem suas indústrias, como foi o caso da Alemanha, Estados Unidos e determinados países asiáticos, tiveram êxito.

Em vários países vinícolas como a França, a Itália, Portugal, a produção das pequenas empresas é muito importante. O que as mantém na competição é a qualidade e o modo artesanal de produção que é protegido por políticas públicas. No Brasil não houve este cuidado.

Com a nova política as fábricas nacionais de um modo geral, começaram a sentir a concorrência das multinacionais e os negócios ficaram cada dia mais difíceis.

A Georges Aubert tornou-se inviável para Nicole sem dinheiro para investir. Tomou então a decisão de vender sua parte que foi adquirida por um grupo paulista, contrariando o desejo de legar a seus filhos a fábrica. Esse grupo não demorou a sentir as mesmas dificuldades e faliu. O prédio da Georges Aubert foi levado a leilão, tendo sido arrematado pela fábrica Tramontina que o demoliu, construindo em seu lugar um depósito.

Hoje, Nicole Trouiller Thomé vive em Porto Alegre, levando uma vida social muito ativa, fazendo parte de vários grupos e são muitos seus interesses como viajar, jogar baralho, saborear um bom vinho, herança talvez de seu passado quando aprendeu muito sobre vinicultura. Faz parte também de uma associação de mulheres cujo objetivo é degustar novos vinhos harmonizando com bons pratos.

Foto atual de Nicole

## Referências:

GINZBURG, Carlo. Queijo e os vermes. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

HALBAWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Paris: Ed. Vértice, 1990

HEREDIA, Vania. O Empreendedorismo na Economia Imigrante no Sul do Brasil in Imigrantes e Empreendedores na História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 127.

MEIHY. José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Fotos de Garibaldi disponível em: https://pt-br.facebook.com/Garibaldi-Fotos-Históricas. Acesso em 10/08/2017

Informações do Município de Garibaldi disponível em: www.garibaldi.rs.gov.br Acesso em 14/08/2017.

**10**

# Do gueto à glória: a trajetória de inserção e integração dos sírios e libaneses em Porto Alegre (1890-1940)

*Júlio C. Bittencourt Francisco*[1]

## Introdução

O Partido Republicano Rio-grandense, no poder desde 1891, pregava a manutenção das instituições sociais através da ordem e do progresso, suas máximas primordiais de cunho positivista. Tal base de progresso colocava o trabalho numa posição de privilégio, um contraponto à recente situação de indignidade representada pela escravidão. Desta forma, era necessário dignificar o trabalho para atingir o progresso. Pesavento, (1983, p.41) descrevendo a influência positivista na política da capital, diz que a situação política, com a Proclamação da República, representou um incremento na autonomia, na política da oligarquia e da burguesia local na definição de uma política de cada uma das regiões do país. Segundo a visão positivista, o trabalho é percebido como um fator de crescimento, e através dele se obtém o progresso necessário para manter um estado de equilíbrio na sociedade, composta por classes de interesses diversos.

[1] É professor da UFRGS/FABICO, doutor em História pela PUCRS, mestre em Memória Social pela UNIRIO, especialista em História do Direito no Brasil pela UNESA/RJ, Bacharel em Museologia (UNIRIO) e Advogado.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por um notável aumento da população de Porto Alegre, conforme ilustra a tabela abaixo. No período, a cidade registrou crescimento demográfico superior a São Paulo e Rio de Janeiro e, mesmo depois da crise do final dos anos 1920, seu crescimento continuou sendo maior do que o da maioria das capitais brasileiras. Edgar Carone (1975, p.162), fazendo uma análise da burguesia gaúcha de então, observa que, depois da Revolução de 1893, ela [parte dissidente da burguesia] passou a compor o governo, submetendo-se a ele. Ainda, de acordo com o mesmo autor (p.178), a classe média de Porto Alegre tinha formação mais complexa, sendo composta por segmentos das classes rurais decadentes, imigrantes, profissionais liberais e militares.

De Boni e Costa (1984, p.67) lembram que interessava ao governo, de inspiração positivista, apoiar a imigração e valorizar o trabalho livre. Este quadro, no entanto, era favorável e possivelmente pode ter atraído os mascates ou imigrantes árabes vindos de outras partes, instigados pelo desenvolvimento do mercado da capital do Rio Grande do Sul, apesar de terem sido vistos como figuras que escapavam ao conceito de modernidade, de acordo com os padrões positivistas da época, pouco representativos da ideia de progresso, uma vez que detinham práticas antiquadas de comércio. Observe-se, contudo, o notável crescimento populacional da cidade nas primeiras décadas do século XX, conforme ilustra a tabela abaixo, mostrando que Porto Alegre registrou crescimento superior ao de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1900 e 1920 e, mesmo depois da crise do final da década de 1920, seu crescimento continuou sendo maior que o da maioria das capitais nacionais.

**Tabela 1 – População de Porto Alegre (1900-1940)**

| Cidade / Ano | 1900 | 1920 | Crescimento (%) | 1940 | Crescimento (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Rio de Janeiro | 811.443 | 1.157.873 | 42.69 | 1.526,662 | 31,85 |
| São Paulo | 239.820 | 579.033 | 141.44% | - | - |
| Salvador | 205.813 | 283.422 | 37.71% | 294.253 | 31.85 |
| Recife | 113.106 | 238.843 | 117.17% | 352.727 | 47.68 |
| Belém | 96.560 | 236.402 | 144.82 | 208.706 | -11.72 |
| Porto Alegre | 73.674 | 179.263 | 143.32 | 275.678 | 53.78 |

**Fonte: O autor (2017)[2].**

Os imigrantes sírios e libaneses que chegaram de forma espontânea ao Rio Grande do Sul, embora sua maioria fosse formada por pequenos agricultores, a estrutura fundiária do Estado, baseada nas grandes propriedades e na monocultura, a carência de terras disponíveis a baixos preços e os parcos recursos financeiros trazidos por eles inviabilizaram sua fixação no meio rural. Como esses imigrantes também não se enquadraram na categoria de operários urbanos, ficaram à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira. Assim, eles se concentraram nos centros urbanos, neles desenvolvendo atividades relacionadas ao comércio, ou primeiramente como ambulantes (mascates), e mais tarde em negócios regularmente estabelecidos. Contudo, sua atuação profissional não estava restrita somente às cidades, uma vez que a população rural representava um importante contingente de consumidores a serem atendidos (ALMEIDA, 2000, p. 87).

Esses imigrantes deram uma importante contribuição ao processo de ocupação do território Rio-grandense, funcionando como elementos dinamizadores dos mercados local e regional, integrando regiões até então isoladas do mercado consumidor (NUNES, 1986, p. 62). Nos primeiros anos de atividade, os mascates, em visita às cidades interioranas e principalmente às fazendas,

[2] Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do IBGE referentes aos censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940.

levavam apenas miudezas e bijuterias. Mas, com o passar do tempo e o aumento do capital, começaram também a oferecer tecidos, lençóis, roupas prontas, entre outros artigos. Conforme acumulavam os ganhos, os mascates contratavam um ajudante ou compravam uma carroça; o passo seguinte era estabelecer uma casa comercial. Foram eles que introduziram as práticas da alta rotatividade e da grande quantidade de mercadorias vendidas, das promoções e das liquidações.

## A rua nova: um gueto étnico ou uma pequena síria de porto alegre

Porto Alegre começa a receber imigrantes sírio-libaneses em maior quantidade a partir de 1890, conforme verificamos nas crônicas e no comércio local. Comerciantes mais antigos recebiam mercadorias no porto da cidade, vindas de São Paulo ou do Prata, e repassavam aos mascates, que as vendiam pelo interior. No início do século XX, quando os imigrantes sírios e libaneses já circulavam pela capital em maior número, seu núcleo residencial e comercial era a rua Andrade Neves[3], no centro histórico da capital.

O padrão de ocupação e concentração não era diferente do de outras capitais ou cidades brasileiras, como a rua 25 de Março, em São Paulo, ou a rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Nessa época, a maioria dos árabes eram mascates e saíam, a pé ou de carroça, vendendo frutas, legumes e miudezas pelos arrabaldes da cidade e outros municípios do estado, onde recebiam pedidos de mercadorias. Eles voltavam ao mercado da capital para adquirir os produtos e tornavam a viajar levando as encomendas. Corbinos (1983, p.82) descreve assim seus locais de residência: “Viviam inicialmente em cortiços, moradias populares com cômodos para

[3] É uma das ruas mais antigas da capital gaúcha, tendo sido inicialmente denominada de *Rua Nova*, de 1777 até 1869. No início do século XX, a ruela era o centro da boemia, com seus cabarés e casas de jogos. O clube dos caçadores, um elegante cassino, foi por muitos anos o grande ponto de jogatina do centro. (FRANCO, 1988)

alugar, onde se aglomeravam famílias inteiras em um reduzido espaço". Era peculiar o comércio praticado em longos trajetos percorridos como vendedores ambulantes de sotaque tão característico[4].

A presença dos sírio-libaneses na capital foi registrada por viajante alemão que esteve em Porto Alegre em 1904. Hans Ramelow declara, em suas memórias, o que viu na capital:

> "[os árabes] ocupam-se com predileção do comércio varejista e ambulante, uma vez que parecem especialmente adequados justamente para este tipo de venda de mercadoria. Por sua condição comercial insistente e apregoadora, eles são concorrentes que pouco agradam ao comércio alemão" (NOAL FL. 2004, p.110).

Dois outros viajantes que estiveram em Porto Alegre em 1903 também observaram a presença desses imigrantes. O alemão Wilhelm Lacman, em suas memórias, descreve assim um passeio pelo centro de Porto Alegre:

> A rua dos Andradas é a principal via de circulação de Porto Alegre, repleta de vida colorida. Negros e mestiços com negros de todos os matizes (sic), lusobrasileiros, italianos e alemães misturam-se aqui, uns com os outros. Aqui e ali, também encontramos rostos orientais. Isto porque Porto Alegre possui uma boa quantidade de lojistas sírios, os quais dispõem até de um jornal próprio, redigido em idioma árabe. (NOAL FL, 2004, p.96)

O padre belga Thomas A. Schoenaers, hospedou-se, no mesmo ano de 1903, no "hotel árabe Abdallah-Ben-Alli, com intuito de permanecer no local por um mês". Vimos que a capital experimentava um crescimento econômico notável, no entanto, de acordo com Sandra Pesavento (1994), o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, *fin de siécle*, foi conquistado graças à exploração econômica da maior parte da população, que era constituída por

[4] Sem falar na matraca que muitos sacolejavam enquanto caminhavam, chamando atenção paras si e suas mercadorias.

trabalhadores, forçada a duras jornadas de trabalho de até 14 horas por dia. De acordo com a autora, na última década do século XIX, fatores como aumento das taxas prediais no centro elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, forçando a migração desses grupos para lugares mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíam os bairros operários-fabris de Navegantes, São João e o bairro da Glória.

> A cidade de Porto Alegre viveu, de forma radical, a feição autoritária de intervenção no seu espaço urbano, possibilitada pela grande concentração de poder nas mãos dos governantes e na capacidade de acumulação do Estado. Iniciou-se, aí, a fase de verticalização do centro da cidade e a finalização de obras grandiosas para a fisionomia de Porto Alegre, iniciadas nas primeiras décadas do século XX. Mesmo antigos casarões da área nobre da cidade foram destruídos; ruas inteiras sucumbem às patrolas e picaretas; as desapropriações crescem em proporções enormes para a abertura de novas vias que pretendiam desafogar o centro da cidade, ligando-o com bairros mais distantes (PESAVENTO, 1999, p.100).

A existência na Andrades Neves de um 'hotel árabe', conforme anteriormente mencionado por cronista estrangeiro, em visita a Porto Alegre, pode ter contribuído para a escolha dos mascates recém-chegados, mas também por ser a referida rua uma via cujos alugueis eram mais em conta, como se supõe pela narrativa de Franco (1988, p. s/p) o qual afirma que a ruela [no fim do século XIX] era o centro da boemia, com cabarés e casas de jogos. A sociedade porto-alegrense, supomos, não deveria ver com 'bons olhos' aquela gente diferente', vivendo tão perto da rua da Praia e do Mercado Público. Naquela ruela de péssima reputação por causa dos 'hotéis', ou bordéis, havia a vantagem da localização e dos módicos preços das instalações. A rua Andrade Neves deveria funcionar como uma alternativa popular e mais barata do que a luxuosa rua da Praia, famosa por suas lojas de artigos finos, mas também pela iluminação a gás, o que, para época, mostrava-se

avançado[5]. Bem localizada, perto das zonas comerciais e residenciais da capital, era ali que se concentravam boa parte dos árabes que chegavam a Porto Alegre, muitos deles depois de longas jornadas, fosse de trem ou de navio.

A existência na Andrades Neves de um 'hotel árabe', conforme anteriormente mencionado por cronista estrangeiro, em visita a Porto Alegre, pode ter contribuído para a escolha dos mascates recém-chegados, mas também por ser a referida rua uma via cujos alugueis eram mais em conta, como se supõe pela narrativa de Franco (1988, p. s/p) o qual afirma que a ruela [no fim do século XIX] era o centro da boemia, com cabarés e casas de jogos. A sociedade porto-alegrense, supomos, não deveria ver com 'bons olhos' aquela gente diferente', vivendo tão perto da rua da Praia e do Mercado Público. Naquela ruela de péssima reputação por causa dos 'hotéis', ou bordéis, havia a vantagem da localização e dos módicos preços das instalações.

## Conflitos do gueto

Um texto publicado no Jornal Correio do Povo, nos últimos anos do século XIX, também serviu de fonte para nossa pesquisa, quando encontramos na edição de 13 de janeiro de 1898, uma reportagem na primeira página noticiando "Um Grande Conflito". A matéria cobre uma briga que parecia ser um acerto de contas entre duas famílias de origem árabe, pequenos comerciantes da rua Nova. Diz-se que tudo foi resolvido com muita gritaria, bofetões e cadeiradas, entretanto, a violência rapidamente escalou para navalhadas e facadas, mas também tiros, produzindo feridos como resultado, um em estado grave.

O caso se dera, conforme a reportagem do jornal, na manhã do dia 12. A matéria informava que o árabe Abrahão Bushdid, ao chegar de viajem, foi a uma agência de leilões para fazer o

[5] Em 1908 foi a primeira rua a ter iluminação elétrica. (FRANCO, 1988).

pagamento de uma conta, mas ao regressar à rua Silva Lima[6] foi inesperadamente agredido por um compatriota seu chamado José Fortunato, que lançou na sua direção uma cadeira e em seguida puxou uma faca. Dizia ainda a reportagem que a confusão começara em frente à residência de Bushdid, situada na rua Andrade Neves n. 13. A fim de se defender da agressão, Bushdid correu em volta de uma carreta que estava estacionada em frente à sua casa até que conseguiu entrar no imóvel A ação continuou com José Fortunato em perseguição a Bushdid no interior da residência. Passados alguns instantes, ouviu-se da rua o disparo de dois tiros. Abrahão Bushdid em seu depoimento alegou que não tinha sido ele o autor dos disparos. Continua o jornal:

> Daí passou o conflito para a rua envolvendo-se nele Abrahão, José Fortunato, Judith Bushdid e José Francisco, irmã e sogro de Abrahão, e Nassif Antônio, que travaram renhida luta. Feridos, os três primeiros se refugiaram todos no prédio n.56, na mesma rua Nova, onde mora até nos porões, em repugnante promiscuidade, grande quantidade de homens, mulheres e crianças. (Correio do Povo, 13 jan. 1898, p.1).

Ainda segundo a reportagem, Abrahão foi ferido no braço por golpes de navalha; Judith levou duas facadas. Já Fortunato, recebeu dois ferimentos à bala, seu estado foi considerado grave. Os três feridos foram mandados se recolher à enfermaria da cadeia civil para ficarem à disposição da Justiça (Correio do Povo, 13 jan. 1898, p.1).

O que se conclui depois da análise do tipo de discurso veiculado pela reportagem do Correio do Povo é que o que foi publicado reflete e reproduz em grande medida o pensamento da época, influenciado por valores positivistas que sugerem ser aquele grupo, formado por pessoas de uma determinada minoria étnica, agente de práticas socialmente reprováveis, no contexto de uma

[6] Curioso ressalvar que, em 20 minutos de caminhada pela rua Nova, chega-se à rua Lima e Silva, na Cidade Baixa, à qual deveria estar se referindo a reportagem.

cidade que começava a se enxergar como uma metrópole moderna e civilizada.

Acompanhando o crescimento da cidade, a rua Andrade Neves continuou a receber sírios e outros árabes em busca de dias melhores e bons negócios. Assim, localizamos em setembro de 1902, no Arquivo Público Estadual, um processo de cobrança judicial proposto por Jorge Monaiar (APERS, 1902) contra Simão João Curi, ambos sírios e negociantes. Proprietário da Jorge Monaiar & Cia[7]., ingressara com uma ação cobrando de Simão o valor de 394 mil e 210 réis em mercadorias[8], cujas compras haviam sido feitas por ele a prazo, em fevereiro de 1901, e estavam sem quitação havia mais de um ano e meio.

Em outro processo (APERS, 1903), este da área criminal, datado de 7 de abril de 1903, encontramos novamente o nome do comerciante Jorge Monaiar. Desta vez o processo tramitava como uma queixa-crime de Jorge contra o negociante Miguel Curi. O escrivão relata que "no dia 2 de abril, pelas 9h da noite daquele mesmo dia, Jorge foi procurado insistentemente por Miguel Curi, domiciliado nesta cidade e natural da Síria, em diferentes lugares, com o fim de com ele entender-se".

A narrativa do queixoso continua fazendo constar, nos autos, a maneira sorrateira como agira seu patrício:

> Achando-se a vítima de visita à casa número 34 da rua Andrade Neves, lá foi ter com o réu, que, lhe pedindo cordialmente uma palavra, fez com que o suplicante o acompanhasse até a rua. Dados, porém, alguns passos ao lado um do outro, o réu, inopinadamente, agrediu fisicamente o queixoso e, derrubando-o ao chão, em

[7] Acreditamos que Monair estivesse baseado e estabelecido em Santa Maria, - uma vez que o nome de sua família foi naquela região encontrada, e que veio à Porto Alegre para promover judicialmente a cobrança contra Curi. Isso atesta a importância da ligação férrea entre a capital e Santa Maria, no contexto comercial daquela época, mas também a importância de Porto Alegre para a burocracia estatal.

[8] Três peças de chita (137 metros, a 800 réis); duas peças de cetim (59 metros, a 900 réis); uma peça de cachemira (nove metros, a 10.500 réis); uma chita para colcha (24 metros, a mil, réis); três peças de morim perfeição (20 jas, a 13 mil réis) e duas peças de morim (10 jas, a cinco mil réis).

> seguida lançou mão de uma faca que trazia na cintura diligenciando matá-lo, o que não conseguiu devido à intervenção de diversas pessoas que acudiram com toda presteza e conseguiram deter o réu que, em altos brados, protestava matar o mesmo queixoso, e nessa ocasião proferiu em árabe a maior das exclamações injuriosas e ameaçadoras, qual seja: "Hei de queimar tua fé." (APERS, 1903).

Diz a queixa que aquelas mesmas pessoas que acudiram Jorge, "impedindo sua morte", chamaram a polícia, sendo que, nesse meio tempo, o agressor conseguiu evadir-se do local, frustrando a prisão em flagrante. Contudo, continua a denúncia: "No dia seguinte, o mesmo réu andou rondando a casa da vítima, mas então armado de um revólver, fato este que demonstra que ele ainda está no mesmo desígnio de consumir o assassinato do queixoso" (APERS, 1903). Tendo acusado formalmente Miguel Curi à Promotoria Pública, o advogado de Jorge Monair solicitou que se mandasse citar o acusado para que este respondesse de acordo com base nos artigos do Código Penal referentes ao tipo de crime que lhe era imputado. Despois de apresentar seu rol de testemunhas, o advogado por fim requeria uma indenização à vítima no valor de 10 contos de réis.

Entre as oito pessoas arroladas como testemunhas[9], todas elas patrícios da rua Andrade Neves, um nome em especial chamou nossa atenção por aparentemente tratar-se de um médico de origem alemã, Dr. Jorge H. Naamann, e por termos conhecimento da existência de uma rua no Centro da cidade gaúcha de São Leopoldo, município distante alguns quilômetros da capital, pioneiro da imigração alemã no estado, cujo nome é Doutor George Naaman. Trata-se de uma rua importante de São Leopoldo, que está grafada como escrevemos, sem o segundo "n" ao final; e, com G ao invés de J no prenome George. Nos órgãos de cultura do município e no Museu Visconde de São Leopoldo reunimos algumas informações biográficas de Naaman e qual não foi a nossa surpresa ao saber que

[9] D. George H. Naamann, Joaquim, Adla, Checri e Bechara Moysés (esses quatro, possivelmente parentes), Jorge Miguel Helan, Salin José Issa e Farid Zaiter.

se tratava de "um médico sírio, nascido em Beirute!" (MOELECKE, 2013, s.p.).

O material que pesquisamos tem como fonte investigações realizadas pelo colecionador Germano Moelecke, de São Leopoldo, já falecido. O acervo inclui uma pequena biografia de Jorge Naaman e até algumas fotos dele e de sua família. Diz o texto escrito por Germano Moelecke que Jorge Naaman nasceu por volta de 1881 e que veio jovem da França, onde estudara medicina, passando a clinicar no Vale dos Sinos por volta de 1901-1902. A informação levantada pelo pesquisador dá conta de que Jorge Naaman[10], era auxiliado por seu sobrinho Alfredo Diehl, e que:

> foi durante muitos anos médico da prefeitura municipal e da Viação Férrea. Como médico dessa última fazia longas viagens de trem, indo pelos ramais para visitar os doentes. Sua esposa, de descendência alemã, era filha de Jacob e Luíza Voges; seu avô foi pastor protestante, tendo vindo ao Brasil junto com os imigrantes. O Doutor George Naaman, logicamente, era grande apreciador das comidas sírias, especialmente o quibe, preparado com farinha de trigo e carne moída socada em pilão e depois cozida. (MOELECKE, 2013, s.p.).

Por meio de pesquisas no Arquivo Público do Estado, vimos que Naaman foi o inventariante do espólio da sogra em 1916, tendo sua esposa[11] herdado cerca de dez contos de réis depois de terminada a partilha dos bens deixados pela mãe – que era viúva (APERS, 1916). Doutor Naaman faleceu em 1945, aos 64 anos, tendo deixado dois filhos e a esposa, além do patrimônio de uma casa (na verdade

[10] Assim o pesquisador descreve o nosso personagem: "De estatura média, moreno, tinha por hábito o uso de uma bengala que, sem precisar dela, utilizava apenas como um ponto de apoio e manejava-a sempre para frente e não para o lado", e ainda que "era um homem de grande capacidade e que clinicou com interesse e abnegação, assumindo a direção dos trabalhos durante a gripe espanhola que o município enfrentou".

[11] Antonieta Voges, que era filha de um importante proprietário de origem alemã de uma empresa de navegação fluvial de São Leopoldo.

herança de sua mulher) e dois terrenos no Centro de São Leopoldo (APERS, 1945).

É provável que no início de sua carreira Naaman tenha sido importante para a pequena comunidade sírio-libanesa que se instalava na cidade, especialmente por ocupar um cargo tão estratégico para esses negociantes. No início da sua trajetória médica, quando contava pouco mais de 20 anos de idade, provavelmente também atendia pacientes sírios da rua Andrade Neves, uma vez que estes poderiam contar com um médico fluente em seu idioma, além de tê-lo como interlocutor ou representante desses imigrantes na parte mais alta da sociedade portoalegrense, que Dr. Naaman também frequentava.

O prestígio que o médico árabe granjeou, sem dúvida, ensejou seu biógrafo a descrevê-lo assim: "O Doutor Naaman foi contemporâneo do Doutor Frederico Wolffenbuttel e do Doutor João Dutra, que logo se aposentou. Seu grande amigo era o Coronel Guilherme Gaelzer Neto, contando também, entre suas amizades, o Major Elíbio Weber, engenheiro da prefeitura, e o Doutor Orfelino Tostes." (MOELECKE, 2013, s.p.)

Para o jovem médico libanês, vivendo distante de seus familiares que ficaram no Líbano, o contato com os sírios da rua Andrade Neves também deve ter sido muito importante, caso contrário seria pouco provável que estivesse naquele local às 9h da noite de uma quinta-feira, quando houve a refrega referida envolvendo seus patrícios Jorge Monaiar e Miguel Curi. Não temos elementos para afirmar com certeza, mas talvez o ódio mortal que fora friamente contido por Miguel Curi, para ser expresso depois em um rompante de violência contra Jorge Monair, possa ter tido alguma relação com um certo Simão Curi, que havia sido cobrado judicialmente por Monaiar alguns meses antes, conforme relatamos. A passagem abaixo pode, talvez, servir como hipótese explicativa para o ato praticado por Miguel Curi:

> O árabe coloca acima da própria vida a prosperidade, a glória e a honra da comunidade que o viu nascer e que o verá morrer. Não é um sentimento semelhante ao nosso patriotismo [...]. É uma paixão violenta e terrível e, ao mesmo tempo, o primeiro e o mais sagrado dos deveres: a verdadeira religião do deserto. (ORNELAS, 1999, p.97).

Analisando os caminhos que nossa pesquisa tomou a partir do processo de cobrança de Jorge Monair contra Simão João Curi podemos tecer as seguintes considerações: em primeiro lugar, o fato dá conta de que esses árabes foram violentos e brigaram entre si na rua Andrade Neves talvez por não estarem totalmente integrados aos costumes "civilizados" da cidade, que utiliza os meios legais para encaminhar suas diferenças. Não chega, portanto, a configurar uma surpresa que pessoas provenientes de outro universo sociocultural, não citadino, resolvessem suas desavenças com sangue, uma vez que a honra pessoal e a fidelidade para com a família costumavam ser mais importantes do que as relações estabelecidas por estes indivíduos com as instituições do Estado, incluindo a própria lei (LESSER, 2001). Depois, levando em conta o fato de os sírios carregavam consigo o estigma histórico de "turco" para a sociedade luso-brasileira de então, é válido dizer, no mínimo, que se tratava de um grupo étnico em pleno processo de afirmação social (MOCCELIN, 2008).

Naquele contexto, Dr. Naaman, conforme vimos, representava na rede de relações étnicas entre os árabes, e não somente daqueles da rua Andrade Neves, a elite da sociedade porto-alegrense, uma vez que se identificava mais como um membro dessa elite do que com a realidade dos imigrantes pobres, ainda que transitasse por aquele ambiente da rua Andrade Neves. Não é possível saber se Dr. Naaman exercia ali simplesmente a sua obrigação profissional, prestando assistência aos doentes, ou se também aplicava as regras mais modernas de boa saúde e higiene

que aprendera na "Universidade de Medicina de Paris"[12]. Talvez, por isso, tenha sido arrolado como testemunha da briga que se configurou como uma vendeta entre dois patrícios. O fato é que Dr. Naaman acabou se aliando a um dos lados do conflito, ainda que como testemunha, o que inevitavelmente terminou por legitimar este último como "civilizado" frente ao outro, considerado "bárbaro" e agressor.

É importante lembrar que a comunidade árabe da rua Andrade Neves se transferiu por inteiro para outras ruas do Centro da capital, especialmente para a rua Voluntários da Pátria, já no fim da década de 1920. Nela, os sírios e libaneses, mesmo em quantidade, se diluíram em meio a outros comerciantes de diversas origens. Contudo, não houve prejuízo para as redes de sociabilidades que já estavam formadas e que continuaram em outros espaços com a fundação de agremiações esportivas e clubes na década citada, e, pelo que vimos até aqui, isso muito se deveu às autoridades francesas que investiam na reunião desses sírios (na diáspora) para apoiar a independência desses países.

A comunidade sírio-libanesa da capital crescia e por isso foi incluída no roteiro organizado pelas autoridades francesas para propagandear "A Independência da Syria". Era isso o que se podia ver em uma das manchetes da página frontal do Correio do Povo, de 12 de setembro de 1917, nas qual se lia:

> Pelo trem noturno chegaram ontem, a esta capital, os doutores Jayme Mordom Bey e Cesar Lakah, incumbidos pelos governos da Entente, e principalmente pelo da França, de fazer conferências em favor da independência da Syria e do Monte Líbano, donde são naturais, e que se acham sujeitos à dominação turca. Os seus compatriotas aqui residentes fizeram-lhes festiva e entusiástica recepção indo recebê-los em grande número na Viação Férrea. Ali,

[12] Segundo Moelecke (2013, s.p.), o diploma de Naaman fora expedido por uma universidade de Paris. No entanto, apesar de não termos conseguido acesso ao documento, é provável que seu diploma seja, na verdade, da Universidade Saint Joseph, de Beirute, famosa por ter enviado ao Brasil diversos médicos e intelectuais da colônia. A esse respeito, ver Lacaz (1982).

> também os aguardava o barão de La Vessieres, vicecônsul da França nesta capital. No Hotel Lagache[13], foram hasteadas as bandeiras libanesa e francesa. Durante o dia, ali receberam eles as visitas de muitos dos seus compatriotas que foram hipotecar-lhes o seu apoio à missão de que vêm incumbidos

Com a maioria de seus negócios mais perto do cais e da estação ferroviária, na parte baixa de Porto Alegre, a comunidade foi cortando aos poucos o vínculo com seu passado que a rua Andrade Neves representava. A saída por completo da comunidade árabe da rua tem, certamente, correspondência com a integração desses imigrantes à vida da capital, mas, também, muito possivelmente, com o fim do ciclo de dificuldades por que passaram, no início, aqueles que efetivamente permaneceram na cidade.

## Distribuição espacial dos sírio-libaneses em porto alegre

Localizamos em nosso levantamento da década de 1940 muitas famílias sírias e libanesas residentes nos bairros próximos ao Centro, como Floresta e Cidade Baixa, mas também em bairros operários do 4º Distrito da capital, como São João, São Geraldo e Navegantes, conforme veremos a seguir. Porém, em relação à época sobre a qual escrevemos, a maioria dos imigrantes árabes ainda preferia os cortiços do Centro por medida de economia, mas principalmente porque não podiam abrir mão de estar presentes no coração da cidade, uma vez que era ali que se concentrava o grosso do comércio e também maior densidade de pessoas circulando, o que só se intensificou à medida que o século XX foi avançando. Pesavento (1991, p.100) fornece uma boa síntese desse processo:

> A cidade de Porto Alegre viveu, de forma radical, a feição autoritária de intervenção no seu espaço urbano, possibilitada pela

[13] Atual sede da Casa X, tradicional loja de tecidos de Porto Alegre, de propriedade da família Sada. Na entrevista que nos concedeu, Gisberto Sada (2015, s.p.), atualmente à frente do negócio, declarou: "Estamos neste prédio do antigo Hotel Lagache, na rua Marechal Floriano, com a Nova Casa X, até hoje.

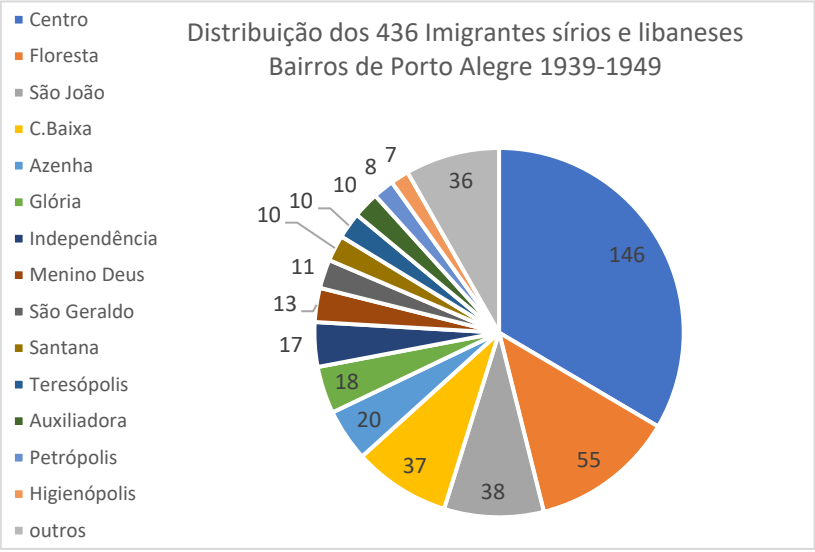
> grande concentração de poder nas mãos dos governantes e na capacidade de acumulação do Estado. Iniciou-se, aí, a fase de verticalização do Centro da cidade e a finalização de obras grandiosas para a fisionomia de Porto Alegre, iniciadas nas primeiras décadas do século XX. Mesmo antigos casarões da área nobre da cidade foram destruídos; ruas inteiras sucumbem às patrolas e picaretas; as desapropriações crescem em proporções enormes para a abertura de novas vias que pretendiam desafogar o Centro da cidade, ligando-o a bairros mais distantes.

Schilling (2007, p. 35) nos traz a informação que corrobora com a expansão da cidade para fora do Centro em direção aos bairros mais afastados, onde o Poder Público municipal havia preparado a infraestrutura e incentivado a aquisição de lotes, que os irmãos Felippe e Chain Selaimen, "compraram, em 1914, uma área no bairro São João, 4º Distrito de Porto Alegre, para explorar uma pedreira". Porém, conforme narra a autora, que em 2006 entrevistou os mais velhos da colônia, com o fracasso do empreendimento, os irmãos lotearam o terreno em 1925, atraindo para o local muitos imigrantes que pouco a pouco foram construindo suas próprias moradias. Segundo Schilling, com a vinda dos primeiros libaneses, outros mais que estavam residindo no Centro e em outros pontos da cidade começaram a fluir para o bairro de São João. Essas informações encontram apoio em uma passagem de Pesavento (1994, p.43) que afirma existir na última década do século XIX, fatores como aumento das taxas prediais no Centro que "elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, forçando a migração desses grupos para lugares mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíam os bairros operários-fabris de Navegantes e São João".

Na pesquisa que fizemos no Arquivo Nacional, referentes aos anos de 1939 a 1949, como vimos no capítulo anterior, verificamos que, dos 753 nomes selecionados, 436 residiam em Porto Alegre, ou seja, 58% do total de imigrantes que se cadastraram em todo o estado. Do conjunto desses residentes, 146 se fixaram no Centro, ou

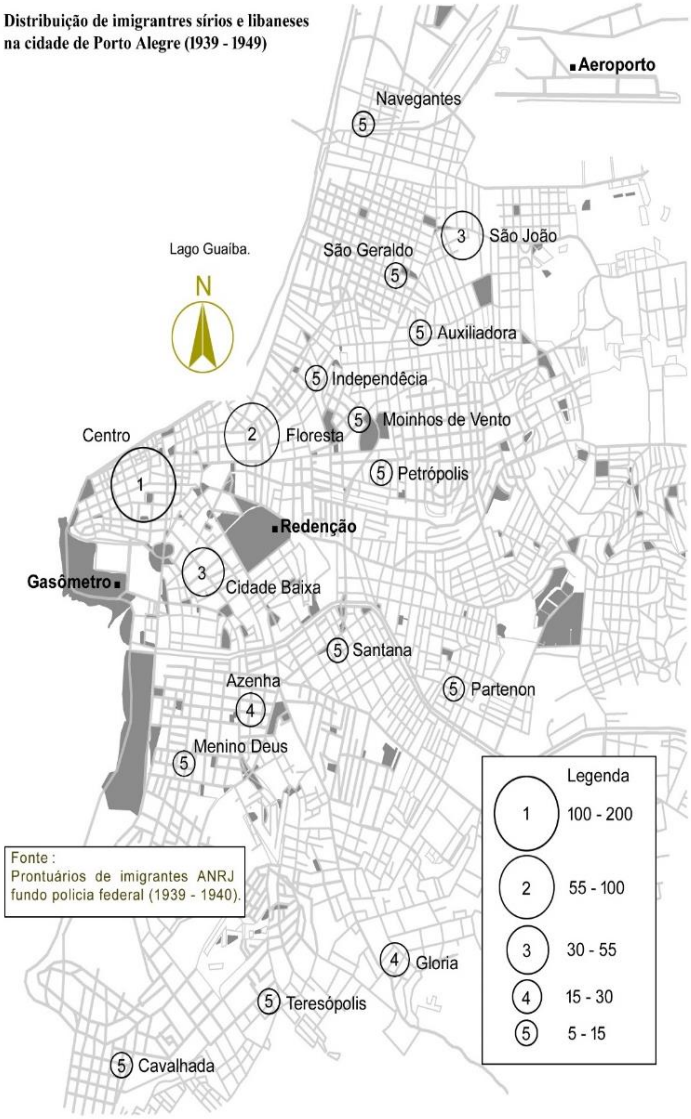
seja, por volta de 33%. A região central da cidade concentrava então duas vezes mais sírios do que o bairro vizinho, Floresta, onde contamos 55 pessoas. Provavelmente essa concentração de árabes nos bairros Centro e Floresta devia-se ao fato de esses imigrantes preferirem residir em seus próprios locais de comércio. Os bairros da cidade que na época pesquisada contavam com imigrantes árabes, conforme ilustra o gráfico abaixo, eram os seguintes:

**Gráfico 1 – Distribuição de imigrantes sírios e libaneses por bairros de Porto Alegre (1939-1949)**




**Fonte: O autor – a partir de dados colhidos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2017).**

**Mapa 1. Distribuição de Imigrantes Sírios e Libaneses na cidade de Porto Alegre (1939-1940)**




O mapa da página anterior, ilustra a concentração desses imigrantes nos bairros de Porto Alegre na década de 1940. (ARQUIVO NACIONAL, 1939-1949). De acordo com os endereços

que constam nas fichas cadastrais do Arquivo Nacional, muitos imigrantes sírios e libaneses continuavam residindo nos mesmos locais onde funcionavam os seus comércios, que eram geralmente sobrados em cujo primeiro piso funcionava normalmente o armazém, reservando-se o andar superior ou os fundos da casa, quando o imóvel só tinha um pavimento, para a residência da família.

Cabral (1996, p.45) vê este tipo de arranjo como consequência do desenvolvimento capitalista, que havia provocado um aumento populacional "sem precedentes" nas cidades. A autora o descreve como "rua comercial", muito em voga no final do século XIX. De acordo com ela, "a rua comercial inclui o espaço público e necessariamente se limita com esse, quer seja resolvido como espaço unicamente para pedestre, quer como espaço destinado a pedestres e veículos".

Nesse sentido, o mapa apresentado acima não reflete com exatidão os que moravam em outros bairros e trabalhavam no Centro da cidade, nem tampouco aqueles cujos comércios e locais de residência se confundiam no mesmo espaço. O que o mapa acusa, com nitidez, é a presença árabe de uma forma geral gravitando em torno do Centro de Porto Alegre na época aludida.

Assim, merecem destaque, pela concentração de sírios, além da região central, os bairros de Floresta e Cidade Baixa, ambos vizinhos ao Centro, e São João, este mais afastado[14]. Em seguida vinham os bairros servidos por transporte público, como os da Azenha, Glória, Teresópolis e Menino Deus, e os localizados no entorno ou próximos à rua Voluntários da Pátria, como São Geraldo, Navegantes e Auxiliadora. Em números mais modestos também se verificava presença levantina em bairros como Parthenon, Santana e Petrópolis e nos mais distantes como os de Cavalhada e Tristeza. É certo, contudo, que os terrenos mais baratos foram atraindo,

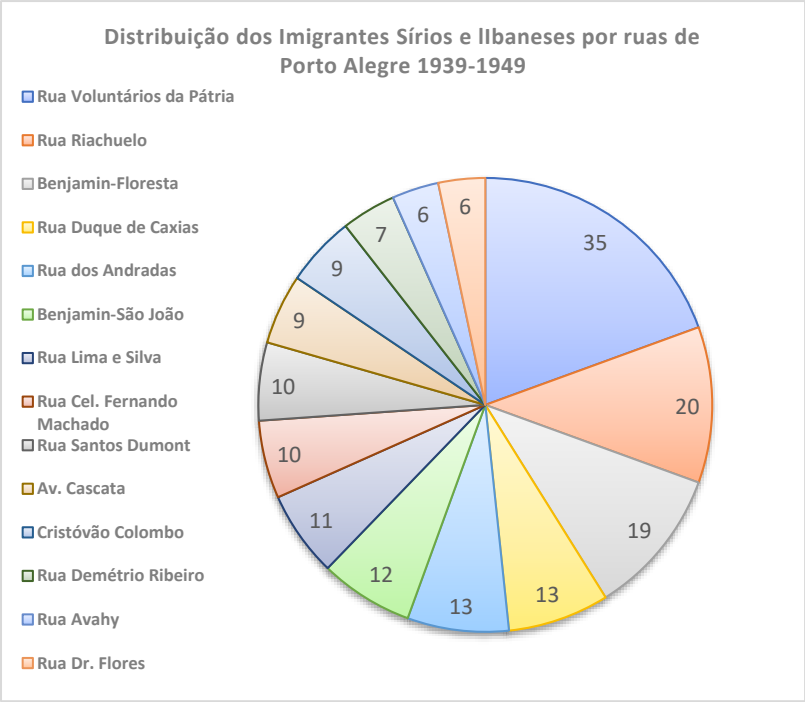
[14] As ruas do primeiro bairro citado com maior presença desses imigrantes eram a Voluntários da Pátria e a Cristóvão Colombo; e as do segundo, as ruas Lima e Silva e José do Patrocínio.

pouco a pouco, uma camada menos favorecida em busca de moradia.

A presença de imigrantes sírio-libaneses também é visível em bairros de aluguéis mais caros, como Moinhos de Vento, Independência e Menino Deus. Fica muito difícil precisar, contudo, em uma cidade como Porto Alegre, o padrão de vida em bairros como Glória, Petrópolis e Auxiliadora, somente para citar alguns exemplos, que poderiam ser bastante aprazíveis na época, apesar de estarem fora do circuito tradicional dos bairros mais sofisticados. Truzzi (1999, p.334) lembra que os "diferentes locais de moradia, na mesma cidade, dos membros da colônia, talvez tenham se constituído nos primeiros indícios mais claros de diferenciação" entre eles.

As ruas com maior concentração de imigrantes árabes no Centro de Porto Alegre figuravam, em primeiro lugar, a rua Voluntários da Pátria e depois as ruas Riachuelo, Duque de Caxias e dos Andradas. Em seguida vinha, já fora do Centro, a rua Benjamin Constant, nos trechos pertencentes aos bairros Floresta e São João. De volta ao Centro, em direção à Cidade Baixa, estão as ruas Demétrio Ribeiro, Coronel Fernando Machado e a antiga rua Avahy, de forte presença sírio-libanesa, e ainda, numa área mais central, as ruas Marechal Floriano, Doutor Flores, Alberto Bins, General Vitorino e Praça Parobé, esta última ao lado do Mercado Público, onde localizamos cerca de dez imigrantes sírios com quiosques de venda de frutas e vegetais e também alguns *chauffers*, uma vez que era ali que as caminhonetes de fretes ficavam estacionadas. O gráfico seguinte ilustra a distribuição de imigrantes árabes pelas ruas do centro e adjacentes de Porto Alegre:

**Gráfico 2 – Distribuição dos imigrantes sírios e libaneses por ruas de porto alegre (1939-1949)**




**Fonte: Dados compilados pelo autor (cadastro de estrangeiros na Polícia Federal entre 1939-1949.)**

Em resumo, verificou-se presença levantina maciçamente no Centro e nas ruas próximas a este. No entanto, as vias de ligação entre um bairro e outro, geralmente atravessadas por artérias importantes da urbe, também eram locais onde esses imigrantes podiam ser facilmente encontrados. Este era o caso, por exemplo, das ruas Benjamin Constant, que liga os bairros de Floresta e São João, e a avenida João Pessoa, que liga o Centro aos bairros de Menino Deus e Parthenon. Na Cidade Baixa, como vimos, estão as ruas Sarmento Leite e Lima e Silva, ambas também com forte presença de imigrantes árabes. Uma outra rua onde encontramos

uma pequena concentração desses imigrantes foi a rua da Azenha[15], que ainda hoje dispõe de um comércio popular importante fora do Centro. Outra exceção é a avenida Cascata, localizada em zona menos urbanizada na época, mas que, curiosamente, foi onde se fixou um pequeno, mas significativo número de árabes ali residentes. É importante afirmar que estes últimos casos fogem à regra observada em outras regiões da cidade. O quadro abaixo mapeia a presença árabe no bairro da Glória, onde fica a avenida Cascata, a rua Nunes, a rua Dr. Rocco e a rua D. João VI. (todos os endereços bem perto uns dos outros).

O quadro abaixo mapeia a presença árabe no bairro da Glória, onde fica a avenida Cascata, a rua Nunes, a rua Dr. Rocco e a rua D. João VI. (todos os endereços bem perto uns dos outros).

**Quadro 2 – Moradores da avenida Cascata e adjacências em Porto Alegre (década de 1940)**

| Nome | Ano de Nasc. Profissão | País | Endereço | Chegada idade status | Cadastro |
|---|---|---|---|---|---|
| Seade, Antº | 1897 sapateir | Síria | Dr. Rocco, 65 | 1911 15 solteiro | 1941 |
| Seade, José | 1886 comerc. | Síria | Av. Cascata, 2.165 | 1912 16 casado | 1941 |
| Seade, Jabour | 1884 comerc. | Síria | Av. Cascata, 2.247 | 1904 20 casado | 1942 |
| Esber, Tamer | 1863 comerc. | Síria | Av. Cascata, 2.229 | 1937 74 viúvo | 1944 |
| Isse, Antônio | 1887 comerc. | Síria | Av. Cascata, 2.227 | 1907 20 casado | 1945 |
| Isse, Maria | 1899 domest. | Síria | Av. Cascata, 2.227 | 1905 16 casada | 1945 |
| Abech, Amiz | 1893 - | Síria | Av. Cascata, 2.227 | 1908 15 - | 1943 |
| Basra, Gattas | 1878 comerc. | Síria | Av. Cascata, 2.319 | 1902 24 - | 1946 |
| Ceccin, Rosa | - domest. | Síria | Av. Cascata, 2.671 | viúva | 1941 |

[15] De acordo Franco (1992), muitas ruas de Porto Alegre já estavam bem servidas de infraestrutura de transporte urbano, saneamento básico, luz elétrica e sólidas construções, sobrados e prédios diversos, próprios para lojas, desde o fim do século XIX.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Kalil, Miguel | 1888 comerc. | Líbano | Av. Cascata, 2.994 | 1907 casado | 18 | 1943 |
| Kalil, Josefa | 1889 domest. | Líbano | Av. Cascata, 2.994 | 1904 casada | 16 | 1943 |
| Zaquia, Jorge | 1886 ambula. | Síria | R. Nunes, 294 | 1907 casado | 21 | 1940 |
| Cure, Ramon | 1898 ambula. | Síria | Av. Cascata,3.187 | 1924 casado | 26 | 1939 |
| Slim, Ibrahim | 1888 comerc. | Síria | D.João VI, 103. | 1907 solteiro | 19 | 1940 |
| Dumet, José | 1887 operário | Síria | D.João VI, 111. | 1903 casado | 19 | 1940 |
| Salamoni, Maria | 1876 domest. | Síria | D. João VI, 69. | 1914 solteira | 38 | - |
| Abech, Rachid | 1888 - | - | D. João VI, 84. | 1908 | 20 - | 1942 |

**Fonte: Arquivo Nacional. [s.d.].**

de passou por grandes modificações urbanísticas, especialmente no Centro, o que descaracterizou significativamente a lógica da presença desses grupos étnicos em algumas ruas da cidade, conforme apresentamos aqui. Um exemplo do que narramos fica patente na rua Santos Dumont, no bairro Floresta, onde havia, na época estudada, a presença de médio-orientais, o que se justificava por causa de um cais que existia no trecho final da via, e que foi depois desativado (FRANCO, 1988).

Outro exemplo foi a abertura da avenida Borges de Medeiros, no Centro, que, além de ter feito desaparecer algumas ruas do entorno, onde havia presença desses imigrantes, passou a fazer a ligação entre área central e a recém-criada avenida Ipiranga, depois da canalização do Arroio Dilúvio. A Borges de Medeiros também permitiu a ligação do Centro com a Zona Sul da cidade, o que, certamente, contribuiu para atrair um crescente número de imigrantes e descendentes para essas novas áreas.

## Educação e ascensão social

Todos esses casos mencionados no item anterior servem para demonstrar como foi difícil e não desprovido de violências e

arbitrariedades o duro processo de integração da comunidade árabe à sociedade rio-grandense.

Diversos autores (KNOWLTON, 1960; HAJJAR, 1985; LESSER, 1992; TRUZZI, 1997; PINTO, 2010) têm como ponto pacífico que grande parte da colônia sírio-libanesa dava importância suprema à educação formal de seus filhos, e, dependendo da classe social e do nível de acumulação de seus integrantes, o objetivo sempre foi colocá-los em escolas de primeira linha. Truzzi (1999, p.351) indaga se não foi este, afinal, o caminho que levou "à prova de fogo" da assim chamada integração: "o momento em que filhos de patrícios disputaram ombro a ombro posições de prestígio antes reservadas às elites, tanto no sistema educacional (...), quanto posteriormente no mercado de profissões liberais." Assim, os descendentes de imigrantes, principalmente aqueles matriculados nas escolas mais caras da capital, representaram para a comunidade levantina um passo à frente em seu caminho da integração à sociedade gaúcha em uma esfera mais alta, uma vez que era ali que os filhos das elites daquela sociedade se encontravam.

Embora as fontes que apresentaremos a seguir sejam de escolas particulares e as mais caras de Porto Alegre, algumas exclusivas para rapazes, como a antiga Escola dos Padres (Ginásio Anchieta) e o Colégio do Rosário, elas são representativas e servem para ilustrar o processo descrito no parágrafo acima.

O Colégio Anchieta, de Porto Alegre, por exemplo, é a única instituição de ensino do fim do século XIX que guarda registros daquela época. O Colégio do Rosário, também da capital, embora só tenha começado a arquivar seus registros em 1930, com a publicação da *Revista Ecos*, também representa tradição de ensino para a elite gaúcha, sendo que – e isso é importante frisar – foi de dentro dessa instituição que surgiu a primeira universidade católica privada, que passou a fazer um contraponto com as instituições estatais que emergiam na época.

Neste sentido, investigamos primeiramente, para as primeiras décadas do século XX, os alunos de ascendência sírio-

libanesa matriculados no Colégio Anchieta[16]. A instituição situava-se no Centro de Porto Alegre, à rua Duque de Caxias, n.295, próximo de onde hoje fica o Museu Júlio de Castilhos.

Entre os 299 alunos matriculados em 1916, havia apenas um descendente de árabe[17]: Antônio Assad Chemale, que cursava a 2ª série preliminar. No ano seguinte, encontramos o nome de Waldemar Assmus, que prosseguia matriculado em 1919. Neste último ano, o Colégio ganhou um outro pavilhão, aumentando a capacidade e estrutura, que passou a funcionar com cerca de 500 alunos permanentes. Em 1920, apareceu o nome do aluno Jorge Maluf, matriculado no 1º ano do Ensino Médio e que no final do ano letivo recebeu uma menção honrosa por ter tirado a 15ª melhor nota final. Em 1921, os registros do Colégio apresentam mais um descendente de árabe: Moacyr Simon, matriculado nas séries elementares. No ano de 1922, conquistando menção honrosa pelo conjunto da obra, juntava-se aos nomes sírios Ignácio Amim, matriculado no 3º ano elementar. Em 1923[18], localizamos Antônio Allem, do 1º ano elementar. Em 1924, Moacyr João Simon, do 1º ginasial, agraciado com um prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 6º ano ginasial, que recebeu prêmio de aproveitamento. Além dos dois laureados, Antônio Allem completava o time de patrícios.

Em 1926, o número de descendentes de sírios saltou para 11 alunos[19]. O primeiro colocado entre eles foi Antônio Saffi, menção honrosa em caligrafia, história do Brasil e português, com 785

[16] A fonte utilizada foi o *Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. A publicação, editada ao fim de cada ano escolar desde 1890, trazia uma justificativa para o currículo adotado e um memorial para cada disciplina; uma pequena biografia de cada professor; regimento e regras internas da escola; preços e condições de matrícula; crônicas, fotografias diversas, divulgação de eventos variados como viagens, competições esportivas, exercícios militares, mas também relatórios e premiações dos alunos de cada ano letivo. Havia ainda uma lista nominal dos alunos matriculados em cada ano letivo.

[17] A pesquisa foi feita por nome e sobrenome.

[18] Neste ano aparece Moacyr Simon, do curso elementar, conquistando o prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 5º ginasial, com o prêmio de menção honrosa pelo conjunto de matérias.

[19] O internato funcionava no prédio ao lado da sede da escola. O custo anual de um aluno matriculado no Colégio era de um conto e 500 mil-réis.

pontos[20]. Além dos nomes citados, ainda verificamos as presenças de Farid Zogbi, Alfredo Emílio Allem, Orlando Aidar, Kalil Miguel Kalil, Victor Jorge Simões, Fortunato Elias Kalil e Moacyr João Simon[21]. Em 1927, com 12 nomes sírios ou libaneses, a menção honrosa foi para Nesralla Abraão, do 3º ginasial, pelo conjunto da obra. Neste ano também se destacaram Chaphick Saadi e Haide Elias Aesse.

Em 1928, a instituição foi estadualizada, mesmo ano em que o filho de patrícios Haid Elias Aesse ganhou o prêmio de excelência, 1º lugar do curso preliminar. Nos últimos anos da década de 1920, com a abertura do curso noturno, os alunos de ascendência sírio-libanesa do Colégio Anchieta eram contados em número de 23 pessoas.

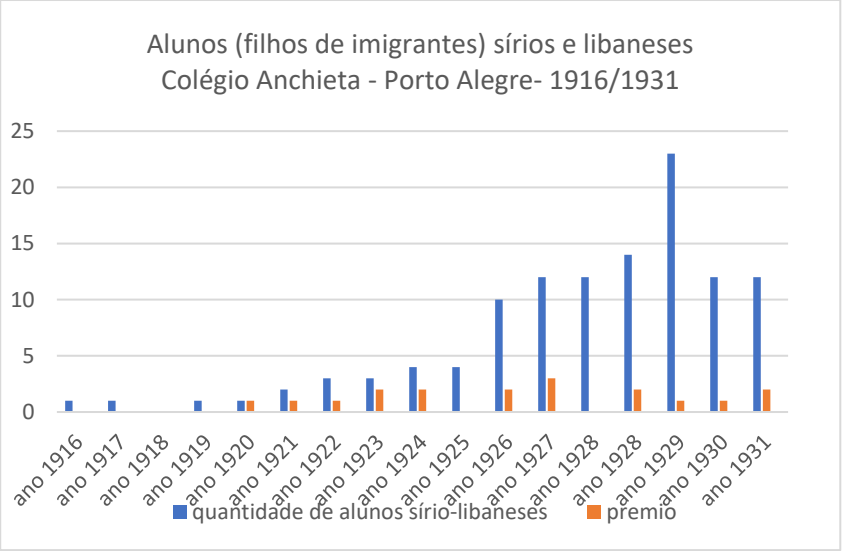
Em 1930 e 1931, ainda em decorrência dos efeitos da crise mundial de 1929, este número estabilizou-se em 12 alunos. Novos nomes de descendentes, como Jorge Creidy, Miguel Kanaan, François Nehmé, Ely Eluf, João Dirani Rechden e Jorge Elias Thomaz abriram a década de 1930; porém, desta data em diante outros bons colégios da cidade, públicos e privados, começaram a fazer concorrência ao Anchieta. A miscigenação dos descendentes com outras etnias tornou a continuação da pesquisa inviável, principalmente após a década de 1940.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do número de alunos de origem sírio-libanesa matriculados no Ginásio Anchieta entre os anos de 1916 e 1931:

[20] Logo atrás figuravam José Elias Kalil, com 687 pontos; Nesralla Mansur Abraão, com 685; e Anis Jorge Aidar, com 629.

[21] Uma parte desses sobrenomes era listada como proprietários de comércio árabe em Porto Alegre. Alguns nomes também figuram na lista de sócios-fundadores do Clube Sírio-Libanês (década de 1920), da Sociedade Libanesa de Porto Alegre (década de 1930) e da Sociedade Síria (década de 1940).

**Gráfico 3 – Alunos (filhos de imigrantes) sírios e libaneses. Colégio Anchieta. Porto Alegre (1916-1931)**




**Fonte: Colégio Anchieta. [s.d.].**

Quanto ao Colégio do Rosário[22], a instituição iniciou suas atividades no Centro de Porto Alegre, onde, junto a uma Igreja, começou a funcionar em 1904. Em 1927, os Irmãos Maristas, mantenedores do Colégio, transferiram sua sede para um amplo terreno no bairro da Independência, onde a instituição está localizada até hoje.

Em 1930, data em que a escola iniciou seu arquivo histórico, já contava com quase 1.000 alunos. Neste ano, havia 12 alunos com nomes árabes matriculados na instituição, entre eles alguns oriundos de famílias de Porto Alegre, como Eugênio Selaimen, José Chemale, Líbano Buchabique, Jorge Maluf e Elias Saadi, e outros de Rio Grande, como Alziro Salim Sessim e Jorge Feres. Frequentavam

[22] Aqui, nossa fonte foi a revista *Ecos Rosariense*, editada pelo Colégio e disponível em: <http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>. Acesso em: 22 nov. 2016.

ainda a instituição os jovens da família Dibe, (Sabre e Invar), o primeiro tendo sido laureado como destaque de excelência daquele ano. Os alunos representantes das famílias que se estabeleceram em regiões de colônia eram Eduardo José Koff, Jorge Nelson Elias; Egídio Sequef e Danilo Davi.

Verificando a mesma fonte uma década depois, ou seja, em 1940, observamos semelhante média de alunos de origem árabe matriculados no Rosário, assim como a mesma distribuição desses alunos segundo a origem de suas famílias no estado. Em 1940, os representantes das famílias da capital eram José Buchabique, Nelson Allen e Adão Elias; do litoral e região sul do estado, Harry Cheuiche e Antônio Sessin Gil; e da Serra Gaúcha, os estudantes Rames Koff Nehmé e Henrique Zacher.

Os dados acima evidenciam existência de uma rede de coesão social que ligava diversas gerações de sírios e libaneses em todo Rio Grande do Sul, embora ela se mostrasse com muito mais força na capital. Essas redes funcionavam através da família, dos tios e dos primos, mas também dos clubes e dos contatos comerciais que os sírios promoviam uns com os outros. Ademais, o ingresso dos descendentes de imigrantes sírio-libaneses nas escolas da elite forneceu uma experiência de grupo, um antecedente intelectual comum entre o filho de imigrante e outros moços das camadas mais selecionadas da população. E também a primeira oportunidade, fora da família alargada, para que aqueles estabelecessem redes de amigos que em muitos casos depois se revelariam úteis socialmente no desenvolvimento de suas carreiras.

Conforme observa com Logroño-Narbona (2007, p.190), as escolas mais caras eram uma espécie de laboratório que treinava os meninos e os jovens para serem homens da elite. Ali eles foram socializados para se adequarem ao modo de vida da classe dirigente, para ocupar os cargos nas instituições formais do Estado - o partido político, a burocracia superior, os bancos, o corpo diplomático (...).

Em 2014, nós entrevistamos um descendente de imigrantes libaneses octogenário muito conhecido entre os sócios da Sociedade

Libanesa e os descendentes de libaneses do bairro de São João. Ele nos relatou, de forma dramática, que seu pai era pobre e não podia pagar pela educação de todos os filhos. O entrevistado, que pediu para não ter seu nome revelado, caiu em prantos à nossa frente, quando lembrou as dificuldades que o pai enfrentou:

> Depois do ensino fundamental, que era público, meu pai não podia sustentar a casa e manter todos os filhos na escola, que era particular. Eu, como era o mais velho, percebi sua aflição e pedi para sair do colégio para ajudá-lo na loja [de molduras e vidros para quadros e fotografias]. Hoje sou um dos únicos que não têm nível superior, mas possuo uma boa casa própria, apartamento na praia e formei todos os filhos.

Já outro entrevistado, Rafique João (2015, s.p.), nos conta que "não estudou porque não quis". Para seus pais, entretanto, a maior satisfação de suas vidas era ver formados os filhos no Ensino Médio, como fez seu irmão mais velho, que se formou como técnico de contabilidade: "A mãe ficava tão feliz vendo os filhos formados, e mandava emoldurar os diplomas para colocá-los expostos nas paredes da sala de casa", completou Rafique.

Truzzi (1997) afirma que a proporção de filhos de sírios ingressando no ensino superior foi bem maior quando comparada com a de outras etnias. O autor explica o fato pela rápida ascensão econômica desses imigrantes, a qual foi propiciada pela cadeia que vai de mascate a comerciante e atacadista em um período relativamente curto de tempo. O entrevistado Mohamed Baccar (2003, s.p). nos falou de sua experiência:

> Meu pai pagou, na época, os melhores colégios de Porto Alegre. Me mandou para Porto Alegre estudar. Estudei no Colégio IPA. Que era um colégio caro na época. No IPA não tinha científico na escola. Na época minha mãe chorou muito porque queria que eu tirasse economia lá, economia não, guarda livros, mas ele não, ele disse que queria que eu tirasse faculdade. Então eu tinha que fazer cientifico em Porto Alegre. Então eu fiz científico. Eu era interno. Voltava para casa em cada Carnaval, Natal, essas coisas assim.

A imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX revelou simultaneamente facetas diversas. De fato, enquanto alguns descendentes estudavam, inclusive entrando nos cursos superiores[23], outros jovens imigrantes chegavam ao Brasil, igualmente no início de suas jornadas, e começavam suas trajetórias de mascate pelo interior, onde não raro se estabeleciam em cidades emergentes pela instalação de novas colônias ou nos distritos menores de cidades médias, depois de alguns anos trabalhando como ambulantes.

## A guisa da conclusão

Todo sistema cultural é fechado, por isso, a imigração deve ser reconhecida como uma oportunidade de renovação qualificada por novos aportes e contribuições na maneira de pensar de uma sociedade dinâmica. O estudo deste fenômeno foi desenvolvido aqui com diferentes olhares, de acordo com a nossa proposta de transitar entre a macro e a micro história. Analisando a inserção e a assimilação dos sírios em um ambiente dominado por comerciantes de diversas etnias, principalmente as europeias, com predominância da alemã, observamos que, certamente, isso representou um desafio para esses imigrantes, pois, como sabemos, a maioria chegou sem muito estudo ou capital.

O início, como vimos, ocorreu uma concentração desses imigrantes em uma espécie de gueto étnico representado pela inóspita rua Andrade Neves. A dedicação em massa a atividades comerciais, com a formação de redes étnicas de cooperação e parentesco, possibilitou ao grupo o abandono do 'gueto' e o deslocamento, algumas vezes em grupo, ocupando loteamentos em

[23] Na década de 1930 os primeiros descendentes de sírios formaram-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre (futura UFRGS). Assim, por exemplo, Elias Buais e Elias José Kanan concluíram o curso em 1932; Chaphik Saadi, em 1934; Antônio Simão Saad Ralmae Allam; Elias Foedi Saadi; João Rechden; José Elias Kalil, em 1939. Na Faculdade de Direito, Brasil Seadi aparece em 1931, seguido por Abbadé dos Santos Ayub, formado em 1933, José Mansur Filho, formado em 1938 e Abelardo José Nácul, formado em 1939.

áreas populares, porém, menos degradadas da capital. A união desses imigrantes, mesmo os pequenos comerciantes sem muito capital, possibilitou a aquisição de terrenos em zonas afastadas do saturado centro de Porto Alegre como os bairros de São João, na década de 1930 e o da Glória, na década posterior.

Percebemos ainda, que alguns empreendimentos comerciais por eles estabelecidos no início do século XX ainda persistem na paisagem do centro de Porto Alegre, como a Loja Raphael Dabdab, de tecidos finos, e a Antiga Casa X, de roupas prontas e tecidos femininos. Como justifica Jeff Lesser (2001, p.25), a etnicidade não se refere apenas à cultura social, mas também à cultura econômica. Sob este aspecto da cultura urbana, de acordo com Rosemary Brum (2009, p.170), os imigrantes se encaixam em novas categorias socioeconômicas, nas quais o estrangeiro também é visto como o homem diante da metrópole moderna, que forja uma cultura urbana, onde ele vai tecendo relações e se inserindo na vida política e econômica da sociedade.

Os libaneses e os sírios, em Porto Alegre, passaram de meros figurantes - inseridos em uma espécie de gueto étnico na rua Andrade Neves - a protagonistas ao longo da primeira metade do século XX. Esse processo criou as condições adequadas para que esses imigrantes que habitavam em cortiços e ganhavam a vida como mascates, se inserissem mais profundamente na sociedade gaúcha. Foi através da atividade mercantil, exercida em um ambiente onde muitos eram parentes e se auxiliavam mutuamente que, apesar das crises e situações adversas verificadas nos diversos processos de falência e até prisão por dívidas que investigamos nos arquivos, eles conseguiram educar seus filhos nas melhores escolas da capital formando uma elite étnica de origem árabe na segunda geração. Assim, a geração posterior à dos imigrantes, que nasceu brasileira, pôde exercer outras atividades que não as do comércio. Na verdade, essa ascensão através dos bancos escolares coincidiu com a carência e a necessidade de pessoas qualificadas para a construção de uma sociedade republicana baseada no trabalho livre,

e por isso observamos na segunda metade do século XX uma elite de origem sírio-libanesa qualificada a exercer papeis de protagonismo nas industriais, nas profissões liberais e na política.

## Referências

ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. IN: BORGES, Celia Maria (ORG.) Solidariedades e conflitos. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 183-219.

AS RUAS de São Leopoldo. VS Jornal, São Leopoldo, set. 2013.

BRUM, Rosemary F. Uma cidade que se conta. Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30. São Luiz: EDUFMA, 2009.

CABRAL, Claudia Tipologias Comerciais em Porto Alegre: da rua comercial ao shopping center. Porto Alegre: PPG Arquitetura e Urbanismo Dissertação de Mestrado UFRGS, 1996.

CARONE, Edgar A República Velha Volume I Instituições e Classes Sociais Difusão Editorial 4a edição, Rio de Janeiro, 1978.

CORBINOS, L. Agar El comportamento urbano de los imigrantes árabes em Chile. EURE. Vol. IX nº 27: Santiago, 1983.

COLEGIO ANCHIETA DE PORTO ALEGRE. Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Colégio Anchieta, 1890.

CORBINOS, Lorenzo Agar. El comportamento urbano de los imigrantes árabes em Chile. EURE, v. IX, n.27, 1983.

DE BONI, Luís A. e COSTA, R. Os italianos do Rio Grande do Sul. São Lourenço: Escola Superior de Teologia 3ª. Ed.,1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1992.

_____Guia Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS) /Prefeitura Municipal, 1988.

GRANDE conflito. Correio do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 jan. 1898.

HAJJAR, Claude. Imigração árabe: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

KNOWLTON, Clark. Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial. São Paulo: Anhembi, 1960.

LACAZ, Carlos da Silva. Médicos sírios e libaneses do passado: trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Almed, 1982.

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade. São Paulo: Editora da USP, 2001.

_____From pedlers to proprietor: Lebanese, Syrian and Jewish immigration in Brazil In: HOURANI, Albert; SHEHADI, Nadim. The Lebanese in the world: a century of emigration. London and New York: I.B.Tauris and St.Martins Press, 1992.

LOGROÑO-NARBONA, Maria Del Mar. The development of nationalist identities in French Syria and Lebanon: a transnational dialogue with Arab immigrants to Argentina and Brazil, 1915-1929. Santa Barbara: University of California, 2007.

MOCCELIN, Mia Clara, Trajetórias em Rede: Representações da italianidade entre empresários e intelectuais na Região de Caxias do Sul. Campinas, 2008 (Tese de Doutorado) Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MOEHLECKE, Germano Doutor Jorge Naaman IN: Ruas de São Leopoldo: homens e mulheres que nos mostram o caminho a seguir. São Leopoldo: Grupo Sinos VS, setembro de 2013. [encarte]

NOAL FILHO, Valter Antônio; FRANCO, Sergio Costa. Os viajantes olham Porto Alegre. Porto Alegre: Anaterra, 2004. 2 vls.

NUNES, H. A imigração árabe em Goiás: 1880 - 1970. Dissertação de Mestrado (Instituto de História) Universidade de São Paulo: USP, 1986.

ORNELLAS, Manoelito de Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 4ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. 310p.

PESAVENTO, Sandra RS: Agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____ (Org.). Memória Porto Alegre: espaços e vivências. Porto Alegre: UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991, p. 7.

_____Os pobres da cidade Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

_____O imaginário da cidade Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010. (Série Imigrantes no Rio de Janeiro).

SCHILLING, Suzana Porcello Sociedade Libanesa de Porto Alegre: Uma História a ser lembrada. Sociedade Libanesa de Porto Alegre: Editora Via Norte, Porto Alegre, 2007.

TRUZZI, Oswaldo M.S. Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1997.

_____ Sírios e Libaneses e seus descendentes na Sociedade Paulista IN: FAUSTO, Boris (ORG) Fazer a América EDUSP: São Paulo, 1999.

**Fontes documentais**

ARQUIVO NACIONAL. Arquivo referente ao Ministério da Justiça, Série Agricultura IA6 173. Rio de Janeiro: Processo do Gabinete do Ministro da Agricultura, 1889.

_____. Arquivo referente ao Ministério da Justiça, Série Naturalização IJJ 6N 1650. Rio de Janeiro: Processo do Gabinete do Ministro da Justiça, 1931.

_____. Fundo Polícia Federal. Prontuários de imigrantes. Rio de Janeiro, 1939-1949.

_____. Registro de ingressos de estrangeiros na capital. Rio de Janeiro, v.1, coleção 415, folha 106, S/D.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Processo de cobrança. Jorge Monair X Miguel Curi. Porto Alegre, 1° jan. 1902.

_____. Processo judicial n.6. Miguel Curi. Porto Alegre, 1° jan. 1903.

_____. Processo judicial. Inventário n.94. Inventário de Georges H. Naaman. Inventarieante: Albertina Naaman. Porto Alegre, 1° jan, 1945.

**Fontes orais**

BACCAR, Muhamed. [Depoimento ao autor]. Rio de Janeiro, 2003.

JOÃO, Rafique. [Depoimento ao autor]. Porto Alegre, 2015.

SADA, Gilberto. [Depoimento ao autor]. Porto Alegre, 2015.

**Fonte eletrônica**

Ecos Rosariense, editada pelo Colégio e disponível em: <http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>. Acesso em: 22 nov. 2016.